

EONILSON ANTONIO DE LIMA

**A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO NORTE DE GOIÁS:
assentamento Juarina (1968–1988)**

GOIÂNIA, GO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO

EONILSON ANTONIO DE LIMA

**A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO NORTE DE GOIÁS:
assentamento Juarina (1968–1988)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Migração

Orientação: Prof. Dr. David Maciel

GOIÂNIA, GO
2015

EONILSON ANTONIO DE LIMA

**A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO NORTE DE GOIÁS:
Assentamento Juarina (1968–1988)**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, para obtenção do título de Mestre em História, aprovada em ____/____/____, pela

Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. David Maciel (UFG)
Presidente

Prof. Dr. Claudio Lopes Maia (UFG)

Prof. Dr. João Alberto Costa Pinto (UFG)

Profª. Dra. Patricia Sposito Mecchi (UNILA)
(membro suplente)

Aos que me antecederam: meus pais, Pedro de Andrade Lima (IN MEMORIAM) e Iraci Antônio de Lima, por ter me legado seus conhecimentos e valores. A geração seguinte, meus filhos Mariana, Pedro e Laura, responsáveis pela continuidade. Ao meu amor e eterna companheira, Adelma Ferreira de Souza. A meu amado irmão, Manoel Messias Antônio de Lima, por partilhar todo esse tempo dos sonhos e das esperanças.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação não é uma atividade individual, e sim de um grupo de pessoas que acontece em diferentes etapas e convivências que iniciam nas discussões e amadurecimento da ideia até o ato de se dedicar à pesquisa propriamente dita do objeto. Nessa trajetória, os obstáculos foram constantes, mas foram ultrapassados através do apoio de várias pessoas que, cada uma de sua forma, foram imprescindíveis para superá-los no decorrer do percurso. A elas serei sempre agradecido.

Dentre tantos coparticipantes deste trabalho, agradeço a meus pais, pela noção de justiça e fraternidade, de indignação ante as condições com que são tratados os menos favorecidos, às minhas tias Guiomar Lacerda Carlos e Eunice Carvalho Carlos, pelos ensinamentos guiados pela ética e defesa dos direitos do indivíduo; ao meu irmão, Manoel Messias (Neto), a quem serei sempre grato, grande responsável pela conclusão de todas etapas que antecederam a esta, sendo uma espécie de guia nestes anos todos, me animando nos momentos de fragilidades e não me deixando parar pelo caminho da vida; ao Lazaro Wandson, a Elistenia Fonseca, pelas discussões e sugestões que ajudaram nas sistematizações dos dados; à equipe da CPT de Araguaína, pela atenção e disponibilização dos arquivos — em especial ao Silvano Lima Rezende, militante da luta dos posseiros, pela inestimável colaboração ao longo da pesquisa, disponibilizando materiais, nas discussões sobre a questão da violência no campo; também agradeço à equipe da CPT de Xinguara, PA, por ter colocado à disposição os arquivos da luta dos posseiros da Juarina. Em particular, agradeço a Aninha, por ter nos atendido prontamente com presteza, carinho e boa vontade — sem seu apoio este trabalho não seria possível; ao Claudionor Farias, ativista engajado que se dispôs a me acompanhar nas viagens e me apresentar a alguns dos trabalhadores a quem entrevistamos, minha gratidão pela inestimável contribuição; a meu primo Carlos Farias (Carlito), que abriu as portas de sua casa e me acolheu no tempo em que permaneci em Goiânia para fazer os créditos; ao Paulo Ricardo, Nazário Júnior, Christyeli Farias, Luan Bandeira, Gabriela Labiak, Natânia Simão, Lukas e Rairon Farias, pela valorosa companhia que alegrou minha estada em Goiânia.

A Camila Américo, minha querida sobrinha pelas horas a fio de agradável conversas que encurtaram a saudade intensa do aconchego da família. A meu amigo irmão José Geraldo Borges, pela disponibilidade e atenção integral a mim dispensadas durante todo o tempo em que permaneci em Goiânia. Ao Joanir Garcia, pelas acolhidas e palavras amigas e

incentivadoras. Ao Benjamin Mendes, pela valorosa colaboração na pesquisa nos arquivos do INCRA.

Agradeço à SEDUC, pela licença que me permitiu me dedicar integralmente à pesquisa pelo tempo em que cursamos o mestrado; à amiga Elma Moises David, diretora da Escola Lacerdino de Oliveira Campos, pela boa vontade em nos disponibilizar o tempo para os estudos e realização da pesquisa; de forma especial, agradeço aos trabalhadores, nossos entrevistados, que deram sentido ao trabalho: Francisco Montel, Abílio Coelho, Dorinato Godinho, Adenilson Gomes Fernandes, Maria de Lourdes, Vitorino Coelho, Antônio Pinto de Aguiar e Adalberto Barbosa. Trabalhadores que viveram as agruras do conflito e da violência na luta pela posse da terra e que compartilharam conosco suas histórias; ao professor doutor Dornival Venâncio Ramos Júnior, docente da Universidade Federal do Tocantins, intelectual que teve uma contribuição especial na discussão sobre o tema do conflito agrário e violência no campo na região; agradeço de forma especial à professora doutora Patrícia Sposito Mechi, pela imensurável contribuição na qualificação e sugestões posteriores que contribuíram no texto final; ao professor doutor João Alberto Costa Pinto, pelas discussões durante o cumprimento dos créditos na disciplina ministrada, na qualificação e sugestões importantes para o final deste trabalho; ao professor doutor Claudio Lopes Maia, pelas dicas importantes para a realização deste trabalho e por ter aceito o convite para compor a banca de defesa.

Quero agradecer de forma muito especial ao meu orientador, professor doutor David Maciel, por acreditar no trabalho que propusemos desenvolver, sempre pronto a dirimir minhas dúvidas com paciência, dedicação e presteza, ao qual retribuo suas colaborações com meu respeito e minha consideração; a Adelma Ferreira de Souza, minha amada e companheira, grande responsável pela conclusão deste trabalho, pela paciência, generosidade, dedicação e contribuição intelectual. A você todo meu amor. Aos meus filhos, Mariana, Pedro e Laura, o meu agradecimento por compreenderem minha ausência, as alterações de humor que tive durante o percurso da pesquisa. A vocês, meu carinho, amor e dedicação; por fim, agradeço indistintamente a todos os lutadores que lutaram nas condições mais adversas para transformar um dos maiores latifúndio da região em Assentamento de Reforma Agrária.

Só é cantador quem traz no peito o cheiro e a cor de sua terra. A marca de sangue de seus mortos e a certeza de luta de seus vivos.

— ELOMAR, *A saga da Amazônia*.

RESUMO

O presente trabalho se concentra na análise da luta entre trabalhadores rurais e latifundiários pela posse da terra na região norte de Goiás no período em que os governos da ditadura militar estiveram no poder e implementaram o projeto de ocupação da Amazônia pelo capital nacional e internacional. Analisamos processos migratórios que resultaram na ocupação dessa área em momentos distintos que incluem as frentes de imigrantes oriundos, sobretudo, do Nordeste em busca de terras de trabalho nas primeiras décadas do século XX e que se estenderam ao advento da rodovia Belém-Brasília, no fim da década de 1960, até a tomada do poder pelos governos autocráticos, quando se deu início ao processo de ocupação capitalista da Amazônia. Os incentivos criados pelos governos autocráticos para atrair investimentos capitalistas para a região incluíram subsídios financeiros a projetos agropecuários e garantias jurídicas para expropriar os posseiros já instalados nas terras e superexplorarem a força de trabalho utilizada na implantação dos empreendimentos. Como resultado, houve expulsão das famílias de posseiros das áreas pretendidas e situações de violência e instabilidades para as famílias camponesas que já estavam na região havia décadas, incluindo residentes na área pretendida pelo latifundiário proprietário da fazenda Juarina, aonde os posseiros expulsos, uma década depois, retornam para enfrentar o poder do fazendeiro até a área ser desapropriada e transformada em assentamento de reforma agrária.

Palavras-chave: conflito agrário, violência, luta pela terra.

ABSTRACT

The present work focuses on the analysis of the struggle between farmers and landowners for the possession of land in the North of Goiás, in the period in which the Governments of Dictatorship Militar were in power and implemented the project of Amazonian occupation by national and international capital. We will analyze migratory processes that resulted in the occupation of the area in the Amazon in times different times including the fronts of immigrants come mainly from the northeast in search of work in the first decades of the 20th century, which lasted until the advent of Belém Brasília in the late 1960, until the seizure of power by autocratic governments, when she gave her begin the process of capitalist occupation of the Amazon. The incentives created by autocratic governments to attract investment capitalists to the region included financial subsidies to agricultural projects and legal guarantees for expropriate the squatters already installed on the land, and superexplored the work force used in the implementation of projects, resulting in the expulsion of the families of squatters in the areas required, causing serious situations of violence and instability to the peasant families living in the area sought by the owners of the farmer to the area be totally expropriated resulting in the agrarian reform settlement.

Keywords: agrarian conflict, violence, struggle for land.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.

FIGURA 1. Mapa de parte da região do Médio Araguaia	69
FIGURA 2. Condições de vida de trabalhadores do campo na cidade	75
FIGURA 3. Área de abrangência do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins	94
FIGURA 4. Sindicalista morto em Araguaína	96
FIGURA 5. Possheiro armado contra o latifúndio	102
FIGURA 6. Área de atuação e abrangência da UDR	106
FIGURA 7. Pistoleiro da região norte de Goiás	111
FIGURA 8. Marcas da violência resultante de conflitos com posseiros na região do Bico do Papagaio	112
FIGURA 9. Sede do município de Couto Magalhães, às margens do rio Araguaia em Tocantins	115
FIGURA 10. O assentamento Juarina em seus limites com os municípios de Bernardo Sayão, Couto Magalhães Pequizeiro e Conceição do Araguaia/PA	123
FIGURA 11. Vista aérea da cidade de Juarina	130
FIGURA 12. Casa-sede da fazenda Juarina	151
FIGURA 13. Mapa da divisão do assentamento Juarina	175
GRÁFICO 1. Demonstrativo do volume de mortos em conflitos no campo entre 1964 e 2000	107
TABELA. Dados comparativos de em torno da posse da terra — 1985–6	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.

AGRINSA – Agro industrial Memberg S. A.
BASA – Banco da Amazônia S. A.
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás.
CAU – Combinado Agro Urbano.
CGT – Central Geral dos Trabalhadores.
CNA – Confederação Nacional da Agricultura.
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
CUT – Central Única dos Trabalhadores.
FETAET – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins.
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.
MEB – Movimento Eclesiais de Base
MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
PFL – Partido da Frente Liberal.
PIN – Plano de Integração Nacional.
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PNRA – Plano Nacional Reforma Agrária.
POLAMAZONIA – Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia.
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
UDR – União Democrática Ruralista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1	
DA EXPECTATIVA DE SAÍDA À INCERTEZA DA CHEGADA: PEREGRINAÇÃO DE CAMPONESES E POSSEIROS A CADA EXPULSÃO DA TERRA	23
1.1 Frentes migratórias para o antigo norte goiano	23
1.2 Médio Araguaia, Belém–Brasília e o avanço da fronteira na Amazônia	36
1.3 Abertura da BR-153, interferência do governo autocrático burguês e o avanço do capital	48
1.4 Encontro do capital com trabalhadores na fronteira	58
Capítulo 2	
CONTRADIÇÃO NA FRONTEIRA: POSSEIROS, GRILEIROS, PISTOLEIROS, LATIFUNDIÁRIOS E A FORMAÇÃO DE CLASSES NA LUTA PELA POSSE DA TERRA	67
2.1 Da chegada do grande capital à “saída” de moradores, posseiros e índios	72
2.2 Periferia, formação e preparação: os trabalhadores e a luta de classes	77
2.3 Comissão pastoral da terra na luta dos trabalhadores	81
2.4 Formação de classes antagônicas	83
2.5 Contraofensiva aos sindicatos combativos	92
2.6 Violência e luta de classes na fronteira	97
2.7 Reação da classe trabalhadora e acirramento do conflito na fronteira	100
2.8 Redemocratização: novas configurações políticas, antigas práticas econômicas	103
Capítulo 3	
O ASSENTAMENTO JUARINA: DA EXPROPRIAÇÃO DOS POSSEIROS À RECONQUISTA DA TERRA	114
3.1 Borracha, garimpo e a ocupação das margens do rio Araguaia	114
3.2 A vida na mata e a chegada do estranho	123
3.3 Expropriação, violência e trabalhadores rurais: a expulsão de posseiros da fazenda Juarina	128
3.4 Das primeiras investidas ao conflito direto entre trabalhadores, fazendeiro e pistoleiros	136
3.4.1 Organização e ação dos trabalhadores versus ataques de pistoleiros	151
3.4.2 Denúncia de violência na ação do latifundiário contra a ocupação de terra	156
3.4.3 Ações, estratégias e alianças dos trabalhadores para resistir ao latifúndio	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	184
ANEXOS	194

INTRODUÇÃO

Ao pesquisarmos os conflitos e a violência agrária na região norte de Goiás nas décadas que sucederam o governo militar, não podemos menosprezar o debate recorrente em torno da questão agrária, visto que a posse da terra sempre esteve relacionada com o poder político-econômico e o controle social exercido pelas classes dominantes. O direito à terra foi prerrogativa contínua das classe abastadas e, logo, negado às classes trabalhadoras. Ao longo da história do meio rural, a posse da terra e o poder político estiveram concentrados nas mãos das classes dominantes, que excluíram os trabalhadores da produção e aquisição de terra para garantir o sustento da família. Isso os levou a adentrar regiões mais distantes e desabitadas a fim de garantir a reprodução familiar através da produção de alimentos para subsistência. À medida que os camponeses desbravavam as regiões mais distantes e as tornavam produtivas e integradas aos mercados, eram expulsos por grileiros e fazendeiros e empurrados para regiões mais distantes de onde seriam expulsos de novo. Esse processo de expropriação das terras de trabalhadores perdurou por mais de quatro séculos, graças às investidas sucessivas do setor latifundiário.

A abertura da rodovia Belém–Brasília — ou seja, da BR-153 — propiciou a chegada de imigrantes à região amazônica como fronteira a ser explorada. Partindo de todas as regiões, sobretudo do Sudeste, em busca de terras fáceis e fartas, trouxeram suas famílias em caminhões fretados e ônibus. Não por acaso, a construção da rodovia tem sido objeto recorrente na história do Tocantins escrita até então; o *corpus* de estudos revela análises sobre os impactos da BR, a formação de cidades ao longo de suas margens e os aspectos políticos dos movimentos de imigração capitalizada que investiram no que se tornaria uma nova unidade federativa — Tocantins —, dentre outros tópicos. Categorias como população urbana e classe dominante se projetaram com centralidade nas discussões.

Sobre os impactos da rodovia para região, Napoleão Aquino (2002) e Sonia Maria de Souza (2002) salientam uma espécie de esvaziamento nas cidades ribeirinhas, enquanto os núcleos urbanos formados às margens da estrada recebiam os contingentes imigrantes. Havia até um contraponto entre as cidades formadas ao longo dos rios e aquelas ao longo da rodovia, que favoreceu o movimento migratório a quem chegava para ocupar a região. No dizer de Aquino (2002, p. 334), a estrada representou não só um canal para viabilizar a ocupação da região, mas também uma válvula de escape a quem sonhava com uma saída do sertão para viver em centros urbanos — ainda que em favelas. Souza (2002, p. 382) afirma que

Algumas cidades perderam sua importância para certos núcleos urbanos, que se desenvolveram com muita rapidez. Dessa forma, a rodovia atraiu uma grande parte da população que vivia nesses núcleos ribeirinhos para as novas cidades às margens da estrada, em busca de melhores condições de vida.

Nessa lógica, há que questionar o perfil dos imigrantes que chegou à região após abertura da rodovia ou dela saiu: quem eram eles? Em que circunstâncias estavam migrando?

Como o asfaltamento da rodovia acontece em concomitância ao projeto dos governos autocráticos de entregar a Amazônia ao capital, muitos imigrantes chegaram na condição de força de trabalho para formar fazendas e fazer funcionar madeireiras e mineradoras. Ainda assim, não têm tido expressão como objeto de interesse histórico — como dimensão-chave do processo histórico dessa região, seja social, econômico ou político, para ficarmos em três pontos de abordagens. As classes subalternas ficaram invisíveis para o historiador. Em alguns casos, trabalhadores rurais e camponeses foram vistos apenas pela lógica das estatísticas do fornecimento de força de trabalho. Maus-tratos infligidos aos trabalhadores e expropriações de terras — dada a importância da classe trabalhadora na expansão demográfica, econômica, cultural e política da região — são ainda incipientes como questões de investigações mais sistemáticas no campo da história acadêmica. Exemplo disso se mostra em materiais de alcance estadual como a revista didática *História e geografia do Tocantins*, que trata da ocupação e colonização da antiga região norte — atual Tocantins — como um feito de desbravadores de sertões inóspitos. Provam isso passagens do livro como com esta: “Em se tratando do Tocantins, os principais personagens de colonização foram os bandeirantes. Eles possibilitaram a descoberta do ouro e conseqüentemente o povoamento” (NASCIMENTO, 2009, p. 11). Os grupos indígenas que habitam a região são mencionados, mas não são considerados povoadores do antigo norte de Goiás.

O contingente de imigrantes que chegaram à região nas décadas de 1970 e 1980 tem sido discutido do ponto de vista estatístico por revistas e jornais distribuídos à população em geral; sobretudo, tem sido difundido nas escolas públicas e privadas. Enfocam os trabalhadores como uma estatística, afirmando que, “[...] demograficamente, a região foi sacudida, foi uma verdadeira invasão, sobretudo de nordestinos. Em menos de duas décadas a população saltou de 204 mil habitantes para 521, um acréscimo de mais de 150%” (NASCIMENTO, 2008, p. 21). Esse dado leva a interrogações sobre o processo de ocupação do norte do Tocantins. Tratar dos trabalhadores que vieram na condição força de trabalho como estatística deixa uma falha porque não trata das condições em que esses homens e mulheres migraram: quais foram suas expectativas? E suas contribuições para a consolidação

do estado? Suas concepções sobre o projeto de colonização da Amazônia? Esses assuntos escapam à historiografia e às narrativas didáticas, logo não preenchem a lacuna historiográfica sobre os sujeitos que participaram efetivamente da construção do Tocantins.

Outro aspecto da historiografia local, regional, tem sido o de reforçar a ideia do pioneiro, dos líderes políticos locais na consolidação do poder regional, dos políticos atrelados às oligarquias locais, por sua vez vinculadas ao poder central. Isso pode ser observado no trabalho de Silva e Vinhal (2008, p. 40–1), cujo título é o sugestivo *À sombra da estrada: a Belém–Brasília e a cidade de Colinas do Tocantins 1960–1965*; os autores se referem a aspectos operacionais da abertura da estrada, dizendo que “[...] para sua construção essa rodovia mobilizou em torno de 3.400 trabalhadores distribuídos em 11 construtoras e levou mais de 02 anos para sua completa abertura”. A construção da estrada e a escolha do local onde seria erguida a cidade de Colinas, as discussões entre líderes políticos locais, o simbolismo em torno da cidade ligando o lançamento da pedra fundamental ao feriado de 21 de abril, a inauguração de Brasília e, sobretudo, a ênfase dada à liderança política local, tudo isso evidencia as determinantes no processo de ocupação das áreas “desabitadas” do norte goiano.

Outro olhar sobre a formação das cidades que se constituíram com a chegada dos imigrantes à região, mais especificamente Colinas — que se alarga por toda a região do Vale do Araguaia —, mostra-se na fala de Adebald Rufino de Oliveira. Imigrante que chegou ao norte de Goiás em 1968, em busca das terras propagandeadas pelo governo, ele afirma que, quando os fazendeiros do Sul chegaram à na região, trouxeram caminhões carregados de peões, enquanto outros buscavam no Nordeste os trabalhadores para trabalhar em suas fazendas. Em suas palavras,

Trabalhadores mais do Nordeste, mais do Nordeste, aí o gato ia lá e recrutava essa turma de gente e trazia pra cá, naquela década de [19]70. Isso aqui tinha gente! Num era brincando, não! Tinha gente. Colinas ficava durinha de gente no fim de semana! Era ônibus chegando, caminhão pau-de-arara, chegando cheio de home do nordeste e jogando pra dentro da Colinas e corria dinheiro naquele tempo, era um movimento grande. (OLIVEIRA, 2010, entrevista).

Uma maioria expressiva de imigrantes que vieram em circunstâncias diversas — como força de trabalho e como camponês em busca de terras, por exemplo — foi responsável pelo povoamento das cidades e da execução dos trabalhos nos projetos. Como ficaram invisíveis na maioria das narrativas históricas sobre a região, discutir a formação do Estado sem considerar os trabalhadores — mola propulsora e engrenagem fundamental da consolidação

do projeto — é desconsiderar os sujeitos históricos e protagonistas do projeto de consolidação do estado. Visto que foram os trabalhadores os responsáveis pela construção da infraestrutura das obras públicas e das fazendas, desde a derrubada de árvores à edificação das fazendas —, então sem a força de trabalho desses sujeitos a história talvez tivesse sido diferente.

Baseada na centralidade urbana e na perspectiva econômica dos grandes projetos, a historiografia não enfoca processos sociais que garantiram a consolidação da ocupação da região e do estado que se forma em 5 de outubro de 1988. Essa ausência causa estranhamento porque — assim pensamos — não se trata de evento periférico caso se o caráter eminentemente agrícola estruturado em uma modernização conservadora da região e cujo o capital instalado se estabelece com base na mão de obra superexplorada dos posseiros expropriados ou dos imigrantes. Assim, num contraponto à visão elitista da historiografia tocantinense reside o escopo deste estudo, cujo propósito foi pôr em discussão o olhar dos trabalhadores “abandonados” pela história; foi dar voz aos que, por muito tempo, foram negligenciados e impedidos de ter suas memórias registradas e expostas; de relatar a história de suas vidas e suas lutas para o historiador.

Com efeito, Horn e Germinari (2006) discutem a importância de uma história dos subalternos, das classes populares; questionam a visão elitista da história oficial que reflete (sobre) as ações das classes dominantes, assegurando que a Historiografia,

[...] não pode ficar limitada a uma concepção de história que apenas destaque os segmentos dominantes da sociedade. O conhecimento histórico [...] tem o desafio de superar tal obstáculo, objetivando uma noção mais ampla, onde as classes populares sejam inseridas em suas análises. (HORN; GERMINARI, 2006, p. 124).

Para esses autores, “[...] uma das atribuições da história é manter a memória e não apenas a memória das elites”. Apontam, então, a necessidade de reviver lembranças apagadas, quase perdidas; de reconstruir o cotidiano; de materializar a memória dos “abandonados” pela história: “[...] camponeses, pescadores, artesãos, operários, cultura desprezadas, cujos gestos e trabalhos são estranhos à memória da escola” (HORN; GERMINARI, 2006, p. 125).

Em *Era dos extremos*, diz Eric Hobsbawm (1998, p. 13): “[...] o ofício do historiador é relembrar o que os outros esquecem”. Ou seja, o desafio do historiador é trazer à tona fatos sob olhares diversos e envolvendo personagens distintos. No sentido do que disse Hobsbawm, Verônica Gesser (2001, p. 23) afirma que

É diante desse desafio de ir ao encontro do “outro rejeitado” que se pode encontrar respostas a essas perguntas. É no confronto com os questionamentos emergentes que e numa relação dialógica que com o “sem voz” que se pode construir uma nova consciência em torno da questão de identidade cultural e social.

É para esse desafio que convergiu a pesquisa apresentada nesta dissertação de mestrado. Seu objetivo foi analisar as lutas travadas entre trabalhadores e o proprietário da fazenda Juarina por duas décadas: de 1967 — ano de expulsão das famílias camponesas que residiam na área há décadas pelo latifundiário — a 1988 — ano de retorno definitivo à fazenda, que se transformou em assentamento de reforma agrária.

À opção por estudar a questão agrária e a luta entre trabalhadores e proprietário da fazenda subjazem três fatores motivadores: as características do movimento encabeçado por posseiros expulsos da área e que a reocuparam mais de uma década depois, num ao lado de 600 famílias de camponeses — os expulsos e outros trabalhadores superexplorados pelo capital nas grandes fazendas da região. Foi o primeiro imóvel a ser desapropriado para fins de reforma agrária no Tocantins. Em 1992, a agrovila criada pelos trabalhadores foi emancipada politicamente à condição de município de Juarina, cuja população em 2010 somou 2.231 habitantes de acordo com o Censo do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, 2010). Após esse primeiro evento de desapropriação, outros latifúndios da região se tornaram assentamentos.

Buscamos aqui entender as condições dos trabalhadores, as motivações para enfrentar o latifúndio e reaver a terra. Intentamos compreender as contradições inerentes ao desencadeamento do movimento que culminou na reconquista da terra pelos posseiros; e que foi bem mais que uma luta travada entre trabalhadores e latifundiários, porque permeou uma necessidade econômica e social que transformou o movimento em uma ação política sustentada na luta de classes. Classe aqui é entendida à luz de Marx, ou seja, como algo formado na luta e organizada por intelectuais orgânicos que assumem o papel de organizadores do grupo; a ação organizativa pode ser compreendida como parte complementar do conhecimento que se usa nas ações de enfrentamentos como sujeitos protagonistas alinhados nas condições de luta, e não como meros participantes alienados e desconectados dos princípios norteadores do movimento. Como quer Gramsci, o intelectual não significa formação acadêmica exclusiva, mas uma atitude condizente com o papel desempenhado pelo militante quanto a ligar a superestrutura à infraestrutura, independentemente de sua escolaridade, mas não do lugar em que está inserido.

Assim sendo, a capacidade de articulação com a classe é que reside a função dos intelectuais, e que a ação intelectual só tem sentido quando estiver alinhada à perspectiva da luta pela hegemonia do proletariado e contribuir efetivamente para unidade política dentro grupo ao ponto de transformar a classe trabalhadora em classe hegemônica. (GRAMSCI, 2000, p. 17).

Nessa lógica, convém observar que o intelectual orgânico do movimento dos trabalhadores tenha claro o papel que o Estado assume em defesa da classe dominante para blindá-la contra a classe trabalhadora. Gramsci (1977, p. 303) assinala que o Estado invalida a liberdade das classes subalternas no momento em que extingue as “[...] formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente”. Nesse caso, acentuam-se as discrepâncias entre classes, fortalecendo a submissão da classe trabalhadora a classe dominante. Assim, através de suas instâncias de representação da infraestrutura e da superestruturas (leis, escolas, meios de comunicação, estruturas políticas locais, aparelho de repressão), o Estado se torna um aparelho desmobilizador das classes trabalhadoras porque dificulta as ações destas nas articulações para superar a condição de subalternidade. Para isso, o Estado, quando age em defesa das classes dominantes utilizando mecanismo de repressão, medidas impopulares, também se mune criando mecanismos de controle e homogeneização da opinião pública através de aparelhos como “[...] jornais, partidos, parlamento, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2000, p. 265). Essa atuação do Estado Marx e Engels explicita no *Manifesto comunista*, onde asseguram que “[...] o executivo do Estado Moderno nada mais é do que um comitê para administração dos assuntos comum de toda burguesia” (BOTTOMORE, 1988, p. 133). Portanto, como comitê gestor da classe dominante, o Estado assume o papel de defesa desta e, em contrapartida, cria mecanismos para controlar, a qualquer custo, a ascensão das classes trabalhadoras, inclusive mediante métodos de repressão para inibir ações de luta pela terra.

Eis por que, ao pesquisarmos o conflito agrário e a violência no campo no Tocantins, ou seja, no antigo norte de Goiás, optamos por dar voz aos trabalhadores. Entendemos assim poderíamos romper com o paradigma de que ter voz e ter vez é privilégio de grupos dominantes que massificam as informações de seus feitos em suas narrativas. Cabe aqui o pensamento de Edward Said (1995 apud LIMA; RAMOS, 2009, p. 116): “[...] tão importante como narrar é impedir que os outros narrem”. Nesse sentido, propositadamente ou não, os trabalhadores não têm tido espaço na história escrita da região.

Dito isso, a pesquisa aqui descrita intencionou tratar do conflito segundo outro ponto de vista, de modo a se contrapor à ordem estabelecida pelas narrativas vigentes, que não abriram espaço às histórias e aos olhares dos trabalhadores rurais, vistos como fornecedores de mão de obra barata, subalterna e descartável. Analisar conflitos envolvendo trabalhadores rurais historicamente expropriados dos seus meios de produção (a terra) e latifundiários requer entender as contradições históricas envolvendo essas duas classes antagônicas.

Fundamentamos a pesquisa no materialismo dialético por ser um “[...] método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas” (ALVES, 2010, p. 3). Tal opção se sustenta na importância desse método para entender o fenômeno da questão agrária no Tocantins. Baseamo-nos no esclarecimento de Marilena Chauí (1997, p. 414) ao afirmar que

[...] as condições *materiais* (as relações de produção) nos determinam a ser e a pensar [...] porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo.

Segundo José Paulo Netto (1994, p. 54), “O materialismo dialético é uma teoria geral do ser que, em contraposição a “metafísica” privilegia o movimento e as contradições e toma o mundo material como dado primário que, na consciência, dado secundário, aparece como reflexo”. A análise dialética leva em consideração a historicidade dos fenômenos e suas contradições engendradas ao longo do tempo pelos ordenamentos das relações sociais. Nesse caso, a dialética de Marx se difere radicalmente da dialética de Hegel: este “[...] não busca essas contradições nas condições materiais, mas na expressão ideológica do período em questão” (THALHEIMER, 1979, p. 61), enquanto Marx “[...] considera a dialética como a soma das leis gerais do movimento material e das leis do desenvolvimento do pensamento humano” (THALHEIMER, 1979, p. 68). Sobre o método dialético, diria Marx (1996, p. 140) no jornal *Correio Europeu*, em 1872.

Meu método dialético não difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Na perspectiva de Marx, a dialética de Hegel mistifica o real, que define o pensamento, a consciência pela ideia dos sujeitos segundo leis abstratas, que diminui as situações reais e mascara a consciência do homem. Como explica Marx (1996, p. 139), “O movimento social é um processo histórico-natural dirigido por leis que não apenas são

independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas, pelo contrario, muito mais lhes determinam a vontade, a consciência e as intenções”. Nesse caso, poderemos analisar o conflito como movimento antagônico entre trabalhadores e latifundiários numa disputa material, contraditória e permanente pela posse dos meios de produção.

Para Lukács (1970 apud ALVES, 2010, p. 268), “[...] nos nexos existentes entre singular particular-universal reside o fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade”. Consideramos que entender a questão do conflito exige entender as contradições engendradas durante o processo de ocupação da região levando em conta que o “[...] capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo” (MARX, 2008, p. 268).

A dialética do conflito entre as classes trabalhadoras e os capitalistas na disputa pela posse da terra nessa região permeia a análise do projeto político do Estado na gestão do governo dos militares, que empreenderam um plano de ocupação da Amazônia fundado no controle da região nas mãos dos grandes projetos agropecuários e na resistência dos trabalhadores. Para Thalheimer (1979, p. 54), “[...] a dialética não [é] a ciências das contradições absurdas mas das contradições que têm sentidos”. Logo, para analisar o conflito é necessário analisar as contradições entre os interesses dos envolvidos no processo — aqui, latifundiários, trabalhadores e Estado representado pelos militares.

A disputa pela posse da terra entre trabalhadores e latifundiários tem sido pouco discutida. Dificilmente aparece como contraponto ao projeto de colonização da Amazônia idealizado pelo governo militar e capitaneado pelo grande capital. Conforme Paulo Netto (2011, p. 26), compreender as contradições demanda recorrer à “[...] utilização de distintas técnicas de pesquisa (hoje caracterizada como análise bibliográfica e documental, análise de conteúdo, observação sistemática e participante, entrevistas, instrumentos qualitativos etc.)”. Como na historiografia sobre os conflitos elas são pouco exploradas, e as narrativas dos sujeitos históricos envolvidos são escassas, usamos como aporte as fontes orais, obtidas pela técnica da entrevista com trabalhadores envolvidos na luta pela reconquista da Juarina. Destes, alguns continuaram no movimento dos trabalhadores, participando por algum tempo da associação dos trabalhadores do assentamento ou sindicato dos trabalhadores rurais de Juarina; outros se mudaram da região para Conceição do Araguaia, PA, e Palmas, capital de Tocantins. Um líder disse ter desistido da terra por falta de segurança, pois vivia sob ameaça de morte. A análise documental enfocou documentos e arquivos da Comissão Pastoral da Terra/CPT de Xinguara e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Em sua pesquisa de mestrado, Luzia Canuto (2006, p. 28) discorre sobre conflitos e violência agrária na região sudeste do Pará, onde trabalhadores — inclusive seu pai e dois irmãos — foram assassinados. Ela comenta a necessidade de buscar outras fontes de pesquisas nestes termos: “[...] na medida em que a história que envolve os camponeses não dispõe de muitas fontes, fez-se necessário o uso da História Oral, utilizando-a tanto técnica, quanto metodologicamente”. A arguição de Canuto é ratificada por Souza (2010, p. 39) quando afirma que “[...] na demarcação desse território no qual pisamos a história social e a pouca documentação primária escrita por grupos sociais como camponeses precisamos dar centralidade aos relatos orais”. Assim, para ajudar a compor a base de dados analisada neste estudo, optamos por entrevistar trabalhadores participantes do processo direta ou indiretamente como sujeitos.

O trabalho foi dividido em três seções. No geral, tratam da historiografia da migração camponesa em suas etapas e seus contextos distintos; seja o processo migratório fomentado pelo Estado ou o “espontâneo”, como forma de camponeses insubmissos resistirem ao jugo do patrão, ao arrendo, à miséria, à expansão do capital na Amazônica (subsidiado pelo estado autocrático); também tratam do encontro do capital com trabalhadores, do desencadeamento do conflito pela posse da terra na região, da expropriação dos posseiros da região do médio Araguaia — onde se formou a fazenda Juarina —, da organização dos posseiros expulsos; do retorno destes, com outros trabalhadores, à terra; enfim, dos desdobramentos da luta inicial à reconquista da terra.

Na primeira seção, entram os processos de ocupação da região Norte, a chegada de imigrantes nordestinos e a interligação do sul e sudeste de Goiás pela rodovia Belém–Brasília (BR-153), que propiciou às populações da região centro-sul desse estado e do Brasil rumar ao norte; sobretudo, com a ligação de Anápolis — entreposto comercial importante — com centros consumidores do Sudeste. Norteiam a discussão estudos sobre o processo de integração econômica da região sul e sudeste de Goiás, o processo migratório facilitado pela mudança da capital estadual — de Goiás Velho para Goiânia — e da capital federal — do Rio de Janeiro para Brasília. Era a interiorização dos poderes políticos; sua fixação no planalto goiano. Ainda entra no escopo do capítulo o processo migratório em torno da CANG (hoje na cidade de Ceres, às margens da BR-153, em Goiás), que atraiu muitas famílias de várias regiões do país em busca de terras. Como não foram incluídas pelo projeto do governo, foram se instalando nas bordas da colônia até ser acossadas por grileiros e latifundiários; depois rumaram para o norte, até chegar à região do atual Médio Araguaia.

Na segunda seção, entram o encontro dos posseiros com o grande capital, a discussão nos conflitos de terras ocorridos na região Amazônica, especificamente na região norte de Goiás, a ocupação através das frentes de expansão, espontânea e lenta através dos portos, os núcleos de camponeses e as fazendas instaladas ao longo das margens dos rios e córregos e várzeas, e as frentes pioneiras, rápidas e violentas, executadas pelo capital subsidiada pelo governo, expulsando-os e empurrando-os para as periferias das cidades que se formavam em função do projeto econômico da região. De acordo com alguns estudos sobre o fenômeno da migração dos camponeses, esta é considerada como processo de libertação; veja-se o que dizem Marilda Meneses (1985; 2002), Klaas Woortmann (1990), Maria de Moraes e Silva (1992): a migração nem sempre significa deslocamento definitivo; antes, apresenta-se aos trabalhadores como possibilidade de reproduzir sua condição camponesa. Contudo, após o golpe civil militar de 1964 — quando ascendeu um governo autocrático —, expandem-se projetos agropecuários, de mineração e imobiliários — em especial na fronteira amazônica —, só quais demandam faixas extensas de terras, em geral, ocupadas por populações tradicionais, indígenas e camponeses. Não por acaso foi o que aconteceu com posseiros da fazenda Juarina: sua expulsão os colocou em condições de vulnerabilidade que os transformam em imigrantes sem destino em busca de trabalho, mas que se organizam para ocupar latifúndios de regiões periféricas.

Na terceira seção, entram os desdobramentos da fazenda Juarina, aonde posseiros de várias partes do Brasil chegaram no fim do século XIX, nas primeiras décadas do século XX e nos anos 1950–60. Ali, viveram com suas famílias e se estabeleceram em posses até a chegada de Carlito Memberg: empresário de São Paulo que alegou ser proprietário da área de 30,2 mil hectares onde viviam e exigiu a expulsão dos posseiros. A expulsão foi marcada pela violência: pistoleiros trazidos de outros estados incendiaram casas, mataram animais, destruíram plantações e ameaçaram de morte os mais resistentes. O processo perdurou de 1967 até 1983, com a instalação de uma empresa agrícola que, embora fosse altamente tecnológica, empregava métodos de trabalho como a superexploração dos trabalhadores, a manutenção em cárcere privado, os assassinatos e a ocultação de cadáveres.

Em 1983, posseiros expulsos compreenderam a condição de exploração desumana a que o capital latifundiário os submetia pela necessidade de garantir a reprodução familiar e passaram a se organizar através do sindicato dos trabalhadores rurais com apoio da Comissão Pastoral da Terra, empreendendo estratégias, táticas e políticas para enfrentar os latifundiários e reocupar as terras de que foram expropriados. Nas ações sucedidas entre a primeira viagem de reconhecimento até ser desapropriada a última etapa da fazenda, foram cinco anos de luta e

tensão, de ameaça e medo, sobretudo de sonhos, esperanças e coesão entre os posseiros. De trabalhadores explorados e excluídos nas periferias dos municípios da região passariam a agricultores assentados da reforma agrária, soberano da execução de seu trabalho e dos meios de produção que possibilitaram defender um projeto de vida: vivenciar a experiência dialética da mudança de condição: de *classe em si* a *classe para si*.

CAPÍTULO 1 – DA EXPECTATIVA DE SAÍDA À INCERTEZA DA CHEGADA: PEREGRINAÇÃO DE CAMPONESES E POSSEIROS A CADA EXPULSÃO DA TERRA

Com a corrida do ouro no século XVII e a chegada dos bandeirantes — vindos, a maioria, de São Paulo — ao interior do país, no antigo norte de Goiás se estabeleceram a pecuária — advinda do Nordeste — e os garimpos — que levariam à formação das primeiras povoações da região que consolidariam comunidades às margens dos rios. Nos desdobramentos do processo de ocupação dessa região, as contradições ligadas aos agentes da ação pública e da iniciativa privada em cada momento foram marcantes, sobretudo antes e depois do governo militar (1964–85). Considerada isolada no centro-sul do estado, a região já estava integrada à economia de consumo do Sudeste graças às redes ferroviária e rodoviária ligando os mercados produtores e consumidores de Goiás aos de São Paulo, Minas Gerais e demais estados sulistas. Por séculos aquela região teve densidade demográfica baixa — era povoada por nordestinos e nortistas, às margens dos rios Araguaia e Tocantins. Esses dois rios, únicas via de acesso mais fácil a essa região que não as trilhas para deslocar rebanhos bovinos — as estradas “boiadeiras”, por onde exportavam o gado criado em pastos nativos da região —, criaram condições para que o transporte de barcos de madeira permitisse exportar matérias-primas e importar manufaturas, de modo a alimentar relações econômicas com outras regiões.

1.1 FRENTES MIGRATÓRIAS PARA O ANTIGO NORTE GOIANO

O povoamento do norte goiano foi lento e irregular. A política da metrópole portuguesa era explorar o ouro; e as vias possíveis eram o rio e as trilhas das tropas e boiadas. Segundo Palacin (1976 apud ARBUÉS, 2002, p. 399),

[...] os povoados eram constituídos basicamente de migrantes oriundos, em grande parte da Bahia (Vale do São Francisco), Pará, Maranhão, e Piauí, que ali chegavam por via fluvial (rio Tocantins), navegando em pequenas embarcações ou em lombos de animais, gastando às vezes até seis meses de viagem. Neste período, com exceção da região das minas, permaneceram despovoados todo o vale do Araguaia e o extremo norte, de Porto Nacional até o estreito no Maranhão.

A procura pelo ouro estimulou a ida para a região e a efetivação do primeiro povoamento nas proximidades do rio, navegado em barcos de madeira; depois se expandiu para áreas mais afastadas. Fazendas de gados se instalaram na região concomitantemente às descobertas das minas. Segundo Flores (2009, p. 51), em meados do século XVII, a pecuária

“[...] ocupa o sertão de Pastos Bons, sul do Maranhão e avança sobre o Tocantins [...] Vindo do Maranhão, da Bahia e do Pernambuco o gado vai ocupando as terras do Tocantins e modificando a paisagem do sertão”.

As cidades que se formaram em torno dos garimpos ou às margens dos rios como entreposto comercial entre o norte goiano, a região Norte e as populações estabelecidas ao longo dos rios supriam-se dos víveres produzidos e ofertados pela natureza. O tempo era determinado pelas estações das chuvas e da estiagem, quando as populações organizavam os plantios e as colheitas dos mantimentos com que garantiam a subsistência familiar e a comercialização do excedente por meio do comércio com Belém, para onde eram exportadas mercadorias produzidas na região e de onde importavam outras mercadorias, algumas para suprir, sobretudo, famílias abastadas.

As mercadorias importadas mais essenciais eram: sal usado como suprimento para o gado e alimentação da população; ferramentas — (machados, facões, enxadas, espingardas, etc.) — indispensáveis nos trabalhos diários da lavoura, caça, construções; pólvora; utensílios domésticos; tecidos; últimas novidades da moda em roupas, chapéus e calçados para a “alta sociedade”. A exportação consistia de couro de gado, peles de animais silvestres, fumo, algodão, cachaça, tapioca e rapadura. O couro era o produto de maior peso na exportação, chegando a representar 86,5% da receita em 1894. (OLIVEIRA, 2008, p. 7).

As relações de comércio do norte goiano foram mais intensas com Pará e Maranhão graças à comunicação que os rios Araguaia e Tocantins criaram com esses estados. Em relação ao sul goiano, o norte apresentava pouca expressão econômica: a participação do governo e a aplicação de políticas públicas eram quase inexistentes. Atividades econômicas aconteciam de maneira espontânea.

A primeira fase de ocupação do antigo norte goiano permanece até o fim da década de 1950. Nesse período, a fronteira agrícola avança rumo ao interior, a princípio com a formação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Para esta se deslocaram famílias de camponeses¹ de regiões variadas — em busca do sonho da terra onde pudessem se consolidar

¹ Camponeses aqui são vistos como classe formada na fronteira constituída nas relações de produção e no enfrentamento com o latifúndio em luta pela posse da terra. Francisco de Assis Costa (2008 apud CARVALHO, 2012, p. 32) pondera: “Entendo por camponesas aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural — extrativa, agrícola e não-agrícola — desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. A noção exposta herda de Chayanov (1923) a ênfase na centralidade das necessidades reprodutivas da família, no processo decisório da ‘empresa camponesa’, que, assim, constitui uma unidade indissociável entre esfera de produção e esfera de consumo”. Carvalho (2012, p. 32), ao analisar o campesinato contemporâneo como classe social, elenca características nas quais os trabalhadores posseiros — ribeirinhos de que tratamos neste trabalho —

como proprietários e sair das condições de miséria a que eram submetidos nas fazendas como meeiros e arrendatários — e outros fugindo das condições adversas do sertão nordestino provocadas por secas intermitentes.

Concomitantemente à mudança da capital goiana, à criação da CANG, à impulsão da agricultura e à chegada da estrada de ferro a Anápolis, o projeto de interiorização via criação de colônias agrícolas “[...] nos marcos dos discursos de lançamentos da Marcha para o Oeste” (MAIA, 2008, p. 35) intensifica o êxodo de camponeses rumo ao norte em busca de terras. Esse projeto, idealizado e executado pelo governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo e lançado em início de 1938, trouxe no bojo a política de interiorização do país com intuito de romper as distâncias entre o litoral povoado e o interior habitado apenas por comunidades indígenas e poucas comunidades tradicionais quilombolas, ribeirinhas e camponesas. Comunidades essas que viviam quase “isolados” nas margens dos rios e encostas de serras ou nas proximidades de cidades formadas nas regiões produtoras de ouro ao longo do ciclo da mineração.

A marcha para o oeste consistia, em essência, na ocupação de espaços vazios nas regiões mais distantes. Assim, os colonos imigrantes, ao mesmo tempo, assumiam o papel de preencher lugares equidistantes e atuavam como produtores de alimentos para regiões industriais nascentes no centro-sul e sudeste. Patrícia Sposito Mechi (2012, p. 53), em um trabalho sobre a repressão de camponeses e militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na guerrilha do Araguaia — regiões de Xambioá To e São Geraldo e São Domingos do Araguaia — afirma que

Os deslocamentos populacionais promovidos pela “Marcha para o Oeste” tiveram dois objetivos: o primeiro, visando povoar a região, atraía camponeses cujas condições de sobrevivência em seus locais de origem eram dificultadas por fatores como a exploração do latifúndio ou o esgotamento da terra. A possibilidade da posse e, posteriormente, da propriedade, longe dos conflitos gerados pelo monopólio da terra era atrativo para essa população. Concomitantemente, contribuía para essa mobilidade um movimento contrário, ou seja, o da integração com o centro sul, que permitia o deslocamento dos excedentes rurais para a indústria.

incluem-se; diz ele: “A resistência social do campesinato nos sugere que há na unidade de produção camponesa elementos importantes que garantem a reprodução social da família mesmo em contextos que lhe são adversos e sob a tendência dominante de eliminá-los, de fazê-los desaparecer como camponeses”. No caso específico da luta dos camponeses em questão, Gramsci (2002, p. 140) adverte que, na análise das classes subalternas, é recomendável observar as mediações engendradas nas relações econômicas, “adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes”, enfiamentos travados na demarcação de posições políticas formando núcleos de apoio a partidos políticos alinhados na luta e na caracterização de reivindicações dos grupos subalternos, além das “[...] formas que afirmam a autonomia”.

No Centro-Oeste, sobretudo em Goiás, a marcha consistiu em uma etapa que antecedeu a ocupação da Amazônia. Em 19 de fevereiro de 1941, através do decreto-lei federal 6.882, instalou-se a primeira colônia agrícola do estado, a cerca de 170 quilômetros ao norte de Anápolis. O governo ampliou a propaganda em torno da criação da colônia, difundida com exaltação da grandiosidade do projeto para a região em meios de comunicação como o jornal *O popular*, cujas páginas veicularam manchetes como esta: “Mais de 20 mil contos serão empregados na grande Colônia que vai ser fundada nesse Estado” (O POPULAR, 22 ago. 1940). As notícias provocaram forte fluxo migratório, de tal modo que em 1946 havia “mais de 10 mil pessoas” na CANG; em 1950, segundo o Censo, a população chegou a 29.522 habitantes; ou seja, um “[...] contingente relativamente significativo para menos de uma década de ocupação” (PÁDUA, 2007, p. 630).

A criação da CANG como continuidade da marcha para o oeste goiano criou, também, condições para o surgimento de movimentos migratórios em direção ao norte do estado, propiciando em seguida o desbravamento de caminhos para as regiões de Formoso, Trombas, Porangatu e outros núcleos urbanos que foram surgindo. A marcha teve continuidade através da abertura de estradas de rodagens ligando Anápolis — fim da ferrovia — às cidades ao entorno.

No caso da CANG, o projeto era bem mais que uma ação de governo para cumprir sua função social de garantir trabalho e renda distribuindo terras para agricultores e ligando-as aos centros consumidores através de estradas. Para a mídia oficial, representava o projeto de interiorizar o Brasil e estender benefícios sociais a todas as partes. Na propaganda governamental, o projeto agrícola — as máquinas modernas utilizadas na abertura das estradas — representava para o campo a saída definitiva do atraso, do esquecimento. A partir de então haveria integração direta com centros desenvolvidos mediante uma economia de mercado dinamizada pela implementação de políticas agrárias efetivas e favorecedoras da produção agrícola e da abertura de estradas.

A consolidação da CANG, sua integração à região norte do estado e a ligação com outros mercados abriram discussões e perspectivas de ampliação das fronteiras capitalistas até o extremo norte de Goiás. Mesmo antes da construção de Brasília e da BR-153 havia estudos e discussões sobre a ligação com outras regiões do Norte e Nordeste, justificando a ligação com Carolina, no Maranhão, cidade que abriria espaços comerciais com outras regiões consumidoras do Nordeste e de Belém, PA; isto é, abriria possibilidades reais de conquistar o mercado exterior (DUTRA, 2008).

Pensado segundo uma perspectiva de unificação e integração nacional, o projeto de ligação das regiões Norte e Sul através da rodovia em Goiás é marcado por conflitos pela posse da terra; construída, a princípio, por Bernardo Sayão, a estrada de rodagem entre a

colônia e a cidade de Anápolis implantou os primeiros trechos da rodovia Transbrasiliana (BR-14) em Goiás (BORGES, 2002). De acordo com Campos (1985, p. 28),

A “Transbrasiliana”, ligação de Belém (PA) a Livramento (RS), planejada com 4.740 quilômetros, com os primeiros quilômetros construídos ainda em 1950, irá finalmente realizar a integração do norte goiano com o resto do Estado e com o centro sul do país. Expande-se a colonização e ocupação do norte, notadamente do médio norte goiano, que tem suas terras valorizadas. Os posseiros e ocupantes têm diante de si fazendeiros e grileiros disputando as glebas que eram quase inacessíveis e desvalorizadas. Registram-se a partir daí incontáveis conflitos de terras com claras repercussões políticas.

O estado foi incapaz de implementar políticas de geração de emprego e renda via distribuição de terras — ou seja, de suprir a demanda de famílias que buscavam a terra tão sonhada. Mais que isso, não conseguiu conter o avanço do capital sobre terras já “desbravadas” pelos camponeses, que foram empurrados para o interior até ser alcançados de novo pelo latifundiário e pelos grileiros. Vê-se, assim, a perpetuação do problema da terra e do conflito entre fazendeiros e posseiros. Problema cujas origens remontam ao começo da ocupação e colonização do Brasil, como diz Caio Prado Júnior (1987, p. 25),

[...] os títulos de propriedade e o domínio da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação. E os poucos ousados que se adiantaram e adiantam a essa linha — como os “posseiros” de nossos dias — não oferecem maior resistência. Talvez o faça um pouco mais em alguns lugares e no presente, mas não foi assim até muito recentemente.

O fluxo de trabalhadores migrantes para a região da fronteira² na CANG compõe um movimento de migração cíclico. O movimento se sustenta na perspectiva da posse da terra por camponeses vítimas de expropriação latifundiária, pelos que trabalharam como meeiros e

² A fronteira é tratada aqui numa perspectiva da não redução ao espaço e tempo; ou seja, como lugar onde frentes distintas se encontram e que, ao se encontrarem, rearranjam-se nas diferenças. Nossa concepção se baseia na assertiva de Martins (2009, p. 11), para quem a fronteira “[...] é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. É nessa dimensão, propriamente sociológica e antropológica, que investigo o tema da fronteira e os desafios que propõe em relação à sociedade em que vivemos e em relação à nossa própria condição humana”. Graziano da Silva (1981, p. 118) sintetiza a fronteira nos planos social, econômico e político. No plano social, “[...] a fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. [...] Quando a fronteira se ‘fecha’, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, muitos sem direção definida [...] No plano econômico, a fronteira era uma espécie de ‘armazém regulador’ dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana [...] havia um suprimento do mercado nacional através escoamento dos ‘excedentes’ da pequena produção, funcionando como estabilizador dos preços. Quando, entretanto, a fronteira se ‘fecha’, esse efeito de amortecimento tem de ser buscado na importação desses gêneros alimentícios e no tabelamento dos seus preços. No plano político, a fronteira tem sido a ‘válvula de escape’ das tensões sociais no campo. [...] Quando a fronteira se ‘fecha’, acaba se tornando, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra [...]”.

arrendatários sob o jugo do fazendeiro e por agricultores cuja posse da terra onde trabalharam se tornou insuficiente dado o aumento do número de integrantes da família. Esse movimento se desenvolve nas bordas dos empreendimentos capitalistas estruturados em latifúndios monocultores cuja produção se volta para os mercados externos e é subsidiada pelo Estado.

À proporção que o latifúndio se expande e avança sobre suas terras, os trabalhadores vulneráveis rompem as margens do capital e seguem rumo a regiões ainda desocupadas ou pouco povoadas. Regina Bega Santos (1994, p. 9), ao discorrer sobre o processo de migração no Brasil, assegura que

Os trabalhadores livres, ou os “posseiros”, assim deslocados têm a função de desbravadores da terra, desmatando-a, tornando-a cultivável; são os “pioneiros” que contribuem para a valorização da terra a baixo custo. Vão formando cidades, abrindo estradas, construindo pontes, fundando as primeiras escolas, igrejas, enfim, produzindo uma rede inicial básica de infraestrutura econômica e de serviços. Mais tarde virão os grandes fazendeiros, anexando terras, transformando grande parte dos pequenos proprietários ou posseiros em força de trabalho para a agricultura organizada em bases empresariais.

As relações desenvolvidas na fronteira em função das condições nas quais os camponeses se encontram os tornam dependentes do capital agrário, que vive no seu encaixo, ora como fornecedor de produtos de primeira necessidade como gêneros alimentícios, ora como fornecedor de mão de obra nos projetos de monocultura desenvolvido com fins, geralmente, voltados ao mercado externo. Segundo Santos (1994, p. 52)

As pequenas propriedades eram assim, “Viveiros de mão de obras” para os latifúndios e as empresas agrícolas. Essa mão-de-obra temporária, nas épocas em que era dispensada, voltava para a agricultura familiar dirigindo para o mercado interno aqueles produtos que a empresa agrícola não se interessava em cultivar.

O poder público como agente da expansão da fronteira agrícola atua como incentivador da migração dos trabalhadores para as regiões distantes onde a expansão da agricultura empresarial ainda não se apropriou devido à inexistência de uma infraestrutura básica como estradas e força de trabalho disponível. Ao estimular a migração desses sujeitos através das políticas de incentivos e de uma propaganda³ direcionada a incutir neles a

³ Os governos militares implementaram um projeto de colonização agrária e ocupação da Amazônia que pretendia atrair 100 mil famílias de trabalhadores rurais do Nordeste e Centro-Oeste para áreas estratégicas. Foi quando se apresentou o Plano de Integração Nacional (PIN) sob intensa propaganda voltada a atrair populações rurais para a região sob o *slogan* “Terras sem homens para homens sem terra”. No contexto da ocupação, as técnicas de reprodução de imagens se projetam em importância ao transformar em natural um processo intencional (MORBACH, 2001).

perspectiva de um novo eldorado, da “terra prometida”, o Estado abre caminho para o capital e o latifúndio através das políticas empreendidas e das condições de exploração capitalistas após a chegada dos imigrantes camponeses, que “[...] se deslocam para essas novas áreas funcionam como ‘desbravadores’, desencadeadores das transformações econômicas pretendidas, após o quê novos grupos tenderão a deslocar-se ‘espontaneamente’ para esses lugares” (SANTOS, 1994, p. 53).

A permanência desses imigrantes na nova fronteira se condiciona pela efetivação das políticas públicas de incentivos a essa classe; ou seja, que garantam sua estabilidade na terra. Caso contrário torna-se se complexa sua reprodução na fronteira na condição de camponês. Assim, mesmo que com diferenças, o processo clássico de “[...] concentração fundiária paralelamente à concentração da força de trabalho, para os projetos planejados ou em execução” vai se reproduzindo (SANTOS, 1994, p. 53). Ao imigrante restará depois ser “[...] desalojado pelas empresas capitalistas, que avançam sobre suas terras, como já fizeram anteriormente, amparados pelos subsídios fornecidos pelo poder público” (SANTOS, 1994, p. 53).

A análise do campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social não é consenso entre pensadores de tendência marxista; há quem o considere como classe em movimento e os que refutam a ideia, a ponto de teleologizar seu fim, a exemplo de Kautsky (1986). Esse autor vê esse modo produção como obsoleto, do passado, assim como vê o desenvolvimento do capitalismo no campo como algo capaz de produzir duas classes antagônicas — a burguesia rural e o proletariado rural — e uma proposta de socialismo com a criação de cooperativas. Tal possibilidade transforma o camponês em uma espécie de proletário rural. Em suas palavras,

Depois que as cooperativas socialistas tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos varar o caminho de uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer. (KAUTSKY, 1986, p. 149).

Horácio Martins de Carvalho (2012, p. 5), contrapondo-se a Kautsky, defende que os camponeses formam uma classe em movimento que resiste ao latifúndio; ele aponta fatores imbricados na gênese da sociedade brasileira que determinam as condições a que submetem, e que excluem, os camponeses como forças produtivas e partes consideráveis afirmando que

O desprezo e discriminação social das classes dominantes em relação aos camponeses foram e continuam sendo uma prática social corrente no Brasil. Apesar dos camponeses estarem presentes em todos os Estados do país e se constituírem nos principais produtores de alimentos, eles são considerados como um modo de produzir e de viver em vias de desagregação e desaparecimento, devendo ser substituídos, na intenção hegemônica, pela grande empresa capitalista no campo, esta produtora de mercadorias em grandes extensões de terras, praticando o monocultivo, a degradação e contaminação do meio ambiente e se reproduzindo movida unicamente pelo lucro.

Para o capital agrário, a inserção na fronteira é determinada pelo lucro, que é maximizado pela superexploração⁴ do trabalhador, que em geral caminha na linha de frente da migração e serve de “amansador” da região; ou seja, ajuda a construir estradas ou pontes que permitem adentrar regiões, a maioria, inóspitas; ou então serve ao capital como força de trabalho nas aberturas da gleba. Em ambos os casos na lógica econômica do capital, estão condenados a desaparecer porque não estão alinhados na perspectiva hegemônica capitalista; isso porque as “[...] pessoas e a natureza são consideradas pela burguesia, direta e indiretamente, como objetos exclusivos de serem manipulados pelos capitalistas, e como um recurso econômico cujo uso é definido apenas pela rentabilidade financeira” (CARVALHO, 2012, p. 8). Em regiões distintas e nas formas diversas com que esse campesinato se constituiu,

[...] desde o intruso nas brechas dos latifúndios até os colonos pobres migrantes europeus trazidos para cá como um empreendimento capitalista, o campesinato sempre foi tratado, na concretude do processo da expansão capitalista no campo, como uma massa de pequenos produtores rurais familiares úteis porque podiam e podem oferecer alimentos baratos e se constituir como reserva de força de trabalho para as empresas capitalistas do campo e das cidades. (CARVALHO, 2012, p. 8).

Na esteira dessa lógica se desenvolve o processo migratório da CANG. Camponeses, grileiros⁵ e fazendeiros encontram-se na fronteira agrícola que se alarga em direção ao norte,

⁴ Utilizamos aqui a ideia de superexploração com base no conceito desenvolvido por Rui Mauro Marini (2000, p. 123–4); ao apontar uma característica que define a condição dependente, ele aborda a violação dos direitos dos trabalhadores sobre o valor da força de trabalho como particularidade da acumulação capitalista periférica. Os processos estão comprometidos com as remessas de lucro para os países capitalistas centrais. “O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, com um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho [...] Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal [...] implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente”.

⁵ O termo grileiro foi empregado em várias partes do Brasil onde ocorreu conflito pela posse da terra. A origem do termo se relaciona “[...] com outro método de envelhecimento de documentos. Obtinha-se isso da seguinte forma: forrava-se o fundo de uma caixa de papelão com papéis novos e sobre eles colocavam alguns grilos confinados por um determinado período. Contato dos excrementos dos grilos, com os papéis, por dias a fio, resultava na alteração da cor deles, ou seja, esses papéis passavam a ter uma coloração amarelada. Devido essa prática, largamente utilizada no Brasil, é que o falsificador de escrituras de terras passou a ser conhecido como grileiro” (SAMPAIO, 2003, p. 57) Segundo o dicionário Caldas Aulete, grileiro é a pessoa que se apossa de terras alheia por meio de escritura falsa.

avançando sobre terras ocupadas por posseiros.⁶ Exemplo disso está nos conflitos de Goianésia, Porangatu, Uruaçu, Trombas e Formoso, assim como nos espaços vazios ou com baixa densidade populacional, a exemplo do extremo norte de Goiás. A burocracia e a lentidão estatal em resolver o processo da consolidação da colônia era um estímulo à expansão de núcleos de posseiros para outras regiões do entorno. Claudio Lopes Maia (2008, p. 54), em um estudo sobre o conflito pela posse da terra na fronteira e a resistência dos posseiros de Trombas e Formoso, afirma que “[...] o processo de entrada no Núcleo colonial era moroso, obedecia a trâmites burocráticos e a uma rigorosa seleção. Tanto assim que, de 1941 a 1944, só foram instalados na região dez famílias”. Os dados apontados refletem a incapacidade do Estado de gerir a questão agrária, visto que “[...] em 1942 começaram chegar à região os primeiros colonos. Em 1946, a colônia contava com 8.000 pessoas” (MAIA, 2008, p. 54).

Com a morosidade do estado em solucionar a questão agrária e o capital caminhando ao lado dos trabalhadores na fronteira, os conflitos vêm à tona quando os interesses entrelaçam-se em torno do mesmo objeto — nesse caso, a terra. As disputas pela posse da terra dão-se em forma de pressão através da apresentação de um documento falsificado em cartório ou de enfretamento direto entre as partes envolvidas. Maia (2008, p. 54) exemplifica essa relação da valorização das terras próximas à CANG com a valorização da terra, o avanço do latifúndio e a tensão com posseiros na fronteira afirmando que

A partir da década de 1940, não só estava garantido o acesso ao mercado, como as terras eram fontes do desejo de grupos econômicos interessados em sua compra. Contudo os Monteiros de Barros, cientes das possibilidades que a colônia abria ao seu latifúndio, conservaram grande parte das terras sob seu domínio ou pelo menos não abandonaram a região, pois em 1956 seriam protagonistas de um ruidoso caso de conflito de terra na cidade de Goianésia (formada pela influência da Colônia Agrícola), envolvendo a Companhia Agrícola e pastoril de Goiás, da família e um grupo de posseiros que se diziam donos das terras por as terem comprado do Estado, já que as mesmas terras eram devolutas.

O desejo de realização do sonho da terra própria tem mobilizado famílias de imigrantes que se deslocaram de várias regiões. Sempre em busca da possibilidade da concretização desse sonho, muitas vezes elas os veem destruídos pela ação do latifúndio ou pela inoperância da política estatal. Maia (2008, p. 55) discorre que a “[...] realização do

⁶ O termo posseiro como camponês designa aqui aqueles que se apossam de uma área rural onde trabalha com a família e de onde retira a subsistência sem se preocupar com a regularização da área que ocupa por meios de títulos emitidos por órgãos do Estado como INCRA ou institutos de terras dos estados. Com isso, tornam-se vulneráveis às ações de grileiros que falsificam documento e o expulsam de suas terras.

sonho do acesso a terra pela política de colonização do governo Getúlio Vargas não passava pela reprodução do sentido da produção na fronteira”.

A trajetória dos camponeses imigrantes que não encontraram o eldorado prometido na CANG foi se espalhando pelas adjacências da colônia, nas cidades mais próximas e em direção ao norte, como no caso de Trombas e Formoso, que faz parte de um processo de dominação do latifúndio respaldado pelo poder público. Essa estrutura solidificada permeou várias etapas e manteve-se inalterada no que se refere às condições dos trabalhadores. Dos modelos semifeudais dos senhores de engenhos ou dos coronéis do café aos do empresariado rural, a classe trabalhadora sempre fora alvo de superexploração do trabalho e expropriações de suas terras. Alberto Passos Guimarães (1968, p. 215), ao discorrer sobre a estrutura fundiária em quatro séculos de latifúndio, assegura que “[...] o latifúndio ganhou terreno onde foi esmagada pela violência ou por meios ‘suasórios’ a luta das classes pobres do campo contra o opressivo sistema latifundiário”.

Ainda assim, grandes discussões sobre a coexistência transitória entre modos de produção diferentes na formação social do campo e sua relação econômica e política deixam explícito, mesmo no debate discordante, que a exploração do trabalhador foi prática imanente em todo o processo histórico de exploração econômica do campo. Os conceitos de feudalismo, pré-capitalismo ou capitalismo são explicados segundo pontos discordantes; mas, em sua essência, foram sustentados pela superexploração do trabalho e absorção do trabalhador pela sua sujeição ao latifúndio e sua produção agroexportadora baseada na monocultura.

Tida como arcaica e inviável, a aliança entre latifundiários e setores da burguesia industrial — cujas origens, aliás, estão na elite agroexportadora — tem garantindo a permanência do modelo concentrador de terras, mesmo que seja um entrave ao desenvolvimento econômico do país e se mantenha à custa da superexploração do trabalho e do apoio de subsídios estatais. Segundo Rui Mauro Marini (2000, p. 23), “Todos os estudos e pesquisas sobre as causas do atraso relativo da agricultura brasileira, de sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais leva, unânime e inevitavelmente à identificação de suas origens na deficiente estrutura agrária do país”.

Os avanços tecnológicos que mais recentemente foram introduzidos na agricultura, como os investimentos em biotecnologia, genética, insumos agrícolas, máquinas e equipamentos, não favoreceram os camponeses nem melhorou as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais. Pelo contrário, a inserção das tecnologias na agricultura, a ampliação do agronegócio e a consolidação da agricultura numa perspectiva capitalista

acentuam a dependência do campo da indústria e força o trabalhador rural a fugir para as cidades. Lá, ele se soma, por um lado, ao quadro demográfico das favelas, dos mocambos e das cidades-satélites; e, por outro lado, soma-se àqueles envilecidos pelo nível dos salários urbanos e pelo aumento da oferta de mão de obra (MARINI, 2000, p. 25).

O modelo agroexportador dependente, para Nelson Werneck Sodré (1964), foi responsável pelos problemas sociais advindos da concentração da propriedade, tais como a crise social, a periferização do camponês, o aumento desordenado das favelas e o acirramento dos conflitos sociais no campo. “Essa concentração apresenta, como consequência, o contraste entre o benefício de reduzida minoria e os ínfimos padrões de vida da enorme população rural. Há hoje o consenso na constatação de que esse é um dos obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico.” (SODRÉ, 1964, p. 353). A dinamização da economia desenvolvida na segunda metade do século XX não alterou as relações de exploração do trabalhador no campo; antes, na região da Amazônia, ela se acentuou com a diversificação da produção agroexportadora com base na implantação da agropecuária extensiva, que exigiu grandes extensões de terras. Embora modernizassem os transportes e ampliassem a logística, as condições do capitalismo dependente e o subdesenvolvimento se mantiveram nas estruturas econômicas e políticas da região.

As discussões sobre o capitalismo brasileiro ter sido gestado nas entranhas do feudalismo ou ter origens engendradas no processo de colonização não anulam a necessidade de entender o que é hegemonia capitalista, que se consolida pela sobreapropriação e superexploração; no campo, esse processo se acentua no controle das ações expropriatórias sob a intermediação do Estado, ora reprimindo trabalhadores, ora sendo coniventes com as arbitrariedades do capital. Em relação à estrutura capitalista engendrada no campo, o Estado age para garantir a apropriação das riquezas pelas burguesias internas e externas através da apropriação e expropriação do trabalho por via de mecanismos que ou exploram excessivamente os resultados do trabalho — no caso dos trabalhadores arrendatários —, ou expropriam os meios de produção dos trabalhadores — no caso dos posseiros expulsos de suas terras. Toda ação estatal se vincula ao lucro do capital em detrimento dos esforços da classe trabalhadora. Para Miriam Limoeiro Cardoso (1997, p. 4),

A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente superexploram e, conseqüentemente, superdominam a massa da população (trabalhadora e excluída) para garantir seus próprios privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas.

Ao discutir as condições produzidas pelo capitalismo dependente, o recrudescimento como forma de manutenção e a dominação que leva os trabalhadores à condição de submissão imperativa para garantir a reprodução dos agentes financeiros e que suas condições de dominação sejam no meio urbano ou rural, Florestan Fernandes (1972, p. 183) esclarece que,

Embora a economia agrária brasileira nunca tenha sido uniforme e seja impossível descobrir uma fórmula válida universalmente para qualquer uma de suas evoluções, ela sempre foi a parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia.

Contudo, as condições de submissão a que sempre foram submetidos serviram também de alavanca para buscar novas formas de vida em áreas “desocupadas” ou com menor pressão demográfica. Assim, para os trabalhadores rurais que chegaram à região embalados pelo sonho de conquista da terra, cabe considerar que a CANG foi importante, pois possibilitou que alcançassem os objetivos, adentrando o interior em busca das terras desocupadas. Com efeito,

A formação de um núcleo de posseiros em Trombas foi fruto desse processo, pois a maioria dos posseiros chegou na região no final da década de 1940 e no início de 1950, com uma história de passagem pela região da Colônia, da negativa do acesso à terra no projeto governamental e o deslocamento para as regiões mais ao norte, com a indicação de que eram zonas ricas em terras devolutas e abertas a ocupação. (MAIA, 2008, p. 58–9).

No enfrentamento do capital latifundista, ao trabalhador posseiro quase sempre resta migrar para regiões distantes onde a pressão pela posse da terra ainda não é intensa devido à inexistência de estradas e força de trabalho. Permanecem lá até ser de novo expulsos ou submetidos à condição de fornecedor de mão de obra. Eis por que “[...] nosso camponês brasileiro é desenraizado é migrante, é itinerante” (MARTINS, 1995, p. 17). A vida desses trabalhadores é perambular de um lado a outro em busca dos sonhos e de livrarem-se do jugo do fazendeiro, do arrendo por meio da aquisição de sua gleba de terra.

Tocados pelo latifúndio, os trabalhadores posseiros vão rompendo rumo ao norte. Os preteridos do projeto agrícola da CANG são empurrados para as bordas e seguem se expandindo, majoritariamente em busca de novos espaços. Por exemplo, formaram núcleos de posseiros em Jussara, Uruaçu, Trombas, Formoso e Porangatu até chegar ao extremo norte de Goiás, após a construção da Belém–Brasília. Os motivos eram, em geral, a logística; mas houve outro fator preponderante no avanço das frentes pioneiras: as terras menos valorizadas do norte, onde a fronteira agrícola permanecia aberta e as terras devolutas eram abundantes e acessíveis (BORGES, 2000, p. 136).

O projeto do capital de expropriar terras de camponeses nas mediações da CANG no extremo norte de Goiás contou com um agente fundamental: a execução das ações expropriatórias pelo grileiro, intermediador da transferência das terras dos posseiros para os capitalistas. Ao contrário do posseiro, que tem na terra um meio de subsistência, ou do capitalista, que deseja expandir seus investimentos e ampliar o poder econômico, o grileiro vê a possibilidade de ganhar dinheiro fácil se aproveitando da fragilidade das comunidades em relação à posse da terra. Sem escrúpulos, usa artifícios para falsificar documentos das terras, pressiona a saída das famílias com ameaças e comumente conta com a participação de agentes estatais, a exemplo da polícia, dos juízes e dos donos de cartórios para concretizar o projeto de enriquecimento fácil. Martins (1995, p. 104) assim o define: o grileiro é uma

[...] figura que se tornou muito comum na história rural brasileira nos últimos cem anos aproximadamente: esse é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários.

Na engrenagem da expropriação das terras, o grileiro atuava como facilitador de entrada do capital. Para tanto, valia-se da adulteração de documentos e de suborno, aceito por policiais, donos de cartórios e juízes, por exemplo. Os posseiros se viam desassistidos e impotentes ante a expropriação “legal” de suas terras; e quem resistia era ameaçado e acossado por pistoleiros a serviço, em geral, dos grileiros. Acossado pelo grileiro munido de documentos falsos e escudado pelos agentes da justiça, o camponês posseiro se via obrigado a procurar região mais distante para se estabelecer com a família e formar uma nova propriedade até ser empurrado de novo por outro novo grileiro. “Enquanto a terra era abundante, isso era possível. Sempre que o grileiro chegava com sua milícia particular e expulsava-o, o camponês sem condições de resistir, não tinha outra saída a não ser procurar outra terra.” (SILVA, 2000, p. 28–9).

Ao serem empurrados para além das fronteiras, os posseiros fazem de sua vida uma peregrinação constante. De um lado a outro, tomam a linha de frente da fronteira em busca de espaço nas regiões mais distantes. Se há quem abra fronteiras em uma frente de expansão,⁷ há

⁷ Entendemos aqui como frente de expansão, as frentes migratórias onde as relações sociais não foram determinadas pela produção agropecuária voltada para o mercado, e as relações de trabalho com a terra não eram estabelecidas de acordo com a lógica capitalista e se deu majoritariamente por camponeses, posseiros imigrantes que foram ocupando as terras devolutas. Para Martins (1975, p. 47), “Os empreendimentos capitalistas se situam ‘fora’ dos componentes da estrutura social da frente de expansão e absorvem a renda potencialmente gerada pela terra. Por isso mesmo, as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista, que se faz presente na fronteira econômica, e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa frente”.

quem migre para as periferias das cidades, deixando para trás suas terras incorporadas ao latifúndio e transformadas em invernadas ou agricultura capitalista.

Embora não se relacionem e tenham interesses opostos — um tem na terra um local de trabalho de produção e reprodução de cultura, o outro a vê como possibilidade de ganhar dinheiro rápido e fácil —, o grileiro e o posseiro caminham sempre próximos: este abre as frentes, constrói infraestrutura básica; aquele o empurra para além da fronteira. Foi nessa esteira que os posseiros expulsos de Goianésia, Trombas, Formoso e Porangatu adentraram o interior até chegar ao extremo norte de Goiás.

1.2 MÉDIO ARAGUAIA, BELÉM–BRASÍLIA E O AVANÇO DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA

A região do antigo norte, até o fim da década de 1950, permaneceu fora do circuito econômico do Sul. Com a construção da rodovia Belém–Brasília, nos anos 60, o norte de Goiás se torna ponto integrador da Amazônia com a região Sul. Firma-se como portal da Amazônia, onde se entrelaçam riquezas e espaço aberto para investimento capitalista com retorno garantido via extração de madeira, minério e subsídio estatal do governo militar. Trata-se espaço privilegiado para o grande capital aliado dos militares, que adotaram a política do discurso desenvolvimentista através da junção da política de segurança nacional com crescimento econômico baseado na produção agroexportadora.

A Belém–Brasília e a interligação da Amazônia legal ao Sul e Sudeste criam uma configuração de colonização. Com os governos utilizando propaganda⁸ maciça sobre a região como novo eldorado da Amazônia, levas de imigrantes se motivaram a rumar para o norte de Goiás, houve política de apoio e subsidiar, investimentos de capital nacional e internacional e formação de latifúndios. A propaganda aponta uma questão relevante para atender ao projeto do Estado e do capital. Na perspectiva da política estatal, a fronteira amazônica representava a possibilidade de minimizar conflitos agrários em regiões onde havia tensão entre posseiros, arrendatários e donos de terras. No Nordeste, a opressão dos coronéis sobre os trabalhadores posseiros ou agregados em suas terras e disputas por terras entre os próprios coronéis gerava conflitos intensos e violentos. Casos mais extremos chegavam a medidas como o assassinato da maioria dos homens das famílias envolvidas. Aliás, a área de floresta seria uma opção viável para famílias envolvidas nos conflitos. Nessa lógica, pode-se considerar que a Amazônia seria utilizada para aliviar as tensões agrárias em várias partes do Brasil.

⁸ O governo recorreu largamente a meios de comunicação como jornais, revistas, rádios e televisão para difundir a ideia do eldorado na floresta Amazônica. Daí a massa de imigrantes que se deslocaram para a região.

Para o capital, os imigrantes representaram garantia de força de trabalho a ser empregada na construção da infraestrutura necessária para sua instalação como construção de estradas e cercas, derrubada de floresta para formar pastagens, ou como base de sustentação do projeto capitalista como comerciantes, profissionais liberais, advogados, contadores, pedreiros, carpinteiros e pistoleiros. Numa palavra, gente de estirpe variada chegou à região em busca do eldorado difundido pela propaganda dos militares em rádios, revistas e jornais.

Ao mesmo tempo em que atraiu imigrantes para a região através da propaganda, os militares entregaram o projeto de colonização a grupos econômicos ligados ao capital nacional internacional para direcioná-lo. Prova disso está na criação do Banco da Amazônia (BASA) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM): agentes financeiros para garantir a execução dos projetos a ser implantados e que ficaram à disposição dos grupos econômicos que investiram na Amazônia. Para regulamentar as ações, os militares criaram o Plano de Integração Nacional (PIN) para fomentar a integração da região amazônica às demais regiões do país; isto é, o fim da distância entre elas.

Criado pelo decreto-lei 1.106, em 16 de junho de 1970, o PIN previa recursos subsidiados e incentivos fiscais ou doações às empresas que investissem na região. Além, é claro, do incentivo estatal com a consolidação logística através do asfaltamento da BR-153 (Belém–Brasília). Isso foi o impulso que faltava para o capital se instalar na região. Essa rodovia esteve na pauta dos projetos de integração nacional, mas a efetivação da ideia foi postergada por mais de um século devido a dificuldades técnicas e financeiras. Considerava-se que grande parte da estrada ficaria dentro da floresta amazônica, considerada “intransponível”; daí que se transferia a rodovia Transbrasiliana para o campo do ideal, do onírico.

Com efeito, segundo Souza (2002, p. 355),

Quando falamos sobre a rodovia Belém–Brasília (BR-14/BR-153), sempre nos referimos ao período do governo JK (1956–1960). Mas a construção dessa estrada já esteve na intenção das pessoas que se inteiraram da necessidade de conquistas da Amazônia, ou seja, essa estrada sempre esteve nas cogitações dos que governaram as colônias e dos que estiveram à frente da ligação do norte com o Sul do país.

A abertura da rodovia promove um encontro das frentes migratórias no contexto da frente pioneira e da frente de expansão do antigo norte goiano. Depois de serem expulsos por grileiros, os posseiros perambularam por várias regiões em busca de terra e trabalho, esquivando do arrendo ou pretendendo aumentar a gleba de terra escassa com o aumento da

família, mesmo em uma lógica capitalista sem subsídio estatal e ante o capital nacional e internacional, cujos investimentos na fronteira tiveram o governo como financiador.

Considerando o ponto de vista de antropólogos e de geógrafos, Martins discorre sobre os conflitos mediante uma análise do conceito de fronteira e das frentes migratórias que resultaram na ocupação da região amazônica. Ele reafirma a necessidade de refutar uma linearidade desses conceitos e dos acontecimentos na região da fronteira. Para Martins, a análise dos antropólogos sobre o deslocamento das populações “civilizadas” ante as populações indígenas ocorre em um tempo e espaço diferentes das frentes analisadas pelos geógrafos. Martins (1997, p. 152) diz que “[...] a terra em si mesmo não tem qualquer valor [...] não se cogita, por isto, de assegurar a posse legal das terras [...] e este domínio não assume, senão acidentalmente a forma de propriedade fundiária”. Assim, a compreensão das frentes de deslocamento das populações sobre a fronteira não exclui os interesses econômicos e o mercado como agente propulsor.

A frente de expansão — assim denominada pelos antropólogos — apresenta uma grande diferença ante a frente pioneira — explicada nos estudos dos geógrafos sobre migrações na região de fronteira onde houve participação determinante do grande capital sobre as comunidades tradicionais e a floresta. Os estudos da frente pioneira não levam mais em consideração as comunidades indígenas e centram o enfoque nos agentes do capital: “[...] o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor” (MARTINS, 1997, p. 152). No entanto — diz Martins (1997, p. 152) —, “[...] o que temos nas duas definições é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”.

Nessa esteira, há de considerar que tanto as frentes de expansão quanto a frente pioneira aconteceram simultaneamente nessa região. Incluem trabalhadores que vieram na condição de imigrante em busca de terras férteis e fáceis e na condição de trabalhador na derrubada de floresta sem nenhum apoio governamental, assim como incluem os que vieram em uma lógica distinta dos trabalhadores: os fazendeiros e os empresários. Representantes do grande capital nacional e internacional e invariavelmente ligados aos grupos políticos dominantes, estes últimos contam até com o apoio logístico e financeiro do governo dos militares, que investe em infraestrutura e financiamento dos investimentos em seus projetos agropecuários, mineradores ou extrativistas, a exemplo disso das grandes madeireiras. Assim, mesmo que como fração de classe, o camponês já havia migrado para a região bem antes da construção da rodovia.

Se partirmos do pressuposto de que as frentes demográficas e econômicas não coincidem e que a frente de expansão antecede a pioneira, então há uma tendência a negar o

movimento de camponeses que migraram concomitantemente aos latifundiários ou de gente trazida como força de trabalho que veio como imigrante em busca de terras para a reprodução familiar. Teriam chegado fora da lógica do grande capital e sem os subsídios estatais.

Com efeito, o mineiro de São Gotardo Adebald Rufino de Oliveira (2010, entrevista) chegou à região no fim da década de 1960, motivado pela propaganda sobre as vantagens da Amazônia. Ele esse se refere aos motivos de sua imigração para a região com estes termos:

Nasci em 1946, em Minas Gerais, São Gotardo. Inda menino, meu pai resolveu mudar pra Goiás. Viemos para o vale São Patrício e moremos de 1952 a 1954 e voltamos pra Iporá, estado de Goiás. De lá, completei meus 20 anos, casei e sempre pensando em melhoramento da vida, sempre no dia de amanhã. E lá meu pai disse: “Vamos pro norte de Goiás porque lá as terras é fértil. Vamos pra lá ver se arranja um pedaço de terra pra nós lá” e descemos pro norte de Goiás naquele tempo. Quando chega aqui, encontremos [...] notícias muita terra boa aí, devoluta. Caça peixe em abundância. Aí, fomo trabaiá, mas logo nos num entremos pra região, que era melhor na região nas margens do rio Araguaia. Muita mata. Por quê nos num entremo? Porque a febre malária era constante na região. Dizimava famílias e tinha um mosquitinho também muito perigoso chamado pium. Ele picava tanto que dava lepra nas pessoa. Aí ficamos na região do Tocantins, uma região que mais sadia era chapada, que num tinha a doença

Sobre as condições da região, diz ele:

Naquela região, o sudeste de Goiás... A notícia chegou logo na década de [19]50, [19]58, [19]59. A notícia já estava esparramando dentro do sul de Goiás. Notícia boa. A década de 58, quando começou entrar a [rodovia] Belém–Brasília, a notícia já esparramou: “Olha, a região lá é muito boa, é muito rica, tem muita mata, é boa, tá no jeito da pessoa que num tem condição de adquirir terra de graça”. Aí o tempo passou, nós já vei vindo, já oito ano depois, na década de 68, e nós chegamos aqui, inda tinha muita terra boa. [...] Nos viemos de ônibus, peguemos, vendemos tudo que tinha lá, botemos as malinhas e tudo que tinha dentro do ônibus e caminemos pra cá. Quando nós chega aqui, isso aqui tava tudo novo, tudo novo. Enfrentemos muita dificuldade. Num vai pensar que isso aqui era o céu na terra na parte da sociedade, que num era, não! Naquele tempo, num tinha telefone, num tinha energia. Nois num tinha hospital, médico, aqui. Você tinha que ir pra Balsa[s], no Maranhão, ou Pedro Afonso ou Porto Nacional [GO]. Era Balsa[s] ou Porto Nacional que tinha os médico melhor; mais aqui, no norte do estado de Goiás, não tinha, não tinha médico. Tinha farmacêutico. Às vezes dava a febre, pegava pessoa, qualquer tipo de doença tropical da região, aí tinha o farmacêutico. [Quando chegamos aqui,] encontremos terra [para trabalhar], que nois podia ter entrado e tirado seus 100, 200 alqueires. Nois podia ter entrado e tirado porque num tinha dono. A terra tava devoluta e, aí, o que aconteceu? Quando nois fumo entrar pra dentro da mata, já vinha gente saindo de lá doente, morrendo. A gente via gente morrer, assim, da malária. Aí nois fiquemos com medo e fiquemos na parte direita da Belém–Brasília, que [lá] as enfermidades era menas. Num tinha doença pra cá, era sadio. Aí fiquemos esperando, né?!, que lá às veis melhorava, acabava aquela fase daquelas enfermidades.

As informações do entrevistado estão relacionadas com o projeto dos militares para a região amazônica. O mote era integrar para não entregar,⁹ ou seja, ocupar, com latifúndios agroexportadores maciços, áreas vazias ou ocupadas esparsamente por posseiros, garimpeiros e indígenas. Como mecanismo de controle, o governo dos militares, no Plano de Valorização da Amazônia, cria a SUDAM, em substituição à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SPVEA), constituída no governo de Getúlio Vargas. A SUDAM tinha como finalidade apoiar os grandes projetos de ocupação da Amazônia através de subsídios fiscais e créditos para investidores interessados em ocupar as terras devolutas. Uma década após sua criação, foi criado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a finalidade de administrar as questões agrárias, então com sinais de convulsão ante a consolidação do projeto agroexportador sustentado na concentração das terras.

A propaganda foi utilizada como instrumento de convencimento das populações de outras regiões que ainda não possuíam informações sobre essas áreas no extremo norte de Goiás ao longo da rodovia Belém–Brasília. O governo enaltecia as vantagens desse território quase todo desocupado e cheio de riquezas naturais, rios e florestas com imensa fartura de alimentos, pronta para ser explorada. É possível visualizar o empenho dos militares na consolidação do projeto de ocupação da Amazônia pela afirmação de Magalhães Pinto — ministro das Relações Exteriores do governo do general Costa e Silva (1967–9) — que Sader (1986, p. 49) reproduz do jornal *Folha de S. Paulo*:

A incorporação efetiva da Amazônia ao espaço nacional é o grande desafio desta hora. Com ela lograremos acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro e o de toda América do Sul, ao criar condições mais favoráveis à integração Latino-Americana, pela eliminação do vazio econômico de grande parte do centro do continente. [...] As diferentes “ilhas” de civilização e progresso que tem caracterizado o nosso desenvolvimento, se reunirão, assim, num todo contínuo, o que permitirá, pela primeira vez, pôr a serviço do homem brasileiro a totalidade do vasto espaço geográfico do país.

Parece claro que os objetivos dos governos militares foram extrair ao máximo os recursos naturais da Amazônia, explorar riquezas naturais disponíveis em abundância e integrar o mercado nacional com o internacional afirmando-se como mercado produtor e agroexportador com a produção de *commodities*; isso sem levar em consideração questões sociais como a integração dos trabalhadores no processo. A integração proposta pelos

⁹ Sob o *slogan* nacionalista: “integrar para não entregar”, os militares implementaram um processo de ocupação da Amazônia, abrindo estradas cortando imensas áreas de florestas e financiando o grande capital nacional e internacional para desenvolverem projetos agropecuários, mineratórios, de extração vegetal e de colonização da região. O que era um projeto de integração das populações do norte as do centro sul, o que de fato ocorreu foi a entrega da região para o a reprodução do capital.

militares — que consistia na incorporação da Amazônia ao contexto econômico das regiões Sul e Sudeste, em um processo acelerado de ocupação da região pelo capital — é responsável pelo desencadeamento dos conflitos associados com a Belém–Brasília e a grilagem de terras.

Descendente de imigrantes de Carolina, Maranhão, que vieram para a região trabalhar como vaqueiros na margem esquerda do rio Tocantins em 1914, João Costa nasceu, criou-se e mora até hoje na mesma fazenda, a 30 quilômetros ao norte de Colinas do Tocantins. É essa experiência que subjaz ao seu relato de que

Antigamente isso tudo era comum. Tinha muitas fazendas nessa região, nessa beira do rio e nas margens daqui pra Palmeirante. Tudo era fazenda. Não tinha cerca. Se você levasse um animal daqui pra Filadélfia ou Marabá e lá soltasse e se ele quisesse, podia vir embora porque não existia um palmo de cerca. (COSTA, 2010, entrevista).

As cidades mencionadas estão, respectivamente, a 95, 170 e 450 quilômetros tendo como base sua propriedade. Isso dá uma ideia das relações com a terra naquele período. Dadas a densidade demográfica relativamente baixa e as relações estabelecidas entre os moradores, as diferenças entre ribeirinhos, fazendeiros e extrativistas, segundo o entrevistado, não motivavam conflitos.

Aqui não tinha brigas por terras, não senhor! Todos os fazendeiros respeitavam os limites dos outros, e se alguém não tivesse terra pedia pro fazendeiro para fazer sua rocinha e ele autorizava. Como a cerca era de madeira, quando a cerca apodrecia, ele mudava de roça. Problema de terra começou depois da BR com a chegada do pessoal do Sul lá nas matas.

Uma visão idílica da região pré-rodovia deve ser evitada. Não se pode esperar uma harmonia total entre os moradores. A chegada de imigrantes e a instalações de fazendas de gado desencadearam conflitos que resultaram na dizimação de centenas de índios, enquanto outros foram empurrados para o interior da floresta. Em alguns casos, mesmo de forma velada, havia uma relação de subserviência entre posseiros, extrativistas e vaqueiros e os mais abastados (proprietários de fazendas de gado instaladas nas margens dos rios e nas várzeas da região e, em geral, residem em outros municípios).

Nesse sentido, a fala de João Costa dá uma medida de dois períodos: um em que a relação entre as comunidades ocorria na lógica da subsistência (extrativistas, ribeirinhos, posseiros) e outro em que se buscava o lucro da terra via exploração da pecuária extensiva. Nesse período, a terra não tinha valor de mercado; ou seja, não havia disputa acirrada pela posse, embora historicamente o avanço das fronteiras tenha significado empurrar as

comunidades indígenas rumo ao interior da floresta. Havia conflito mais por causa do poder de uso da terra do que pelo seu valor econômico, considerando que muitas vezes as áreas propícias à criação extensiva do gado estavam ocupadas por comunidades indígenas. Como estes não tinham uma relação de posse individual, viam as crias como fonte de alimento, daí que muitas vezes abatiam gado para consumir, o que dava início ao conflito com fazendeiros; estes, munidos de arma de fogo, assassinavam alguns e forçavam outros a irem para regiões mais distantes.

Essa relação é alterada após a construção da BR-153. O direcionamento ocupacional da região pelo Estado intensificou a violência nas disputas pela posse da terra. Maria Antonieta de Costa Vieira (2012, p. 64), em texto sobre o movimento migratório de comunidades camponesas na Amazônia oriental, afirma que,

No início do século XX, a exploração da borracha, que se fez em grande parte com a mão de obra nordestina se apresentou como uma alternativa para aqueles que viam esgotadas as possibilidades de sobrevivência na região de origem. O garimpo de cristal em Goiás atraiu muita gente na década de 1930 e 1940. O povoamento de Tocantins, sul do Maranhão, sul do Pará se fez principalmente por piauienses, cearenses, baianos. Para os sertanejos nordestinos a Amazônia era sinônimo de mata, de verde, contrapostos à sequeidão do sertão, possibilidade de plantio, de fartura. Com esta perspectiva famílias inteiras migravam contando com a possibilidade de se apropriarem de áreas não ocupadas por grandes donos de terra.

Ao discutir a reinterpretação do espaço de fronteira no estado Tocantins, Ajara et al. (1991) apontam a migração nessa região. Assim, embora esparsa, a formação de núcleos ocorreu no norte do Estado, mas numa época fora da lógica econômica que dominou a região após ser feita a rodovia Belém–Brasília. Ao compararem frentes diversas de ocupação no estado em razão de motivos distintos, esses autores assinalam a imigração para outras regiões:

Uma frente agrícola maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará. De modo efetivo foi se intensificando a ocupação do Norte desse território recoberto à época pela mata de babaçu, além de grandes manchas da mata características das zonas de tensão ecológica da Pré-Amazônia. Aí se desenvolveu em pequenos sítios uma produção fundamentalmente de substância que tinha na rizicultura, no extremo norte, e no extrativismo da madeira e do babaçu, mais ao sul, o suporte comercial. (AJARA et al., 1991, p. 12).

Até o fim da primeira metade do século, o movimento migratório para essa região do antigo norte goiano foi fundamentalmente capitaneado por imigrantes pobres, posseiros fugindo dos conflitos de outras regiões alcançadas pelo capital latifundista, meeiros fugindo

do arrendo ou pequenos proprietários de terras em busca de ampliar o tamanho da propriedade da família. Essa frente pode ser caracterizada como de expansão, dado o uso particular de terras públicas, devolutas, por posseiros e pequenos agricultores sem subsídio estatal e fora da lógica do capitalismo agrário. Dois requisitos para obter a terra eram não ter títulos de posse de terra e destinar a produção à subsistência, comercializando o excedente. Num primeiro momento, as populações vinham do Nordeste, sobretudo do Piauí e do Maranhão.

Com a abertura das estradas — sobretudo a BR-153 —, inicia-se uma frente migratória oriunda do Sul. O perfil dos imigrantes inclui contextos políticos, econômicos e culturais que os distinguem dos nordestinos, embora se alinhem em certas condições: o mesmo propósito de encontrar terras para trabalhar e viver em paz e com dignidade; misturar-se e formar-se uma sociedade nas terras pouco valorizadas do norte. Segundo Borges (1998, p. 163),

Apenas algumas famílias de posseiros exploravam áreas de terras devolutas [que legalmente pertenciam ao Estado Brasileiro] dedicando-se a lavouras de subsistência como atividade básica. As matas do vale do Araguaia e seus afluentes constituíam um sertão bruto de terras povoadas apenas por tribos indígenas. As terras de campo e cerrado estavam esparsamente exploradas pela pecuária extensiva. As grandes propriedades e a tradicional atividade pastoril tornavam a área em verdadeiros vazios demográficos.

As frentes migratórias se entrecruzam na fronteira em razão das expectativas de conquista da terra geradas no interior das comunidades de trabalhadores e camponeses, que almejam se livrarem da exploração do fazendeiro ou da violência do grileiro e do latifúndio. “O deslocamento em direção à fronteira se constitui, para os camponeses, numa possibilidade de desvencilhar-se das relações de dominação dadas pela grande propriedade” (VIEIRA, 2012, p. 66); e mesmo que, em muitos casos, seja necessário aplicar táticas diferentes, visto que invariavelmente o grileiro, o latifúndio e o capital estão sempre no encaicho.

Considere-se o caso do posseiro imigrante Urbano, que chegou à região no início da década de 1960, motivado pelo sonho da conquista da terra, para ser expulso pelo latifúndio nos anos 1980. Em entrevista concedida, em 1988, a Viera (2012, p. 66), ele exprime seus sentimentos com estes termos:

A pobreza viaja toda vida na frente; a riqueza, no aceiro. É os bestaião amansando a mata e os ativos atrás, tomando. É o que aconteceu no Maranhão e Goiás: o pobre abrindo estrada na frente, o rico atrás, tomando. O pequeno não tem as mangas pra tocar questão com o rico. Quando dá fé, já chegou a carta do barão.

Mesmo na iminência de ser despejado violentamente pelo latifúndio, o projeto do imigrante é entendido como possibilidade de obtenção de paz longe das ações de violência do latifúndio que lhes permita sobreviver em harmonia. Nessa lógica, “[...] a existência de uma terra livre, abundante, aparentemente inesgotável, disponível para ser apropriada torna a mobilidade espacial uma estratégia privilegiada para garantir ao mesmo tempo a sobrevivência e a liberdade” (VIEIRA, 2012, p. 66).

Migrante de outras frentes, dona Helena — a quem entrevistamos — dá pistas do processo migratório que antecede a chegada não só da frente de imigrantes à região, mas também do capital e do conflito. Natural de Uberaba e casada com um paulista imigrante que veio para Minas Gerais na condição de arrendatário de terras, migrou com o marido para o norte de Goiás no fim dos anos 1950 à procura de terra. Estabeleceu-se, primeiramente, na então Colinas de Goiás, às margens da BR-153; depois, na colônia Bernardo Sayão, onde se tornou a primeira professora e, mais tarde, técnica do INCRA. Eis o que ela disse sobre as condições do imigrante que buscava as terras do norte:

“Vamos pra lá” — eu falei [para o marido]. “Vamos!” Pusemos a trouxa nas costa, porque naquela época estrada não tinha, essa BR, Belém–Brasília, não existia naquela época. O quê que nos fizemos?! Viemos pra beira da estrada em São Luiz de Montes Belos, pegamos uma camioneta, chegamos na cidade de São Luiz porque nós morava três léguas de São Luiz. Chegamos lá, pegamos uma camioneta, aí viemos pra Goiânia. Goiânia num era essa Goiânia, era um pedacinho, assim, como se diz, era Campinas, onde Campinas era foco da cidade. [Bairro] Centro num tinha. Nada. Aqui num existia Centro, entendeu? Nós chegamos lá, ficamos num hotelzinho três dias, até achar um caminhão que fosse descer lá pro norte de Goiás levando gente. Num tinha ônibus, num tinha nada. Então era pau-de-arara. Chamava se pau-de-arara. Você já deve ter visto falar. Aí, chamava pau-de-arara. Em 1962, fomos parar em Colinas de Goiás. Viajei — sabe? — três dias em cima do pau-de-arara. Aí então a gente ia naquelas currutelazinha, ia naquelas pensãozinha [...], no hotel, ficava [...] gente deitada ali, você não sabia quem tava deitado do lado. Aí, você entrava no pau-de-arara de novo. A gente foi por conta própria até Colinas. [O povo que ia com a gente], esse povo era gente que tava doido também por terra, muitos deles ficaram em Guaraí, outros ficavam em Gurupi — que Gurupi matava gente que era uma coisa de louco. Aí a gente não quis ficar em Gurupi. Subimos até Colinas. A gente tinha alguns amigos, que também queria essa terras mais pra dentro, chegou em Colinas, nós paramos. (HELENA, 2014, entrevista).

Colinas do Tocantins localiza-se às margens da BR-153. Era uma espécie de ponto de apoio ou de parada de muitos imigrantes que chegavam do Sul em busca de terras fartas e férteis. Era onde ficavam por algum tempo até encontrar terras para fazer suas posses, como nos relata dona Helena. Com efeito, ao chegar a Colinas, ela foi falar com o prefeito, que deu autorização para ficar em uma área desocupada.

E a gente foi. Era uma maleita que matava até mosquito na época; mas ele, doido por terra..., [então] fomos pra lá. Ficamos mais ou menos uns três anos. Ele era um agricultor, era da zona rural mesmo. Conversando em Colinas com um amigo que, também, tinha saído daqui do Sul — não sei como ele tinha chegado em Colinas —, encontraram lá e, conversando, esse amigo dele falou: “Rapaz, você quer terra?”. Ele falou: “Quero!”. “Tem um projeto aí do governo aqui pertinho que eles tão dando terra lá e é muita terra, num é pouca não. Vamos pra lá.” [Ele] perguntou como iam, [o amigo] disse: “Ó! Lá num tem estrada, não! Se a gente tiver que ir, vamos pro entroncamento do Bernardo Sayão”. Até no entroncamento de Colinas tinha condição de camionete, carro de boi, jumento. Aí, chegava no entroncamento, a gente tinha que ir perguntando numa fazendinha outra até a gente chegar nesse Bernardo Sayão. Não tinha estrada, tinha o que a gente chamava naquele tempo de picadão: ia só a pé, a cavalo, carro de boi; era assim... Ele foi, falô pra mim [que] “Tem uma terras muito boa aí perto de Colinas, e eu estou indo pra lá. A gente vai até o entroncamento”. No entroncamento, tinha uma pensãozinha, até o dono chamava Zé Maria, e todo mundo que chegava pra onde ia criar o Bernardo Sayão, que ainda numa estava criado, passava nesse entroncamento. Então nos vamos até lá, no Nonato, aí de lá nos vamos do jeito que der certo. Meus dois filhos estava com maleita. Um tinha 2 anos e pouco [de idade] e outro tinha 1 [ano] e pouco. Aí, [o marido] disse: “Você fica aqui e eu vou”. Aí ele foi e sumiu. Resultado, ele ficou três meses sumido. Aí eu falei: “Eu vou lá, vou achar essa terra”. Três meses sumido, eu fiquei sozinha, eu escrevia pra Uberaba, telefone num tinha nada, no meio do mato escrevia pra minhas irmãs, pensei: “As onças comeu ele. Nesse meio de mato, eu vou ter que voltar pra Minas Gerais. E agora? Com esse dois filhos nas costas?” E aí, com três meses, um belo dia, ele apareceu, apareceu, mas a roupa dele num era roupa não, era uns tilango.

O Bernardo Sayão a que a entrevistada se refere foi um projeto de colonização em área de baixa densidade populacional a 78 quilômetros a oeste da rodovia Belém–Brasília, na cidade de Colinas. Executado no governo de Mauro Borges, no início da década de 1960, o projeto pretendia assentar famílias, em geral, oriundas do sul de Goiás em lotes de até 35 alqueires cada. “O Ex-Projeto integrado de Colonização Bernardo Sayão – INCRA foi uma arrojada experiência do Governo de Goiás na tentativa de situar o homem no campo, dando-lhe terra e condições adequadas de vida” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, 2015, *on-line*).

Ante a intensificação da procura por terras com a construção da rodovia, a criação da Colônia Bernardo Sayão veio interferir no processo migratório. Com isso, avança ainda mais a corrida por terras do norte. Essa colônia se transformaria depois em cidade, segundo a premissa de que

Mauro Borges é o verdadeiro fundador de Bernardo Sayão. Mais de 850 parceiros foram assentados em suas glebas com orientação técnica, assistência sanitária e educacional. Os parceiros não eram pessoas habitantes daquela região, e sim, vindos especialmente do sul do estado. (IBGE, 2015, *on-line*).

Segundos dados da prefeitura de Bernardo Sayão (2015, *on-line*),

No dia 06 de julho de 1962, um comboio com 10 (dez) caminhões, transportando as famílias cadastradas partiu de Goiânia para uma viagem que durou 09 dias, chegando finalmente no dia 15 de julho do mesmo ano ao Vale das Cunhãs, que passará a chamar, Colônia Agrícola Bernardo Sayão [...] Um ano depois o Governo Federal reconheceu o Projeto de Colonização, enviando uma equipe de técnicos para fazer um levantamento geral das necessidades, gerando um convênio entre os Governos Federal e Estadual, criou-se então o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Após a instalação do Órgão Federal no Assentamento, responsável pela continuidade na execução do Projeto. Constatou-se o aumento muito grande de pessoas que procuravam o já então INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na regional de Goiânia, para serem cadastradas como colonos do PICBS (Projeto Integrado de Colonização Bernardo Sayão). O número de famílias que vieram fazer parte deste grande projeto cresceu consideravelmente, com isto várias estradas vicinais foram abertas e construídas as primeiras escolas públicas, onde os primeiros professores foram: Maria Luiza, Maria Helena da Silva, Maria do Nascimento Andrade e Jonas Xavier de Campos.

O projeto de colonização Bernardo Sayão, no governo Mauro Borges, coincide com a frente migratória de várias regiões: do Nordeste, vieram pessoas em busca das terras férteis e abundantes divulgadas por amigos e parentes que já estavam há tempos na região; do sul, chegavam levas de famílias em caminhões ou ônibus.

O programa da implantação dos chamados combinados agroubanos se apresentou ao norte como ação governamental a fim de ocupar espaços vazios com camponeses oriundos de outras regiões numa perspectiva de uma ocupação planejada e controlada pelo estado. Para Carlos Leandro Esteves (2011, p. 233), é

Importante ressaltar que essa lógica de ocupação dos “espaços vazios” será em grande medida retomada pelo governo goiano na década de 1960. Atualizada nos planos de colonização do IDAGO [Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás], ela cumpre o desígnio de promover a ocupação ordenada numa extensa área onde a Marcha para o Oeste não havia completado seu avanço na década de 1940.

Tais projetos acentuaram o deslocamento de trabalhadores rurais de áreas disputada entre eles e o latifúndio em diversas regiões. No antigo norte de Goiás, ocuparam mais áreas vazias da região, somando-se aos outros imigrantes vindos em outros contextos migratórios. “O Combinado Agroubano consistia num ambicioso empreendimento e colonização e cooperativização agrícola encampado pelo Estado.” (ESTEVEES, 2011, p. 237). O programa de ocupação planejada pelo estado previa a consolidação, em regiões distantes, dos núcleos “[...] do Combinado Agro Urbano em três regiões: o CAU – 1, no município de Arraias, a

oeste de Goiânia e próximo a Brasília; o CAU – 2, em Tocantinópolis; e o CAU – 3, em Araguacema, município do extremo norte Goiano” (ESTEVEES, 2011, p. 238).

Também conhecido como Núcleo Colonial Bernardo Sayão, o núcleo de Araguacema foi inicialmente implantado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização e posteriormente assumido pela Secretaria da Educação tendo em vista a falta de apoio por parte do INIC. Dispondo de uma área de 100.000 ha de terras, o núcleo em 1963 contava com cerca de 100 famílias, havendo, entretanto, o plano de que mais 300 famílias seriam recrutadas. (ESTEVEES, 2011, p. 238).

A entrevistada Helena corrobora Esteves. Ela afirma que o projeto de colonização foi uma ação governamental — em parceria do governo estadual com o federal — que ocorre após a chegada dos posseiros que já estavam habitando nas bordas da rodovia onde é realizado o projeto ou regiões mais distantes como Colinas e outras cidades.

O governo aqui em Goiás era o doutor Mauro Borges [...] Então fizeram um tipo de convênio — hoje fala convênio, num lembro mais como chamava; mas era um acordo do governo federal com o governo de Goiás pra criar esse projeto lá, pra assentar gente. O governo de Goiás se comprometeu em levar gente daqui lá pro projeto, que era mata serena; e o governo federal se comprometeu financeiramente a cobrir as despesas. Foi assim que começou o projeto que chamava supra, Superintendência de Reforma Agrária. Foi o primeiro nome que recebeu Bernardo Sayão, foi o projeto. E o governo federal se comprometeu financeiramente a cobrir as despesas. [...] ainda num tava criado, mas aí, o que aconteceu?! O governo federal tinha muitos funcionários que sabe de reforma agrária, trabalhar com isso lá no Pará, em Conceição do Araguaia. Quê que ele fez?! Ele requisitou esses funcionários e mandou de barco de conceição do Araguaia para Bernardo Sayão. (Esse nome Bernardo Sayão veio muito depois.) Mas aí mandou lá, era uma mata serena, e aí o trânsito era água. Num tinha estrada. Num tinha nada.

A nossa intenção, ao trazer para a discussão a criação da Colônia Bernardo Sayão, foi situar os antecedentes colonizadores, entender como as levas de trabalhadores migraram para a região em busca de terra e apontar suas origens. Na região, concentraram-se imigrantes de localidades variadas. O relato de José Lima dá uma medida dessas circunstâncias. Assentado do Assentamento Progresso, ex-fazenda Monte Alegre, ele morava nessas terras antes de ser expropriado pelo proprietário, Devenaux Prudente. Em suas palavras,

Quando nos mudemos do Maranhão pra cá, eu tinha 14 anos, aí nos passamos aqui só pra visitar os parentes nosso: Tião Arruda, a mulher dele, que é irmã do meu pai, e fomos diretamente pro Pará. A família ficou: minha mãe, meus irmãos ficaram no Maranhão. Nos localizemos no Pará, quando nos localizemos no Pará, aí meu pai buscou a família. Naquela época, nós morava na Barreira de Santana — naquela época era barreira de Santana. Era a Santana que eles chamam hoje [...] nós moremos uns dez, de dez a quinze

anos. Meu pai vendeu lá de novo e viemos pr'aqui, viemos pra cá, pro estado do Tocantins, aí comprou uma terrinha, uma fazendinha. Aí minha mãe adoeceu, comprou aqui na mata verde, aí perto do Tião Arruda. Ficava ali, no Domingo Montel, no entroncamento do Domingo Montel, cê sabe aonde, num sabe? Aquilo era quase tudo nosso, era tudo parente, era Tião Arruda, Sebastião Arruda, Bernaldino Lima, que era irmão de meu pai, meu pai, que era Pedro Lima, todo mundo ali, era município de Couto. Não lembro do ano [em que foi isso], não! Eu sei que naquela época era terra devoluta. Você chegava, isso era tudo mato, só tinha abertura quando você chegava numa mata dessa daí, que você agradava, aí você metia foice e dizia: “Eu vou ficar aqui”. Aí você tirava o tamanho que você quisesse: vinte, sessenta alqueire... O tamanho que quisesse, era tudo terra do Estado, o agrimensor — veio um agrimensor de Brasília cortar as terras aqui —, ele cortou as terras pra nós. Eu tirei vinte alqueire de terra, meu irmão tirou vinte, meus tios todos tiraram vinte. Era uma área de terra, todo mundo encorpado; e o agrimensor falô pra nós: “Aqui é terra devoluta, é terra do estado, aqui não tem título; e se algum dia eu suber que ocois abriram mão dessa terra” — ele brincava muito comigo, né —, “se seu suber que você abriu mão dessa terra, Zé Lima, eu venho aqui só lhe capar, pois eu falei: “Num capa, não!”. (LIMA, 2014, entrevista).

Como o entrevistado relatou ter vindo do Maranhão com 14 anos de idade — estava com 65 à época da entrevista —, presumimos que tenha chegado por volta de 1963 à região, onde seus parentes já moravam. Assim, apesar da baixa densidade demográfica, posseiros e extrativistas habitaram a região antes do capital. Com a ampliação da logística após a abertura da rodovia, acentua-se o contingente à procura de terras: posseiros, grileiros, empresários de outros segmentos, todo se misturam em busca do motivo-chave da imigração para a Amazônia: conquistar a terra. Para Martine (1978 apud MAURO; OLIVEIRA (2010, p. 101)

Uma das grandes realizações de JK foi a inauguração da BR-153, que ligava Belém a Brasília, a nova Capital Federal. O seu traçado foi estabelecido em 1956 e a obra inaugurada oficialmente no término de seu mandato, em 1960, ainda que o empreendimento não estivesse totalmente asfaltado.

1.3 ABERTURA DA BR-153, INTERFERÊNCIA DO GOVERNO AUTOCRÁTICO BURGUESES E O AVANÇO DO CAPITAL

Mesmo sem estar concluída, a rodovia serviu como via de entrada de trabalhadores e posseiros de todas as regiões do Sul e do Sudeste, bem como do Norte e do Nordeste; seja na perspectiva da posse da terra ou, depois, como força de trabalho nos empreendimentos agropecuários de caráter capitalista, os quais foram se estabelecendo com subsídio pelo Estado. Isso porque o aparato logístico, econômico e político do país foi implementado com o objetivo de fomentar a entrada do capital na Amazônia. A abertura da estrada foi consolidada

no fim do governo de Juscelino Kubitschek, mas sua ampliação aconteceu no governo autocrático.¹⁰ Para Borges (2002, p. 104),

O programa de “integração nacional” com base na expansão rodoviária foi retomado na ditadura. Os governos militares estabeleceram como meta a ampliação e modernização da malha rodoviária nacional visando à segurança geopolítica e ao incremento do processo de industrialização do país. O modelo de crescimento econômico implementado pelo regime autoritário exigia a continuidade e melhoria das obras viárias, visando sobretudo à integração de novas áreas à fronteira agrícola e ao mercado nacional. A rodovia Belém–Brasília depois de concluída, com 2.123 quilômetros de extensão, traçou uma linha perpendicular no mapa do Brasil. Conjugada a outras estradas de rodagem cruzou o país de Norte a Sul. Assim, depois de quase quatro décadas, o projeto rodoviário da *Transbrasiliana* foi concretizado. A rodovia federal (BR-153) tornou-se o principal meio físico de expansão do capital na Amazônia Legal, abrindo espaço na região para os grandes projetos agropecuários.

Ao mesmo tempo em que os militares propagaram as terras da Amazônia como novo Eldorado — com a possibilidade de os camponeses adquirirem terras para sua reprodução familiar, sair do arrendo, da empreita e da condição de proletário rural nas regiões integradas ao mercado e ao capital —, criaram mecanismos de controle em um modelo de ocupação que beneficia diretamente o capital nacional e internacional que tivesse interesse em investir na região.

Contudo, o projeto só pode ser executado porque a logística consolidava-se com a abertura da BR-153.

Com a implantação da rodovia, aproximadamente quatro milhões de quilômetros quadrados de área do país seriam incorporados como “território econômico” (*Última Hora*, 02/02/56). A melhoria dos meios de transporte e comunicação possibilitou a valorização não só das terras como de todos os recursos naturais da região. As áreas cortadas pela via de transporte sofreram impacto da especulação imobiliária. Grandes latifúndios se formaram mediante a “grilagem” de terras e a violência contra indígenas e posseiros, acirrando os conflitos sociais no campo. (BORGES, 2002, p. 104).

¹⁰ O Estado autocrático burguês é entendido aqui — de acordo com Florestan Fernandes (1987, p. 297) — como implantam uma ditadura burguesa com base altamente opressora e atuante em favor do capitalismo monopolista, que, no caso da região amazônica, ampliou seus capitais através dos projetos mineratórios, agropecuários e madeireiros. Ao mesmo tempo em que favorecia a burguesia em que estavam alinhados, destruíam as classes empresariais locais. Segundo Fernandes, o desenvolvimento capitalista se concretizou alinhando as oligarquias rurais nas burguesias industriais e comerciais; e essa composição ampliou o modelo de “desenvolvimento desigual e combinado” que privilegia as classes altas e médias em detrimento da classe trabalhadora. O governo autocrático burguês — ainda na visão de Fernandes (1987, p. 297) — consiste em “[...] um poder que se impõe sem rebuços de cima para Baixo recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. Gostemos ou não essa é a realidade que nos cabe observar e diante dela não nos é lícito ter qualquer ilusão”.

A pavimentação da rodovia fez aumentar o fluxo de fazendeiros em busca de terras baratas no norte, despovoadas ou ocupadas por camponeses, posseiros que não tinham documentos de propriedade das terras que ocupavam. Isso facilitava a prática da grilagem de tal modo, que despertou o interesse de grileiros e fazendeiros de outras regiões, sobretudo do sul de Goiás, de São Paulo e de Minas Gerais. Atraídos pelos incentivos governamentais para empresários de outros setores que tivessem interesse em investir na Amazônia, muito se deslocaram com a finalidade de aumentar suas posses e empresas de vários segmentos econômicos. As vantagens para o capital disposto a fazer investimentos na Amazônia impulsionaram o crescimento urbano ao atrair para a região trabalhadores que vieram como fornecedores de força de trabalho nos empreendimentos agropecuários que foram se instalando.

Mais do que incremento populacional, essa rodovia alterou, em grande parte, o sentido “espontâneo” das frentes de expansão. A migração agora era também de goianos, mineiros e paulistas, não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, ela projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional, ocorridas com o avanço da fronteira agrícola. (AJARA et al., 1991, p. 12).

A rodovia e a chegada do capital fazem a forma de aquisição da terra via ocupação e posse dar lugar à aquisição pela compra. Entra nesse contexto outro agente: o grileiro. Em muitos casos, encarregado de limpar¹¹ a terra para o investidor, esse personagem se valia muito da ignorância dos posseiros, que em geral tinham pouco conhecimento de seus direitos, seja à posse da terra, seja a garantias de cidadania. Noutros termos, eram alvo fácil. Com a conivência de cartórios, o grileiro falsificava documentos; com a de políticos e da polícia, expulsava posseiros. Assim, as condições de submissão ao latifúndio se impunham, também, na região da Amazônia. O agravante é que a expropriação de terras nessa fronteira, muitas vezes, deixava os trabalhadores sem ter aonde ir, visto que a chegada do capital foi rápida, maciça e violenta.

A forma como se deu a ocupação da Amazônia — rápida, com o capital que dela se apropriou — criou uma situação diferente do que aconteceu em outras regiões e épocas: o trabalhador encurralado já não via mais como sair e se localizar nas bordas dos latifúndios, uma vez que áreas imensas foram monopolizadas, primeiramente por grileiros, depois com a

¹¹ Limpar a área foi um termo amplamente empregado na região para se referir à desocupação de áreas ocupadas por posseiros. A limpeza poderia ocorrer com a participação de pessoas influentes, autoridades convencendo os posseiros de que o pretense fazendeiro era o dono, portanto a melhor saída era a saída deles da terra, às vezes forçada por pistoleiros.

venda para fazendeiros capitalistas. A alternativa de procurar outras áreas mais distantes e desocupadas ficou anulada. Estavam todas ocupadas ou em vias de ocupação. Segundo Campos (1985, p. 223),

[...] o ocupante era o mesmo, as condições é que são outras. A terra agora está se valorizando, a estrada Belém–Brasília torna possível a ligação daquela, então remota, região com o mercado do centro-sul. Além disso, o posseiro encontra agora a ação organizada de fazendeiros e de “grileiros” e tem que reagir, pois se tornam cada vez mais menores as chances de serem encontradas terras livres para ocuparem. Talvez por isso os ordeiros de 1935/45 “tenham deixado” as terras do sul do Estado e buscado novas matas mais ao norte sem trazer “problemas” para a segurança pública. E que agora em razão da pressão que encontram, procuram resistir, até pegando em armas, e passam a se organizar em associações e em sindicatos rurais.

Nessa esteira, ao analisar a formação das classes trabalhadoras na fronteira e a devastação da Amazônia após a inserção do capitalismo, Fiorelo Picoli (2006) faz ponderações sobre as relações que se formaram na região e como os militares se articularam para que o capital encontrasse condições de se instalar e manter o projeto agropecuário na floresta, considerando que era imprescindível garantir a força de trabalho para implantação dos empreendimentos. Assim,

[...] através da ditadura instalada em 1964 que a região foi colocada à disposição dos grupos econômicos nacionais e internacionais. O Estado utilizou como estratégia de ocupação a criação dos incentivos fiscais, via encontrada para favorecer a elite capitalista nacional e internacional. Essa estrutura foi possível graças às ações dos militares através da Doutrina de Segurança Nacional, os quais tomaram o poder após o golpe que derruba João Goulart em março de 1964. É dessa forma que nasceram as rodovias de integração da Amazônia [e também do Centro-Oeste, já que tinha territórios na chamada Amazônia Legal] com o restante do país, oferecendo as condições necessárias para a penetração dos capitalistas, dos colonos, dos desempregados e de todos os despossuídos e marginalizados do Brasil. (PICOLI, 2006, p. 38).

Seja espontânea, seja incentivada por membros da família e conhecidos já estabelecidos no antigo norte goiano — que enviavam cartas, mandavam recados a amigos e parentes dando notícias sobre as facilidades de obter terras férteis — ou direcionada pelo Estado — como no caso da colônia Bernardo Sayão, pela veiculação de notícias sobre um novo eldorado em plena floresta —, a migração fomentou uma corrida em massa de várias classes sociais, cada qual com um interesse específico. Marco Aurélio Correia de Araújo (2011, p. 75) afirma que

A colonização, tanto oficial quanto particular, tirou excedentes populacionais das regiões do Nordeste, do Sul e do Sudeste, constituindo-se em uma saída para minimizar os problemas sociais do país. Assim, ocorreu uma corrida desenfreada para o Centro-Oeste e Norte do território nacional, proporcionada pela busca de uma nova opção de subsistência. Neste contexto houve a chegada de levas de posseiros, peões, gatos, grileiros, latifundiários, empresas, técnicos e etc. (ARAUJO, 2011, p. 75).

Mudam vertiginosamente as condições dos imigrantes que chegavam sonhando com a promessa de terras suscitada pela implantação do projeto do governo militar de conceder ao capital o projeto de colonização da região. As áreas desocupadas onde os camponeses poderiam se instalar como sempre fizeram passam a integrar complexos agropecuários incorporados pelo capital latifundiário; ao imigrante descapitalizado resta ser incorporado a esses empreendimentos como força de trabalho, na condição de arrendatário, meeiro ou trabalhador rural. Da condição de camponês imigrante se passa à de proletário rural.

O caso de José Francisco Rodrigues, 47 anos, faz-se exemplar aqui. Ainda criança, migrou do sul de Goiás para região de Colinas do Tocantins com a família, no ano de 1973. Trabalhou como arrendatário, empreiteiro e diarista em fazendas da região. Foi um dos organizadores da ocupação da fazenda Monte Alegre, atual assentamento Progresso, onde é assentado. Também foi o primeiro presidente da associação dos assentados e membro do sindicato dos trabalhadores rurais. Ele se descreve com estes termos:

Sou natural de Santa Rosa Goiás, mas aí meus pais mudaram para a cidade de Itaguari. Meu vô tinha uma terra... Meu bisavô era senhor de engenho e, aí, morreu. Meu vô ficou com um pedaço no município de Itaguari, dessa que ficou com meu vô. Era nove filhos. Ficou um pedaço pra minha mãe. Era um pedaço pequeno. Era uma chácara na beira da cidade. Aí, com a ideia de meu pai [de] comprar uma terra maior, veio pra cá. Naquele tempo, norte de Goiás. A ideia era comprar uma terra maior aqui. Naquele tempo, era muito difícil. Vendeu lá essa chácara e fretou um caminhão, onde veio cinco famílias de lá pra cá, gastou cinco dias de viagem de Itaguari até Colinas de Goiás. Tinha Nova Colina e Nova Olinda. Aí, com essa ideia, passamos direto e fomos direto, fomos parar direto em Nova Olinda, uns 70 quilômetros pra frente. Chegando lá, ficamos sabendo que távamos errado. Voltamos pra traz. A região lá era muito boa, onde nós morava. Cultura né? Meu pai foi olhar terra, meu pai gastou demais nessa viagem. Trouxe [...] famílias todas por conta de meu pai. Aí o dinheiro ficou pouco, né?! Aí, foi caçar terra e nessa de ficar pra lá e pra cá o dinheiro foi gastando, aí fomos trabalhar de arrendatário, de meeiro nas fazendas de [19]73, 74 até 82, trabalhando em fazendas dos outros. (RODRIGUES, 2014, entrevista).

A lógica do capital intercepta a lógica do campesinato na fronteira. A terra de trabalho¹² buscada pelos camponeses escasseou em função da terra de negócio¹³ e da capacidade de produção de *commodities* com fins de abastecimento dos mercados externos. Esse contexto se distancia da perspectiva dos sonhos da terra prometida e da possibilidade de o camponês se refazer na fronteira. Como afirmam Sydentricker e Torres (1991, p. 45)

Na fronteira, “o camponês” busca novas bases para a reprodução de uma condição social perdida ou alcançada pelos antepassados, mas não mais vislumbrada como factível, devido ao processo de mercantilização da terra e de proletarização no campo. No entanto este projeto não se realiza necessariamente, uma vez que depende do processo histórico concreto e das lutas sociais em curso.

Seja posseiro, meeiro, arrendatário ou pequeno sitiante que migrou para essa região após os militares concederem subsídios ao grande capital nacional e internacional para implantar projetos agropecuários, o camponês não encontra mais condições de reprodução familiar na terra. Visto lhe ser reservado o trabalho como peão, o camponês passa a ser proletário rural, ou seja, perde a quase totalidade do vínculo com a terra (IANNI, 1979; OLIVEIRA, 1989; MARTINS, 1997). Como destaca o entrevistado José Francisco Rodrigues:

No começo, trabalhava mais pela forma. O fazendeiro tava fazendo a abertura da fazenda e aí levava ali dez, vinte famílias. Derrubava a mata e plantava ali pela forma. Deixava a fazenda formada por conta dele. Com o passar dos anos, era a renda de 20, 25 até chegar a meia. Aí já era meeiro, pegava a terra bruta, formava, plantava e ainda dava a metade para o fazendeiro. E o que mais dificultava era que você tocava a roça um ano numa fazenda, no outro [vinha] a notinha [de] que [era pra] ir pra outra e o mais difícil era a precarização das casas, só tinha um barraquinho de lona e pau a pique. Era uma vida triste pra trabalhar nas fazendas, roçar, fazer derrubada, plantar capim, fazer cercas. Era mais sofrimento ainda porque era um trabalho árduo, pesado. Com um abono assim, deixava a família na

¹² Entendemos terra de trabalho como aquela onde o trabalhador exerce suas tarefas com sua família sem explorar o trabalho de terceiros. Em geral, são pequenas propriedades. De acordo com Oliveira (1996, p. 60–1), “[...] estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É, pois, terra de trabalho. É, portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração”.

¹³ Por terra de negócio entendemos a terra como propriedade capitalista, transformada em coisa, em objeto de exploração, concentrada em poder de poucos, com finalidade puramente econômica. Para Martins (1980, p. 56), “Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Por isso não podemos confundir a *propriedade capitalista* com a *propriedade familiar*, ainda que propriedade privada. São coisas completamente diferentes, inda que a passagem de uma a outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma”.

cidade. Pai de família pegava uma empreitada com o fazendeiro, pegava um abono ali que dava pra quinze dias, pra muié e o fio pequeno ficar ali na cidade e ia pra roça trabaiá. Trabaiava um mês, dois mês, sem vim na rua [cidade], e a muié pra dar conta de tratar dos filhos, pra fazer complemento, tinha que fazer complemento, tinha que lavar roupa pros outros, fazer faxina e a gente chegava quase sem dinheiro, doente com as pernas, só o rói-rói, só o sangue puro, porque a gente roçava mais era no tempo da chuva. Tem uma formiga de fogo que pelava as canelas da gente tudinho. Era um sofrimento. Chegava quase sem dinheiro, ficá uma semana, tinha que voltar de novo e pegar outro serviço e ir de novo. [Chegavam sem dinheiro] porque o ganho era pouco, trabaiava quase de graça, além disso tinha que comer, tinha que pegar coisas na cantina das fazendas.

Ao ser expropriado pelo latifúndio ou ser levado para fronteira como força de trabalho, o camponês transforma-se em proletário rural trabalhando temporariamente nas fazendas em condições precárias e subumanas, alternando suas vidas entre um tempo nos trabalhos na gleba e outro com a família na cidade. Essa condição fomenta a formação de classe, as lutas em torno da posse da terra e o retorno à condição de camponês. Baseado na derrubada da floresta densa e na formação de pastagens em larga escala para criação de bovinocultura de corte, o modelo de latifúndio instalado nessa região foi gestado na aliança entre as oligarquias agrárias e a burguesia urbana emergente e consolidada na fragilidade dos movimentos dos trabalhadores.

Sem conhecimento dos direitos constitucionais e com número reduzido de apoio, os trabalhadores tornaram-se vulneráveis às instituições públicas, que não levaram em consideração o campesinato. Excluiu seus direitos em benefício dos interesses da classe hegemônica, que se formou centrada nos privilégios concedidos pelos governos da ditadura militar. A sujeição da classe trabalhadora, assim como a aliança entre oligarquias agrárias e burguesia urbana, não é algo que se concretizou nos períodos recentes: remonta a um tempo pré-República, quando as classes dominantes, invariavelmente, eram senhores de terras, latifundiários que mantinham seus privilégios e poder de dominação com a força de sua influência na escritura das leis; ou seja, com a força dos representantes nas bancadas do Congresso Nacional.

Podemos imaginar que o que aconteceu com os trabalhadores vitimados pela violência do latifúndio nas décadas de 1960 a 1980 não é algo novo e está ligado à estrutura econômica, política e social do país. Mais que isso, permeou etapas e momentos políticos em que sempre se mantiveram os privilégios das elites através das aprovações e aplicações das leis, inclusive pela legitimação dessa classe política. Assim como os coronéis do passado, os chefes políticos locais manipulam os trabalhadores em seu favor por meio de favores pontuais, ameaças,

promessas ou compra de votos a preços módicos. Ao analisar as relações políticas na primeira República, Décio Saes (2001, p. 112) afirma:

Estando as classes populares rurais sujeitas, na sua maior parte, à dominação pessoal exercida pelos grandes proprietários de terras, elas se convertem no plano eleitoral em massa de manobra à disposição dos “coronéis” (latifundiários e chefes políticos locais). Desse modo, o campesinato da Primeira República se acha colocado — por obra da vigência de relações de dominação e dependência pessoais no campo — a serviço do partido político organicamente comprometido com o interesse geral da classe dominante.

A burguesia industrial, comercial e bancária que investiu em empreendimentos agropecuários na Amazônia fizeram-no com a garantia do governo de obter lucros líquidos. Martins (1997) esclarece como ocorreu essa parceria do governo militar e empresários na colonização da Amazônia. Para atrair o grande capital nacional e multinacional, o governo concedeu, às “[...] grandes empresas nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos, situados nas áreas mais desenvolvidas do país”. (MARTINS, 1997, p.86).

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Martins (1997), entende-se que existiu uma grande preocupação do governo em garantir a rentabilidade dos investimentos dos empresários nas atividades agropecuárias da região, porque muitos não demonstraram inicialmente o interesse em expandir seus capitais nessa fronteira econômica e demográfica. Segundo Ianni (1979, p. 60),

[...] foi nos anos 1960–78, entretanto que acentuaram as transformações econômicas e sociais na Amazônia. Em 1960 inaugurou-se a rodovia Belém–Brasília. Depois, em especial partir de 1966, remodelaram-se ou criaram-se as agências federais, definindo novos objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais as decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia, que é possível afirmar que foi nos anos 1960–78 que a Amazônia se rearticulou sob nova fórmula com o sistema econômico e político nacional e internacional.

O capital encontrou as condições necessárias de que necessitava para instalar-se e dinamizar seus investimentos em mineração, extrativismo ou agropecuária. Após a criação da SUDAM, o governo redimensiona a ocupação da Amazônia com financiamentos e subsídios diretos para as empresas investidoras nas diversas áreas. “Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar maior dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de mineração” (IANNI, 1979, p. 60). Sobre o financiamento — e as

condições em que foi concedido —, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1989) enfoca os impactos sobre os recursos públicos destinados aos projetos capitalistas na Amazônia e o esquema de corrupção facilitado pela frouxidão com que eram concedidos. Se o projeto não se efetivasse, não havia garantias de ressarcimento dos prejuízos; e no caso de interrupção ou cancelamento da atividade, os recursos deviam ser devolvidos aos cofres públicos sem correções ou juros. Não por acaso houve escândalo, provocado pelas regras segundo as quais projetos não efetivados teriam de devolver aos cofres públicos apenas os valores recebidos no ato do empréstimo. Eis por que a “[...] maioria dos grandes projetos econômicos nacionais e estrangeiros criou suas agropecuárias para dessa forma descarregar/desviar dinheiro do imposto de renda que deveria ser recebido pelo governo” (OLIVEIRA, 1989, p. 82).

Na região amazônica do norte de Goiás, as atividades predominantes foram a pecuária e a extração de madeira, esta como complemento daquela. Com a derrubada da floresta para formar pastagens, árvores de madeira nobre eram beneficiadas nas serrarias instaladas nas cidades ou nas fazendas a fim de ser exportadas para regiões do centro-sul goiano ou para a região Sudeste. Ao terminarem as derrubadas, essa atividade encerrou seu ciclo, permanecendo então a pecuária como vitrine do programa do governo na região. Citando o programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia/Polamazônia (1974), Ianni (1979, p. 68) aponta uma síntese do que seria o projeto do governo para a Amazônia, incluindo a região norte de Goiás:

O programa de Polos Pecuários, que poderá permitir a elevação do rebanho da Amazônia para 5.000.000 de cabeças, até o fim da década, será desenvolvido, em especial no norte de Mato Grosso, Norte de Goiás e sul do Pará, nas áreas de cerrado, cerradão e mata fina. O programa será realizado segundo dois componentes estratégicos: sua adequada localização no espaço Amazônico e a crescente tecnificação do setor.

Evidentemente, a defesa sobre a vocação agropecuária da Amazônia não foi só um discurso cristalizado nos ditames do Polamazônia. Foi também — e é — uma tese recorrente na maioria das estruturas de governo ligadas à questão econômica na região amazônica e a base de sustentação e reafirmação do capital pensado amplamente pelos intelectuais da classe dominante e difundido nos organismos estatais como as escolas, universidades e agências de serviços locais, regionais e nacionais.

Sobre a participação do Estado em favor das classes dominantes — aqui, o capitalismo agrário —, vale destacar duas frentes importantes que foram amplamente utilizadas. Uma frente foi a disseminação dos aspectos “positivos” do capital para a região como promotor do

desenvolvimento da região; ou seja, a ideia de progresso disseminada nos meios de comunicações, em escolas, órgãos públicos. Outra frente foi a repressão a ideias e movimentos contrários ao capital que incutiu nas populações locais a aversão aos movimentos dos trabalhadores no enfrentamento do capital e do latifúndio. Gramsci afirma que o Estado, apresenta-se como “[...] instrumento de aceleração e taylorização [...] [e] opera segundo um plano, pressiona, incita, solicita e pune” (GRAMSCI, 2000, p. 28).

A região norte de Goiás cumpria o critério de localização no espaço amazônico, mas quanto à questão da tecnificação não foi bem o que aconteceu. Áreas de florestas foram derrubadas a machadada por peões recrutados em várias regiões do Nordeste e do sul de Goiás. Uma vez queimado o produto da derrubada, era então semeado o capim. Para os idealizadores do Polamazônia, a vocação do Brasil era o de exportador de alimentos, uma espécie de celeiro do mundo, dadas as características físicas e geográficas e a abundância de terras férteis onde poderia ser desenvolvidos projetos de produção de alimentos com o seguinte argumento:

Analisando as condições de viabilidades daquele novo papel, cabe recordar que o Brasil, no quadro mundial, é um dos poucos países ainda com ampla disponibilidade de espaço. A ocupação de novas áreas deverá continuar como processo importante de expansão da agricultura dado a existência de terras relativamente férteis para o deslocamento da fronteira agrícola e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou a disposição do setor imensas áreas no Centro Oeste ou na Amazônia. (IANNI, 1979, p. 70).

De acordo com a prospecção do governo militar de criar um polo produtor agropecuário na Amazônia, coube-lhe então oferecer aos empresários de outros setores a recompensa pela doação de capital necessário ao novo empreendimento. De tal modo, entravam com 25% de recursos próprios. Os resultados incluíram a derrubada e queimada de florestas em áreas extensas. Milhares de espécies de fauna e flora deram lugar a invernadas e bois. Além disso,

[...] milhares de camponeses teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação e das favelas. (MARTINS, 1997, p. 86).

1.4 ENCONTRO DO CAPITAL COM TRABALHADORES NA FRONTEIRA

Os investimentos do capital na Amazônia aconteceram atrelados ao compromisso do Estado de garantir o retorno aos recursos aplicados. Isso implicaria uma série de desafios na implantação dos investimentos; dentre eles, está o de como seria resolvida a questão dos posseiros que chegaram à região do Médio Araguaia há décadas, em outras frentes migratórias, ou dos trabalhadores que vieram como força de trabalho. Por tratar-se de um projeto altamente concentrador para onde iam os expropriados de suas terras ou os trabalhadores ao terminarem as frentes de trabalho, resolver as pendências inerentes à instalação do capital na fronteira exigiu uma atuação direta do estado para consolidar o projeto. Ianni (1979, p. 55) diz que

O que aconteceu na Amazônia, nos anos 1964–78, foi principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. No extrativismo, na agricultura e na pecuária, desenvolveram-se as relações capitalistas de produção, juntamente com as forças produtivas. Esse foi um quadro geral no qual se integrou a política estatal de ocupação, inclusive a colonização dirigida, oficial e particular. A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas tribais e ocupadas ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. (IANNI, 1979, p. 55).

A assertiva de Ianni sobre o período em que se intensificou a ação do capital na fronteira sob a égide da política estatal de ocupação das terras da Amazônia aponta discrepâncias da implantação do projeto. Isso porque este açambarcava terras devolutas, tribos indígenas e posseiros instalados há décadas na região. Interesses e classes diferentes e divergentes e a participação estatal comprometida com o capital incitam um clima de tensão entre os grupos que se enfrentam em uma larga e violenta disputa. Os representantes do capital são oriundos de uma elite gestada nas oligarquias agrárias, visto que industriais e banqueiros foram oriundos das elites cafeeiras ou dos senhores de engenhos. Engendrados em uma elite agroexportadora, consolidaram historicamente um bloco de poder e articulação política que envolve as classes trabalhadoras, sobretudo os camponeses, em uma rede de domínio através do controle institucional, político e econômico amalgamado pelas relações simbióticas entre capital, latifúndio e Estado ditatorial.

O poder político local e regional era controlado pelos representantes dos partidos políticos ligados aos militares ou seus prepostos que controlavam todo o processo eleitoral; dessa forma se impedia o avanço das discussões em favor dos trabalhadores. Como tal, foram maciçamente apoiados pelos latifundiários em troca do apoio amplo e irrestrito a suas ações violentas sobre as classes trabalhadoras. Essa relação entre elites capitalistas e Estado é antiga:

perdura ao longo da história e vai se ajustando às necessidades; mas mantendo a estrutura de dominação e manutenção da hegemonia das elites dominantes. Poder econômico e político imbricam-se em uma composição que solidifica a hegemonia sob a tutela do Estado e segue se perpetuando no poder. A aliança entre Estado e capital nessa região assegurou o controle político e a ampliação do poder destes ampliando o leque de investimentos, na Amazônia, de empresas dos ramos industrial, comercial e de serviços já consolidadas em outros estados, sobre no eixo Sul–Sudeste. Foi maciça a participação de empresas dos setores comerciais e industriais na Amazônia, embora não seja nova a prática de outros ramos empresariais investirem em empreendimentos agropecuários. Conforme Prado Júnior (1966, p. 71–2),

Um levantamento realizado em 1962 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, embora incompleto e abrangendo unicamente o Estado de São Paulo, chegou à conclusão que 35% dos grupos econômicos nacionais possuem empresas agrárias (agrícolas, agropecuárias, agromercantis, ou agroindustriais) e muitas vezes sem conexão alguma com as principais atividades do grupo.

Esses dados apontam um questionamento: existem diferenças entre os segmentos empresariais urbanos e rurais? Como se articulam? Por exemplo, no “Nordeste os grandes usineiros que dominam a agroindústria do açúcar se acham em regra ligado aos principais empreendimentos industriais, comerciais e financeiros da região, e projetam-se, frequentemente para outros centros do país” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 72). Nessa região, os empreendimentos agropecuários estavam invariavelmente ligados a outras atividades econômicas, a maioria do sul goiano e da região Sudeste. O perfil desse novo investidor capitalista difere-se do latifundiário senhor de escravo oligarca do período colonial, do barão do café da primeira República ou do coronel do interior do Brasil. Esse é fundamentalmente um empresário rural ligado a uma burguesia internacional, com mecanismos de produção e exploração que altera também o perfil da classe trabalhadora rural e suas relações de trabalho.

Nos aspectos da organização do trabalho, cresceu o assalariamento direto ou sazonal, a pressão econômica impulsionava levas de migrantes internos, expropriados em suas regiões de origem, para colonizar e fornecer os braços necessários à expansão agrária. Os camponeses e pequenos proprietários remanescentes, numerosos, passariam a defrontar-se com o grande capital monopolista, ao lado dos velhos latifúndios. (FONTES, 2010, p. 317).

No que se refere à composição intraburguesa de capital nacional e internacional e o Estado na consolidação do capitalismo hegemônico, os primeiros para fazer seus investimentos exigiram a contrapartida do segundo em investimentos de infraestrutura e das garantias jurídicas para avançar sobre as terras ocupadas pelos camponeses ou garantir a

superexploração dos trabalhadores através da precarização do trabalho. Como exemplo, tem-se o caso da colonização da Amazônia, onde os governos militares, no fim do decênio de 1960, início dos anos 1970, intensificaram a propaganda anunciando o acesso ao pedaço de terra na floresta por meio dos projetos de colonização e estimulando uma migração intensa e maciça para a região, facilitada pelas rodovias que viriam a ser asfaltadas no mesmo período. “Entre 1965 e 1977, a SUDAM aprovou um total de 549 projetos, para os quais concedeu incentivos fiscais. Em média os projetos receberam cerca de 50% em incentivos. A maior quantidade dos projetos, precisamente 335, coube à Agropecuária.” (IANNI, 1979, p. 75).

A dinamização do modelo capitalista agroexportador, baseado no latifúndio e na participação do estado, muda e transforma as relações, altera os modos de vida dos camponeses, dos trabalhadores e das comunidades indígenas. As políticas públicas não convergem para os que estão fora da lógica do planejamento estatal para a região.

Desse modo, ao longo dos anos 1964–78 dinamizou-se e modificou-se o internamente a estrutura econômica da Amazônia. O binômio Estado–Empresa privada produziu resultados cada vez mais notáveis, em termos de dinamização das forças produtivas ou expansão do capitalismo na região. Praticamente começou a criar ali um setor industrial, ao mesmo tempo em que também começou a se formar um setor agropecuário preponderante nas áreas rurais. Isto é, o setor de subsistência, ou camponês, começou a ser recoberto pela agropecuária mercantil, e de grandes proporções. É verdade que subsiste na região, às vezes recriando, um segmento socioeconômico de autoconsumo. Da mesma forma, subsiste ali o extrativismo vegetal, animal e mineral. Mas todas as atividades preexistentes na região estão sendo redefinidas ou rearticuladas, em função da crescente expansão e diversificação dos empreendimentos privados, nacionais e estrangeiros. Como poder público (federal, estadual, territorial e municipal) engajou-se abertamente na dinamização e diferenciação da economia da Amazônia. Esses anos representam a época em que essa região ingressou no que parece ser peculiares à economia do século XX: a expansão da grande empresa privada com amplo apoio e proteção do poder público, sob o comando do capital monopolista. (IANNI, 1979, p. 75–8).

A consolidação do capital monopolista e do modelo agrário exportador implantado pelo Estado e pela empresa privada em conjunto provocou um desajustamento nas relações internas das comunidades preexistentes: indígenas tiveram suas terras invadidas; posseiros foram expropriados; trabalhadores que vieram à procura de terras ou como força de trabalho após a abertura da floresta foram empurrados para as periferias. No projeto do Estado, as terras foram destinadas ao capital em latifúndios, “[...] seja pelas terras realmente destinadas às pastagens naturais e artificiais, seja pelas terras deixadas virgens para reservas de matas, ou futuras pastagens” (IANNI, 1979, p. 79).

A expansão do capital na fronteira Amazônica implantou um modelo de produção estruturado, em parte no monopólio da terra de acordo com as premissas das economias

hegemônicas com a produção voltada para o extrativismo vegetal e mineral, em parte na “[...] monocultura da pecuária de corte, subordinada diretamente aos capitais privados transnacionais, agências transnacionais como o Banco Mundial” (SOUZA, 2009, p. 2). O capital avança sobre as terras da Amazônia, ocupando espaços estratégicos e controlando setores importantes da produção de *commodities* como a extração de minério e madeira, assim como a produção de carne, mesmo que com um custo ambiental que se traduz na destruição de florestas e superexploração dos trabalhadores, assim como em miséria e exclusão social destes, seja proletários rurais, peões, posseiros, extrativistas ou indígenas. O grande capital monopolista¹⁴ engendrado nas estruturas de poder monopolizou as terras da Amazônia de

¹⁴ O capitalismo monopolista — associação entre capital financeiro externo e interno — torna-se um fenômeno mundial a partir dos anos 50. Segundo Fernandes, no Brasil sua característica principal é a ênfase no “desenvolvimento com segurança”, relegando a segundo plano os “[...] requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários de ordem social competitiva” (FERNANDES, 1976, p. 254). Aqui trataremos do capital monopolista numa perspectiva geral sobre a atuação do capital estatal e privado das atividades econômicas na região amazônica, onde o capital estatal atuou mais especificamente em setores estratégicos como logística e mineração, e o privado atuou em setores mais gerais como madeira, agropecuária, mineração e projetos de colonização. Porém, ambos com poder de centralização e concentração econômica, poder de influenciar e dominar o mercado. Seja através do controle do Estado autocrático ou dos mercados — no caso do capitalismo agrário na Amazônia —, o capital contou com colaboração estatal na apropriação das terras, na ampliação da logística e na leniência das leis ante a expropriação dos posseiros e a superexploração do trabalho, processo que acumulou faixas extensões de terras nas mãos de capitalistas do segmento financeiro, industrial e comercial das regiões Sul e Sudeste, assim como o domínio de todo processo produtivo. A consolidação do projeto hegemônico do capital na Amazônia foi gestado no período da ditadura militar e amalgamado pelas alianças entre o capital e os governos ditadores. Para Décio Saes (2001, p. 61), “O golpe militar de 1964 abriu caminho para o estabelecimento da hegemonia, no seio do bloco no poder, de uma rede de múltiplos interesses monopolistas. Tal rede apresentava duas características fundamentais: a) era dirigida pelo capital bancário (o segmento monopolista que obtinha, proporcionalmente, maiores vantagens com a política pró-monopolista implementada pelos sucessivos governos militares); b) articulava três segmentos monopolistas: a empresa estatal, o capital monopolista privado nacional e o capital monopolista privado estrangeiro (o chamado ‘tripé’ cujos interesses fundamentais teriam inspirado a política econômica da ditadura militar)”. Para Braverman (1980, p. 239), “Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um ‘ciclo de produto’, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas. [...] No fim, a população acha-se, quer queira quer não na situação de incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado, por um dos múltiplos ramos novos do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo o trabalho é efetuado sob a égide do capital e suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais”. Para Rui Mauro Marini (2000, p. 126), “O trabalhador é submetido à condição de superexploração em duas situações, primeiro aumentando a intensidade do trabalho e segundo reduzindo os salários. No fato em que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho, superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando, assim, o seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele, inclusive, a possibilidade de construir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho”. Nessa esteira, o resultado da força de trabalho é sugado para que o capital atinja seu propósito na acumulação; enquanto, de acordo com Francisco Oliveira (2003, p. 100), “[...] o superexcedente resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa desempenhará no sistema a função de sustentar uma superacumulação necessária esta última para que acumulação real possa realizar-se” (grifo do autor).

vários modos: concessão direta com o governo federal para fins de colonização, compra de antigos moradores e grilagem de terras públicas. Esse monopólio se revigorou após a implementação de políticas públicas para a Amazônia nos governos militares, que as subordinaram aos interesses do capital. As instituições públicas orientavam suas ações de maneira a privilegiar os grandes projetos capitaneados pelos agentes do capital nacional e internacional que se instalavam na região em detrimento das classes subalternas.

O desenvolvimento da agricultura capitalista na forma do agronegócio expressa essencialmente os interesses do capital internacional que subordina a política pública aos interesses do setor. Para isso, a atuação do Estado foi articulada numa perspectiva de facilitar a atuação do capital, a ponto de ser leniente com os abusos destes em relação à destruição da natureza e com a violência cometida contra trabalhadores ao controlar seus movimentos mediante uso ostensivo da repressão policial. A desapropriação de terras por interesse social contida na lei 4.504/1964 — Estatuto da Terra, publicado em 30/11/1964 — não foi colocada em prática, nem ao menos em discussão, diante dos conflitos entre capital e posseiros, seja quando da expulsão de suas terras ou da ocupação de latifúndios, em geral, improdutivos.

Pensado e elaborado, no governo de João Goulart, segundo a premissa de movimentos favoráveis e “[...] programas econômicos favoráveis à Reforma Agrária em oposição aos interesses das grandes empresas agro-exportadora das burguesias rurais e do imperialismo” (MELO, 2014, p. 179), o Estatuto da Terra foi utilizado na Amazônia como instrumento balizador da racionalidade do uso da terra, levando em conta, prioritariamente, a economia das atividades agropecuárias. Regina Bruno (1985) assegura que, na conjuntura do pós-golpe, a discussão sobre a reforma agrária migra para o campo institucional, enquanto os proprietários de terra usam como recurso político a tática da pressão contra o projeto de lei. O argumento destes últimos é que os representantes do latifúndio.

Recusaram-se em participar das reuniões programadas pelo governo para discutir a reforma agrária, apresentaram substitutivos e emendas face a um governo sempre disposto a negociar, atento aos interesses dos latifundiários, e a ampliar, o máximo possível, as fronteiras e os limites dessas negociações, ainda que, ao mesmo tempo ciente, firme, e às vezes intransigente quanto à necessidade de modernização do latifúndio como condição da arrancada em direção ao desenvolvimento. (BRUNO, 1985, p. 4).

O governo autocrático reprimiu, interveio e controlou os movimentos dos trabalhadores desde as discussões até as reivindicações. A pauta da reforma agrária proposta

no estatuto, em vez de discutir a distribuição da terra, passou a ser direcionada pelo debate da extensão rural como instrumento essencial para mudanças de mentalidade. “Houve não apenas um recuo ou uma mudança de tom na luta pela reforma agrária, mas uma mudança de conteúdo: passou-se do ataque frontal ao latifúndio à defesa do Estatuto da Terra” (BRUNO, 1985, p. 5). Nessa nova configuração, a pessoa do fazendeiro, latifundiário improdutivo, cederia lugar ao empresário rural capitalista. Ao se referir às políticas agrícolas, ele aparece como parte da engrenagem do sistema capitalista estreitamente ligado à indústria nascente, como se vê no do Estatuto da Terra:

Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (BRASIL, 1964, art. 1º §2º).

Noutros termos, entende-se por política agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra que se orientadas pelo interesse da economia rural. Nessa esteira, as relações entre terra e reforma agrária só seriam plausíveis em setores pré-capitalistas desconectados do mercado, e não em empreendimentos agropecuários dos detentores do capital, ou seja, voltados para a produção alinhada na agroindústria.

Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964–7), Roberto Campos foi um dos responsáveis por readequar o Estatuto da Terra aos moldes do capitalismo durante a ditadura. Disse ele: “A reforma não deve ser socialista nem coletivista, modelos que a experiência provara ineficazes. Seria antes uma modernização capitalista das relações no campo” (CAMPOS, 1994, p. 684). Na reforma agrária segundo essa visão, fica clara não a finalidade de resolver um problema do camponês sem terra, mas a de inseri-lo no projeto capitalista em que a agricultura depende da indústria. Conforme as ideias de Roberto Campos, o enfoque da política agrária deveria ater-se ao crédito, à assistência técnica e aos custos, em vez do enfrentamento de latifúndios produtivos. As ações previstas no estatuto sobre terras passíveis de desapropriação não seriam contra a grande propriedade, mas contra a propriedade improdutiva (CAMPOS, 1994, p. 684). Fosse grande ou pequena, toda propriedade deveria seguir padrões empresariais. Conforme os tecnocratas da ditadura militar, o Estatuto da Terra não deveria contrariar os interesses do capital monopolista apoiador do golpe em suas atividades agropecuárias baseada na grande propriedade e na superexploração do trabalhador. Para Ianni (1979, p. 137), “[...] no campo, a contrapartida do apoio dado pela burguesia rural

ao golpe de Estado foi a contrarreforma agrária, apresentada e executada como colonização dirigida”.

As políticas dos militares para o campo favoreceram a implantação do latifúndio. Áreas de florestas foram destinadas aos empreendimentos capitalistas em detrimento de um contingente de trabalhadores que ficaram vulneráveis nas periferias após a expulsão de suas terras. Pode-se afirmar que o Estatuto da Terra passou por uma transformação entre sua origem — no governo de João Goulart — e sua aplicação no período da ditadura militar: de instrumento para viabilizar a reforma agrária, passou a ser agente da produção capitalista no campo através do favorecimento de medidas prioritariamente produtivistas. A região é sacudida pela invasão do capital articulado pelo poder estatal e transformada numa fronteira em que a economia baseia-se na produção agroexportadora monopolista de cunho concentrador. Isso desencadeia um movimento intenso de trabalhadores e camponeses alijados atingidos diretamente pela expropriação de suas terras ou explorados pelas condições de trabalhos precárias na fronteira.

A mão de obra temporária empregada durante os estágios iniciais de implantação do projeto é quase sempre recrutada nas levas de trabalhadores itinerantes, conhecidos como peões, que andam de fazendas em fazendas em busca de trabalho. O recrutamento dessa mão de obra em geral não é feito pelo dono da fazenda, mas subcontratados através de corretores especializados, conhecidos como “gatos”, os quais por sua vez recrutam o grosso das turmas de trabalhos dentre as levas de trabalhadores de subsistência desalojados, prática comum em toda a Amazônia, mas em especial ao longo da rodovia Belém–Brasília. (MÜLLER, 1975 apud IANNI, 1979, p. 88).

A figura do “gato” e do grileiro foi comum na região. Os dois foram bastante utilizados na formação do latifúndio. Um com presença marcante no início da expulsão dos posseiros; outro, na derrubada de matas para formar pastagens. Em ambas as etapas, os dois agiram sempre ao lado de outros segmentos do Estado, dentre políticos, policiais, juízes e donos de cartórios, justificando suas ações sob o prisma ideológico.

Para justificar a política de favorecimento da grande propriedade fundiária, latifundiários, fazendeiros e empresários com interesses na Amazônia insistem na ideia de que o “Brasil potência” precisa de intenso e amplo desenvolvimento do capitalismo no campo. (IANNI, 1979, p. 93–4).

O movimento em torno do modelo de desenvolvimento conduzido pela burguesia no formato do capital imperialista atual aconteceu de forma efusiva, em dimensões expressivas e se alastrando por todas as partes do país.

Junto vieram os efeitos inerentes deste modelo expropriador, como a precarização do trabalho, aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores expulsos de suas terras e conduzidos às periferias das cidades engrossando o exército de desempregados ou subempregados sem direitos. O resultado desse processo de monopolização das terras implica na proletarização, lumpenização ou recaponesação de indígenas, caboclos, sitianteiros, posseiros e colonos. (IANNI, 1979, p. 98).

A chegada do grande capital altera as relações sociais e econômicas. Camponeses posseiros, ribeirinhos, extrativistas, indígenas de uma hora para outra se viram vulneráveis diante da cobiça e ira do latifúndio. Sem a terra como locus de trabalho e reprodução familiar, de repente se veem unicamente como força de trabalho na abertura da floresta, para formação de pastagens dos latifúndios que iam sendo instalados. Sem o mínimo de garantias trabalhistas, muitos posseiros expropriados tornaram-se trabalhadores em condições de escravidão. Muitos morriam e eram enterrados em cemitérios clandestinos nas áreas de frente de trabalho; ou seja, eram enterrados sem registro de óbito, daí que os familiares não ficavam sabendo. Como nos relatou Adebald Rufino (2010, entrevista),

Muitas vezes, o cara entrava aí dentro com cem homens, mais passava três meses na derriba, às vezes só saía a metade. Muitos morriam na malária por lá. [As pessoas que morriam] enterrava aí mesmo, aí dentro, no cemitério clandestino. Tinha muito cemitério clandestino dentro dessas matas. Quer dizer, era assim, eles entravam, e muitos morriam.

O trabalhador na lógica da frente pioneira é tratado como coisa, como objeto descartável de fácil reposição, haja vista que os gatos os recrutavam, às centenas, nas regiões vizinhas e nos estados do Nordeste. A cada nova frente de trabalho, a cada derrubada de matas, chegavam caminhões lotados de trabalhadores, que partiam para o interior das fazendas a derrubar a floresta e formar invernadas para criação de bois.

O trabalhador foi duplamente vitimado pelo grande capital: ora como posseiro expropriado, ora como trabalhador explorado, em muitos casos, em regime de semiescravidão. Nessas duas situações, muitas vidas foram ceifadas: “[...] entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito a terra” (MARTINS, 1996, p. 27). Assim, a terra como mercadoria vai se tornando exclusividade do capitalista com poder de compra. Apoiado pelo Estado, ele amplia seus capitais em detrimento da expropriação e superexploração do trabalho. Para o trabalhador, essa transformação representou o fim de um

período em que se tinha autonomia de plantar, colher e ser proprietário do meio de produção e do resultado do trabalho.

Nessa esteira, segundo Ianni (1981, p. 154),

Em pouco tempo, também a terra passa a ser mercadoria, ganha preço; isto é, apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada. Pouco a pouco, ou de súbito, conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, objeto e meio de produção de valores de uso. O poder estatal aparece, de forma cada vez mais ostensiva e permanentemente, como um poder maior destinado a favorecer e a acelerar o processo de privatização da terra, nos moldes exigidos pela empresa privada de grande porte, segundo a lógica capitalista. Parece ter havido uma súbita metamorfose da terra. A terra, que parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social [...] De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face a terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança quer título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade [...] O homem e a terra estranharam-se.

Assim, com os avanços dos latifúndios e a expropriação de suas terras, os camponeses migram para as cidades, onde forma-se uma fronteira urbana e onde são criados centros de apoio aos trabalhadores e camponeses expropriados. Reordenam-se, assim, as relações sociais e econômicas na região, de modo a formar classes antagônicas que se enfrentarão em um momento posterior, numa luta intensa e violenta pela posse de terras.

CAPÍTULO 2 – CONTRADIÇÃO NA FRONTEIRA: POSSEIROS, GRILEIROS, PISTOLEIROS, LATIFUNDIÁRIOS E A FORMAÇÃO DE CLASSES NA LUTA PELA POSSE DA TERRA

A partir de 1964, os governos da ditadura militar executaram o projeto de ocupação da Amazônia Legal concedendo, às grandes empresas de capital nacional e internacional, privilégios para ocupar e explorar economicamente os recursos naturais dessa região. Uma retomada das circunstâncias em que se estruturaram o governo autocrático burguês e suas relações com o latifúndio na Amazônia ajuda a compreender esse processo; assim como contribui Marcos Del Roio (2013, p. 5), que apresenta uma discussão sobre os pontos de convergências das alianças amalgamadas pelos acordos políticos e econômicos entre o capital nacional, internacional e latifundiário que sustentou esse governo.

Segundo esse autor, no início da década de 1960, a burguesia era classe dominante, e a crise política que se desenrolava estaria sujeita a uma ação dessa classe ou de suas frações de classe.

A burguesia brasileira encontrava-se sob forte assédio do latifúndio em processo de expansão e de transformação capitalista, por um lado, e do imperialismo americano, interessado em se apropriar e de investir no mercado interno brasileiro, por outro. A aceitação dessas pressões, que implicavam a sua transformação em um setor ou fração de uma classe dominante burguesa mais ampla e mais forte, obrigariam a que se voltasse contra os interesses democráticos das classes subalternas e favorecesse a opção pelo aprofundamento da “via prussiana” da revolução burguesa. (DEL ROIO, 2013, p. 5).

As ações do governo autocrático buscaram cimentar as relações entre grupos antagônicos da classe dominante como industriais e latifundiários. A ideia era fazer com que se tornassem uma frente única no processo de ocupação da Amazônia, a ponto de se tornar um só corpo: o do capital nacional e internacional instalado. Tornava-se, também, um latifúndio responsável pela expropriação das terras dos camponeses e superexploração da mão de obra dos trabalhadores. Foram os incentivos fiscais concedidos pelo governo autocrático que situaram os grandes capitalistas na Amazônia, também, como latifundiários. Aliás, vemos aí bem mais que um processo simbiótico entre ambos: foi, na verdade, uma fusão entre eles que permitiu o controle de todo o processo: da produção de insumos ao processamento de produtos agrícolas. Tudo isso sob a égide do Estado, em forma de subsídios, créditos e regulação de preços — como afirma Oliveira (2001).

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos- sobretudo do Centro-Sul do país em proprietários de terra, latifundiários. A política de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. (OLIVEIRA, 2001, p. 82).

Concessões e financiamentos subsidiados foram disponibilizados pelas agências de fomentos ao “desenvolvimento” da Amazônia, tais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S. A. (BASA). Isso garantia aos investidores a política de renúncia fiscal e regularização dos latifúndios açambarcados pelo capital. Segundo Picoli (2006, p. 56),

Foram criados vários programas para a região, sendo acompanhados e controlados pelo Estado em conjunto com o capital, através de um projeto de expansão conjunto e articulado. Foi através dos incentivos fiscais que se efetivou a transferência dos grupos econômicos para a região, pois esse era o diferencial para facilitar a acumulação. O projeto SUDAM foi criado exclusivamente para beneficiar o grande capital, que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira.

Com a aquiescência do Estado, o capital encontrou na região condições para ampliar seus investimentos, subjugar quem atravessasse seu caminho e pôr em prática o projeto concentrador pelo açambarcamento das terras dos posseiros. Era a expansão de seus limites e dos latifúndios.

Áreas até então fracamente ocupadas tiveram sua estrutura produtiva alterada afetando a composição da mão-de-obra empregada, como também absorvendo inovações diversas introduzidas por empreendimentos públicos e privados voltados para mercados extrarregionais já consolidados. Os antigos sistemas de roças, o extrativismo vegetal, a pecuária em sistema comunal foram sendo desmantelados pela dinâmica capitalista no campo, projetando a incorporação privada da terra pela expansão de grandes estabelecimentos rurais e a adoção do trabalho assalariado em substituição às formas tradicionais de relação de trabalho. (AJARA *et al.*, 1991, p. 8).

O projeto de ocupação dos espaços “vazios” planejado pelos militares e executado pelo capital na região do médio Araguaia sacudiu as relações constituídas no decorrer de décadas por indígenas e posseiros instalados ao longo de riachos, várzeas e encostas de serras, assim como por imigrantes oriundos de diversas regiões — famílias do Nordeste em busca de terras férteis e fugindo da inclemência da seca ou do jugo dos coronéis; trabalhadores rurais do Sul e Sudeste que procuravam se livrar do arrendo, da exploração do fazendeiro ou para ampliar a propriedade nas terras abundantes do vale do Araguaia (FIG. 1), onde mais tarde viriam explodir conflitos entre posseiros e o grande capital expropriador.

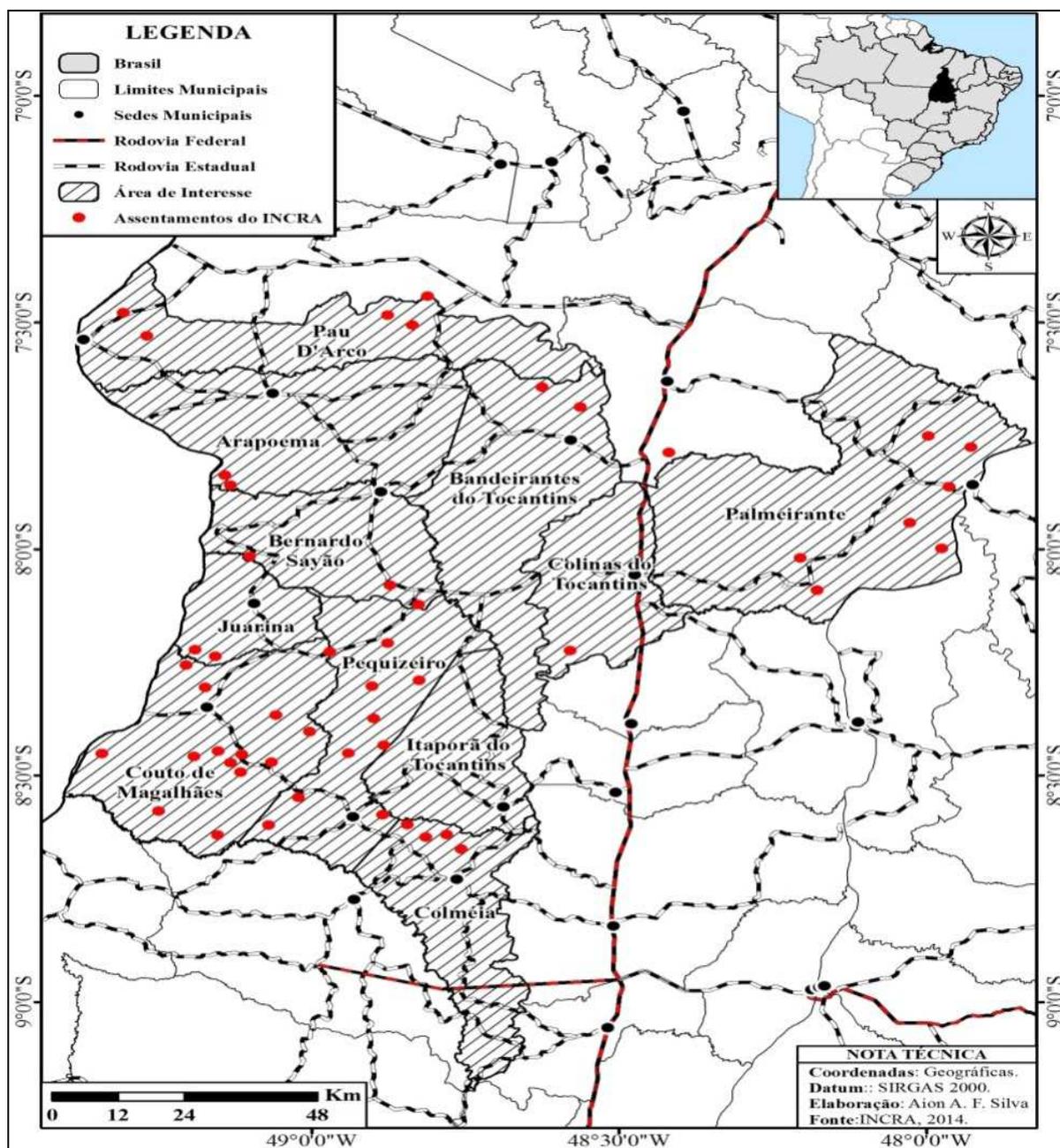


FIGURA 1. Mapa de parte da região do Médio Araguaia. Houve conflitos pela posse da terra e posseiros expropriados reconquistaram suas terras através da luta pela reforma agrária e criação de assentamentos rurais na década de 1980.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/INCRA, 2014.

Aliado aos indígenas nativos, esse público composto por pequenos posseiros e trabalhadores rurais entra em choque com os novos imigrantes que chegam à região movidos por outra lógica de ocupação e exploração econômica da terra. Após a chegada do latifúndio, a propriedade assume novo contorno econômico e social: passa de locus de trabalho e reprodução familiar a objeto de exploração econômica e reprodução do capital; vai da condição de terra de trabalho à de terra de negócio. O fazendeiro — latifundiário, em grande parte, capitalista e oriundo das regiões sul de Goiás e de São Paulo e Minas Gerais — encontra na região não só a possibilidade de ampliar seus capitais, mas também políticos tradicionais que criam condições favoráveis para ampliar e reproduzir o capital investido. Terras em abundância e financiamento subsidiado foram um “presente” dado ao capital pelo Estado para fazer seus investimentos na Amazônia.

Contudo, o entrave gerado pela ocupação de áreas ocupadas por índios e posseiros necessitou de uma ação ostensiva do Estado para garantir a efetivação do projeto capitalista de ocupar a região com empresas de capitais nacional e internacional.

Os governos militares que se sucederam de 1964 até 1985, época do regime militar implantado com o golpe de 1964, apoiaram a ocupação da Amazônia Legal por grandes empresas privadas de capital nacional e estrangeiro. Este processo se deu através da concessão de linhas de crédito, com condições bastante facilitadas de pagamento, disponibilizadas pela SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) e pelo BASA (Banco da Amazônia S. A.). Havia também a política da renúncia fiscal e regularização — a favor de representantes das *frentes pioneiras* — da propriedade de terras devolutas, muitas das quais em posse de povos e comunidades tradicionais e posseiros. (MAURO; OLIVEIRA, 2010, p. 103).

Foi nesse contato que as inter-relações internas dos trabalhadores, assim como as relações destes com os novos imigrantes, alteraram-se drasticamente. Os paulistas — como eram regularmente chamados os “fazendeiros” — aproximaram-se de alguns moradores oferecendo vantagens econômicas ou comprando gleba de terra para ampliar seu latifúndio (ou suas estratégias de grilagem). Gerson Alves de Oliveira entrevistou trabalhadores expropriados da região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, em uma pesquisa de mestrado que exemplifica a relação entre trabalhadores posseiros, latifundiários e poder público. A fala de uma entrevistada dá pistas de como podem ter sido as relações:

O que eu vi aqui nessa época num tiã dono de terra num tiã nada. O sujeito chegarra, botarra roça onde queria né! Plantarra seu legume, cuía.

Aí viemo! Quando foi in setenta e dois pa setenta e quato, justamente foi quando começou o distrôço nos Cento dos Borges. O menino entrou aí disacatando o povo tirando do lugar, dizendo que o lugar era dele num é! Aí lá ele vem vindo! Dispejô o povo, derrubô o barraco, derrubô tudo. Quando ele andou a primeira vez ele não trazia puliça. Ele andou só com a caravana dele. Depois teve... Botarô um monte de madeira ali. Aí, foi que a puliça vei né! Puliça vei disacatô o povo aí. Os mininos foru bota uma roça açula imbaxo. Incluse, meu marido, que é o pai desse fogoió bem aí, tava lá! Nesse tempo foi cum a puliça. Num dexaro eles plantar roça de jeito niuum. A puliça não dexô planta roça, não dexô! Derrubaro, mas a puliça não dexô plantar de maneira alguma! E daí vem vindo...Daí foi o tempo que...Isso foiem setenta e dois pá setenta e quato esse desacato aí do João Ramo. Aí os minino foru bota roça aí num botarô, que a puliça num dexô. Aí daí pra cá vem vindo e aí... A gente ficô aqui e depois o INCRA entro pa cortar. Agora eu num tô a par de te dizer o tempo que o INCRA entrô aqui. Foi o tempo que o INCRA entrô que cortô. Mais, assim mermo inda teve munta agoniação, ainda foi obrigado erle trazer a puliça, aqui dento de miã casa mermo, passaro quinze dia o povo do INCRA cum a puliça. Teve um delegado, teve dois soldados, os sargentos tudo dento aqui de miã casa era o lugar dêrle, era aqui, por mode poder agasaiá o povo que senão num agasaiva, né! Daí vem vindo de lá pra cá! (ALMEIDA, 2010, p. 50).

O quadro político e jurídico instalado na fronteira gerou uma instabilidade sem precedente aos posseiros e ribeirinhos que foram envolvidos pelos grileiros e latifundiários, expropriadores que açambarcaram todas as terras possíveis, estivessem vazias ou ocupadas, e não importava a época. As propriedades foram todas incorporadas aos latifúndios por via da compra, por preços irrisórios, ou pela expulsão violenta com usos de pistoleiros, ameaça de morte e morte de fato. Os posseiros foram obrigados a migrar para as periferias das cidades mais próximas.

Em praticamente todos os casos, as vítimas dos conflitos de terras são indígenas e posseiros, ao passo que os beneficiários são grileiros, latifundiários e empresários. Algumas vezes o poder público é levado a proteger índios e posseiros, mas o que tem prevalecido é a consolidação dos interesses de latifundiários e empresários. [...] na Amazônia, desde 1960, quando terminou a construção da Belém-Brasília, multiplicaram as pendências e os conflitos de terras. Esses acontecimentos se tornaram mais freqüentes ao longo dos anos 1960-78, à medida que as decisões governamentais favoreciam a expansão do capitalismo na região. Em 1966 criaram se a SUDAM e o BASA, precisamente para favorecer a criação e a expansão da empresa privada, o que acelerou e generalizou o processo de apropriação privada de terras indígenas ou devolutas. (IANNI, 1979, p. 143).

2.1 DA CHEGADA DO GRANDE CAPITAL À “SAÍDA” DE MORADORES, POSSEIROS E ÍNDIOS

A partir da chegada das empresas financiadas pelos organismos como SUDAM e BASA, os posseiros e outras categorias que outrora foram do circuito do capitalismo agrário instalado passaram a sofrer todo tipo de violência privada, escudada por órgãos da justiça. O acirramento do conflito torna-se iminente, visto que nem todos os posseiros, ao serem abordados pelo grileiro ou latifundiário, aceitavam sair de sua terra nas condições que lhes eram propostas. (Naturalmente, ocorria o processo de expulsão pelo uso de violência.) Ianni (1979, p. 146) cita documento da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que se refere à chegada do latifundiário:

O drama se inicia. Os posseiros ali residem e produzem há muito tempo, mas não têm título da terra. Começam os despejos ou ameaças de despejos. As grandes firmas ou empresas agropecuárias querem o terreno livre de ocupantes. Chegam a usar de violência: contratam capangas, queimam casas, destroem construções com trator, quebram cercas, botam fogo nas roças dos posseiros, ameaçam ou chegam mesmo a prender os posseiros que procuram defender a sua posse.

O dilema enfrentado pelos posseiros se acentua à medida que se intensifica a chegada dos grileiros, latifundiários e empresários, que implementam seus investimentos na região através da derrubada das matas para formação de pastagens e, logo, expropriar trabalhadores e familiares instalados há décadas em suas posses, onde sobrevivem da agricultura de subsistência. Encurralados e reféns da justiça — invariavelmente conivente com interesses dos grileiros, latifundiários e empresários ligados ao capital —, os posseiros se veem em uma encruzilhada: ou saem sem rumo, ou resistem, correndo o risco iminente de morrer a bala, vinda de jagunços contratados com um único fim.

Camponeses imigrantes empurrados historicamente pelo latifúndio que chegaram à região em épocas diferentes foram se acomodando às margens dos córregos e nas encostas das matas, ocupando espaços vazios de forma espontânea. Foram construindo suas posses e ampliando relações familiares. Maria Soares dos Santos, de 67 anos de idade, está assentada nas mesmas terras de onde fora expropriada como posseira pelo latifúndio: o assentamento Juari. Nascida no município de Carolina do Maranhão, em 1947, migrou com a família: pai, mãe e 11 irmãos. Não lembra a data exata de quando se mudaram, mas se recorda de que não existia a rodovia BR-153 (Belém–Brasília) nem a cidade de Colinas, portal de entrada de trabalhadores e latifundiários para a região. “[...] era chapada bruta, viemos de tropa de

Carolina do Maranhão, uns de tropas, outros de pé. Os pequeninos vinham no meio da carga. Os grandes vieram caminhando” (SANTOS, 2014, entrevista).

A entrevistada explica que, nos anos 1940–50, as terras na região eram liberadas. Podia-se chegar e morar em qualquer lugar. Era só procurar um local com cabeceira de córrego e fazer um rancho para tocar a vida. Eram condições diferentes daquelas de trabalhadores posseiros que viviam sob o jugo de latifundiários no Nordeste. Quem chegava à região, após se instalar e garantir a sobrevivência com plantio das roças, avisava parentes e amigos, via carta ou recado, que viviam em condições de restrição. Assim, a região foi sendo ocupada por camponeses que chegavam para se estabelecerem de vez, pois traziam o núcleo familiar e seus poucos pertences em cargueiros em tropas de mulas e jumentos para recomeçar a vida na região, que tinha disponibilidade de terras férteis e água.

As famílias escolhiam “área de cultura” (terras mais férteis) à beira de córregos, onde plantavam suas roças de arroz, milho, feijão e mandioca para garantir a sobrevivência familiar e vender parte da produção a fim de comprar o que não produziam. Uma vez por ano levavam farinha ou feijão, por exemplo, para as cidades de Filadélfia e Carolina, no Maranhão, a fim de vender ou trocar por produtos e comprar sal. Esses dois municípios têm seus limites geográficos separados pelo rio Tocantins e se localizam a cerca de 250 quilômetros da região aqui enfocada. Nessa época, havia floresta densa, através das quais os camponeses transitavam mediante trilhas que interligavam as famílias instaladas no seu interior. A cidade mais próxima era Couto Magalhães, a cerca de 40 quilômetros das margens do rio Araguaia. Ali, os camponeses trocavam o excedente de suas produções agrícolas por produtos manufaturados vendidos no comércio local.

A posse da terra para os camponeses era a garantia do lócus de trabalho e reprodução familiar. Toda a família era envolvida nos trabalhos através da cooperação nos afazeres domésticos e na produção agrícola através de mutirões ou troca de dias de trabalho. Essas características perduraram até o início da década de 1960, quando o capital se insere na região expropriando as terras e desorganizando o modo de vida dos camponeses. A fala da entrevistada dona Maria retrata essa situação:

Aquele tempo atrás, uns anos pra cá, todo mundo tinha o direito de ficar num lugarzinho, fazer uma rocinha, plantar mandioca, banana, arroz, milho. Desse tempo cá, já mudou. Ninguém teve direito a nada... Vivia na terra dos outros. De 62 pra cá, provavelmente isso já vem rodando, e cada vez mais vem fechando a moita, só fechando a moita, vem rodando uma maneira... diferente, né?! Entrando uma coisa assim... sei lá! Pra isso tinha que sê deixado por Deus. A bola pequena vem entrando no meio da grande [latifundiários] e a bola grande no meio da pequena e vai fechando a moita.

[...] aí entrou, sabe?!, entrou aquela turma dizendo que “Era meu, era meu! Tenho documento, tenho documento, tenho documento!” Aí, cê sabe?!, gente fraca. Eles mostrava [documentos] para gente dizendo: “Eu sou dono, se vocês quiser ler”. Mas aí nós não sabia ler. Ai meu pai saiu, nós tudinho saiu. (SANTOS, 2014, entrevista).

Nas terras onde estão assentadas aproximadamente 800 famílias de agricultores — inclusive os do assentamento Juarina —, vivia uma comunidade de posseiros expropriados por grileiros. No processo de grilagem houve participação efetiva de representantes dos poderes públicos e de políticos influentes da região, como Orlando Vieira, prefeito de Couto Magalhães, Abendigar Pinheiro dos Santos, dono de cartório de Pequizeiro, Devenaux Prudente, ex-secretário de Segurança Pública de Goiás, e o posseiro residente na área Antônio Arruda. Em conjunto, envolveram os posseiros em uma “armadilha” no esquema de grilagem de suas terras, o que fez com que em pouco tempo toda a área fosse desocupada pelos posseiros, inclusive alguns que moravam ali havia mais de três décadas. De acordo com a entrevistada,

Quando esses homens, Abendigar, Orlando Vieira e Devô [Devenaux]... chegava na casa do Antônio Arruda, Antônio Arruda saía nas casas do povo dizendo que isso é deles, isso aqui é de fulano... Isso é fiscal florestal, você não pode bater de frente, fazer nem isso... Daí, saí em 73. Fiquei, mudei pra essa fazenda em 80. Em Couto, meu marido ficou trabalhando nas fazendas, eu fiquei pescando no Araguaia... comendo peixinho... vendendo... carregando lenha... lavando roupa pro outros... passando ferro pro outros. Minha vida era essa, e ele trabalhava nas fazendas. (SANTOS, 2014, entrevista).

Numerosos posseiros que tiveram suas terras expropriadas ou se mudaram para regiões mais distantes, ou se instalaram nas periferias das cidades, onde passaram a viver de trabalhos sazonais nas fazendas. O êxodo provocado pela ampliação do latifúndio foi responsável pelo crescimento desordenados das cidades.

O conteúdo ideológico exaltando a chegada do capital à região — fim do atraso e abertura de postos de trabalhos e investimentos de grande envergadura econômica e tecnológica — não significou resultados diferentes para posseiros ou proletários rurais que vieram na abertura mesma do processo de ocupação. Com o aumento desordenado e acelerado, as cidades não tinham infraestrutura suficiente para acomodar o contingente populacional oriundo do meio rural. As condições de moradia, saúde, educação e saneamento eram precárias, quando não inexistentes. Na maioria dos casos, as periferias eram um amontoado de gente vivendo em condições de insalubridade, sem trabalho, sem renda e sem

perspectiva, na mais acentuada condição de vulnerabilidade. Como se lê em Néspoli (2012, p. 2), Marx analisa esse processo afirmando que “[...] o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura”.

Com efeito, expropriados de suas terras, os posseiros entram em contato com proletários (FIG. 2) que vieram como força de trabalho nas condições adversas da periferia e, nesse contato, organizam-se em classe na luta para, depois, ocupar o latifúndio. Dessa forma, acreditamos que é no contato entre os explorados — trabalhadores e militantes — e Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que residiu a formação da consciência. Nas relações e condições a que estão submetidos ao participarem de diálogos e da luta, foram tomando consciência da real situação e da necessidade de ações concretas de contraposição que podem ser efetivadas por meio de colaboração mútua. Amplia-se o nível de consciência que, segundo Marx (2007, p. 52), “[...] é, em princípio, naturalmente, consciência do mundo imediato e sensível que nos rodeia, e consciência dos nexos limitados com outras pessoas e coisas, fora do indivíduo consciente de si mesmo”.

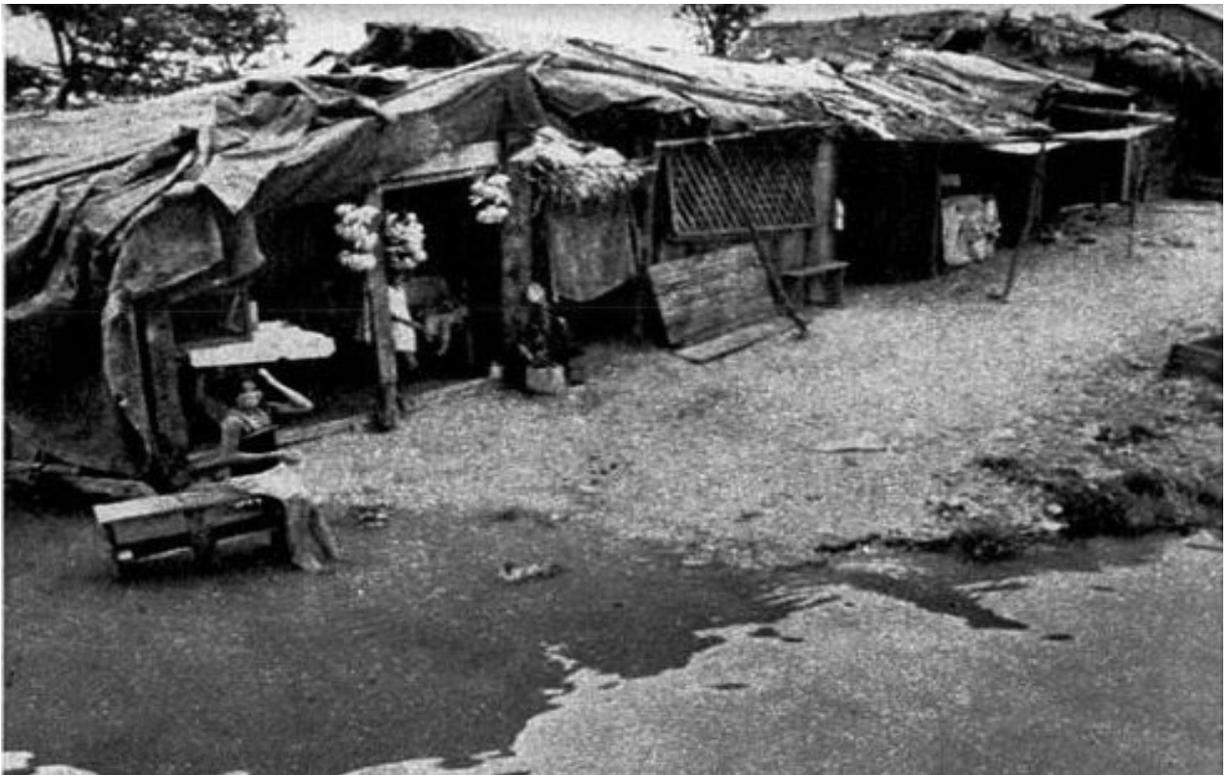


FIGURA 2. *Condições de vida de trabalhadores do campo na cidade. As condições precárias de vida em que se encontravam trabalhadores expropriados pelo latifúndio supunham morar em favelas à beira de rios de cidades da região amazônica.*

Fonte: VEJA, 1980.

Se for correta essa premissa, então na luta dos trabalhadores reside sua emancipação, pois a independência ultrapassa a economia e se alarga até a ampliação dos direitos fundados na luta de classe; direitos a ser estendidos aos trabalhadores em contradição com a classe dominante, pois a luta de classe é via que leva à revolução e libertação dos trabalhadores. E se, de acordo com a premissa marxista, o sistema capitalista não seria capaz de resolver os problemas por ele criados — daí ser necessária a revolução dos trabalhadores como forma de libertação —, então no caso da espoliação dos trabalhadores no antigo norte goiano o sistema não poderia ser capaz de resolver os problemas das famílias expropriadas e marginalizadas nas periferias das cidades. Com isso, tenderiam inexoravelmente ao uso de mecanismos de violência na luta contra a opressão capitalista. Nesse caso, as ações dos trabalhadores estariam de acordo com a premissa de Marx (2007, p. 98): “[...] a revolução não apenas é necessária porque a classe dominante não pode ser derrubada de outro modo, mas também porque unicamente através de uma revolução a classe que derruba conseguirá se livrar de toda a sujeira a sua volta”.

Na esteira entre a expropriação de suas posses de terra e a organização da periferia, os trabalhadores se articulam à medida que se acentuam as necessidades materiais de subsistências como alimentação e vestuário, tornando urgente uma ação efetiva e revolucionária contra o capital espoliador: ocupar de forma firme o latifúndio e reconquistar a terra tomada à base da expulsão ou experimentada na condição de força de trabalho. De acordo com o relato de trabalhadores que vieram em circunstâncias distintas para a região, uma vez escasseados os trabalhos, ficaram sem alternativas nas margens da fronteira, nas periferias da cidade mais próximas. Sem opções de trabalho, foram forçados a se organizarem para enfrentar o capital, que avança de forma avassaladora e rápida.

Assentado e líder no assentamento Progresso, José Francisco Rodrigues relata as condições de trabalho que, na verdade, foram comuns à massa de trabalhadores. Disse ele:

Quando não tinha lugar pra tocar roça, terminava o serviço, ia pra rua [cidade], até arranjar outro fazendeiro que tava procurando gente pra trabaiá. Ia pro outro. E a vida era essa... Com a chegada pra região de tratores, de implementos, foi acabando a mão de obra. Isso combinou com a organização dos trabalhadores, porque foi ficando difícil também. Fazendeiro começou jogar veneno nos pastos pra num precisar usar mais foice, usar trator pra roçar pra não precisar mais de trabalhador, de 73 a 79 ficava mais nas fazendas tocando roça de meia, né? Teve uma época que tinha a infância da banana, a gente plantou muita banana pro fazendeiro, plantava um alqueire, dois alqueires de banana à meia com o fazendeiro, formava o bananal e ali a gente pegava tudo por conta da gente. (RODRIGUES, 2014, entrevista).

Após a consolidação do projeto de implantação do capitalismo no campo, a alternativa que restou a todos que, indiscriminadamente, estiveram fora do processo foi sair para as periferias das cidades. Conforme Martins (1997, p. 150),

Não só os índios da fronteira foram envolvidos na luta violenta pela terra. Também os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito a terra.

Martins (1997, p. 164) diz, ainda, que,

Na medida em que ocorrem novos desenvolvimentos das relações capitalistas de produção na área [...] Agravam e explodem as contradições entre os posseiros, os grileiros e fazendeiros. Contradições essas que envolvem várias modalidades de violência: tanto a violência privada, praticada pelos pistoleiros ou jagunços a mando de grileiros e fazendeiros, como a violência estatal legitimada e praticada por policiais ou outros segmentos do setor público.

As periferias das cidades foram aumentando à medida que aumentavam as expulsões dos posseiros. Com o término das empreitas de derrubada da floresta e da construção da infraestrutura básica das fazendas, tornaram-se dispensáveis no conjunto das atividades a ser realizadas no interior do latifúndio.

2.2 PERIFERIA, FORMAÇÃO E PREPARAÇÃO: OS TRABALHADORES E A LUTA DE CLASSES

Nas periferias, os posseiros, extrativistas, pequenos proprietários e alguns remanescentes indígenas enxotados pelo latifúndio vão se encontrando e partilhando da mesma incerteza quanto ao futuro, à sobrevivência e à reprodução familiar. Em meio às diferenças internas e externas, unem-se em torno de interesses comuns — sobreviver e continuar a família — com apoio da Igreja Católica, tanto na garantia das necessidades básicas como alimentação e moradia quanto na organização de base dos trabalhadores residentes nas periferias em condições subumanas. No caso dos trabalhadores que se organizaram e planejaram a reocupação dos latifúndios da região, a Igreja Católica, advogados, populares e militantes dos movimentos sociais foram de suma importância no processo de organização e articulação, às vezes assumindo até o papel de articuladores do movimento dos trabalhadores. Para Martins (2003, p. 40), a preocupação com “o que fazer

com os excluídos” sempre sugere que os próprios “excluídos” não sabem o que fazer si mesmos. Precisam, por isso, da ajuda, orientação e intervenção daqueles que se incomodam com a situação em que se encontram.

Dona Anália, moradora no assentamento Juari, filha de camponeses imigrantes baianos que foram para São Paulo e depois para Ceres, GO, na época da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), casou-se e migrou para a região norte de Goiás, em 1973, com o marido, Luiz Rosa de Melo. Juntos, fizeram parte do primeiro grupo que ocupou a fazenda Vale do Juari, atual assentamento Juari. Ela faz referências ao apoio recebido pela Igreja:

Primeiramente, Deus, né?!, que dava coragem pra gente, e depois as pessoas da entidade, os órgão que tava ligada à CPT [Comissão Pastoral da Terra], FETAET [Federação Agricultura do Est. do Tocantins], sindicato, os padre e advogado, que antes de tudo tava dando força, antes de tudo os advogado que era em cima direto e vinha lá, olhava e vinha cá, fazia reunião direto e vinha transmitir cada dia trazia notícia. E a gente ia ficando mais animado, e ficou só eles mesmo, correndo atrás dessa entidade. E se não fosse essas entidade, a gente não tinha ganhado nada. (ANÁLIA, 2010, entrevista)

A Igreja Católica, através do padre Martins, das irmãs Eleonora e Regina Gabi e dos grupos de jovens, realizou um trabalho de pastoral com famílias das periferias para garantir a manutenção e buscar alternativas através da organização. Irmã Regina relata a ação da Igreja em meio aos trabalhadores excluídos:

E acho que foi, assim, uma abertura e uma consciência da Igreja diante da necessidade do povo pobre e mesmo o falecido dom Jaime, que era bispo naquela época, ele deu muito, muito, muito assistência e, também, ele incentivou também a gente fazer esse trabalho. Ele mesmo vinha ali, fez uma celebração na época em que foi resolvido a questão, ele fez uma romaria com todo o povo. Então foi uma abertura da Igreja muito grande diante da necessidade da família carente, né?! E a Igreja viu que vinha com mesmo caminho, caminha junto com povo, o povo precisa da igreja, a Igreja precisa do povo. Então houve, eu acho que foi por aí, né?! A abertura que a Igreja teve dentro dessa, da teologia da libertação, que foi começado a entender qual era o trabalho que queria com isso, né?! (GABI, 2009, p. 78).

Como se deduz, trabalhadores excluídos das vilas e favelas foram se articulando como classe através da organização sindical. Depois vieram a ocupar os latifúndios. Nessa perspectiva, relacionamos as lutas de enfrentamento do capital e a ameaça do modo produção e de vida desses camponeses com a definição de Thompson (2010, p. 10) de classe social como resultado das experiências vivenciadas pelos sujeitos num processo histórico:

A classe social acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

Considerando-se que a classe que se formou na periferia se deu segundo as condições dos trabalhadores e suas experiências, ela se concretizou com apoio da Igreja Católica e dos movimentos sociais que diretamente se envolveram na luta organizando sujeitos multiplicadores na luta contra a violência em todas suas faces: simbólica, física, psicológica etc. Essa relação deixa entrever o que Gramsci (2010) denomina de intelectuais “orgânicos”: os que se formaram na luta e para a luta e cujo agir interfere diretamente no devir das classes subalternas, em sua luta contra a dominação, o autoritarismo da classe burguesa. Para Gramsci (2010, p. 15),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

O papel dos intelectuais orgânicos dentro do movimento dos trabalhadores seria aquele de organizar, de dar sugestões e de aglutinar em torno dos princípios, dos meios e dos fins da luta pela terra. Trata-se do papel de arregimentar a classe em torno da luta. Algo que, de acordo com a conjuntura da época, não era tarefa tão fácil porque a ideia do progresso difundida pelo capital e pelos organismos de Estado em torno do progresso advindo dos projetos capitalistas se consolidava de forma hegemônica. O pensador italiano exemplifica isso afirmando que “[...] a classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’ etc.” (GRAMSCI, 1977 apud ANGELI, 2011, p. 130).

Na organização dos trabalhadores para enfrentar o latifúndio, é importante resgatar a ideia de Gramsci sobre o papel dos intelectuais na organização das classes e dizer que as classe subalterna têm menos capacidade de organização, o que pode ser interpretado como fraqueza ou entrave para superar a condição de sujeição. Contudo, a organização é a força vital para alcançar o ponto almejado — aqui, conquistar a terra. Para Gramsci (2010, p. 53),

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanentemente, já que não apenas orador puro.

A formação da classe na fronteira é o que apresenta as ações de contraposição dos trabalhadores ao projeto do capital para a região, bem como as estratégias utilizadas em momentos e contextos diversos da luta. Isso porque a categoria dos trabalhadores era composta por um grupo heterogêneo cujos membros eram das mais variadas regiões e tinham interesses diversos. A classe foi se formando em detrimento das necessidades e condições. Agregou os mais variados interesses dos trabalhadores excluídos nas periferias como forma de resistência à exploração do seu trabalho pelo capital, ou como forma de reação à expropriação de suas terras pelo latifúndio.

Esses trabalhadores rurais excluídos tiveram o apoio de uma ala da Igreja Católica que fazia opção pelos pobres e orientava as organizações ante a violência dos latifundiários; e, como articuladora de outros segmentos dos movimentos populares, a Igreja os ajudou na constituição da classe através da organização e criação de associações e sindicatos, além de defendê-los com assessoria jurídica. Foi se estabelecendo nesses nexos uma consciência de classe e de luta contra o latifúndio, manifestadas na organização e criação de condições de contraposição ao projeto instalado, o qual privilegiou o capital e a formação de latifúndio em detrimento da expropriação dos posseiros e exploração dos trabalhadores rurais, utilizados como força de trabalho em empreendimentos agropecuários.

Com efeito, para Jadir Pessoa (1999, p. 71), a via da sindicalização era essencial na contraposição do projeto instalado, pois

[...] o estado havia sido apropriado pelo capital monopolista externo e era obrigado a praticar uma política de exportação a qualquer custo, com o eufemismo de “economia aberta”. Com isso, a política agrícola era restrita aos grandes projetos agropecuários e industriais. Para a pequena produção não havia qualquer suporte. Em vez de uma efetiva política agrícola, capaz de gerar benefícios a sociedade, o que montou foi uma roda que corre atrás de si mesma.

Como forma de controlar a ascensão dos trabalhadores e neutralizar as organizações que aglutinavam as forças dos trabalhadores em torno do projeto monopolista, o estado cria mecanismos de controle, além do costumeiro braço repressor executado pelas forças policiais.

A intervenção do Estado tinha pelo menos quatro frentes complementares. A primeira foi a criação do Funrural, em 1971. Absorvendo antigas demandas dos trabalhadores, o governo transformou o sindicato em repassador de assistência social e médico-odontológica e canal para requisição de aposentadorias (PESSOA, 1999, p. 71).

A prática assistencialista estatal provoca um arrefecimento no sindicalismo combativo. A luta pela reforma agrária fica abalada com os rumos tomados pelo instrumento-chave da luta e organização dos trabalhadores: o sindicato dos trabalhadores rurais, que adota outra postura que não a luta pela terra, como se observava nos relatos de trabalhadores envolvidos nas lutas pela posse da terra nessa região. Para Pessoa (1999, p. 73), “[...] além do assistencialismo, muitos sindicatos conduziam as reivindicações e negociações trabalhistas de forma a beneficiar mais os fazendeiros que os trabalhadores. É o ‘peleguismo’ dos primeiros anos de sindicalização em Goiás”. Os rumos seguidos pelos dirigentes do sindicato desagradaram a uma parcela dos trabalhadores, em especial aqueles que já haviam entrado em contato com o grupo de jovens da Igreja Católica, participado de discussões sobre a questão agrária através de congressos de trabalhadores ou vindo de experiências com movimento sindical em outras regiões. Os trabalhadores descontentes articularam-se e organizaram para transformar o rumo do sindicato, com a tomada da diretoria por meio de eleições.

2.3 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA LUTA DOS TRABALHADORES

A criação de uma pastoral para atender os trabalhadores rurais vulneráveis foi a alternativa que padres e missionários da Igreja Católica com vivência em movimentos sociais anteriores tiveram para se contraporem ao capital expropriador na região da fronteira. A experiência lhes deu base para criar a CPT, em 22 de junho de 1975, com finalidade de assessorar os trabalhadores vulneráveis em todas as regiões do país. “A Comissão Pastoral da Terra surge da idéia de fazer do compromisso pastoral efetivamente popular, uma rede de solidariedade articulada.” (CARNEIRO, 2011, p. 256). Foi criada para fazer o papel de pastoral dos camponeses pobres desassistido pelo Estado e explorados pelo capital latifundiário, que avançava sobre as terras expropriando os trabalhadores que ocupavam a frente da linha da fronteira.

No caso da Amazônia, “última fronteira” a ser alcançada, a ação do capital foi mais rápida, maciça e violenta, o que de certa forma exigiu uma maior atuação da sociedade contra a ação do capital e da conivência do Estado em relação aos posseiros. Ainda segundo Carneiro (2011, p. 256), “[...] na época não havia qualquer tipo de serviço de assistência à

população local; além de serem explorados economicamente, eram povos isolados dos direitos que o Estado lhes devia”.

A criação da CPT é o resultado de uma demanda latente, urgente dos trabalhadores rurais e camponeses vulneráveis às ações arbitrárias do latifúndio e da leniência do Estado. “A CPT nasceu da região do Araguaia, [...] dos camponeses sem comunicação [...] Nasceu do chão, do sangue, da repressão.” (CARNEIRO, 2011, p. 256). Em Tocantins, sua atuação remonta aos tempos pré-divisão de Goiás, acompanhando posseiros sem terras e prestando assessorias aos trabalhadores em defesa dos direitos à dignidade. “Entre o final da década de 70 e meados dos anos 90, o trabalho da CPT foi mais intenso na região sul (Gurupi, Formoso do Araguaia, Porto Nacional e Paraíso) e na região do Bico do Papagaio, no extremo Norte do Tocantins.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT, 2013, s. p.).

A atuação da CPT incidiu, prioritariamente, na defesa dos trabalhadores rurais e posseiros envolvidos em conflitos com latifúndio pela posse de suas terras, sob ameaça constante de expropriação. Isso despertou a ira dos fazendeiros, que declararam guerra aos líderes comunitários e aos agentes da comissão. Houve perseguição sistemática, ameaças, torturas e assassinatos, de líderes e agentes, padres e advogados ligados ao movimento. A ação dos latifundiários foi incessante e violenta: expulsaram numerosas famílias de suas terras, que ainda viram suas posses serem destruídas por grileiros e transformadas em latifúndios. No decorrer desse tempo, a missão da CPT foi denunciar sistematicamente essa violência, assim como a negligência do Estado, e apoiar as famílias de trabalhadores vulneráveis, sobretudo à ação do latifúndio contra os posseiros. A luta persistiu e avançou na defesa dos trabalhadores, assessorando-os na criação de sindicatos, associações e defendendo-os juridicamente, pois os trabalhadores não dispunham de conhecimentos legais de seus direitos nem de recursos para contratar advogados.

Esse trabalho molecular da Igreja foi um dos principais responsáveis pelo aparecimento de “oposições sindicais”, portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo. Inicialmente dispersas, as “oposições” articularam-se a novas redes, constituindo laços com o chamado “novo sindicalismo”, gestado nas áreas urbanas, e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas, etc.). Em 1983, quando se criou a Central Única dos Trabalhadores, era notável a presença nela das “oposições rurais”, criando-se um novo campo de disputa com a Contag que se alinhara com outra central sindical então criada (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, CONCLAT). (MEDEIROS, 1989, p. 106).

Nessa conjuntura desfavorável à classe trabalhadora, alguns elementos nos permitem visualizar mudanças de atitudes nos líderes dos trabalhadores e uma estratégia da classe: o redimensionamento da entidade como instrumento de enfrentamento e resistência ao projeto do capital. As estratégias adotadas para reformular o estatuto e adequá-lo às necessidades dos trabalhadores podem ser entendidas como conscientização das necessidades da classe e uma fazer para se manter em meio aos percalços da luta. Nesse período, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) viviam em disputa, adotando tipos diferentes de sindicalismo. Para Pessoa (1999, p. 79) a CUT definia-se como praticante de um “novo sindicalismo” ou um “sindicalismo combativo”; a CGT era mais impregnada de assistencialismo ou de um “sindicalismo de resultado”.

A Igreja Católica teve papel preponderante para redimensionar as ações e a estrutura do sindicato, tanto na assessoria jurídica e organizacional prestada aos trabalhadores como no acolhimento das famílias expulsas de suas terras que ficavam vulneráveis na cidade.

2.4 FORMAÇÃO DE CLASSES ANTAGÔNICAS

Para trabalhadores advindos regiões diversas, a região do setentrão goiano foi a representação da terra prometida onde se tornou possível a reprodução familiar e consolidação da dignidade humana. Para entenderem o movimento e se tornarem sujeitos ativos de contraposição ao capital expropriador, os trabalhadores rurais passaram por preparação, formação política e ação de combate. Mesmos que em condições díspares, as mobilizações e estratégias internas e externas para se garantirem na terra — as ações conscientes ou não que lhes possibilitaram demarcar posições anticapital na defesa de suas terras — demonstraram que, minimamente ou sem entender da estrutura jurídica e política, os trabalhadores possuíam noções do combate que estavam travando com o latifúndio. O campo de força travado entre trabalhadores e capital agrário entrelaça uma teia de relações e alianças objetivas que entremeia os interesses de cada classe permeada por formas diversas de alianças para, então, assumir suas posições na disputa considerando os agentes físicos, políticos e econômicos disponíveis.

Nesse sentido, analisar a luta de classe e a dinâmica do conflito em torno da posse da terra e do projeto da ditadura militar para a Amazônia — a sanha do capital nas terras dos posseiros — requer compreender os campos de força entre latifundiários e posseiros seguindo as estratégias e posições pensadas no interior dessas classes formadas com base nas necessidades e nos contextos vividos em cada grupo de sujeitos. Por exemplo, as condições políticas, econômicas e posições no campo de luta dos latifundiários são opostas a dos trabalhadores, delineadas de acordo com os intelectuais orgânicos de cada classe. Utilizamos

nesse caso específico a compreensão que define o intelectual não como alguém superior eruditamente, mas aquele que possui capacidade e responsabilidade de produzir conhecimentos capazes de modificar as condições sociais internas das classes subalternas.

Como o capital expropria os camponeses e mantém o controle das terras, as famílias expropriadas migraram em massa para as periferias das cidades da região, onde se submeteram às condições de trabalhos sazonais nas fazendas, tais como roçado de pastos, derrubada de florestas e retoque em cercas; quando não estão nesses trabalhos, então estão desempregadas. Essa conjuntura cria um terreno fértil de organização para contestar as condições sociais e o modelo econômico, político e social implantado pelos militares na Amazônia. Trabalhadores expropriados de suas terras e desempregados nas periferias não possuíam meios de obtenção dos mínimos vitais para a reprodução familiar; quando surgia algum tipo de trabalho para onde se dirigiam e permaneciam meses trabalhando, as mulheres tinham de assumir a manutenção dos filhos, lavando e passando roupas para famílias mais abastadas, enquanto os filhos mais velhos complementavam a renda capinando lotes na cidade.

A vulnerabilidade das famílias sob condições subumanas a que foram submetidas atraiu a atenção de grupos ligados a setores da Igreja Católica, que, ao mesmo tempo, apoiaram-nas em suas necessidades mais básicas e as orientaram na luta contra a opressão imposta. A participação da Igreja Católica nos aspectos da sobrevivência e na organização e preparação para a luta foi tratada por Gramsci. Segundo ele, a mais simbólica categoria dos intelectuais é a dos ligados à Igreja que “[...] monopolizaram durante muito tempo algum serviço importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência etc.” (GRAMSCI, 2010, p. 16).

No caso dos conflitos agrários da região envolvendo latifundiários, pistoleiros, posseiros e trabalhadores assalariados, os agentes de pastorais assumiram papel preponderante na defesa dos trabalhadores, seja com a denúncia de violência, de exploração da força de trabalho ou de expropriação de suas terras, seja com a formação pedagógica para a luta e resistência ao latifúndio. Padres, freiras e missionários leigos deram suporte jurídico, político e pedagógicos aos trabalhadores nas periferias. Formaram blocos de enfrentamento do capital, o que mais tarde resultaria na ocupação de latifúndios e resistência a expropriações de terras. A fala da entrevistada Anália — assentada do projeto de assentamento Vale do Juari, cabe frisar — dá pistas do processo de ocupação. Ela afirma que

Pistoleiro botava a gente pra correr, era aquela aflição tão grande, que eu pensava assim: “Podia ter tirado o Luís”. Mais, aí, depois, foi dando coragem, o povo da CPT, essa Igreja Católica dava muita força, o padre dava muita força, aquelas freiras, aqueles advogados ajudava muito. Então a gente fazia reunião com eles e falava que dava um jeito da gente se livrar, pra gente entrar no mato e ficar escondido, não fazer barui, não deixar rastro, não falar os nomes das pessoas, dos trabalhador pra os que tava passando na estrada num poder pegar o nome deles, pra num poder pegar lá na rua. (ANÁLIA, 2009, entrevista).

O apoio da Igreja, em especial no que se refere à formação política dos movimentos, proporcionou aos trabalhadores, de certa forma, uma consciência de classe e de luta como forma de emancipação. Os desdobramentos da formação culminaram na reestruturação dos sindicatos — de pelegos para combativos; no aumento das ocupações de fazendas; no enfretamento de pistoleiros e na resistência a expulsões das posses.

Os trabalhadores imigrantes traziam consigo costumes, relações políticas, cultivos agrícolas, seu jeito de manejar o rebanho e outros traços. Ao chegarem à região, tiveram que se adaptarem às condições socioambientais, climáticas e de mercado local. Com isso, formaram núcleos que desenvolviam suas atividades de acordo com as condições de cada região; ou seja, formaram classes fundadas nas idiossincrasias de cada grupo, de cada indivíduo, que interagindo entre si adquiriram características coletivas, próprias de cada núcleo. Ao serem empurradas para as periferias após a expropriação de suas terras, as famílias tiveram de se submeterem a um novo rearranjo social, mas agora mediado pela ação pastoral da Igreja.

Nessa perspectiva, a ideologia religiosa, o senso moral e de justiça da Igreja e as experiências em educação popular dos movimentos eclesiais de bases foram essenciais à organização dos trabalhadores como classe e resistência ao projeto capitalista que os expropriou de suas terras. Dos grupos de imigrantes advindos do Nordeste, muitos traziam necessidades de refazer os infortúnios causados pela seca ou pela cobiça dos coronéis, que os mantinham submissos aos seus mandos. Vieram guiados por sentimento místico. Com efeito, Maria Antonieta de Costa Vieira (2012, p. 64), ao discutir os grupos distintos de imigrantes na Amazônia, enfatiza os que tiveram características místicas em torno da posse da terra:

Grupos que na década de 1960 se organizaram como movimento sócio-religiosos, tendo como referência a busca das *Bandeiras Verdes*, segundo uma profecia atribuída ao Padre Cícero do Juazeiro. A profecia previa a existência de um território sagrado, situado na mata, onde se viveria em paz em uma terra de abundância, que deveria ser alcançada após um percurso penitencial.

A relação mística com a terra sempre foi uma constante no universo camponês. A propriedade para o posseiro foi tratada como lócus de trabalho e reprodução familiar; quase nunca como mercadoria ou meio de produção capitalista. Nesse aspecto, a ação da Igreja concatenou as diferenças regionais e hegemonizou a luta dos trabalhadores contra o capitalismo agrário que se instalou à custa da expropriação dos trabalhadores. A atuação dos missionários agentes de pastorais não incidiram em ações espetaculares, eloquentes nem foram movidas por paixões; sobretudo foi a atuação de interlocutores e animadores permanentes da luta. O papel da Igreja foi preponderante na organização dos trabalhadores. Os missionários assumiram um papel de militantes numa perspectiva de educação popular para multiplicar os agentes nas estruturas das associações, dos sindicatos e do meio político, através da criação do Partido dos Trabalhadores — à época com interesse forte pelas causas dos trabalhadores rurais.

Em geral formados por religiosos (padres, freiras) ou leigos formados na própria comunidade, esses agentes assumiram a tarefa de formar líderes dentro da própria classe. Assumiram papel de animador apenas assessorando e estimulando o protagonismo para que os trabalhadores mesmos se sentissem como sujeitos da própria história (BETTO, 1981). Como a cultura camponesa esteve sempre carregada de religiosidade — nela os religiosos tendem a ser vistos como porta-vozes da palavra de Deus —, as intervenções dos agentes tiveram influências consideráveis nas ações dos camponeses ante as condições a que estavam submetidos: à falta crédito, à expropriação de suas terras, à submissão a trabalhos em condições análogas à escravidão políticas e à falta de apoio institucional, visto que os sindicatos que deveriam defender-lhes invariavelmente estiveram vinculados a políticas oficiais de atividades assistencialistas. Para Frei Betto (1981, p. 9),

As comunidades rurais não têm uma consciência política explícita enquanto categorias cartesianamente acadêmicas, mas vivem na carne o sofrimento resultante da mais brutal opressão. Por isso não temem a luta por seus direitos, pois não têm nada a perder. Essa luta é travada pelos próprios lavradores: procuram tomar o sindicato dos oficiais, expressam seus sofrimentos em versos e canções, promovem mutirões para comprovar a força de sua união, fazem manifestações públicas para denunciar a opressão em que vivem. [...] resistem ao acelerado ingresso do capitalismo no campo, principalmente aos projetos agropecuários das empresas multinacionais, proprietárias de extensões de terras que ultrapassam às vezes um milhão de hectares.

Baseada na premissa do ver, julgar e agir, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se orientaram pela exposição da opinião do grupo sobre o assunto ao lidarem com as

demandas dos trabalhadores que são colocadas e analisadas. A partir do ver, do relato e do julgar baseado nos ensinamentos religiosos, vem o passo seguinte: o agir, acompanhado do planejamento: a forma concreta de enfrentar o problema. As relações entre agente e comunidade vão se entrelaçando de tal forma que a formação e multiplicação de agentes fora da Igreja se deram de forma relativamente espontânea no meio dos trabalhadores da comunidade, como uma consequência direta das iniciativas de formação. Daí a premissa de Gramsci (2012, p. 358): a “[...] educação das massas para a elevação de sua cultura é um ato preliminar que serve de suporte à tomada de poder”; enquanto o “[...] ato político é colocado como elemento de formação que caracteriza o sujeito como sujeito de sua história”.

Contudo, o desafio maior dos trabalhadores foi romper as estruturas criadas no sentido da consolidação do projeto dos militares e do capital para a região. Era superar as condições reservadas e colocadas em práticas através da expropriação das terras utilizando métodos violentos, como a participação de pistoleiros e aparatos repressivos e ideológicos do Estado. Além da ação dos oficiais de justiça e da polícia, a propaganda do Estado induzia uma parcela da população local a defender o projeto do capital, pois o Estado, “[...] quando quer iniciar uma ação pouco popular cria, preventivamente, a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (GRAMSCI, 2000a, p. 265). Com efeito, monopolizando a opinião pública em uma frente e reprimindo violentamente noutra, o Estado modelou o modo de viver, pensar e agir das comunidades do entorno de grandes projetos agropecuários instalados na Amazônia. Nessa lógica, quase sempre os trabalhadores não tinham apoio da comunidade local.

Para Gramsci (2002, p. 135), os “[...] grupos subalternos sofrem as iniciativas dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: Só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente a subordinação”. O que, neste caso, não foi tarefa fácil, visto que o monopólio da opinião pública com a utilização de jornais, rádios e revistas foi largamente utilizado para exaltar os projetos capitalistas na região, sem contar o aparelhamento dos políticos favoráveis ao projeto do grande capital. Para os trabalhadores, mesmo prosseguindo no campo da ação, a luta não representou conquista. Em muitos casos, os avanços dos grupos se transformaram em uma forma de defesa, um alerta aos opressores de que deviam alterar as estratégias ou recuar em seus projetos expropriatórios. A interlocução dos agentes de pastorais com trabalhadores e a formação por métodos de educação popular desenvolvido nas CEBs influenciaram o grau de consciência histórico-política dos trabalhadores, de modo a lhes proporcionar empoderamento ante os desafios na disputa pela terra com o latifúndio. Gramsci (2002, p. 141) adverte, contudo,

[...] que o estudo do desenvolvimento destas forças inovadoras, de grupos subalternos a grupos dirigentes e dominantes, deve investigar e identificar as fases através das quais elas adquiriram a autonomia [...] em relação ao inimigo a abater e à adesão dos grupos que as ajudaram ativa ou passivamente. (GRAMSCI, 2002, p. 141).

Neste caso, foram os grupos do sindicato e os agentes das pastorais que deram suporte político à luta. Logo, é na formação dos sujeitos, na mobilização interna que a classe vai criando contornos e os agentes vão assumindo sua participação no campo de luta com outra percepção do mundo em seu entorno; começam a adotar estratégias de ação que venham modificar as condições sociais lhes reservadas pela conjuntura capitalista instalada no campo dessa região. Alheios aos seus direitos — visto que não tinham conhecimentos das leis, nem da que lhes garantia o direito a terra onde pudessem exercer sua reprodução familiar —, esses sujeitos, num primeiro momento, submetem-se à imposição dos latifundiários: desocupar a terra; seja pela venda a preços módicos ou pela pressão dos pistoleiros. A organização dos grupos e o acúmulo de informações obtidas em discussões sobre as questões que estavam acontecendo na região os levaram a romper com a ordem estabelecida e se contraporem ao projeto do capitalismo agrário na região.

Tanto imigrantes nordestinos que vieram em busca das bandeiras verdes como lugar para se refazerem com a família quanto trabalhadores que vieram no afã da propaganda das oportunidades na Amazônia e os que vieram das regiões sul do estado de Goiás e Sudeste do país se esquivando das explorações dos fazendeiros, que lhes impunham condições de arrendatários, meeiros, empreiteiros ou diaristas nas grandes fazendas, ou de pequenos proprietários cujas posses não eram suficientes para a manutenção da família. Apesar das razões serem diferentes, as condições desses imigrantes foram as mesmas: eram pobres descapitalizados e sem apoio de políticas governamentais, embora algumas famílias participassem de políticas de colonização do estado, a exemplo da Colônia Bernardo Sayão.

Os posseiros que se agruparam em grupos idiossincráticos nessa região até a chegada da rodovia Belém–Brasília formaram uma espécie de categoria preponderante que se relacionava com comerciantes com os quais negociavam, comprando artigos que não produziam e vendendo sua produção, em geral agrícola e pecuária. Após a abertura da rodovia, chega outro grupo com interesses e condições antagônicas aos dos posseiros, com quem — após, também, formarem-se como categoria (latifundiário) — entraram em confronto. Inicia-se um período de turbulência e conflitos violentos entre duas categorias cujos interesses se opunham. Ao contrário dos posseiros, os latifundiários vieram com a anuência do estado: garantia de financiamentos subsidiados e programas de infraestrutura em

prol dos investimentos a ser implantados na região; foram realizados estudos para implantar os projetos com finalidade de suprir as demandas de conglomerados que investiriam capitais na formação de áreas de latifúndio.

A escolha e os critérios utilizados para definição das áreas e suas delimitações foram feitos a partir de estudos anteriores, e eram baseados nos aspectos fisiográficos, ocupação agropecuária e pólos urbanos. Tudo isso favoreceu para a concentração dos investimentos federais na região, cuja preocupação central era “o ordenamento do processo de ocupação e o equilíbrio do desenvolvimento estadual”. (PRODIAT, 1985, p. 5).

As condições criadas para instalar os projetos agropecuários do capital aceleraram o avanço dos conflitos entre as classes na disputa pela terra na fronteira e com o Estado participando diretamente em favor dos latifundiários, em seus empreendimentos. Construía-se nova estrutura econômica, política e social baseada no poder econômico em parceria direta com o Estado. As estruturas estatais, econômicas, políticas e jurídicas passaram a ser utilizadas para garantir a consolidação do modelo econômico baseado na produção agropecuária realizada em grandes extensões de terras; nem que para isso fosse preciso expulsar, sem a menor preocupação, posseiros e indígenas que estivessem dentro dos perímetros do latifúndio.

Nesse processo de integração econômica capitalista dirigida pelo Estado e executada pelo capital nacional e internacional — que açambarcou terras da Amazônia para a implantação de projetos agropecuários —, formou-se e acentuou-se um enfretamento entre duas classes da fronteira: capitalistas de várias frações da burguesia (a categoria de latifundiários) e os posseiros, indígenas, ribeirinhos e extrativistas cuja expropriação de suas posses e locais de trabalhos os transformou em proletários rurais que se amontoam nas periferias da cidade. Uma vez marginalizados, foram se organizando segundo suas necessidades e as novas relações que foram se estabelecendo. Fortaleceram as relações da classe, que mais tarde viria a enfrentar de novo o capital e o latifúndio, agora não mais como posseiro expropriado ou trabalhador explorado, e sim como trabalhadores organizados em defesa do direito à terra para sua produção e reprodução familiar.

Consideramos que a organização dos trabalhadores — de classe *em si* para classe *para si* — é fruto das relações estabelecidas no interior dos grupos que foram se formando e estiveram intrinsecamente ligados ao fenômeno histórico desses sujeitos ativos em suas diversas etapas de organizações, luta e participação dentro do campo de ação delimitado pelas condições econômicas, políticas e jurídicas em que estavam inseridos. O conjunto de fatores que constituíram as condições econômicas e políticas e foram dando forma ao nível de

consciência política dos trabalhadores empoderados pelo processo formativo e da ação dos intelectuais orgânicos envolvidos no processo criou uma espécie de frente de resistência ao capital latifundiário; e mesmo ante os riscos iminentes de tortura, prisão ou morte.

Eis por que “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1978, p. 130). As condições imposta pelo capital, a expropriação de suas terras, a violência sofrida e o contato com grupos de pastorais tornaram os trabalhadores em rebeldes, resistentes da linha de frente em um conflito de interesses permeado pela violência intensa em nome da posse da terra. A infraestrutura e a superestrutura montada sob a mão do estado utilizaram mecanismos de controle político que disfarçadamente protegeram e beneficiaram o capital e os latifundiários; mas foram incapazes de imobilizar a classe trabalhadora na luta em prol da terra de trabalho e contra a terra de negócio. Além da interlocução dos trabalhadores com apoiadores diretos como agentes de pastorais, foram adotadas estratégias que incluem alianças com outros setores e classes (a exemplo de fazendeiros vizinhos das zonas de conflitos). Isso determinou os contornos internos e externos das etapas.

Com efeito, na perspectiva de adotar estratégias e alianças, a classe trabalhadora, posseiros, ribeirinhos e indígenas expropriados de suas terras — que se tornaram proletários rurais — e empresários, políticos, funcionários, membros da classe dominante — que compunham a classe latifundiária — recorreram à estratégia de estabelecer alianças com outras organizações para se fortalecerem como classe na disputa pela posse da terra; seja nas expropriações dos posseiros, seja no impedimento das ocupações feitas por estes.

Contudo, nesse embate, o capital instalado na região na forma de empreendimentos agropecuários em enormes extensões de terras para garantir as instalação de seus projetos e assegurar seus latifúndios expandiu seus negócios quase sempre sem serem importunados. Segundo Cavalcanti (2004, p. 70):

Donos das terras e patrões de todos que moravam no lugar, os fazendeiros transformavam-se em legítimos senhores de engenho, respondendo com truculência a quem contrariasse suas ordens ou atrapalhasse seus planos — do prefeito da cidade ao diretor da escola municipal, passando pelo delegado de polícia e pelo juiz da comarca, nenhum cargo é ocupado sem a bênção dos poderosos da região.

As configurações das classes foram se formando ao longo da materialização do projeto do governo militar e do capital para a Amazônia. A consolidação do latifúndio como modelo econômico voltado à produção de *commodities* para suprir os mercados externos definia as classes antagônicas na fronteira. Marcavam até suas posições e estratégias de lutas. A classe

dominante — neste caso, o capital latifundiário — usou amplamente a propaganda através dos aparelhos do Estado e da imprensa em geral para exaltar a superioridade do projeto capitalista ante o modelo adotado pelos trabalhadores posseiros, ribeirinhos. Era a hegemonia das ideias da exploração capitalista e da superioridade tecnológica. Veicularam esse ideário em *slogans* como “Pense forte, pense Ford”, associado com a imagem de um caminhão da marca Ford carregado de sacarias rompendo estradas de barro com buracos. Era a força do caminhão para o campo, amplamente divulgada em encartes de revistas e jornais; ou em encartes da revista *Veja* de 1980 onde se lê em letras garrafais

Soja, Trigo, Café, Feijão, Milho, Arroz. Com sol ou com chuva, com seca ou com geada, o homem da terra sabe que pode confiar no Bamerindus. Há vinte sete anos essa amizade incentiva a produção, criando laços de confianças por esse Brasil adentro. (VEJA, 2 jan. 1980).

Nessa mesma revista, seis anos depois, lia-se em uma página inteira o anúncio publicitário de uma marca de trator: “Está no mercado o CBT 4x4 O TRATOR. Depois dele o campo não será o mesmo. Desenvolvido no Brasil para as condições brasileiras, é o trator que a agricultura estava precisando. Robusto, versátil e econômico” (VEJA, 5 de março de 1986). Fora da lógica do mercado e da produção capitalista, decerto o trabalhador posseiro não era público-alvo do anúncio nem beneficiário de programas de crédito e recursos para aquisição de implementos agrícolas propagandeados nas mídias local e nacional. Suas práticas agrícolas eram consideradas atrasadas e inviáveis; e o modelo capitalista representava o progresso e o desenvolvimento. Convém considerar que a tecnologia vem carregada de ideologias, logo sem neutralidades. Vem a serviço da classe dominante, por isso

[...] só favorece à ideologia da alienação que afasta as pessoas, e constrói um senso comum que fetichisa a técnica, dá compreensão e explicação do papel da tecnologia na dominação-hegemônica dos interesses de classe da reprodução social da burguesia. (CARVALHO, 2009, p. 7).

A dominação do capitalista veio carregada da ideologia dominante do progresso e da tecnologia: ingredientes comuns na argumentação em prol do projeto hegemônico das elites. O modelo praticado pela classe trabalhadora é considerado obsoleto e inviável do ponto de vista econômico, logo inadequado ao ciclo de desenvolvimento em que a região se integra.

Em relação à dominação pela via ideológica da tecnologia e do progresso, Carvalho (2009, p. 7) afirma que:

[...] no contexto contemporâneo brasileiro, desde a modernização conservadora da agricultura iniciada pela ofensiva dos capitais oligopolistas transnacionais sob a denominação de “revolução verde” nas décadas de 1950–1960, e reeditada em níveis mais avançados de tecnologias capital-intensivas e de artificialização da agricultura a partir da década de 1990, a ideologia dominante a favor da grande exploração capitalista na agricultura, vulgarmente denominada de agronegócio, levou de arrasto as concepções de mundo da maior parte dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares no campo de defesa dos interesses corporativos dos camponeses, no sentido de aceitarem, parcial ou integralmente, essa lógica dominante.

Mesmo que historicamente os trabalhadores rurais pobres tenham se mantido numa relação de subalternidade ao latifúndio, é inegável sua resistência à condição imposta pelo estado e pela classe dos latifundiários. Das sesmarias do período colonial ao mais tecnificado sistema de produção capitalista agrário, os trabalhadores têm lutado contra a condição de dominado que lhes fora imposta, algumas vezes viajando na frente do latifúndio ou resistindo e enfrentando os latifundiários, ocupando suas terras e as transformando em assentamentos de reforma agrária; e mesmo que em formas diversas, nas mais diversas regiões os trabalhadores tenham sempre sido uma força antagônica ao latifúndio e, na Amazônia, uma força contra o projeto concentrador do Estado e do grande capital nacional e internacional.

2.5 CONTRAOFENSIVA AOS SINDICATOS COMBATIVOS

A reação às reformulações dos sindicatos gerou apreensão ao capital e aos órgãos do aparelho estatal, que passaram a combatê-lo duramente, ora colocando como subversão às leis constitucionais, ora reprimindo violentamente através da polícia e de pistoleiros contratados para desestruturá-los pela força coerciva: a ameaça, a tortura e o assassinando de líderes. Foi tamanha a violência cometida pelos latifundiários nessa região, que chegou à coluna editorial do jornal *Tribuna Operária*, periódico ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdB), com sede na cidade de São Paulo, com este título: “Os camponeses precisam do nosso apoio”. No texto se lê que

Dedicamos a capa deste número da *Tribuna Operária* à “guerra pela terra”. É um assunto que ganhou vulto em toda a imprensa. Que acaba de merecer um pronunciamento da Igreja. Que tira o sono dos generais. A concentração da terra (0,8% das propriedades têm 42% da área ocupada) vai criando uma situação insuportável. Ela se dá com todo apoio do governo e em geral por meios violentos; derrubada de ranchos, incêndio de roças, tortura e assassinato de agricultores. Estes aprendem a defender-se, com as armas que têm. A tensão vai crescendo. (TRIBUNA OPERÁRIA, 23 fev.–7 mar. 1980).

O jornal publicou ainda um texto que evidencia o propósito do estado em relação à questão fundiária nessa região da Amazônia desde a criação do Grupo Executivo de Terras do

Araguaia Tocantins (GETAT). Criado para regularizar as terras ocupadas por posseiros, suas ações regularizaram o latifúndio e sem respeitar a legislação em vigência, que beneficia o trabalhador. Para arbitrar como representante do Estado, foi enviado Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió: famigerado caçador de comunistas da guerrilha do Araguaia e acusado de numerosos crimes de tortura e assassinato de guerrilheiros, a exemplo de militantes do PCdoB. Supostamente, seria capaz de resolver a questão das disputas das terras entre trabalhadores e latifundiários. Eis o que se lê no jornal:

[...] enviaram o major Curió aos posseiros com uma proposta de que seriam legalizadas todas as posses de quem estivesse há mais de cinco anos no local, desde que estes ajudassem a expulsar os outros, que chegaram depois, considerados “invasores”. A proposta não foi aceita. Em primeiro lugar, porque a legislação prevê o direito de posse se adquire com um ano e um dia de posse efetiva e contínua. Porque renunciar isso? Em segundo lugar, porque a grande maioria dos posseiros, embora estivesse há mais de cinco anos na região, já tinha sido expulsa diversas vezes de suas posses, ido para outras, voltado às antigas não tinha cinco anos de posse contínua em nenhuma delas. Mais tarde, o major Curió voltou com a mesma proposta, amenizada. Os que tivessem menos de três anos de posse contínua seriam os considerados “invasores” e expulsos. Novo fracasso. Os posseiros não aceitaram. De acordo com o decreto do general Figueiredo, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), não foi criado para fazer reforma agrária, nem grande nem pequena, mas para atender a uma necessidade imperiosa de uma ação tanto urgente quanto enérgica do poder público visando a regularização da propriedade naquela área da Amazônia Legal. “Terá amplos poderes para, entre outras coisas, reconhecer “as posses legítimas”. Precisamente nessa área de 40 milhões de hectares colocada sob os poderes do GETAT está a maioria das 350 empresas agropecuárias, de propriedade de grupos capitalistas monopolistas do sul do país, como o Comind, Bradesco e estrangeiros, como Nixllorf, Volkswagen etc. Esses latifúndios têm posseiros em seu interior. E apesar da utilização de jagunços, está cada vez mais difícil expulsá-los. (TRIBUNA OPERÁRIA, 23 fev.–7 mar. 1980).

Criar o GETAT significou militarizar a questão agrária. Formalizado pelo decreto-lei 1.767, de 1º de fevereiro de 1980 e subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, tinha à frente dos trabalhos o major Curió. O resultado foi o aumento da repressão aos posseiros e o aumento dos grandes empreendimentos agropecuários em detrimento dos posseiros e trabalhadores rurais. Foi utilizado o efetivo da Polícia Federal para ameaçar e reprimir posseiros como uma operação de desarmamento que confiscou e destruiu quase duas mil armas, a maioria de caça dos posseiros. O grupo liderado pelo major Curió passou a perseguir ostensivamente padres que apoiavam os posseiros. O padre Aristide Camio foi preso por uma equipe do major composta de dez policiais e um delegado.



FIGURA 3. Área de abrangência do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins. O mapa ilustra a área de abrangência do GETAT. São quase 40 milhões de hectares de terras na bacia dos rios Araguaia e Tocantins. A extensão supera em dez vezes o território da Holanda.

Fonte: VEJA, 13 fev. 1980

Além da prisão de padres e posseiros, uma intensa campanha contra a Igreja Católica foi impetrada para descaracterizar os trabalhos dos padres envolvidos nos conflitos. Os padres e bispos católicos foram acusados de comandar invasões das propriedades, e as denúncias foram encaminhadas para o Conselho de Segurança Nacional, sob a acusação de que a Igreja tinha “uma nítida opção pelo socialismo”, assim como de que é uma instituição “[...] que insufla a luta de classes no campo conforme o jornal *Folha de São Paulo*” (FIGUEIRA, 1986, p. 79). Ao sufocar a guerrilha do Araguaia, as ações repressivas do major se voltaram aos trabalhadores em contraposição ao latifúndio. A questão agrária passou a ser tratada como segurança nacional. Todo-poderoso, o major conduziu a seu bel-prazer as questões relacionadas com o problema da terra. Quando se tratava dos trabalhadores, proibiu reuniões, controlou a movimentação e o deslocamento de moradores, suspendeu manifestações e outras formas de movimento. A liberdade dos moradores foi cerceada em nome da segurança nacional.

As reações dos trabalhadores acirraram ainda mais a violência já cometida pelo latifúndio. Os latifundiários revidaram as ações antiexpulsão com ataques não só nos que estavam em suas posses, mas também nos líderes sindicais e religiosos e militantes dos movimentos sociais engajados na luta, como aconteceu com Raimundo Ferreira (FIG. 4), o Gringo. O sindicalista, de 43 anos de idade, fazia parte de uma lista de camponeses e agentes pastorais condenados à morte pela Empar, empresa florestal associada à empresa Óleos Pacaembu de São Paulo. O assassinato de Ferreira ocupou as páginas da revista *Veja* com esta nota:

A 29 de Maio, na região de Araguaína, apareceu morto com um tiro no peito e outro na nuca, o líder dos posseiros e candidato opositorista à presidência do Sindicato dos Trabalhadores rurais do município, Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, de 43 anos, as eleições para o sindicato seriam realizadas neste mês e ele tinha sólidas chances de desalojar do poder o interventor Bertoldo Siqueira de Lima, de 62 anos, empossado pelo exército em 1974, Gringo e alguns delegados sindicais e padres da Pastoral da Terra tiveram seus nomes incluídos em duas listas de condenados a morte que circulam na região onde 10 000 famílias de posseiros reivindicam a legalização de suas terras. (VEJA, 11 jun. 1980, p. 30).

A morte do sindicalista é emblemática no ponto de vista da representação do poder do latifúndio na região. É como se dissesse: “Veja o que acontece com quem tenta impedir o avanço das forças conservadoras do capital na fronteira amazônica”. É uma espécie de pedagogia do medo, da intimidação pela violência e do poder de fogo do latifúndio. O sindicalismo combativo representou, de imediato, um incômodo a ser combatido pelo Estado autocrático e pelo capital, instalado em grandiosos empreendimentos imobiliários. O avanço dos trabalhadores em forma de ocupações do latifúndio ou a resistência dos posseiros a sair de suas terras se contrapuseram ao projeto dos militares de ocupação da Amazônia pelo capital, o que fez com que acirrassem o conflito entre as classes antagônicas que se formaram na fronteira. Os ânimos se alteram de ambos os lados, transformando a região em um cenário de violência e instabilidade jurídica, conforme se lê na mesma reportagem da *Veja* que expôs o caso do sindicalista assassinado.

A região do baixo Araguaia, na Amazônia atravessa mais um de seus cíclicos períodos de violência, sempre nascido pela posse da terra. Três crimes de morte em menos de um mês esquentaram o animo de posseiros e fazendeiros, que começaram a juntar armas e munições para uma batalha cujo início tem data marcada: 11 de julho, dia em que o papa João Paulo II deverá encerrar sua visita ao Brasil. Então, dizem os fazendeiros, terá chagado a hora do do acerto de contas com setores da igreja que se aliaram aos posseiros. “A Igreja está tumultuando a área” garante Demerval Rodrigues da Cunha Oliveira de 56 anos, dono de 72 000 hectares e 14 000 mil bois na região. (VEJA, 11 jun. 1980, p. 31).



FIGURA 4. Sindicalista morto em Araguaína. Líder de oposição do sindicato pelego de Conceição do Araguaia e com eleição praticamente decidida, o sindicalista Raimundo Ferreira Gringo foi alvejado por pistoleiros de Araguaína, a cerca de 240 quilômetros de Conceição do Araguaia, no dia 29 de maio de 1980. Fonte: CARNEIRO, 2010.

Para enfrentar os ataques dos latifundiários com seus pistoleiros fortemente armados e amparados pela conivência do estado, os trabalhadores contaram com a participação da CPT. Nessa região, a comissão teve papel preponderante nas lutas e conflitos envolvendo latifundiários, posseiros e trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. A Igreja nessa circunstância atuou mais como agente de mobilização do trabalhador do que como pastoral. A participação aconteceu em um momento providencial à luta dos trabalhadores, dada as condições políticas e econômicas a que se submetiam e o projeto dos militares para a questão agrária. Nessa esteira reside a influência da Igreja na luta e na organização dos trabalhadores. “Em algumas regiões brasileiras, os sindicatos já começavam a encaminhar as questões na justiça. Em outras os sindicatos sequer existiam ou, quando existiam, não conseguiam enfrentar os conflitos.” (PESSOA, 1999, p. 81–2).

Desde décadas atrás as atitudes dos trabalhadores rurais têm sido reprimidas violentamente por latifundiários amparados pela intervenção estatal. Às ameaças e torturas físicas e psicológicas, aos assassinatos cometidos pelos latifundiários e seus pistoleiros, o Estado fazia vistas grossas; mas qualquer reação dos trabalhadores era reprimida pela polícia. Daí ser cabível dizer que a participação do aparelho estatal a serviço do capital na consolidação do latifúndio.

Com efeito, Aldighieri (1993, p. 114–5), ao se referir à relação entre latifundiários e órgãos estatais, cita o advogado da CPT Osvaldo de Alencar, que explica que a relação era de dominação:

Ele é rico, contrata advogados, entra em contato direto com as autoridades políticas e judiciárias do Estado, vai à casa do juiz, vai ao INCRA, e já tem a convivência dos executores do projeto fundiário, consegue fazer com que o todo o processo fique a seu favor.

De forma específica Aldighieri (1993, p. 118) explica que

A contratação de pistoleiros para assassinar desafetos, fossem eles, trabalhadores, posseiros, líderes sindicais, religiosos, advogados, tornou-se prática comum na região norte. Por exemplo: em “14 de julho de 1985, João Ester, pistoleiro ligado a João Yano, confessa a Waldemar L. da Silva que lhe fora oferecido Cr\$ 200 milhões para matar [padre] Josimo; e 4 bilhões para matar o padre Geraldo Rosa”.

2.6 VIOLÊNCIA E LUTA DE CLASSES NA FRONTEIRA

As relações entre classes antagônicas na fronteira nunca foram tranquilas nem amistosas. Desde a chegada dos latifundiários, foi estabelecida uma relação de animosidade entre estes e posseiros ou trabalhadores que vieram na condição de força de trabalho. A questão foi a proporcionalidade nas esferas de poder entre os membros das classes, haja vista que os latifundiários eram, em geral, políticos e ricos empresários, enquanto os trabalhadores eram, a maioria, pobres, analfabetos e carentes de uma rede ampla de apoio que tiveram de resistir em defesa da vida e da terra. Um dos mais poderosos grupos da região, os irmãos Boa Sorte são não só donos de indústrias, de repetidora de televisão e de fazendas, mas ainda políticos influentes. Um dos componentes, Benedito Ferreira foi deputado federal e Senador, enquanto Ademar Ferreira, seu irmão, teve sua imagem associada ao demônio (SILVEIRA, 2009) pela fúria com que espalhava o terror a qualquer um que atravessasse seu caminho.

Anísio, posseiro que teve sua posse expropriada pela família Ferreira, foi entrevistado por Silveira (2009, p. 146) e afirmou que Ademar era

Homem rude, valente, acostumado a cuspir e escarrar na cara dos inimigos políticos, de trato rude e violento com seus dependentes, não raro castigados com bofetadas e surra de relho. Sujeito dado a mudanças rápidas de afeto e temperamento e que, sobretudo gostava de matar. Matava posseiro, pra tirar a terra, matava peão para não pagar o ganho, matava o empregado que roubava.

As condições de vida dos trabalhadores nas fazendas do grupo eram de terror. Os posseiros que habitavam as áreas apropriadas pelo grupo foram expulsos sem direitos e sem ter a quem recorrer, uma vez que o grupo representava uma das maiores forças políticas e econômicas do norte goiano. Suas ordens e seus desejos quase nunca eram contrariados pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Além do controle sobre o executivo municipal, a família Vicente Ferreira, graças às relações do deputado federal e, depois senador Benedito junto ao governo militar, também podia nomear e controlar as autoridades estaduais e federais na localidade. Como os grandes patrões do interior, os Boas Sorte “faziam” e “desfaziam” os policiais, delegados, fiscais do ministério do trabalho e até juízes. Além de ‘fazer’ as autoridades, os empresários ainda podiam fazer o papel destas mandando prender e/ou soltar presos por ordem da justiça, inclusive em pessoas envolvidas em assassinatos. (SILVEIRA, 2009, p. 141)

Na realidade, os desejos que não podiam ser contrariados não eram apenas os da família Ferreira — os Boa Sorte; mas também da classe dominante latifundiária, porque, ao contar com a leniência do Estado, reagiam com violência contra qualquer ação de trabalhadores que os desagradassem, principalmente quando representasse risco à manutenção do latifúndio e aos interesses dos latifundiários. Caso exemplar desse tipo de reação foi citado por Aldighieri (1993), que se baseou nos arquivos da CPT de Araguatins sobre a ocupação da fazenda Ouro Verde, nesse município e de propriedade de João Hissassi Yano, empresário de Goiânia (dono de empresas do ramo da construção civil) e um dos maiores criadores de gado nelore de Goiás.

Fazenda Ouro Verde

Envolvidos: 100 famílias (CPT–1985); 200 posseiros (1986)

Conflitantes: Dr. João Hissassi Yano, da construtora Engil, de Goiânia; Antônio Miguel Abrão (cunhado), Valdir Mendonça Alves

João Hissassi Yano, o “João Japonês”, tenta expulsar com jagunços armados, destruindo roças com trator e enviando a polícia, as famílias dos posseiros. 28/11/1983 – O Getat tenta convencer os moradores a aceitar 25 hectares em lugar de 50. 29/11/1983 – Carta denuncia da Delegacia Sindical de Buritis pede extinção do Getat. 20/7/1984 – A Polícia Federal, e o gerente do dr. “João Japonês” ordenam às famílias que saiam, sob ameaça. 24/08/1984 – A polícia Federal amarra e espanca o lavrador Valdivino, de Vila União, nas

matas do povoado. 25/08/1984 – A polícia Federal e o gerente Francisco Alves da Costa amarraram e espancaram o lavrador Waldemar L. da Silva. 28/08/1984 – Foi queimada a roça e a casa do lavrador Joaquim Marcelino da Silva. 4/9/1984 – Cinco barracos queimados pelo gerente e pela Polícia Federal. 05/09/1984 – A Polícia Federal é ameaçada de ser emboscada. Quatro líderes da possível emboscada são presos, são eles: Sebastião Ribeiro dos Santos, Luiz Francisco Farias Moura (Didi), Francisco Machado da Silva (Chico Sanfoneiro) e José Vieira de Sousa (Zezão). Eles acusam Pe. Josimo e as irmãs Lourdes, Beatriz e Madalena de serem os organizadores da emboscada. São logo liberados pela polícia. 13/09/1984 – Polícia Federal e pistoleiros queimam 15 casas e acusam Pe. Josimo de terrorista e ameaçam matá-lo. (ALDIGHERI, 1993, p. 110).

O episódio do latifundiário e empresário João Hiano não foi mais um caso isolado envolvendo proprietários de terras e trabalhadores. Envolveu numerosos conflitos e trabalhadores em uma cena de quase guerra entre duas classes. Em outro episódio, posseiros resistiram às ordens de desocupação de suas terras pelo grupo dos Boa Sorte. Domingos Araguaína, também expulso de sua posse pela família, deu entrevista a Silveira (2007, p. 132) e relata o conflito nestes termos:

Apesar do revés, os roceiros decidiram que permaneceriam nas posses. Só não esperavam que o fazendeiro fosse contratar quarenta homens armados para desocupar terra. Gritando e atirando, os pistoleiros caíram sobre o centro: “Meteram bala e queimaram os ‘barracos’ com tudo dentro. Não ficou um barracão em pé. As ‘panelas’ tudo furadas de bala. E ficaram vigiando, tocando a gente passar. Para matar.” Refeito do ataque, lavradores decidiram resistir, contudo, estavam em menor número e mal armados e, o que era pior poucos sabiam do ofício de matar.

Assim como as circunstâncias de resistência foram diversas, os mecanismos utilizados pelos latifundiários para intimidar os trabalhadores foram distintos: ameaças, torturas e assassinatos foram utilizados amplamente.

Enquanto as reformas políticos-jurídicas eram feitas pelos próprios ditadores, no campo, especialmente na Amazônia, expulsão de posseiros pelo capital agrário de origem urbana e multinacional, combinada com uma ação de grileiros apoiado pelos policiais locais, assumia proporções nunca vista. (SANTANA, 2009, p. 114).

Para os posseiros e trabalhadores que vieram para a região no afã da propaganda oficial, o sonho de ter um pedaço de terra se tornou cada vez mais distante. Ao contrário do que esperavam, encontraram a fúria do latifúndio e o descaso do Estado. A insegurança jurídica assegurou a certeza da impunidade em relação à violência contra os trabalhadores. As condições enfrentadas eram assustadoras, dados a cobiça, a ira e o poder de fogo dos

latifundiários. Jagunços armados agiam com ciência da inoperância da justiça. Assim, a saída para permanecer na luta foi o apoio de padres e missionários da Igreja Católica que ofereciam assessoria jurídica e denunciavam, aos organismos internacionais, as barbaridades cometidas pelos latifundiários.

2.7 REAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E ACIRRAMENTO DO CONFLITO NA FRONTEIRA

As condições para os trabalhadores manterem suas posses na fronteira escassearam. Ficaram vulneráveis à violência do latifúndio. Foram ameaçados, torturados, mortos ou expulsos. Posses como as casas e os mantimentos foram queimados. Crias foram mortas. Após a chegada do capital latifundiário, os posseiros viveram uma espécie de diáspora. Intensificou-se o êxodo rural. As periferias das cidades cresceram rápida e desordenadamente. As famílias, ao saírem de suas terras, enfrentariam um problema nas cidades para onde migrassem: encontrar formas de sobreviver dignamente. O processo de expropriação vivenciado era presente em toda região. As cidades não possuíam infraestrutura para receber o contingente de trabalhadores expulsos. Diante da encruzilhada, muitos posseiros foram buscar na Igreja para resistir às investidas do latifúndio; outros que já haviam sido expulsos se organizaram para retomar a luta e ocupar latifúndios. Qualquer ação de resistência do trabalhador em relação à posse da terra acirraria os ânimos do capital, que reagiria com violência. Em parte, porque a terra era a principal fonte de lucro dos capitalistas; em parte, por estarem certos da impunidade.

Em maio de 1980, no município de Conceição do Araguaia, o fazendeiro Fernando Leitão Diniz pretendia expulsar 400 famílias de posseiros que viviam em uma área havia mais de uma década; mas

[...] os posseiros o esperaram numa picada e dois deles interpelaram o fazendeiro. Outros quarenta esconderam-se no mato com suas espingardas de caça. Segundo Francisco Pereira Dantas, um dos posseiros, Diniz puxou seu revólver durante a conversa, mas foi imediatamente fuzilado pelos companheiros que estavam escondidos no mato. Os 42 posseiros se apresentaram à delegacia do município e acabaram liberados. (VEJA, 11 jun. 1980, p. 30).

Conforme aumentavam os confrontos entre posseiros, grileiros e latifundiários, também aumentava o número de mortos — de ambos os lados; é claro, entre posseiros as baixas foram maiores. Contudo — como alguns afirmaram —, a violência e o ataque eram uma forma de defender e preservar suas vidas, visto que a justiça não oferecia garantia de

segurança. De fato, de acordo com o delegado de polícia da cidade de Conceição do Araguaia, José Maria Alves Pereira, “[...] reconhece a existência de uma frente armada de fazendeiros, calcula em vinte, o volume mensal de mortes em consequência dos conflitos fundiários, muitas vezes é difícil saber que lado tem interesse em matar alguém”, como se lê em reportagem da revista *Veja* (11 jun. 1980, p. 30). Além disso, “[...] o fazendeiro Elias Uliana foi morto com cinco tiros [numa manhã de segunda-feira], ao sair de uma agência bancária na localidade de Xinguara, e o criminoso fugiu sem ser identificado”.

O fazendeiro era envolvido em vários crimes de morte de trabalhadores. Foi encontrado um cemitério clandestino em sua fazenda. Como tinha inimigos posseiros e fazendeiros, não foi possível identificar a autoria ou o mandante do assassinato. Em muitas vezes, os crimes cometidos nessa região ficavam sem elucidação, haja vista as condições precárias das delegacias e a leniência do Judiciário, que era mais célere em alguns casos especiais de interesse do latifundiário. A situação de incerteza acirrava os ânimos entre as duas classes, fazia aumentar a violência, que perdurou porque nenhuma das partes contava com um fim pacífico na luta pela terra. “Os posseiros armazenam munição e recusam-se a identificar-se, enquanto isso pedem intervenção do Exército. Os fazendeiros aguardam o fim da viagem do Papa e permanecem atentos aos padres estrangeiros que trabalham na região”, como se lê na reportagem da *Veja*. Um dos padres que a revista menciona é o francês Aristides Camio, que afirmava não temer as ameaças, que já tinha vivido no Laos, na época da guerra de onde havia sido expulso pelos comunistas.

Também estava na lista dos latifundiários para ser assassinado o padre italiano Nicola Arponi, que em julho de 1979 havia sido sequestrado por oito homens armados de fuzis e metralhadora. Na tentativa que confessasse sua ligação com o grupo guerrilheiro Brigadas Vermelhas, da Itália, ele foi torturado. Em “[...] 14 de julho de 1985, João Ester, pistoleiro ligado a João Yano, confessa a Waldemar L. da Silva que lhe fora oferecido Cr\$ 200 milhões para matar padre Josimo; e 4 bilhões para matar o padre Geraldo Rosa” (ALDIGHERI, 1993, p. 118). Os órgãos responsáveis pela regularização das terras e promoção da paz na região permaneciam inertes à gravidade do conflito; ou se posicionavam ao lado do latifúndio. O latifundiário Demerval Rodrigues da Cunha Oliveira, dono de 72 mil hectares e 14 mil bois na região afirma:

[...] que dois funcionários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) órgão encarregado para resolver os problemas fundiários na região, aconselharam-no a fuzilar todos os posseiros que o incomodassem. Segundo os funcionários do INCRA, seria essa a única saída para a questão. (VEJA, 11 jun. 1980, p. 30).



FIGURA 5. *Posseiro armado contra o latifúndio. Acuados, os posseiros resistiram às expulsões de suas terras contra-atacando pistoleiros e grileiros com as armas de caças.* Fonte: VEJA, 1980, p. 30. Fotógrafo: Carlos Namba.

2.8 REDEMOCRATIZAÇÃO: NOVAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS, ANTIGAS PRÁTICAS ECONÔMICAS

O fim dos governos da ditadura militar pelas eleições indiretas de 1985 — que elegeram, à presidência da República, Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, à vice, José Sarney, do Partido da Frente Liberal (PFL) — não representou avanços para as classes subalternas, ou seja, trabalhadores do campo na região Amazônia. As estruturas solidificadas ficaram intocadas após a abertura democrática. Se no campo político o momento a Nova República se apresentou como reforma da autocracia burguesa, havendo apenas a substituição da institucionalidade autoritária pela democracia dentro dos ditames autocráticos burgueses, no campo econômico a estrutura permaneceu inalterada por conta das condições criada nos governos ditadores, que proporcionaram a expansão e reprodução do capital.

Maciel (2012, p. 50) discorre sobre a proteção do cesarismo militar ao grande capital arbitrando em favor das classes dominante:

As frações do grande capital (capital estatal, capital privado nacional e capital externo) pela ordem de importância localizada na grande indústria, no setor bancário, no grande comércio, e na nascente agroindústria, foram os maiores beneficiários pela política de concentração e centralização do capital, que deu origem ao capitalismo monopolista no país.

Na disputa política pós-abertura democrática, há de considerar que as classes dominantes e conservadoras continuaram hegemônicas. Houve dissensões em alguns setores, mas não apresentaram uma ruptura na estrutura política, econômica e social. Acreditamos que a razão do caráter conservador que dominou após a abertura democrática tem suas raízes fincadas no regime autoritário; afinal, embora fosse um contexto de democracia, o novo governo foi composto majoritariamente, em seu início e depois, por representantes que foram colaboradores da ditadura, como bem nos explica Maciel (2012, p. 63).

Do total de 33 cargos de primeiro escalão, incluindo a presidência e a vice-presidência da República, todos os ministérios e as lideranças do governo no parlamento, os setores autocráticos ocupavam nada menos que 27 cargos, cabendo aos setores antiautocráticos apenas seis. Isso evidencia que o governo Tancredo Neves podia até ser considerado um governo de coalizão se levarmos em conta a composição entre os setores dissidentes do regime militar (PFL e PDS) e os setores de oposição (PMDB). No entanto se considerarmos o conteúdo político do governo para além das formalidades partidárias concluiremos tratar-se de um governo amplamente autocrático, comprometido com um processo de mudanças extremamente limitado e em cujo núcleo destacava-se um campo conservador comprometido em preservar, o máximo possível a antiga institucionalidade política.

Assim como nos governos militares, a reforma agrária ou a questão dos conflitos de terra não entraram na pauta da nova institucionalidade que defendia a aplicação do Estatuto da Terra elaborado pelos militares, que privilegiava o caráter empresarial da atividade agropecuária, e não a distribuição da terra aos trabalhadores como política social. Em contrapartida, a célula embrionária do movimento local gestada nas periferias ou nas colônias de posseiros em contato com missionários da Igreja toma corpo e atinge dimensões regionais ou nacionais como os movimentos sindicais urbanos, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Intensificaram-se as mobilizações para desapropriação do latifúndio e defesa dos posseiros frente aos grandes projetos, resistindo à expulsão ou ocupando o latifúndio.

A articulação entre as mais variadas organizações ligadas aos movimentos sociais do campo e à pressão exercida sobre a questão agrária força a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); “[...] em maio de 1985 foi apresentado um esboço no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, da CONTAG pelo próprio Sarney” (MACIEL, 2012, p. 97). Os movimentos dos trabalhadores do campo pressionavam o governo a adotar não mais o critério de latifúndio improdutivo como passível de desapropriação para reforma agrária. Empresas agrícolas ou áreas produtivas poderiam ser desapropriadas para criar assentamentos. Isso tudo com a participação direta dos trabalhadores. As estratégias desses movimentos consistiam em ocupação de latifúndios, acampamentos nas margens das rodovias e ocupações de órgãos públicos enquanto se abria o canal de diálogo com os governos.

Todavia, a classe ruralista reagiu às articulações e pressões dos movimentos dos trabalhadores para que o governo desapropriasse de terras para fins de reforma agrária. Articularam um contramovimento para pressionar ações contrárias ao PNRA. Segundo Maciel, no mesmo mês em que se criou o PNRA,

[...] a classe ruralista numa ampla ação de combate ao movimento dos trabalhadores através da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); organizou um encontro dos autointitulados “produtores rurais”, em que manifestou vivamente sua desaprovação diante das propostas do governo e a relativa incapacidade das entidades representativa do setor para impedi-la. (MACIEL, 2012, p. 99).

Como instrumento de aglutinação, mobilização e defesa dos interesses da classe ruralista, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), a fim de fazer a classe convergir para uma perspectiva diferente das ações executadas pelas organizações tradicionais, estimulando a reação violenta dos fazendeiros às ocupações dos movimentos e políticas de reforma agrária. Defendia-se a contratação de milícias armadas para resguardar latifúndios, muitos dos quais, tempos atrás, teriam sido expropriados dos posseiros ou construídos pela mão de obra escrava de trabalhadores.

A atuação da UDR na organização dos trabalhadores teve um impacto tão expressivo do ponto de vista de sua abrangência da classe latifundiária, que foi capa da revista *Veja* com esta manchete: “A força da UDR: como os fazendeiros enfrentam a Reforma agrária do governo”. Também estampada na capa estava a fotografia de seu articulador expoente: o hoje senador Ronaldo Caiado (VEJA, 18 jun. 1986). Defensora do regime autocrático, a revista apresenta um cenário dual, como se a classe dominante representada pelos latifundiários estivesse exercendo o direito de defesa do patrimônio ou reagindo a uma ação dos trabalhadores e tentando mascarar os verdadeiros fins dos recursos obtidos com leilões de gado doado pelos fazendeiros para a entidade. Por exemplo, “[...] segundo dados disponíveis nos órgãos de informação do governo, parte da verba arrecadada nos leilões seria usada pela UDR para armar peões capatazes e até jagunços encarregados de defender as propriedades contra invasões” (VEJA, 18. jun. 1986, p. 37). Por outro lado, a versão da UDR de que “não está se armando” e que “[...] reafirma isso a cada dia, mesmo que seus adversários não acreditem. Seu objetivo de acordo os que a comandam, é arrecadar fundos para eleger constituintes”.

Curiosamente, segundo a revista o maior número de bois leiloados ocorreu exatamente onde os conflitos estavam mais acirrados (FIG. 6). Por coincidência, o número de trabalhadores mortos em conflitos no campo aumentou, justamente, onde a UDR intensificou os leilões de bois conforme se observa nos dados da CPT organizado pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (FIG. 7). Logo, embora a revista não tenha explorado essa coincidência ou contradição da UDR, entre o propagado e o executado fica evidente que os objetivos da organização foi se capitalizar para reprimir trabalhadores.

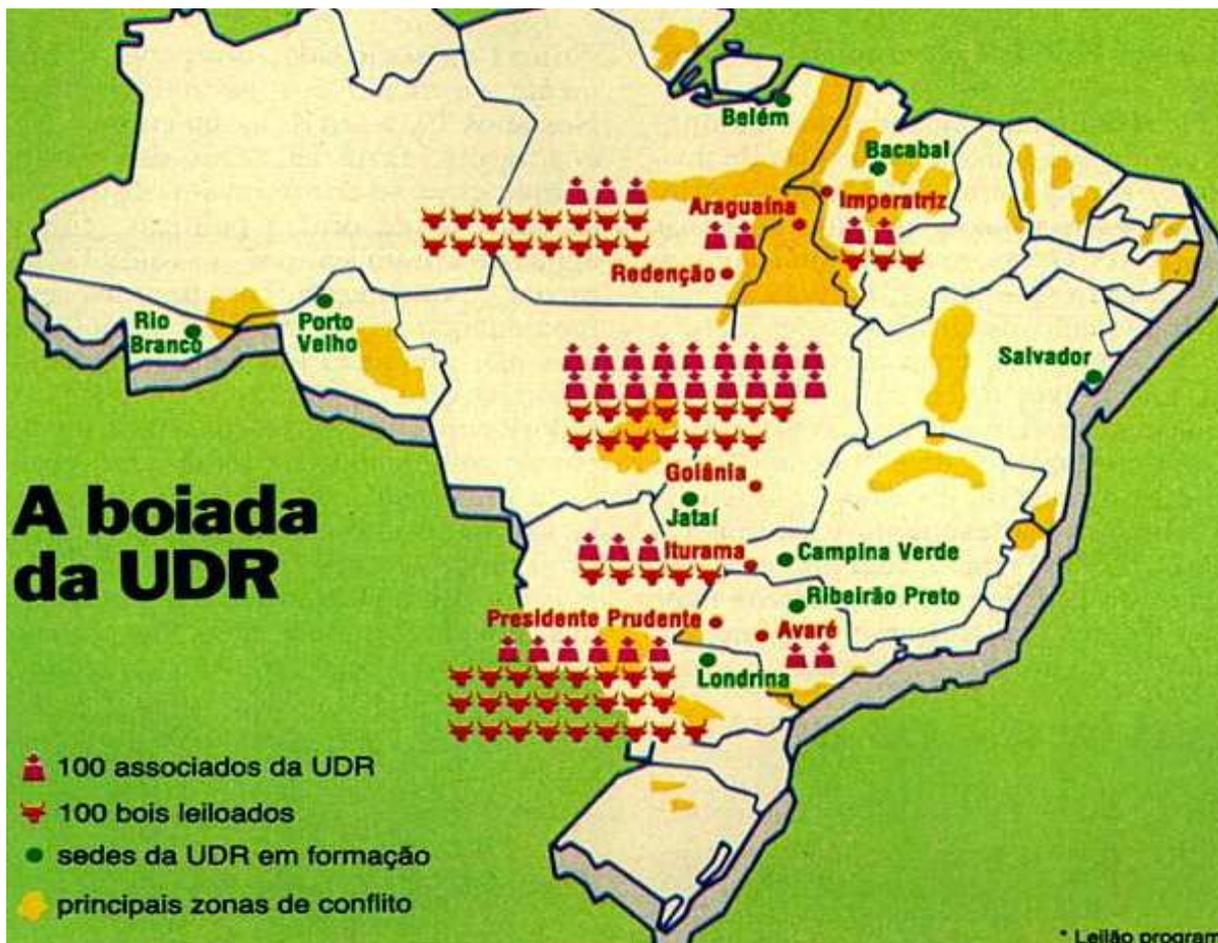


FIGURA 6. Área de atuação e abrangência da UDR.
 Fonte: VEJA, 18 jun. 1986, p. 38.

A UDR, logo após sua constituição, passou a atuar em vários horizontes: fortalecimento de uma frente parlamentar contrária à aplicação do plano nacional de reforma agrária até o fomento do uso da violência como forma de manutenção da estrutura agrária com a contratação de milícia armada para proteger a propriedade. Segundo Maciel (2012, p. 101), “A UDR procurou combinar o uso e abuso da violência, inclusive com assassinatos de lideranças dos trabalhadores rurais, com pressão política e uma campanha agressiva de divulgação de suas posições”. A ação dos latifundiários escudada pela UDR, atuante na repressão aos trabalhadores — contratando milícias armadas para guarnecer as terras e pistoleiros para assassinar líderes — e na pressão política — colocando em segundo plano a questão da reforma agrária.

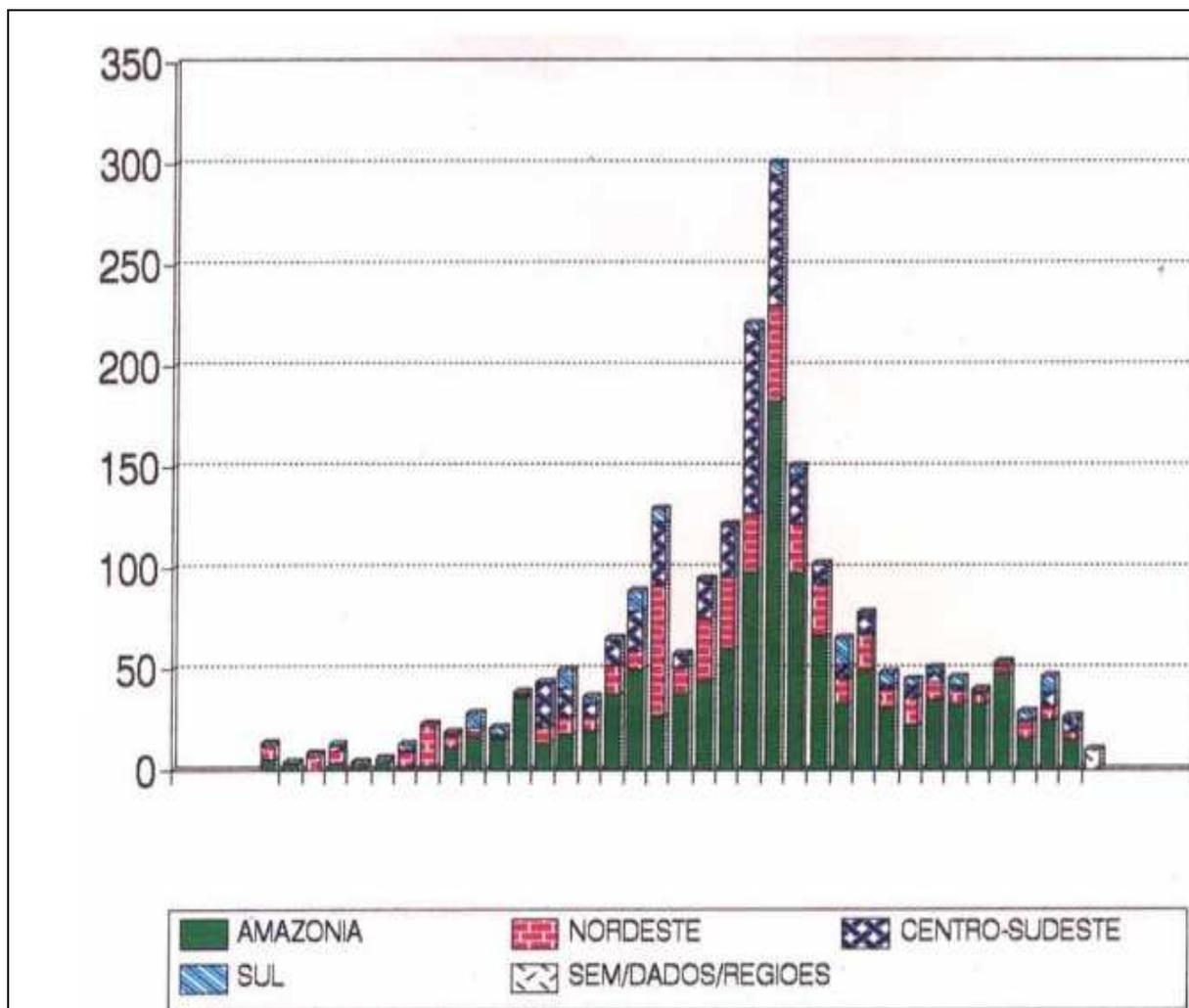


GRÁFICO . Demonstrativo do volume de mortos em conflitos no campo entre 1964 e 2000.
 Fonte: OLIVEIRA, 2001, p. 191.

Maciel (2012, p. 100) discorre sobre esta questão afirmando que

A ofensiva das classes dominantes agrárias desdobrou-se em duas frentes. De um lado, intensificaram-se o combate às ocupações de terras e a violência contra os trabalhadores rurais com a formação de milícias armadas e o assassinato de várias lideranças e militantes. A UDR tornou-se ponta de lança deste processo, orientando seus associados a contratarem “Vigilância rural” para defesa de suas propriedades (UDRa, s. d) e assessoria jurídica para regularização de terra e dos contratos de trabalhos, arrendamento e parcerias (UDR, s. d.) de outro realizou-se uma campanha de desqualificação da proposta do PNRA, do MEAF e do INCRA por meio de intensa propaganda junto a opinião pública e de articulação políticas com outros setores do governo.

As articulações promovidas por essa organização a tornou em uma espécie de convergência do pensamento conservador das classes dominantes no meio agrário. Os

aspectos ideológicos difundidos nas numerosas reuniões realizadas em todo o Brasil permearam o discurso de reação da classe contra a reforma agrária, rechaçando padres e missionários que apoiavam os trabalhadores sob a acusação de que eram insufladores da violência no campo. Chamavam-nos de comunistas. Responsabiliza-os pela violência mais extrema contra trabalhadores. De acordo com a *Veja* (21 maio 1986), “[...] hoje, a polícia Federal tem a certeza de que pelo menos em seus primeiros meses de atividades, a UDR pretendia criar um braço paramilitar encarregado de eliminar lideranças rurais”. Essa ideologia dominante foi tomando corpo no meio social de tal forma, que a população em geral, em muitos casos, apoiava as atrocidades cometidas pelos latifundiários ou pelo Estado mesmo após a redemocratização, visto que a polícia e o judiciário continuaram a apoiar o latifúndio reprimindo movimentos dos trabalhadores.

A participação dos organismos estatais em favor do latifúndio saiu, despudoradamente, da esfera burocrática para chegar a atividades cotidianas, de modo a dificultar provas que incriminassem as violências cometidas pelos latifundiários. A CPT denunciou incessantemente os abusos em órgãos de defesa nacional e internacional. Denunciou que, quando os policiais registram a declaração de morte, muitas vezes ocultam a identidade do morto, como no caso do trabalhador Olímpio de Souza Calixto. Assassinado em 19 de março de 1986, durante fuga da fazenda Acapu — onde trabalhava em regime de quase escravidão —, foi enterrado como indigente em Redenção (PA); e mesmo que sua mãe o tenha reconhecido na funerária, assim como a seus pertences (uma “boroca” e um caderno com seu nome) (CPT, 1998, p. 2). Cite-se, ainda, o caso do lavrador Antônio Bispo. Morto em 26 de fevereiro de 1987, foi sepultado como indigente imediatamente após sua morte; ainda que a população conhecesse sua identidade e que tivesse prisão preventiva decretada pela acusação de assassinato do filho do fazendeiro Jairo de Andrade. Após a CPT e a família conseguirem a exumação o corpo, foi reconhecido pelo filho, Antônio Bispo, como seu pai (CPT, 1998, p. 2).

Na maioria das vezes, os crimes eram registrados associadamente com brigas, suicídios e com crimes passionais. Quase nunca se declaravam problemas relativos ao conflito agrário ou de pistolagem. Segundo Carneiro (2010, p. 254).

Os números levantados pela ação eclesial do sul do Pará em 1984 dão a feição da política de terras àquela época na região: em apenas um ano, 130 ameaças de morte; 26 pessoas espancadas, feridas e torturadas pela polícia ou por pistoleiros; 321 famílias despejadas; 2.772 ameaças de despejo; e 133 despejos nos quais as casas foram queimadas, os pertences, benfeitorias e roças, destruídos.

Conforme registrou padre Ricardo Rezende de Figueira em 1985, nos três anos e cinco meses antecedentes, houve no mínimo 80 mortes: “[...] média de mais de três pessoas que morrem por mês nos conflitos de terra, envolvendo lavradores, pistoleiros, fazendeiros e peões”. De acordo com a afirmação de Figueira, de meados de 1982 a 1985 o número de mortes em conflitos de terra se acentuou na região. Todavia, nem sempre informações sobre os crimes cometidos contra trabalhadores no interior da floresta chegavam a ser registradas nas delegacias; e muitos trabalhadores não tinham sequer documentos nem familiares para reclamarem seus corpos.

Os conflitos pela posse da terra ante a ineficiência do Estado propiciou a ampliação da prática da pistolagem mais requintada e com características organizacionais até então inusitadas, como no caso do sindicato do crime na cidade de Buriti Alegre, Goiás, onde “[...] funcionava como empresa legalmente constituída com escritório e endereço, CPF e ISS conhecidos por todos, telefone, secretária e etc.” (VEJA, 16 abr. 1985). Rubens Martins de Alvarenga, pistoleiro entrevistado pela revista *Veja*, disse que os pistoleiros “[...] eram temidos e admirados, e que era melhor ser um deles que passar a vida arando a terra, vítima dos desmandos impunes dos ricos poderosos”.

Em geral, os pistoleiros tinham origens no campo. Muitas vezes, foram vítimas da violência de fazendeiros, ou de policiais aposentados que, por um motivo ou outro, decidiram entrar para o mercado do crime. Na região do norte goiano, o fenômeno da pistolagem tornou-se prática cotidiana como mecanismo para expulsar posseiros, haja vista que a violência e a ação de combate do estado se encontravam distantes se levarmos em conta os números de mortos em conflito e a condenação dos assassinos. Segundos dados da CPT sobre a violência no campo em Goiás, em 1985 houve 13 mortes, 9 feridos ou torturados, 43 pessoas presas e 45 casas queimadas; os conflitos atingiram 2.850 famílias — 14.183 pessoas — numa área disputada de 401.283 hectares (CPT, 1985, p. 19). Em 1986, os dados apresentaram diferenças: 52 conflitos, que atingiram 1.334 famílias — 6.764 pessoas — em uma área de 202.598 hectares. O número de mortes foi menor — 10 —, com 67 ameaças. Três foram presos e seis, torturados (CPT, 1986, p. 19).

Embora os números da CPT apontem redução queda nas taxas relativas aos conflitos em Goiás nos anos de 1985 e 1986, no cenário nacional foi diferente. Conforme comparação dos dados dos cadernos de conflitos 1986 e 1986, o número de pessoas e áreas envolvidas no conflito aumentou consideravelmente (TAB. 1). Com a certeza da impunidade, tanto pela influência econômica e política dos latifundiários quanto pela inoperância do Estado, a prática da pistolagem tornou-se comum e corriqueiro. Pistoleiros circulavam livremente pelas ruas

das cidades, cometiam assassinatos contra qualquer que fosse o desafeto do contratante. Conforme nota veiculada no jornal *O Popular* (12 maio 1985):

A Secretaria de Segurança Pública não dispõe de recursos para combater a ação dos pistoleiros. A improvisação e o aparato precário impedem a Delegacia Estadual de Homicídios de chegar ao objetivo para o que foi criada. A desinteligência dos delegados distritais e do interior contribui para agravar o problema [...] os assassinatos praticados por pistoleiros perdem o efeito quando os inquéritos chegam ao Judiciário. Policiais menos dotados transformam suspeitas em confissões de acusados com torturas e outras violências. Os juízes negam a decretação da prisão preventiva quando os promotores chegam a fazer denúncia os inquéritos retornam à delegacia de origem para a arrolação de provas. Os advogados, os agenciadores e os próprios pistoleiros alegam que foram submetidos a torturas e pressões ilegais. São raros os casos que o juiz não leva em consideração.

TABELA
Dados comparativos de em torno da posse da terra — 1985–6

	1985				1986			
	Número	Pessoas	Hectares	Mortos	Número	Pessoas	Hectares	Mortos
<i>Terra</i>	636	405.456	9.557,902	125	634	594.448	12.615.947	105
<i>Trabalho</i>	76	159.185	—	14	95	203.521	—	17
<i>Garimpo</i>	4	—	—	3	7	12.604	—	15
<i>Acidentes</i>	30	659	—	66	15	243	—	40
<i>Sindical</i>	13	—	—	—	8	—	—	—
<i>Seca</i>	9	1400	—	—	0	—	—	—
<i>Outros</i>	—	654	—	8	—	—	—	—
Total	768	567.254	9.557,902	216	759	810.856	12.615,947	177

Fonte: CPT, 1986, p. 27

A insegurança jurídica acirra o conflito entre as classes antagônicas nas fronteiras. Se as condições de segurança e a instabilidade jurídica nas regiões ao sul de Goiás se encontravam em níveis quase caóticos, imagine-se na fronteira, a mais de mil quilômetros de distância e onde havia uma participação clara da justiça nas ações de violência dos latifundiários contra posseiros. Com a certeza da impunidade, eles se armaram, ameaçaram, torturaram e mataram quem os enfrentasse. Por outro lado, os trabalhadores resistiam a sair de suas posses e lutaram por reforma agrária. Em muitos casos, os atos eram praticados por ex-militares e policiais (FIG. 7). A contratação de pistoleiros tornou-se uma prática comum, a ponto de existir uma espécie de cota-crime em que se estabeleciam valores monetários sobre a posição do desafeto a ser assassinado.



FIGURA 7. Pistoleiro da região norte de Goiás. A omissão do Estado favoreceu o surgimento de interessados como Trajano Bueno Bicalho. Policial militar lotado em Goiânia por 28 anos, participou do massacre da guerrilha do Araguaia. Ao se aposentar, foi para a região norte, onde se instalou. “[...] com um 38 no coldre e um rifle na mão promete combater a Reforma Agrária e os invasores de terra” — disse.

Fonte: VEJA, 19 jun. 1985.

Lourimar Lobo (FIG. 8) abandonou a contabilidade em Goiânia para rumar ao norte, onde comprou terras ocupadas por posseiros. Ao tentar expulsá-los, envolveu-se em conflitos. Segundo a revista *Veja*, ele

[...] veio para a região juntamente com o irmão Tomás, comprou uma fazenda de 786 hectares — e encontrou 63 famílias morando em suas terras. Para expulsá-las, chamou o cunhado tenente Bicalho. “Depois de dezenove anos de trabalho, o tenente Bicalho chegou com dois homens e queimou minha casa”, diz lavrador Gonsalves do Nascimento, 40 anos. “Perdi tudo.” (VEJA, 19 jun. 1985).

Um leitor desavisado poderia interpretar que Lobo teve sua fazenda invadida por 63 posseiros e exerceu a legítima defesa da propriedade. Mas se trata explicitamente de grilagem, evidente na fala do posseiro Gonçalves do Nascimento ao dizer ter perdido 19 anos de trabalho. Afinal, até início dos anos 1970, a região era habitada por posseiros, a maioria do Nordeste. O grande capital chegaria depois. Não só os posseiros estiveram na mira do tenente Bicalho; também padres e freiras que os apoiavam eram ameaçados. Ao se referir a Josimo Moraes Tavares, ele declarava abertamente ser “[...] preciso acabar com o padre preto e essas freiras estrangeiras que vivem subvertendo a ordem” (VEJA, 19 jun. 1985, p. 36). Como os trabalhadores reagiram aos ataques, Lourimar ficou recluso em casa após o episódio, com medo de represália dos posseiros, como se lê na reportagem da *Veja* (16 jun. 1985):

[...] há um mês, seu capataz, José Pereira dos Santos, foi morto numa emboscada, na semana passada, o motorista de Lourimar, Gercino de 52 anos, também foi emboscado por posseiros quando dirigia o jipe do patrão. Sobreviveu mas tem dezesseis caroços de chumbo nas costas. Lourimar anda sempre armado com um revólver e, mesmo assim evita passar com o jipe pelo Bico do Papagaio, afinal três pessoas morreram e duas ficaram feridas a tiros quando estavam no carro, todo crivado de balas.

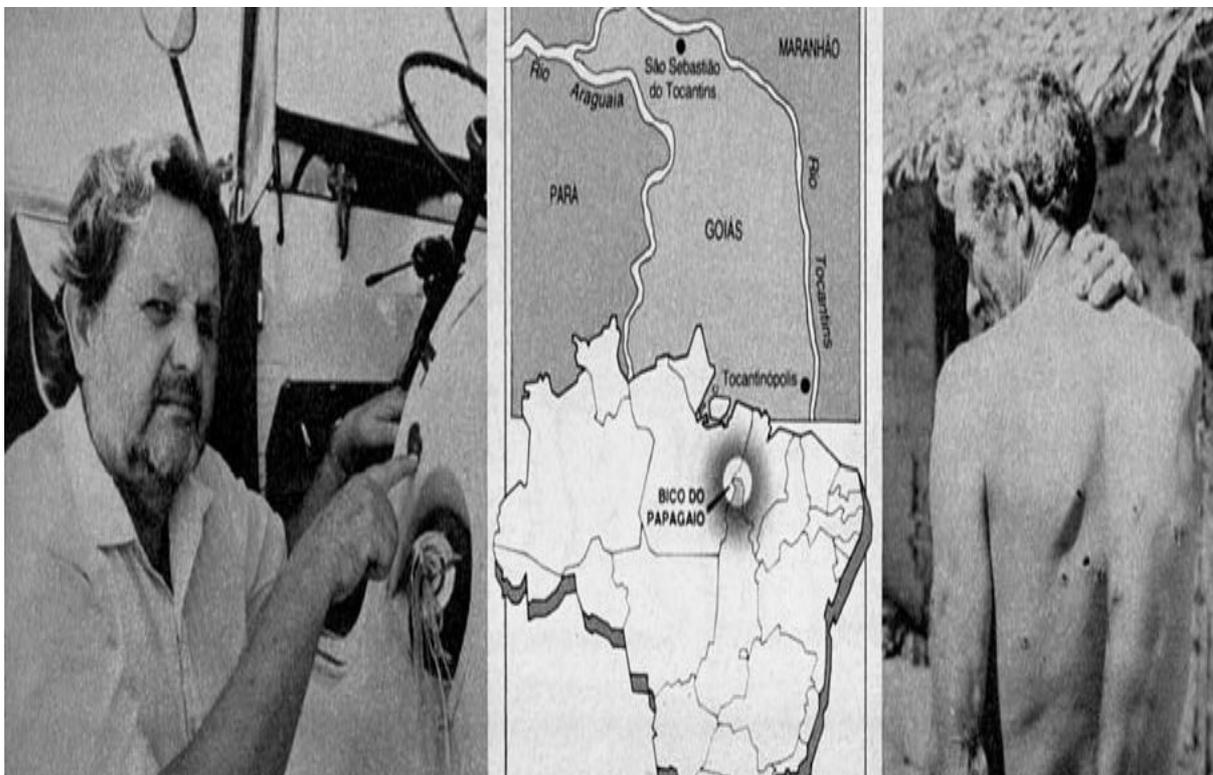


FIGURA 8. Marcas da violência resultante de conflitos com posseiros na região do Bico do Papagaio. Cunhado de Trajano Bicalho, Lourimar Lobo aponta buraco de bala em seu jipe, enquanto seu capataz Gercino Moreira aponta buracos provocados por tiros de chumbo em suas costas. Fonte: VEJA, 19 jun. 1985. Fotógrafo: Orlando Brito.

No ápice do conflito na região, as ações e reações recrudesceram por causa da não sujeição do trabalhador e do posseiro ao latifundiário. Os posseiros resistiram às expropriações de suas terras, às condições degradantes de trabalho e à ocupação do latifúndio como forma de garantir a reprodução social das famílias. Mesmo em condições notadamente inferiores, estavam dispostos a resistir às investidas do latifúndio, acirrando ânimos nos dois lados da trincheira. Trabalhadores assessorados pela igreja assumiram a posição de resistência a qualquer ação do latifúndio — como afirma Antônio José da Costa, posseiro de 24 hectares em uma área em litígio. Ele define bem a reação dos trabalhadores ante os latifundiários e seus jagunços: teve seis filhos, dos quais cinco morreram desnutridos; “[...] minha filhinha de sete meses, única sobrevivente, vai sobreviver, nem que eu tenha que morrer’ diz.” (VEJA, 16 jun. 1985, p, 37). Ante o dilema de “morrer de fome na periferia ou morrer lutando pela terra” — na expressão de Luiz —, os trabalhadores se organizaram para enfrentar o latifúndio, ao mesmo tempo formaram uma classe em movimento em oposição a uma classe opressora. Daí o conflito entre latifundiários e posseiros em torno da posse da terra.

CAPÍTULO 3 – O ASSENTAMENTO JUARINA: DA EXPROPRIAÇÃO DOS POSSEIROS À RECONQUISTA DA TERRA

Por mais de duas décadas, o latifundiário Carlito Meimberg e os posseiros se enfrentaram em circunstâncias que podem ser resumidas a três situações, que chamamos de momentos. O *primeiro momento* vai de 1967 — quando ele chegou à região expulsando quase 80 famílias que residiam na área havia décadas — ao início até 1983 — quando os posseiros expropriados e outros trabalhadores cuja maioria morava na periferia de Conceição do Araguaia, PA, reocuparam a fazenda. O *segundo momento* parte de 1983, quando os primeiros ocupantes entram na fazenda, organizam-se e fazem roças, enfrentam os pistoleiros contratados pelo fazendeiro para expulsá-los, buscam alianças com sindicatos dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, Couto Magalhães e Comissão Pastoral da Terra, com políticos e com advogados apoiadores da luta dos camponeses contra a expropriação de suas terras ou que ocupavam os latifúndios. Esse momento foi até o início de 1986, quando uma parte da fazenda foi desapropriada em favor dos trabalhadores. O *terceiro momento* vai da primeira desapropriação da área — quando os posseiros, embora fossem assentados, ficaram impossibilitados de entrar nos lotes porque a área desapropriada ficou cercada pelos grandes latifúndios, inclusive a parte não desapropriada da fazenda. Para chegarem aos lotes, os posseiros tinham que passar por uma única via que corta a fazenda, e o fazendeiro Carlito Memberg trancou a porteira com cadeados, além de colocar pistoleiros de vigia, o que impedia os posseiros de passar para chegar a seus lotes. Os posseiros tiveram de enfrentar pistoleiros para entrar em seus lotes; para que o Estado pudesse garantir infraestrutura básica como estradas, escolas e recursos financeiros para produção; sobretudo, para que fossem denunciados o abandono e o descaso de órgãos do Estado quanto aos trabalhadores assentados. Esse período vai até a desapropriação da área total da fazenda — 30,2 mil hectares — em 18 de maio de 1988.

3.1 BORRACHA, GARIMPO E A OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO RIO ARAGUAIA

Num primeiro momento, a região do antigo norte Goiano, historicamente, foi ocupada às margens dos rios Araguaia e Tocantins. Por serem estes rios — cabe frisar — as únicas vias de acesso dessa parte de Goiás com outras regiões do país, ao longo de seus cursos foram se formando núcleos urbanos que funcionavam como centros administrativos políticos, paroquiais e entrepostos comerciais. Essa formação incluiu fazendeiros, posseiros,

extrativistas e pescadores, que se espalharam pelas áreas de várzeas ou florestas, em geral habitadas por indígenas empurrados para o interior da floresta após a chegada do não índio.

Os municípios de Couto Magalhães e Conceição do Araguaia foram constituídos nessa lógica. Ambos nas margens do Araguaia, o primeiro se localiza na margem direita, em Tocantins; o segundo, na esquerda, no Pará. Serviram como núcleo administrativo, político e comércio regional; por ali passaram numerosas famílias, sobretudo do Nordeste, que migraram ao longo do tempo motivadas pelos ciclos econômicos regionais — por exemplo, da borracha, da mineração e da pecuária. A formação de Couto Magalhães (FIG. 11, a seguir) remonta a 1812, quando tentaram construir o presídio de Santa Maria para proteger as atividades comerciais estabelecidas entre Goiás e Belém via rio Araguaia. Em 11 de fevereiro de 1813, o referido estabelecimento foi atacado por índios xavantes e carajás desejosos de banir a civilização que se formava na região (COUTO DE MAGALHÃES, 2015)

Segundo dados da prefeitura, o início da cidade aconteceu em 1905, por ocasião do ciclo da borracha, quando os exploradores do caucho nas florestas do Pará, temerosos de ataques, deixavam suas famílias nas margens esquerda do rio Araguaia, onde a área não era de florestas densas como nas matas do rio Xingu. A quantidade de látex derivada de caucho nas florestas do Xingu proporcionou uma autonomia financeira e aumentou o comércio, facilitado pelas águas do Araguaia, por onde era escoada a produção. A criação do distrito ocorreu via lei municipal 23, de 29 de janeiro de 1907, no povoado de Porto Franco, barranco direita do Araguaia.

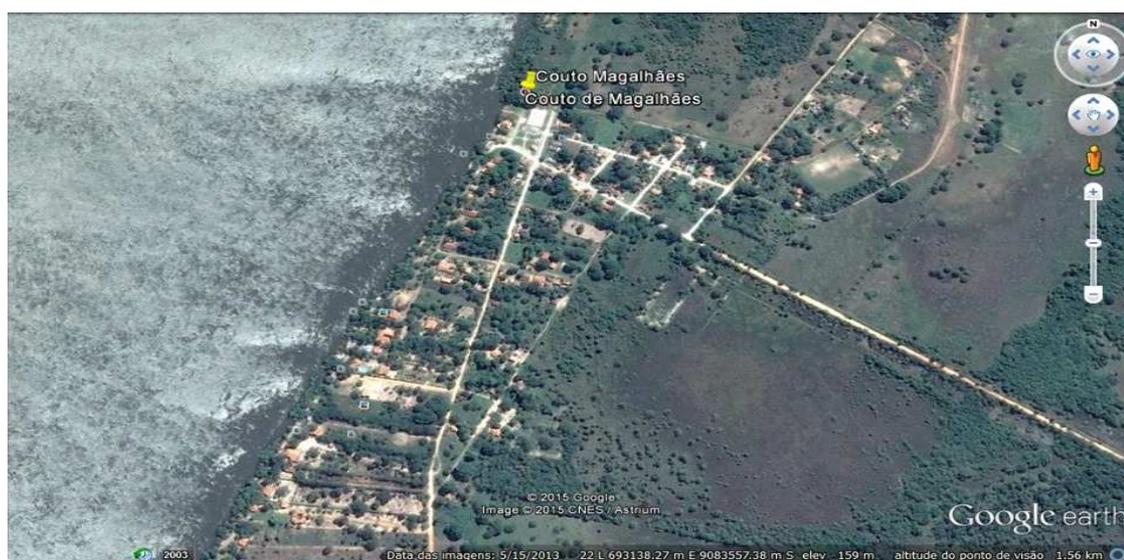


FIGURA 9. Sede do município de Couto Magalhães, às margens do rio Araguaia em Tocantins. Na margem oposta, defronte à cidade, está localizada a cidade de Conceição do Araguaia, cujo remonta mais ou menos à mesma época da sede municipal.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2015.

A região no entorno de Couto Magalhães e Conceição do Araguaia durante o apogeu da borracha e a decadência do extrativismo, entre 1912 e 1960, sofre modificações em sua estrutura fundiária. Passa a predominar uma economia de subsistência de base camponesa sustentada pela produção de roças, pela criação extensiva de gado bovino, de equinos, caça, pesca e coleta. Os trabalhadores foram ocupando áreas de terras disponíveis de ambos os lados do rio, onde formavam suas posses e estabeleciam seus núcleos familiares. Não havia cercas, mas os limites eram estabelecidos a cada chegada de um ocupante de acordo com o grau de influência econômica: os mais abastados se apossaram de áreas onde formaram fazendas de gado; os mais pobres se fixaram numa extensão menor onde desmataram uma área pequena de floresta para fazer sua roça (IANNI, 1978; ALDRIN, 1963).

Instalados no fim do século XIX, início do século XX, esses dois municípios foram a porta de entrada de centenas de imigrantes, em especial do Nordeste. Muitos — cabe reiterar — vieram pelas rotas da borracha e da mineração atrás de maneiras de ganhar dinheiro em atividades afins a esses nichos de exploração econômica; ou mesmo em busca de terras férteis e desocupadas, pois isso já não era mais possível em seus lugares de origem. Muitos nordestinos vieram para região embalados — convém frisar — pelo sentimento místico das Bandeiras Verdes, uma espécie de profecia atribuída ao padre Cícero Romão Batista, que teve como papel alimentar as esperanças de famílias numa marcha do Nordeste rumo ao interior da Amazônia depois de atravessar os rios Tocantins e Araguaia. Inúmeros camponeses asseguram ter migrado para a região Amazônica motivados pelas Bandeiras Verdes em um movimento que podemos definir de “frente de expansão”, visto que as relações sociais não eram motivadas pelos moldes capitalistas de produção para mercados, e sim pela subsistência das famílias, algo que tinha se tornado difícil em suas regiões. Na década de 1960, adentram a região do Araguaia (MARTINS; 1997; VELHO; 1987; SADER; 1986; SANTOS; 1981).

Talvez o caráter místico das Bandeiras Verdes se traduza na forma como a população camponesa via a possibilidade de autolibertação. Mesmo com as organizações dos trabalhadores para enfrentar o poder do latifúndio como as ligas camponesas, era recorrente a procura dos camponeses por formas menos conflituosas de resolver problemas ligados a sua sobrevivência; por exemplo, “[...] os velho contava, meu avô contava, que entonce esse Ciço Romão disse que quando desse certas eras era pra nós percorrá as Bandeiras Verdes, à beira dos rios grandes, as florestas” (SANTOS, 1981, p. 20); ou seja, quando o lugar em que viviam ficasse insustentável, era para migrarem para a região das Bandeiras Verdes, coincidentemente a oeste na região Amazônica, fronteira quase inabitada com imensas áreas de florestas disponíveis e utilizáveis.

A terra para essas famílias não tinham valor de mercadoria. O empreendimento era a produção. A terra era ocupada como devoluta, pertencente ao Estado, portanto livre para ser ocupada onde não houvesse posseiros ou fazendeiros que, porventura, tivessem o título paroquial. Ainda assim, havia posseiros mais abastados que dominavam verdadeiros latifúndios para a criação dos rebanhos bovinos (IANNI, 1978; MARTINS, 1975). No geral, essa região era uma vastidão de terras com áreas de várzeas, campos, cerrados, florestas densas, alagados nas margens dos rios e campos abertos. Essas condições facilitavam a instalação das famílias de camponeses imigrantes com suas práticas agrícola, pecuária e extrativista. O gado era criado nas várzeas e campos, enquanto as roças eram feitas no interior da floresta dispensando inclusive o uso de cercas. Dessa forma, assim como em outras regiões da Amazônia, “[...] foi se instalando uma comunidade de camponeses espalhados na região terra virgem disponível, abundância de caça e de pesca e fraca densidade demográfica” (ESTERCI, 1987, p. 116). A produção era dedicada majoritariamente à subsistência familiar; secundariamente, havia venda dos excedentes nos núcleos urbanos mais próximos, tais como Couto Magalhães e Conceição do Araguaia, onde adquiriam produtos que não produziam.

A exploração da borracha nas primeiras décadas do século XX estimulou a migração de nordestinos para a região, que seguiam rumo ao vale do Xingu em busca do caucho. Muitos iam fixando-se ao longo do caminho. Nas décadas seguintes, 1930 e 1940, foi o garimpo de cristal o responsável pela atração de levas de imigrantes para as margens do Araguaia. Para quem vinha fugindo da seca, do jugo do coronel, as áreas desocupadas ao longo do rio Araguaia e próximas dos núcleos urbanos que serviam de entreposto comercial com Belém eram uma oportunidade de se refazerem longe de suas origens.

A migração possibilitava ao camponês da frente de expansão se reproduzir socialmente, fosse como proprietário ou posseiro. O sonho do camponês — poder trabalhar livremente, sem interferência externa, e viver em paz com sua família — mobilizou parte dos imigrantes, como podemos observar em entrevistas com camponeses e militantes do movimento que culminou na reconquista da Juarina. A existência de uma terra livre, abundante, aparentemente inesgotável e disponível para ser apropriada torna a mobilidade espacial uma estratégia privilegiada para garantir, ao mesmo tempo, a sobrevivência e a liberdade. A entrevistada Maria Rodrigues dos Santos, de 90 anos de idade — é um dos moradores mais idosos da cidade de Juarina —, exemplifica essa questão. Ela nasceu, cresceu, constituiu família e criou os filhos na região, vivenciando os embates entre latifundiários e posseiros e indo da expulsão da terra à reocupação da fazenda. Filha de imigrantes

nordestinos que vieram para região no início do século XX, relatou com lucidez a trajetória de sua vida na região.

Meu nome é Maria Rodrigues dos Santos. 90 anos. Eu nasci aqui dentro da mata onde hoje é Juarina. Nesse tempo, meus pais trabalhava lá [dentro das matas na fazenda Juarina], trabalhava aqui, mas trabalhava lá sem cerca. Óia, eu nasci... dentro dessa mata aí, se criemo, fui me criando, mudei pr'aqui, assim que mudamos pr'aqui, meu pai se assituou, mais o Félix da Mata, o pai do Félix da Mata ali, ai mudemo pr'aqui em [19]32, meu pai mudou pra qui pra onde hoje é Juarina. Eu tinha 8 anos nessa época. Meu pai veio do Maranhão, ele passava temporada caçando uns lugar bom, outros lugar mio. Naquele tempo, falava que aqui em Goiás tinha uns lugar bom, outros lugar mió, tinha Goiás, tinha outros lugar e ajuntava, aí vinha passear, se dava bem e dizia: “Nos vamos é morar [aqui]”. Nesse tempo, não tinha negócio de renda de terra, cada quem botava a roça se engraçasse, e nisso eu cabei de me criar desse jeito. Meu pai fazia pinga, rapadura, tinha esse movimento. (SANTOS, 2015, entrevista).

O movimento migratório em direção a essa região da Amazônia oriental no início do século XX — durante os ciclos da borracha ou do cristal — mobilizou inúmeras famílias para região, cuja população esparsa incluía camponeses vivendo às margens do rio Araguaia e nas proximidades das cidades. A vastidão de terras livres e férteis proporcionou aos imigrantes vislumbrarem uma vida de paz longe da opressão do coronel, da inclemência da seca ou mesmo da possibilidade de expandir seus patrimônios em terras livres e favoráveis à formação de fazendas e à criação extensiva de bovinos, equinos, suínos etc. Francisco Montel, de 65 anos de idade e filho de imigrantes, chegou à região na década de 1950. Posseiro na região desde a chegada até a expulsão de sua família pelo latifundiário, é morador da cidade de Conceição do Araguaia, PA. Ele foi um dos líderes mais atuantes do movimento dos trabalhadores na época do conflito com o fazendeiro pela reconquista da terra.

Em sua entrevista, ele fez um retrospecto de sua trajetória: da infância à reocupação da fazenda e ao enfrentamento do latifundiário. Falou das numerosas ameaças de morte e das emboscadas de pistoleiros que sofreu. Ele é natural de Filadélfia, cidade localizada em frente à cidade de Carolina, no Maranhão, isto é, às margens esquerdas do rio Tocantins, e antigo entreposto comercial entre Belém e comunidades ao norte do Goiás. Migrou com a família para a região do Araguaia ainda criança quando relata sobre a migração de inúmeras famílias que para a região, inclusive a família de sua esposa, dona Joana Bezerra Montel, que migrou na mesma época.

[...] a minha história e a da minha mulher é parecida. Minha mulher é maranhense, de Balsas. Os pais dela se migraram. Teve uma época nos anos [19]50 que vinha gente do Nordeste caçando. Foi a época do êxodo rural né?! Gente demais daquela região. A família da minha mulher veio pro Pedro Afonso, nos anos 50, e a minha família veio também nos anos 50, 54, por aí. Filadélfia, Conceição do Araguaia, ficamos aqui dois anos. Meu pai voltou de novo pra lá pra Goiás, Porto Franco, hoje Couto; e ali meu pai ficou, na zona rural. Ele foi criado na roça, né?! Então, o forte dele era o que ele sabia fazer. A gente foi criado lá. Eu, por exemplo, dos meus demais, eram nove irmãos. (MONTEL, 2013, entrevista).

A trajetória feita por sua família — de Filadélfia, nas margens do Tocantins, até as margens do rio Araguaia — é de aproximadamente 250 quilômetros pelos caminhos atuais de rodovias; percurso este mais curto que os da época em que utilizavam como vias os rios e as trilhas de cavaleiros por onde se estabeleciam as comunicações entre uma cidade e outra. O caminho era bem mais longo. Não foi possível precisar a distância visto que parte do caminho já não existe mais: se transformou em áreas de fazendas, o que impossibilita refazê-lo. Eis o que o diz Montel:

Viajamos de barco. Naquele tempo, tinha os motores que faziam de Filadélfia, mais precisamente, Carolina, a uma cidade por nome de Tupiratins, que na época chamava Panela de Ferro, hoje Tupiratins. Aí a gente veio nas costas de jumento, de burro e de cavalo lá pra Couto, pra Porto Franco. Aqui, meu pai ainda teve um estágio nesse período em Tupiratins. Parou em Itaporã, na época Ponta da Serra. Era um garimpo de cristal. Eu lembro como hoje. Era moleque, mas lembro. Ali, meu pai ficou uns meses. Aí, num se adaptou lá. Aí queria ver o garimpo dessa área. No período que nos ficamos lá, ficamos numas roças dos parentes do meu pai, aí meu pai viu que num dava pra ele, veio pra Conceição do Araguaia. [...] [O trajeto era], exatamente na época, era o mesmo [que os padres faziam], estrada tropeira, saía de Couto Magalhães, ia pra Cristalândia, depois Porto Nacional, Miracema do Tocantins. De cá devia ir a Boa Vista, hoje chamada Tocantinópolis. Os padres vieram montado a cavalo. Tinha os pontos de parada. Era coisa de mês, parece que era tudo longe, transporte era, assim. [...] teve um período que era assim: parecia fugindo de uma guerra. Nos anos 50, 59 eu, lembro muito bem disso: vinha em grupos, aquela multidão de gente, comboio e mais comboios, uns com os outros, uns indo pro Sul, outros pro Mato Grosso, parava no meio da estrada, num tinha destino determinado, era onde desse [...] nas costas de jumento mesmo, nem tinham cavalos, que já era mais caro; o burro, então, era uma coisa de rico, era a [camionete] Hilux de hoje, nem todo mundo tinha. Então era um negócio interessante, jumento, era uma coisa mais viável, era o transporte popular.

Assim, inúmeras famílias foram se estabelecendo na região, sem pressão do uso da terra. Majoritariamente do Nordeste, chegavam e se estabeleciam nas margens dos rios ou campos abertos, onde iam trabalhar em roças nas matas mais próximas. O senhor Abílio Coelho de Souza, 85 anos de idade, imigrante maranhense, foi para a região da Juarina na

década de 1950. Possheiro expulso pelo fazendeiro Carlito Memberg — latifundiário proprietário da fazenda Juarina — e ex-líder dos trabalhadores na reocupação da terra, assim como Francisco Montel e outros posseiros que residiam nas áreas de várzeas nas margens do rio Araguaia, Souza discorre sobre sua trajetória do Maranhão à região do atual assentamento Juarina:

Eu sou Abílio Coelho de Sousa, entrei agora nos 85 anos, eu sou de 1930, do dia 30 de janeiro. Eu entrei aqui — ocê até admira —, quando eu entrei pra cá não tinha Colina, não tinha Araguaína, isso aqui era um sertãozão, a primeira estrada que foi aberta que carro entrou foi a Belém–Brasília. Nós vei tudo com uma carguinha num cavalo, tocando um cargueirinho, e os outros tudo de pé. Eu vim do Maranhão, tinha uma picadinha por onde viemos, tinha um irmão meu que morava aqui, em 1930 ele habitou pra cá, eu vim prá cá em 1950, pra beira do rio Araguaia do lado de cá. Era Goiás nesse tempo, era só trabaia de roça, comer arroz, criar algum porco, galinha, ‘cê num vendia nada, galinha ‘cê criava só pra comer, porque ninguém comprava nada, quando queria vender um capado, tinha que ir a Conceição de canoa, remando pra vender um capado lá, arroz era pilado assim no pilão, ninguém nem falava em máquina de limpar arroz. (COELHO, 2015, entrevista)

As migrações de camponeses para essa região antes das décadas de 1960, de acordo com alguns relatos de entrevistados, estiveram relacionadas com questões materiais, tais como procura de terra para garantir a subsistência e reprodução familiar; mas existiram grupos que vieram movidos por um apelo místico espiritual muito forte, como se pode observar em grupos integrados ao sentimento de imigrantes determinados a deixar seus lugares de origem, em particular o Nordeste, e migrar para áreas quase desabitadas nas regiões Norte e Centro-Oeste tendo como referência a profecia das Bandeiras Verdes (MARTINS, 1997; VELHO, 1987; SADER, 1986; SANTOS, 1981). Ao indagar o senhor Abílio Souza sobre os elementos motivadores da migração de sua família, dadas as distâncias e a inexistências de estradas e ponto de apoio de moradores no longo percurso do caminho este relata, ele disse isto:

Sabe o que era? Era que o povo tinha um negócio das bandeiras verdes. Pra cá era bom demais. E lá o negócio era meio fraco, no Maranhão, nessa época. Aí, já tinha um irmão meu no rio do Coccoque, depois mudou pra cá e veio um irmão e chamou pra vir porque as terras era terra de demais, as terras aqui era devoluta, ninguém tinha dono, aí todo mundo chegava e trabaia, quando chegava um, botava roça onde quisesse, ninguém mandava em terra. Aqui era tudo devoluta. Você conhece o pequizeiro? Eu passei lá umas casinhas véias, quando eu vim do Maranhão, passei no Pequizeiro tocando um cavalinho com a carga e os meninos de pé. Os meninos era de um irmão meu, aí eu vim e fiquei aí, na beira do Araguaia, um bocado de ano. Aqui só tinha um lugar por nome de pontão, tinha onde eu morava nos Bispo, e tinha o Couto Velho e uma currutelinha em pequizeiro *a aproximadamente 80 quilômetros*. (Grifo nosso).

De acordo com as falas dos camponeses imigrantes, a vida nessa região era o que almejavam: o sossego da vida, longe das atribuições dos coronéis, dos latifundiários; e com a garantia de ter o alimento para a subsistência. Por ser um lugar que dispunha de grandes extensões de matas, chuvas regulares, havia certeza de que o cultivo de roças garantiria a alimentação da família. Situação bem diferente de algumas regiões do Nordeste onde o risco de a seca destruir toda a plantação era iminente e constante.

Pelo caráter místico do movimento das Bandeiras Verdes, a migração era como uma espécie de missão guiada por uma espiritualidade. Havia a migração constante, uma espécie de busca do lugar sagrado, com características religiosas. Maria Antonieta Viera, em sua tese de doutorado *À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria — movimentos socio-religiosos na Amazônia oriental*, traça o perfil dos imigrantes camponeses em busca da terra prometida numa perspectiva mística/material porque buscavam não só sair do jugo do latifúndio, mas também entrar em condições materiais de subsistência familiar acreditando na existência de uma força espiritual que os guiaria até o local determinado; porém, com a prática da migração permanente.

Sobre o grupo dos Bandeiras Verdes, liderados pela figura mística de Maria da Praia — esclarece Vieira (2001, p. 286) —, o caráter permanente da migração dos camponeses ia sempre em direção ao interior da floresta, afirmando que,

Na missão, num período de aproximadamente 10 anos, os participantes construíram perto de 350 quilômetros de estrada e realizaram quatro mudanças para locais diferentes [...] a cada ano Maria da Praia saía com um grupo de homens pela mata, e ia fazendo estrada, abrindo picada com facões. Geralmente, este trabalho era realizado de maio a setembro — período do verão, enquanto o restante do grupo permanecia no lugar anterior. Durante aproximadamente dois anos abriram, em média 80 quilômetros de estrada. Em seguida construíram um novo lugar para onde se mudavam com o restante do grupo.

A migração dos camponeses do movimento das Bandeiras Verdes se caracterizava de acordo com a vivência do campesinato de fronteira, contudo a prática da vida nômade não se tratava somente de mudar de um lugar para outro, mas também — e sobretudo — de transformar o nomadismo em rotina, experiência difícil para muitos camponeses que não eram acostumados com a floresta como os seringueiros ou grupos indígenas (VIEIRA, 2001). Nesse aspecto, os moradores da região nas margens direita do rio Araguaia se diferenciavam do movimento das Bandeiras Verdes, embora algumas falas afirmem que tiveram a influência do movimento em suas migrações do Nordeste para o antigo norte de Goiás porque, ao se

instalarem na terra, não utilizaram da prática da migração. Às vezes, mudavam-se para as proximidades em função das roças. Quando as terras diminuía a produtividade pelo esgotamento, aí se mudavam para outra roça, mas sempre ao entorno. Uma característica marcante era a fixação da família em geral próxima das margens de córregos de águas fartas ou de campos de fácil instalação da moradia.

Sobre as condições da chegada à região e as características das famílias camponesas e sua relação com a terra, a fala de Francisco Montel apresenta elementos que reafirmam a diferença entre os camponeses imigrantes dessa região e os do movimento das Bandeiras Verdes, que — cabe reiterar — tinha a característica itinerante ou de nomadismo, enquanto as famílias do movimento se fixavam no local escolhido.

Meu pai [João Montel] chegou pra região em [19]56. Quando meu pai chegou, o Antônio Arruda já estava lá no lugar. Os primeiros a chegarem na região foi Antônio Arruda, João Montel e Raimundo Lima, que é cunhado do Antônio. [...] Quando nós chegamos pra esse local denominado Mata Verde, eu era menino nos cuidado do meu pai. Meu pai comprou esse direito de uma outra pessoa que eu não me lembro o nome da pessoa, Carlos, um velho lá. O Antônio Arruda morava, dali daquele local, a uns 10 quilômetros em linha reta. Ele já tinha uma propriedade aqui, era o maior produtor de feijão de arranca desse local. Eu conheci aquilo ali caçando junto com meu pai [...] você saía dali da Mata Verde, atravessava dois rios, o Juari e o Cunhas, uma distância de mais ou menos 70 a 80 quilômetros de mata virgem, ia lá, juntinho de Colinas — não tinha Colinas, era um vilarejo e tinha um fazendeiro, fulano de tal Camilo, era o centro dos Camilos. Quem vinha do Nordeste pra Conceição do Araguaia passando por porto Franco do Araguaia, passava lá nos Camilos. Era um ponto de apoio. Meu pai passou por lá várias vezes, eu passei uma vez com ele. “Travessava esse mundão todo a cavalo, tinha os pontos de dormir que tinha muita onça, não tinha Juarina, não tinha nada disso aí, não tinha nada, era tudo selva e só fazia esse trajeto no período de seca porque nas águas não atravessava os rios, não tinha como. Então, era mês de, julho, agosto, setembro, esse período que os rios abaixavam, tinha que passar por dentro das águas, era um picadão, estrada antiga, quando eu conheci ali já tinha uns 50 anos ou mais de estrada. Quem ia daqui ou vinha do Nordeste trabalhar na seringa pra cá, a estrada era essa, lá no centro dos Camilos era o ponto de apoio, onde ficava um dia ou dois pra descansar, daí seguia pra Porto Franco do Araguaia, que é Couto Magalhães hoje. Quando nós chegamos nos anos 50, aqueles moradores velhos falava que era desde o começo do século. Aquelas secas que deu no Nordeste, o pessoal sumiu de lá, não foi porque ele quisesse mudar, foi obrigado né? Do Piauí, do Maranhão, aqui tinha a seringa que era o garimpo de hoje, né? A castanha, os castanhais não eram aqui, era em São Geraldo, mais pra baixo. Mas era tudo município de Conceição do Araguaia.

Se o movimento das Bandeiras Verdes se caracterizava pelo aspecto místico-religioso e tinha como base profecias atribuídas ao padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro do Norte, CE — que anunciava um território sagrado do lado que o sol se punha —, então onde as

famílias que viviam em condições de penúrias poderiam viver em paz em uma terra de bonança que deveria ser alcançada depois de um período de peregrinação e busca. Foi o que levou esses grupos a uma vida de itinerância constante em busca da referida terra. Grupos localizados na região vieram em busca de terra e se fixaram em um local com a família, onde construíram sua propriedade e permaneceram por décadas; aliás, alguns só saíram quando foram expulsos pelo latifundiário.

3.2 A VIDA NA MATA E A CHEGADA DO ESTRANHO

Entre camponeses imigrantes que se estabeleceram nas margens do rio Araguaia após os ciclos da borracha ou do garimpo de cristal ou entre os que vieram a convite de parentes e amigos através de cartas e se estabeleceram com suas famílias, a chegada do capital alterou seus modos de vida drasticamente, em particular a expropriação de muitas terras, a exemplo do relativo à fazenda Juarina (FIG. 10)

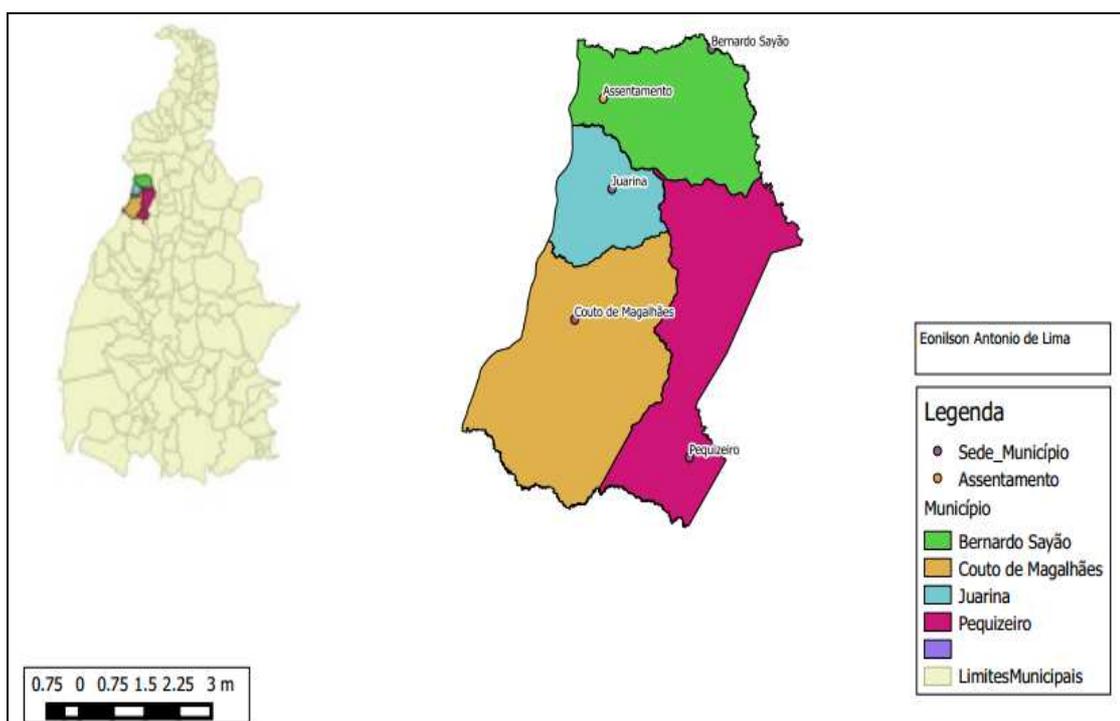


FIGURA 10. O assentamento Juarina em seus limites com os municípios de Bernardo Sayão, Couto Magalhães Pequizeiro e Conceição do Araguaia/PA. A formação da fazenda se vincula à prática da expropriação de terras, que, mediante reação dos trabalhadores, seriam reocupadas para ser transformadas em assentamento de reforma agrária e então se tornar uma cidade no noroeste de Tocantins, às margens direita do rio Araguaia e da rodovia TO-335 — a Transcolinas, que liga Colinas do Tocantins ao Pará.

Fonte: elaboração para a pesquisa

Compreender o processo de expulsão dos camponeses posseiros da região da fazenda Juarina requer entender o projeto dos governos militares para Amazônia, que — convém frisar — propagava a região como novo eldorado para milhares de brasileiros sem terra. Subjacente à propaganda estavam motes como “Terra sem homens para Homens sem terra” ou “Integrar para não entregar” e formas variadas de incentivos e subsídios ao capital. O governo não considerou a existência de tribos indígenas nem de camponeses espalhados ao longo da região (MARTINS, 1996; VIEIRA, 2001. De acordo com a declaração de Antônio Bispo Vieira de 24 de junho de 1985, conforme arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), até as famílias de camponeses já estabelecidos desde antes do século XX perderam suas terras através falsificações de documentos seguintes.

Eu, Antônio Bispo Vieira, natural de conceição do Araguaia-PA, 59 anos, lavrador, carteira de Identidade N° 113.261 SSP PA declaro que meu pai Júlio Bispo Vieira, veio para as terras devolutas do Morro Vermelho, no Estado de Goiás, atual Município de Couto Magalhães em 1897. Neste lugar fomos criados. A coletoria de Couto Magalhães recolhia um imposto de terra e todo ano meu pai pagava. O nome do coletor era Manoel Pinto. Em 1958 meu pai morreu e eu tive que sair durante um tempo da roça para me tratar, eu andava muito doente. Deixei a roça cercada de madeira e duas casas de palha e gente tomando de conta. Nesta época apareceu um agrimensor chamado Valter que enganou agente, mediu as terras de cada um de nós e recebeu um pouco de dinheiro, prometendo que depois vinha o título. E esses títulos nunca mais apareceram. Depois chegaram uns pequenos fazendeiros que obrigaram todos os lavradores a saírem dizendo que tinham comprado as terras. Além de minha família saíram muitas outras, lavradores que também tinham sido criados lá naquelas matas como é o caso do João de Deus, o Tibúrcio, Conceição Barros, Raimundo de Alencar, Raimundo Cesário, Cícero Cesário, Cândido Tibúrcio, Conceição Bispo Vieira, Pedro Franco, Genési da Maria, Zeca da Marina, Zé Bispo. Foram mais ou menos uns 50 homens que tinham roça lá nesse tempo que foram obrigados a vir para a cidade. Em 1962 eu voltei para a roça, mas já tinha destruído tudo e plantado capim. (CPT, ano, pasta 3).

No discurso dos militares, a Amazônia era um imenso vazio populacional pronto para ser ocupado e explorado economicamente dada a riqueza natural: jazidas minerais, florestas com abundância de árvores nobres (cerejeira, mogno) a serem exploradas para exportação a um custo que se resumia, em essência, à extração e ao transporte. Após a retirada da madeira, bastava atear fogo na mata e semear capim para que as invernadas ficassem prontas para a cria de bois de corte a ser exportados para as regiões do sul ou outros países. Como resultado desse conjunto de fatores altamente vantajoso, o capital nacional e internacional chega à região ávido por auferir os lucros proporcionados pelas terras férteis da floresta e gozar de subsídios governamentais; o que pressupôs expulsar violentamente moradores posseiros de

suas posses, que tiveram de migrar para cidades e vilas que iam se formando nas bordas dos latifúndios (MARTINS, 1996; OLIVEIRA, 1989; IANNI, 1979).

Nessa região, às margens do rio Araguaia, onde está o assentamento e a cidade de Juarina, conforme dados colhidos por camponeses e moradores da cidade, já existiam moradores desde as primeiras décadas do século XX. Após a chegada de Carlito Meimberg, proprietário da Agroindustrial Memberg S. A. (AGRIMSA), na fazenda Juarina, e agropecuarista de Barretos (SP), os posseiros foram expulsos, de forma violenta — cortesia de pistoleiros —, de uma área de mais de 30 mil hectares. Alguns foram indenizados; outros, não. Líder no processo de reconquista da terra, Francisco Montel foi não só expulso — com sua família —, mas também ameaçado de morte diversas vezes por fazendeiros e pistoleiros nos relata que:

Onde hoje é Juarina, meu pai foi expulso dali. Por isso que voltei, pra ver se cobrava algo. Meu pai foi expulso em [19]68, por um fazendeiro chamado Carlito Membro [sic], que passou a ser dono. Ele não era fazendeiro, não! Como se diz, era um pretense, né?! [Meu pai] João Rodrigues Montel, já é falecido, meu pai foi expulso de lá. Eram 82 famílias que foram expulsas. Meu pai era um. Inclusive houve assassinato nessa história, prisões. Trabalhadores foram expulsos. Tinha gente com 45 anos que moravam [lá], teve que sair. O poder dominava. [No processo de expulsão dessas famílias], simplesmente a polícia chegava, acompanhada com o fulano de tal que — a gente não sabia —, às vezes, o indivíduo se identificava como autoridade, né? Ou a mando da autoridade, com o apoio da polícia, e o pessoal tinha que sair; e aqueles que resistiam, às vezes, morriam, ia preso, apanhava. Isso aconteceu na região, infelizmente.

A propaganda e os incentivos dos militares ao grande capital nacional e internacional provocaram uma onda migratória de camponeses e a chegada do grande capital, que açambarcou as terras devolutas e ocupadas por posseiros havia décadas. No primeiro momento, após a expulsão deu-se o que convencionamos chamar de *reocupação das terras expropriadas*, o que não foi um caso isolado da fazenda Juarina. Nossa denominação de reocupação se baseia nas informações dos camponeses envolvidos no conflito, em documentos e em jornais, como na reportagem do *Jornal do Tocantins* onde se lê que

Os conflitos existem porque não foram entregues os títulos aos posseiros e parte das terras da região é devoluta. As fazendas Macedônia e Farol, Juarina e Vale do Juari, palco de conflito desde 1980 até hoje ficam no município de Bernardo Sayão, conhecido como Colônia, Couto Magalhães e o recém-emancipado município de Juarina. Argemiro, nome fictício de um dos condenados à morte, disse que nas décadas de 50 já existiam posseiros na região. Em 1963 chegou de São Paulo Carlo Membro, que comprou uma terra no local e formou a fazenda Juarina, de 7 mil alqueires, um verdadeiro continente, como diz Argemiro. (JORNAL DO TOCANTINS, 21–4 maio, 1993).

Nas décadas de 1960 e 70, a região foi ocupada pelo capital, facilitado pela rodovia Belém–Brasília (BR-153) e pelos incentivos do Estado nos governos da ditadura militar. Como havia um complô entre latifundiários e agentes estatais, e como os trabalhadores não conheciam seus direitos (IANNI, 1979), ficaram vulneráveis às investidas violentas em suas terras, como afirma L. R. S., camponês de 55 anos de idade que preferiu não ser identificado. Ele nasceu na região e nos deu a seguinte informação:

Quando o Carlito chegou, trouxe um pessoal do Mato Grosso que saiu botando fogo nos barracos dos posseiros. Queimaram até um chiqueiro onde tinha um capado que papai tava engordando. Papai tinha um porco de engorda com um vizim, jogaram coisas no chiqueiro, queimaram o porco. O Carlito chegou em 62, 64, por essa época. De todo jeito teve gente. Tanto saiu como morreu. Outros mudou pro Pará de água acima.

O capitalismo agrário instalado na Amazônia, mancomunado com os militares, expropria os trabalhadores de suas terras. Estes, após permanecerem por algum tempo nas periferias das cidades ou nos povoados nas bordas dos imensos latifúndios, retornam para o trabalho nas fazendas em condições análogas às da escravidão. O professor e antropólogo Ricardo Resende, ex-padre, pároco de Conceição do Araguaia, agente da CPT e pesquisador sobre a escravidão por dívida na Amazônia, utilizou as entrevistas realizadas com trabalhadores, fazendeiros e até pistoleiros da região. Como membro da CPT, atuava diretamente na defesa dos trabalhadores. Entre 1969 e 1998, houve denúncias de trabalhos análogos à escravidão em 125 fazendas; alguns foram denunciados mais de uma vez em anos diferentes. “Foram 203 denúncias contra empreendimentos pertencentes a famílias ou a empresas de vários ramos econômicos. Algumas empresas ou famílias possuíam mais de um imóvel e as denúncias atingiam, às vezes, mais de um de seus imóveis.” (FIGUEIRA, 2000, p. 32).

Sobre a estrutura montada para dar uma aparência legal à superexploração dos trabalhadores, eximindo o capitalista das responsabilidades, era realizada uma espécie de terceirização da exploração, assim como o recrutamento de trabalhadores em regiões distantes. Os trabalhadores recrutados desconheciam as condições de trabalho, e a geografia do local, em geral, cercado por áreas de florestas densas, rios e perigos de ataque de animais selvagens, em caso de fuga, sem contar que as fazendas eram guarnecidas por pistoleiros fortemente armados. Sobre a estrutura montada para a consolidação do latifúndio nessa região, Figueira (2000, p. 32) afirma que

Homens contratados em outras regiões, para a abertura das fazendas de Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia, tornavam-se temporariamente cativos. Não só perdiam o direito sobre a própria força de trabalho, mas deixavam de possuir direitos sobre si mesmos. Os empreiteiros se apoderavam do trabalho e da vida de terceiros, numa tentativa de transformá-los em mercadoria e de usufruir deles ao seu bel-prazer. Havia uma estrutura montada e articulada para que o trabalho obrigatório funcionasse desde o estado de origem dos contratados — normalmente uma região pobre, com abundância de mão-de-obra desempregada. Um empreiteiro ou subempreiteiro lançava um convite pela rádio local ou por um carro-som, atraindo gente; pensões acolhiam pessoas e as repassavam para os contratadores que chegavam com seus caminhões. O aliciamento se fazia mediante promessas, sem se firmar qualquer documento e contava com a conivência da força policial, tanto na própria cidade quanto na estrada. Pistoleiros eram constituídos em firmas empreiteiras, incorporavam outros pistoleiros e montavam um esquema que viabilizava a instalação das fazendas, com a derrubada das matas e a formação dos pastos.

Para o capital instalado na Amazônia, os limites da ambição, do lucro não respeitavam o direito da vida dos camponeses nem os direitos constitucionais nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tampouco o direito inalienável de poder ir e vir. Trabalhadores submetidos à condição de escravidão eram algo corriqueiro, não importava a idade. Com efeito, crianças foram submetidas ao trabalho escravo, como afirma o jornal *Tribuna Operária*:

Dois jovens, de 22 e 12 anos, conseguiram fugir da Fazenda Diana, em Paragominas (Pará) onde estavam submetidos ao trabalho escravo. Os dois foram arregimentados pelo “gato” Zé Gomes, que lhes prometeu remuneração de Cr\$ 10 mil por dia, refeição etc. Os jovens, que viviam em Bragança, caíram nessa conversa. Mas a realidade que encontraram era bem outra. Trabalhavam de sol a sol. Ao rapaz de 22 anos foi prometida uma diária de Cr\$ 7 mil, ao garoto de 12, a diária foi reduzida para Cr\$ 3.500. A bóia só era fornecida duas vezes ao dia — pela manhã e no final da tarde. E além do mais, para receber o pagamento era uma verdadeira novena. Os dois jovens trabalharam dois meses e nada receberam. Reclamaram, e por isso tiveram que fugir, para não serem mortos pelos jagunços que cercam a Fazenda Diana. Os trabalhadores, ou melhor, os escravos, vivem sob clima de terror, ameaçados por inúmeros pistoleiros. (TRIBUNA OPERÁRIA, 21–7 out. 1985, p. 6).

Para o grande capital, expandir seus lucros e efetivar latifúndios na Amazônia pressupôs impor condições econômicas atrelando suas atividades à agroindústria para exportação ou para atender ao mercado interno e excluir, do processo, camponeses, indígenas ou trabalhadores que vieram como força de trabalho. Isso produziu um dano social severo (MATTOS, 2013; ERTHAL, 2006). As terras até então pertencentes aos posseiros se transferem para o capital, que já operavam nos setores comerciais, industriais e financeiros

através da grilagem ou da aquisição do Estado a preços irrisórios e passam a operar nos setores agropecuários na fronteira Amazônica, como no caso da AGRIMSA, a empresa do fazendeiro Carlito Memberg.

3.3 EXPROPRIAÇÃO, VIOLÊNCIA E TRABALHADORES RURAIS: A EXPULSÃO DE POSSEIROS DA FAZENDA JUARINA

Na antiga fazenda Juarina, atual assentamento na sede do município homônimo, foi descoberto, quase uma década depois, um cemitério clandestino embaixo de uma das casas da sede da fazenda. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou o evento com esta manchete: “Descoberto cemitério clandestino em Tocantins”, à qual se segue este texto:

O promotor de justiça de Colinas (TO) conseguiu localizar entre os dias 13 e 14 duas valas onde estavam enterradas ilegalmente duas crianças no município de Juarina a 700 quilômetros de Palmas. O promotor chegou até as sepulturas a partir de denúncias de que no local existe um cemitério clandestino de posseiros da época em que a cidade era uma fazenda de sete mil alqueires. A fazenda foi invadida por 700 famílias e desapropriada pelo INCRA em 1985. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia as ossadas das crianças podem estar relacionadas a chacina de uma família ocorrida em 1986 por pistoleiros da fazenda. (FOLHA DE S. PAULO, 18 maio 1993).

Assuntos relacionados com a violência cometida pelos latifundiários como ameaças, torturas e até assassinatos são evitados pela população local. Daí ser comum que, ao ser abordado, o morador que não esteve diretamente ligado ao movimento de resistência fuja do assunto dizendo “Eu ouvi falar disso, mas não vi nada; e quem me falou, também, não viu! Só ouvi falar. Mas não sei se de fato aconteceu”. Outros se negam a comentar, como no caso veiculado no *Jornal do Tocantins* de que uma senhora que teria encontrado dois corpos se negou a dar informação. Como se lê no jornal,

Acompanhado de mais dois auxiliares de nossa equipe, o promotor fez a primeira parada em Bernardo Sayão, onde vive Rosália Cirilo dos Reis, a dona Rosa, “uma sexagenária que teria encontrado dois corpos no povoado Formiga”. Dona Rosa foi localizada em cima de um caminhão, juntamente com outros 30 idosos que iam buscar a aposentadoria em Arapoema. Antes mesmo de ser perguntada ela já avisou. “Não sei de nada sobre gente enterrada.” Nas duas horas de conversas que se seguiram ela repetia apenas uma frase. “Não posso falar. Não sei de nada.” (JORNAL DO TOCANTINS, 21–4 maio 1993).

Ante o caso dos corpos encontrados pela moradora, de outros cemitérios clandestinos dentro da fazenda e de ossadas de crianças, por exemplo, a população da cidade com quem

conversamos informalmente disse não saber de nada: “Não sabemos”. Mas ficam as perguntas: não sabiam ou não queriam se envolver? Preferiam-se esquecer, dada a dimensão da violência? Talvez a recusa a discutir o assunto, para muitos, possa até ser desconhecimento; contudo, e ao que parece, muitos que residem na região desde o início preferem não tocar no assunto. Daí nossas indagações: seria porque é um assunto recente cujos atores estão aí? Ou seria para evitar lembranças de sofrimentos? Michel Pollak (1989, p. 4) se faz pertinente aqui:

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?

Em Juarina (FIG. 11), nas conversas informais com moradores e servidores públicos de órgãos onde fomos buscar informações, chamou nossa atenção a indiferença das pessoas com o movimento que originou o assentamento. No geral, falam do município como uma fazenda invadida por posseiros, desapropriada e que se emancipou; tal é o discurso oficial:

Até 1991, onde é edificada a cidade de Juarina, segundo moradores antigos, era a sede da Fazenda Juarina, de propriedade do Senhor Carlitão. Devido às grandes dificuldades de acesso e distância das cidades mais próximas: Couto de Magalhães, Colinas do Tocantins e Conceição do Araguaia no Pará, além da falta de escolas para os filhos, os habitantes da Fazenda e outras pessoas vindas de outras localidades, resolveram tomar posse de glebas de terras dentro da área da Fazenda Juarina e região, com a finalidade de sensibilizar as autoridades no sentido de regularizar a situação das terras, e ali fixaram suas moradias, alcançando assim, melhores condições de vida para as suas famílias. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2014, *on-line*).

Na história oficial desaparecem: o processo da luta, a violência e os assassinatos, tão patentes na história oralizada que se delineia nas vozes dos militantes que Carlito Memberg expropriou, as famílias que moravam na região havia décadas, a indenização para uns — com cifras módicas — e a expulsão de outros — com pistoleiros armados. Exemplo disso está no caso de Abílio Coelho, que chegou à região na década de 1950.



FIGURA 11. Vista aérea da cidade de Juarina, cuja população soma 2.333 de habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2000.

Fonte: JUARINA, 2014, *on-line*.

Outro trabalhador que entrevistamos — e que nos serviu de guia em visitas a outros assentados que participaram da luta pela reconquista —, Adenilson Gomes Fernandes, 54 anos de idade, não foi expropriado pelo latifundiário, mas participou da luta motivado — segundo ele — pelas origens camponesas de sua família e pela falta de acesso à terra para trabalhar. Filho de camponeses que teve de trabalhar na roça desde a infância com seu pai e familiares, disse que estudou pouco porque tinha que trabalhar muito; além disso, na época teve de interromper os estudos primários nas cidades próximas pela falta de emprego, o que inviabilizava as possibilidades de estudar. Em suas palavras, “Meu pai não tinha como garantir a gente lá [na cidade] sem que a gente tivesse trabalhando, aí então a gente não podia continuar”. Aos 18 anos, saiu do campo para ir morar na cidade: morou em Goiânia, Brasília, Belo Horizonte e em Vitória; também em cidades pequenas, segundo disse. Retornando para perto da família no ano de 1981, passa integrar o movimento de luta pela terra, ainda incipiente, no qual demonstra ter caráter organizativo decisivo, objetivos e estratégias claras, a ponto de se tornar presidente da associação dos assentados de Juarina e dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Couto Magalhães e Juarina.

Sobre a fazenda Juarina no período que antecede as ocupações dos trabalhadores, Gomes relatou informações de que ouviu falar — como ele frisou; por não ser morador na área açambarcada pela fazenda e ter vivido em outras cidades e outros estados, os conhecimentos que têm sobre a área vêm de fontes orais secundárias. Eis o que disse:

Olha, tudo que a gente sabe, que eu sei dessa fazenda é que o fazendeiro, o Carlito, chegou por aqui, comprou uma pequena área e, daí pra frente, ele foi ampliando as fronteiras, foi empurrando as famílias. Às vezes comprava, pagava uma pequena indenização. Outros se sentiam pressionados e, por informações [de terceiros], houve muita violência também. Num sistema de fazenda onde eles têm aqueles armazém, vão comprando só ali, ele vai sendo fornecedor, e algumas pessoas chegou a dizer que, algumas vezes, chegou a ver gente preso aqui, amarrado. Não sei se é verdade toda essas coisas. Mas a gente chegou a ver pessoas afirmar que um pezão de babaçu bem próximo da sede — não sei se alguém já te falou desse pé de babaçu, era a coisa mais linda —, alguém me falou que, passando aqui um dia: “Eu vi um cara amarrado nesse pé de babaçu”.

As informações obtidas em entrevista com os trabalhadores e nos jornais aqui citados são validadas pelos documentos que constam nos arquivos da CPT em Xinguara, PA. Trata-se de uma espécie de portfólio dos trabalhadores em que constam como pistoleiros os seguintes nomes:

Zé Lindomar, Domingão, Zé de Sena, que guarneciam os peões da fazenda que passaram a colher os legumes plantados pelos posseiros que tiveram que abandonar suas roças na época da colheita, Domingão e Zé Lindomar mataram um posseiro, a mulher e as crianças colheram os mantimentos da família para a fazenda. Um trabalhador adoeceu de malária e ao reclamar de falta de assistência médica o fazendeiro mandou amarrá-lo até ele morrer. (CPT, 20??, pasta 3).

Quanto aos trabalhadores que relatam sobre a violência, suas informações são ratificadas pelas notas veiculadas nos jornais dez anos depois sobre os cemitérios clandestinos encontrados na fazenda. O *Jornal do Tocantins* noticiou

A suspeita da existência de um cemitério clandestino de posseiros no município de Juarina, antiga fazenda Juarina, está próxima de ser confirmada. O promotor de justiça de Colinas Saloé Ferreira da Silva, esteve na cidade durante os dias 13 e 14, quando encontrou ossadas de duas crianças a 50 metros da prefeitura Municipal antiga sede da fazenda. A partir da descoberta o promotor solicitou ao delegado de couro Magalhães, José Ricardo Calassa a abertura de inquérito para apurar o caso. O local onde foram encontrado os restos mortais das crianças era apontado pelos denunciante que não se identificaram, como sendo um dos cemitérios clandestinos da época da fazenda cujo o proprietário era Carlito Memberg, hoje morador em Barretos. (SP) O promotor também iniciou as escavações no fundo de uma casa que servia de abrigo aos pistoleiros da fazenda. No local conhecido como senzala, trabalhadores da prefeitura teriam encontrado ossos humanos. Eles contaram ao promotor que não deram importância no achado sinistro e o enterraram novamente juntamente com entulhos numa fossa séptica da casa. (JORNAL DO TOCANTINS, 21–4 maio 1993).

As informações sobre cemitérios clandestinos e uso ostensivo de pistoleiros para reprimir possíveis ocupações e explorar trabalhadores — prática comum nas fazendas da região — veiculadas nos jornais são ratificadas nas falas dos trabalhadores, quanto à violência durante as ocupações e às histórias de pessoas que trabalharam na abertura da fazenda. Um entrevistado disse que

Houve muita violência por aqui na época. Pessoa que trabalhava e depois até fazia o acerto e a pessoa ia embora e desaparecia no caminho e nunca chegava no destino mais. Outros eles iam atrás mesmo e tomava o dinheiro, como tem uma área lá na Vila União, que é o Formiga. Era um retiro. Diz que muitas vezes as pessoas trabalhavam aqui e eles diziam: “Olha, tem outra fazenda, e o pessoal vem buscar vocês. Vocês querem trabalhar, vão ficar mais”. Só que era da mesma fazenda, só que quando os caras caíam nessa ou quando saíam daqui seguindo em frente, o pessoal ia atrás e dava fim neles. São histórias, né!? A gente, que chegou no processo mais adiantado, a gente num conseguia ter essa coisa assim mais claro [...] [sempre] foi “Fulano que disse e que viu”, “Ele sabe dessas coisas”, “Aconteceu foi com fulano, que era parente de alguém”... A gente não tem essa informação. (CPT, 1985, pasta 3).

Violência contra trabalhador no interior das fazendas era algo corriqueiro, portanto não uma peculiaridade da fazenda Juarina. Entretanto, como o escopo deste trabalho é analisar os desdobramentos da inserção do capitalismo agrário amalgamado no projeto econômico da ditadura militar para a Amazônia tendo como objeto o conflito entre trabalhadores e latifundiário da fazenda Juarina, atemo-nos mais aos fatos ocorridos internamente desde a expulsão dos trabalhadores até seu retorno, bem como às reviravoltas ocorridas no percurso da luta.

Analisar a expulsão e o movimento dos trabalhadores que reocuparam a fazenda Juarina requer uma compreensão mais aprofundada do agronegócio sem a perspectiva da generalização de que tudo que se trata de produção e comercialização de produtos agrícolas é agronegócio (MATTOS, 2013). No contexto do avanço do capital e da frente pioneira na Amazônia, o agronegócio foi bem mais que relações comerciais entre produtor e consumidor: apresentou-se como teia entrelaçada entre produtores de matérias-primas e transportes para produção de *commodities* dominadas pelos setores capitalistas que controlavam desde a produção até a distribuição (indústrias de insumos, transportes, comércio atacadista e varejista até chegar o consumidor final). “Logo a agricultura passa a ser considerada como parte de uma extensa rede de agentes econômicos.” (MATTOS, 2013, p. 71).

Fora da lógica do capital, os posseiros seriam aliados do projeto do estado, e as terras seriam destinadas ao capital, criando latifúndios do tamanho de municípios de outras regiões.

Aos posseiros expulsos, restava se mudarem para as cidades mais próximas, conforme o relato de Abílio, posseiro expulso e não indenizado:

Quando nois fomos lá, tava o documento que nós encontramos do Carlitão. Foi, era uma área de cem alqueires. Os outros ele invadiu tudo, dizendo que era dono. [Quando ele chegou], Saí [da terra], eu fui pra Couto Magalhães, fiquei oito meses. De lá, o lugar muito fraco, o Couto Velho, aí eu mudei pra Conceição do Araguaia. Passei mais ou menos uns doze anos lá.

Os relatos dos posseiros expulsos misturam sentimentos de impotência em relação à justiça constituída pelo Estado e de revolta. Expressam convicções sobre a condição em que foram expropriados. Francisco Montel, dentre outros, relata tais sentimentos e as condições nas quais as famílias foram expulsas da terra que era delas:

[...] a região era bem habitada. O pessoal morava no campo e trabalhava na mata. A gente chamava de centro. Meu pai, por exemplo, tinha uma propriedade no campo como os outros, mas o serviço era lá dentro da mata, uma distância de cinco quilômetros da casa da residência dele. Era bem habitado [82 famílias]. Isso foi só de uma área, mas teve vários casos. Não foi só esse caso. Então, aquilo ali foi o que motivou a volta da gente pra lá. O conflito chegou naquela região do estado demarcando terra. Até então as terras não tinha dono: o cara morava lá, mas era como se fosse um agregado, ainda que fosse velho na região. Muitos tinham nascido ali, morreram e já tinham pego as terras de herança dos pais. Mas sem documento. A partir de [19]68, começou a oficializar a regularização de terra na região. Ela começou antes, mas esquentou mesmo por volta de 68 pra cá. Até então era só barulho. E à medida que a terra ia sendo medida, demarcada, vinha os donos — pretensos donos, a gente não sabia de nada —, traziam documentos falsos, e o individuo que morava ali, se não aceitasse o que eles diziam — uma proposta oferecida —, aquele tava crucificado, tinha que sair. Meu pai foi um desses, saiu sem nada porque não tinha com quem brigar. Alguns foram indenizados. Meu pai, não. Alguns caíram na cantada: receberiam migalhas, a maioria como meu pai não recebeu nada. Aqueles que endureceram o topete tiveram que sair pra não morrer, né!? Eu era garoto, falei pro meu pai — até apanhei por causa disso —, eu disse: “Eu vou me vingar dessa covardia”. Falei isso em público, e a minha mãe chegou a me bater por isso, porque eu tava pensando em coisa ruim. Eu era adolescente, naquela época eu era jovem, e aí eu saí, nos voltamos de fato, a roça de meu pai perdeu tudo, aí nós ficamos morando em Couto Magalhães, no Porto Franco. Em [19]69 já havia emancipado.

De acordo com a fala dos posseiros expropriados, durante o processo de expulsão ficaram sem alternativas reais de resistência, visto que as estruturas jurídicas estavam mancomunadas com os latifundiários. Era comum, durante ações de retirada dos trabalhadores de suas posses, pistoleiros e policiais agirem conjuntamente em favor de grileiros e grandes proprietários (MARTINS, 1989).

Vitorino Coelho, de 67 anos de idade, militante, coordenador do movimento dos trabalhadores ocupantes da Juarina, morador de Palmas, capital de Tocantins, bacharel em

Ciências Contábeis, é considerado um dos intelectuais do grupo. Atuou como responsável pela memória da luta relatando em atas as decisões do grupo tomadas em reunião da comissão. Natural de Araguacema, depois de morar por mais de uma década no Rio do Janeiro, retorna para Conceição do Araguaia, no início da década de 1980, quando passa a integrar o grupo que reocupa a Juarina. Ao ser perguntado sobre os desdobramentos da expulsão dos trabalhadores, fez este relato sobre as ações dos latifundiários sobre as terras dos posseiros da região

A boca da mata era o maior produtor de arroz, de feijão, de milho, farinha que abastecia Conceição do Araguaia. A boca da mata era ali na entrada de Juarina, ali era cheio de colonos, aí chegou os fazendeiros e cercou tudo. Os fazendeiros foram chegando e cercando, aí foram as ameaças, foram expulsando o pessoal. Isso foi da década de 65, seis, sete, oito, que foi o auge, que foi na época que o Memberg chegou, abraçou aquele meio mundo. O processo de expulsão começou em 68, 66, por aí assim, em 60 para 68 oito foi a época que meu irmão perdeu a terra lá, perdeu tudo, chegou um ponto que inviabilizou, derrubaram mil alqueires de terra antes da terra dele, aí como é que passava né? O poder aquisitivo do outro lado era muito grande e aí meu irmão teve que abandonar. Eu não sou bem preciso [em datas] porque, nessa época, eu estava no Rio [de Janeiro] já, mas meu irmão perdeu a fazenda que ele tinha lá na beira do rio Juari. Abraão Coelho [o nome dele], ele tinha uma fazenda do outro lado do rio Juari. Indo pra Juarina na beira da ponte ali já era dele, do outro lado, ele teve com esse processo na mão, com o título nas mãos, pagou o título para depois perder dinheiro.

As informações obtidas pelas entrevistas com os trabalhadores são ratificadas pelos documentos dos arquivos da CPT de Xinguará, PA, sobre o caso da Juarina. O documento intitulado “A luta pela terra na Juarina: municípios de Couto Magalhães e Colméia, GO” faz um retrospecto da luta:

Por volta de 1963 os primeiros posseiros chegam nesta região à procura de terra para trabalhar. Tudo era “gerais” a terra era boa e prometia muita fartura. Porém poucos anos de sossego e paz: isto porque em 1968 chega a família Memberg de Barretos-SP, fazendo desordens. Queimam casas, roças, amedrontam, ameaçam. Acabam expulsando da terra os setes primeiros posseiros: Gabriel, Raimundo, Abílio e Ana, José Bispo, Maranhão e outros. Desde a época até agora o representante dos Memberg que nos vem prejudicando é o Carlito. De dois anos pra cá tem vindo também o Carlos Filho Memberg. Em 1973 outra investida da fazenda, o Carlito e o gerente Bartolomeu fizeram muitas pressões e ameaças. Outro grupo de posseiros teve que sair da terra. Alguns receberam pequenas indenizações. O posseiro Nilton por exemplo, que tinha só de pasto 10 alqueires, recebeu 500,00. A fazenda à medida que ia expulsando os lavradores ia refazendo as picadas e alargando suas divisas. Passado alguns anos, já em 1979, a fazenda Juarina de novo, mediante pressões, ameaças e intimidações principalmente através do gerente Bernaldo, expulsa pelo menos 10 famílias de posseiros que viviam tirando da terra o sustento. A partir de 1983 a fazenda começa agir com pistoleiros para impedir a entrada de lavradores sem terra na área e forçar a retirada de outros posseiros. (CPT, s. d., pasta 4).

Sobre detalhes das ações dos latifundiários e dos posseiros, ao mesmo tempo em que estes foram expulsos e a fazenda Juarina foi aberta através de formas arcaicas de exploração do trabalho, nas cidades foi se formando um contingente de trabalhadores rurais deslocados das relações urbanas que, sem trabalho, muitas vezes deixam as famílias nas cidades e se espalham por regiões de garimpos ou de frentes de trabalho em outras áreas de fronteiras a fim de sustentar a família. Permanecem nesses lugares por algum tempo, até se reorganizarem em grupo e ocupar algum latifúndio, como aconteceu amplamente nessa região nas décadas de 1980 e 1990. Martins (1996, p. 4) assevera que as análises sobre expulsões de camponeses e indígenas e do cercamento de suas terras no período da ditadura militar como fim do campesinato estão sendo superadas a cada retomada dos trabalhadores aos latifúndios.

A tese clássica de que a expulsão do camponês é o primeiro passo da sua proletarianização e da extinção do campesinato, como desenrolar inexorável da expansão capitalista, está sendo desmentida diariamente na história da Amazônia. Ao mesmo tempo em que o posseiro está sendo expulso, as novas fazendas abertas na região têm demonstrado uma notável capacidade de regenerar em benefício próprio formas arcaicas de exploração do trabalho, como a peonagem. Do mesmo modo, os posseiros, mesmo expulsos, têm, com grande tenacidade, reconstituído sua agricultura familiar e sua economia mercantil simples. (MARTINS, 1996, p. 4).

O projeto dos governos militares para a Amazônia concomitante às diretrizes do Estatuto da Terra, que capitaliza o uso desta, está relacionado com a ruptura das relações de dependência e do fim da submissão dos trabalhadores aos patrões (MARTINS, 1996). As mudanças no modelo de gestão das fazendas, suas transformações em empresas rurais, rompem com os vínculos de dependência entre fazendeiros e agregados. Trabalhadores que moravam nas fazendas foram expulsos e separados do local de trabalho e de moradia. Essas transformações contribuíram para a libertação deles e para “[...] abrir suas consciências para outras concepções sobre as relações entre as pessoas, entre poderosos e fracos, entre ricos e pobres. Em outros setores da economia rural, essa desagregação também foi se fazendo presente” (MARTINS, 1996, p. 4). Essas transformações que permitiram ao latifúndio açambarcar e se apropriar das terras de trabalho dos camponeses de onde retiravam a subsistência para manter sua reprodução familiar e transformá-la em local de produção de mercadoria e aferição de lucro permitiram, também, aos trabalhadores se organizarem e criarem um movimento de contraposição e reivindicarem a manutenção de seus modos de vida através da reocupação das terras expropriadas pelo latifúndio.

Contudo, pode se considerar que o latifúndio não foi invenção apenas do capital, uma investida sobre as terras dos posseiros e indígenas. Ele se consolidou através de um projeto conjunto entre setores da elite econômica e política engendrados nas estruturas despóticas dos governos da ditadura e legitimou a espoliação dos camponeses através da repressão policial e alienação pelas estruturas ideológicas. Para que a associação entre o capital e a renda fundiária se desse efetivamente foi necessário que uma classe média rural se constituísse através da pequena empresa rural — um dos pilares do Estatuto da Terra — e, por outro lado, intensificou a política de incentivos fiscais para que o grande capital nacional estabelecido nas regiões Sul e Sudeste se interessasse em investir na Amazônia, sobretudo nos segmentos agropecuários (MARTINS, 1996; OLIVEIRA, 1989; IANNI, 1978). Martins ainda reforça que

Convém lembrar que a Nova República, regime civil que sucedeu a ditadura, se, na prática, restringiu a aplicação do Estatuto da Terra e, conseqüentemente, a possibilidade de uma reforma agrária nas áreas e nos casos de tensão social, ao mesmo tempo preservou a política de incentivos fiscais, de transferências gratuitas de recursos públicos para as empresas abertas na Amazônia Legal. De fato, a política de incentivos destinou-se claramente a proteger a renda fundiária e os proprietários de terra, assegurando sua permanência na estrutura de poder. Embora seja quase sempre interpretada como uma simples política de “implantação” do grande capital no campo, tem sido uma política para forçar o grande capital a se tornar proprietário de terra, preservando e modernizando a propriedade, ao mesmo tempo, sem fazer reformas sociais. (MARTINS, 1996, p. 5).

Nessa lógica, convém ponderar que, para o trabalhador expulso de suas terras — muitas vezes sem receber indenização —, tocado por pistoleiros, esgarçado à procura da periferia da cidade mais próxima não é fácil manter as esperanças, visto que foi esquecido pela justiça, pelos poderes legalmente constituídos e pelo Estado de direito. É nesse contexto que entra a participação de organizações como a CPT no processo de reanimação do grupo, que, no caso da Juarina, segundo os trabalhadores entrevistado, foi de suma importância.

3.4 DAS PRIMEIRAS INVESTIDAS AO CONFLITO DIRETO ENTRE TRABALHADORES, FAZENDEIRO E PISTOLEIROS

Analisar a disputa entre trabalhadores esboroados nas periferias das cidades, pequenas vilas e o grande capital pela posse da terra em um momento de intensa instabilidade e de desrespeito à classe trabalhadora é algo instigador. Como pessoas vivendo sem condições mínimas aceitáveis de sobrevivência poderiam ter a audácia de enfrentar grupos poderosos

economicamente e influentes jurídica e politicamente? Como manter a disposição para a luta diante de obstáculos severos?

Ante a necessidade de discutir a radicalidade da luta pelas reconquistas da terra pelos trabalhadores, é imprescindível analisar o elemento motivador que foi a Igreja Católica com o movimento da teologia da libertação, cuja premissa era a opção do cristianismo pelos pobres e oprimidos, fortalecendo a resistência camponesa à expropriação das terras e superexploração do trabalho. Nessa linha de atuação da Igreja em defesa dos pobres, embora se rejeitasse o ateísmo, há uma aproximação com o marxismo pelo conjunto de ideias e organizações ante as explorações do capital e a ação de exploração das classes dominantes sobre as classes dominadas; bem como ante a defesa da emancipação da classe trabalhadora. A ação da Igreja e sua aproximação do marxismo foram gestadas não nas academias, mas na luta, na marginalidade das periferias das cidades ou vilas, no limiar da fome e da miséria. Nesse ponto, as explicações marxistas ofereciam mais clareza das causas e dos efeitos (LÖWY, 2007).

As semelhanças entre o cristianismo praticado pela Igreja dos pobres e o marxismo no que se refere à crítica ao capitalismo, ao liberalismo econômico, ao posicionamento pró-explorados, pró-oprimidos e pró-utopia de um futuro livre dos grilhões e das amarras dos trabalhadores pelo capital e a ser forjado por estes através da luta e resistência contra o opressor delinearam as diretrizes de um movimento de resistência que culminaria na reocupação da fazenda e criação do assentamento Juarina. O relato do entrevistado Adenilson Gomes Fernandes (2015, entrevista) é sintomático disso:

Depois de [19]81, eu vim de Vitória, no Espírito Santo. Ainda fiquei por uns três anos ajudando o meu pai, trabalhando nas terras de posseiros. Aí, com muita dificuldade — e algumas vezes eu via meu pai falar assim, indignado: “Mas é uma tristeza! Imagina que a gente só pega os piores lugares pra tocar a lavoura e sempre o que sobra pra gente morar é um rancho”. [...] Os fazendeiros sempre diziam: “As capoeiras eu arrumo pro ceis se o ceis quiser tocar a roça em troca da forma ou por um arrendo”.

Segundo afirmações de líderes da ocupação da fazenda, para os trabalhadores romperem os laços de dominação do latifúndio e saírem da situação de vulnerabilidade, contaram com o apoio dessa parte da Igreja dos pobres. O relato de um integrante é significativo quando afirma como algo positivo o contato e o apoio institucional:

A CPT começou cobrar de nós a organização; aliás, nos devemos isso a Igreja. Podemos falar, inclusive, o movimento sindical foi a igreja que levou pra lá. Aí nós criamos associação. Eu fui fundador, presidente em três mandatos. O mandato era só um ano. (MONTEL, 2013, entrevista).

Nessa perspectiva, a participação da Igreja, através da CPT e da formação política dos trabalhadores com orientações jurídicas, incidiu nas estratégias de luta como atuação em frentes diversas dentro da área da mata e enfrentando pistoleiro; ou nas cidades, ocupando órgãos públicos, denunciando a violência, estabelecendo alianças e buscando apoiadores para o movimento. Através das reuniões com trabalhadores, da assessoria jurídica e política e da metodologia da educação popular — instrumento de formação da teologia da libertação —, a CPT fez convergirem grupos de trabalhadores na luta pela terra como forma de emancipação econômica e política. Saem da condição de trabalhadores expropriados, superexplorados (classe em si) para a de trabalhadores organizados conscientes da condição de explorado e atuantes como protagonista na luta pela sua emancipação (classe para si) contra o capital espoliador.

Marcelo Ridenti (2001, p. 56) delinea a classe *em si* e classe *para si* esclarecendo que não são movimentos isolados nem separados por grau de influência econômica e cultural; antes, estão concatenados com a correlação de forças e se entrelaçam na luta que resulta no movimento de transformação. “O ‘em si’ e o ‘para si’ não são momentos estanques, definidos de antemão e estaticamente subsequentes”; a classe é movimento e sempre está em movimento; “[...] não se trata de um conjunto de indivíduos classificáveis conforme o nível de rendimento, o tipo de ocupação ou grau de escolaridade”. No movimento dinâmico da luta, na tomada de consciência da classe se permite que se construa a ação política que os transforma de classe em si para classe para si; e isso extrapola a dimensão meramente econômica porque os torna sujeitos políticos.

Considerar os trabalhadores expropriados e superexplorados pelo capital latifundiário como trabalhadores explorados tem um significado sobre a classe trabalhadora: a classe *em si*; todavia, quando se organizam e lutam contra a exploração, impõe-se outro significado, totalmente diferente e que entendemos como classe *para si*. Segundo Marx (1976, p. 164),

As condições econômicas transformaram em primeiro lugar a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou uma situação e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe.

No caso dos trabalhadores que reocuparam a área da fazenda Juarina — de onde foram expulsos —, a transformação da classe em si e para si reside nas necessidades materiais num primeiro momento; ou seja, quando perderam os meios de produzir sua subsistências. O

contato com organizações de premissas espirituais voltadas para questões materiais da Igreja dos pobres através dos movimentos eclesiais de base trouxe, para os centros de discussões, a violência do latifúndio, a inércia do Estado e a necessidade urgente de solucionar o problema da terra defendida pelo movimento como dádiva de Deus — portanto, deveria pertencer a quem dela necessitasse para sua sobrevivência.

Movidos pelo desejo de reaver a terra que um dia lhes fora tomada à força ou por conta das condições subumanas a que estavam submetidos nas periferias das cidades, os posseiros expropriados e outros que vinham de outras situações de expulsão ou superexploração iniciaram o movimento inverso: reocupar o latifúndio de onde foram expulsos. Como dois líderes centrais do movimento — Francisco Montel e Vitorino Coelho — já tinham retornado para Conceição do Araguaia depois de permanecerem por mais de dez anos em outros lugares (Distrito Federal e Rio de Janeiro), como o movimento pela posse da terra já tinha se tornado nacionalmente conhecido, a pressão envolvendo conflito entre posseiros e grande projetos de colonização na década de 1970 e o aumento desordenado das vilas e cidades que surgiam nas bordas dos latifúndios foram um elemento motivador para os trabalhadores colocarem em prática o plano de reocupar as terras que lhes foram expropriadas.

A fala de Vitorino Coelho (2015, entrevista) traz observação pertinente sobre as razões que levaram à reocupação. Segundo ele, era a oportunidade de fazer a reforma agrária tão anunciada e não concretizada. Ele relata que

Os militares criaram o Plano Nacional de Reforma Agrária, mas não tiveram peito de fazer, não é verdade!?! Reforma agrária para eles era colonizar a Amazônia, ou seja, fazer os anteprojetos na rodovia Transamazônica e levar o pessoal do Sul tudo pra lá, do Nordeste, jogava pra lá. Mas não tinham peito de fazer reforma agrária nas regiões onde estava o pessoal. Aí, através do pessoal que já tinha um histórico, nós perdemos nossas terras lá, ninguém recebeu indenização. Cara que tinha engenho produzia rapadura, mel, essas coisas, saiu com uma mão na frente, outra atrás. Saiu com as mãos abanando, como se diz. Aí, quando surgiu na época do Sarney, que começou a clarear um pouco, e o povo começou a criar mais coragem, [por]que os militares tinham saído e tal, aí o pessoal resolveu voltar pra Juarina, aproveitando que se falava em reforma agrária.

Os trabalhadores retornaram à área da qual foram expulsos imbuídos de desejos e, sobretudo, estratégias, pois se tratava de alguém influente, econômica e politicamente. Francisco Montel (2015, entrevista). exemplifica parte desse sentimento e dessa situação que o envolveram desde que sua família foi expulsa da área:

Aí, eu cheguei à idade de servir o Exército, fui pra Brasília, mas eu nunca esqueci que eu tinha que voltar pra Couto e voltei já em [19]79. Nós conseguimos entrar lá na Juarina, aí já era o Carlito Membro [sic] com a máfia dele, né!? [...] Naquela época, tudo que saía era determinação da comarca de Colinas, e o cidadão — como hoje — era obrigado a obedecer. Só que naquela época era dever, a gente não tinha pra quem reclamar, né!? Hoje é ruim, mas a gente inda grita aqui, e ali escuta. Naquela época não tinha isso. O cara chorava, e os pais não ouvia. Mas nos resolvemos tomar a Juarina de volta porque a gente sabia que a Juarina não tinha documentos. Juarina foi grilada por um poder maior, e nós — os herdeiros que somos, os donos de fato —, éram[os] como invasores, ou é até hoje.

Segundo o entrevistado, as primeiras ocupações ocorreram em 1983, depois de mais de doze anos que o latifundiário Carlito Membro havia expropriado mais de 80 famílias. Montel e mais três posseiros que tiveram suas terras expropriadas por ele começaram a fazer o que chamamos de reconhecimento de área como fase preliminar da ocupação que culminou na reconquista da terra. Montel discorre sobre as primeiras ações:

Éramos quatro primeiros. A gente foi pra lá conferi como é que tá. Fingimos que íamos fazer uma pesca, caçando... Naquela época podia usar arma, né!? É a gente foi lá pra matar uma caça e olhar uma pesca. Aí levamos rede, anzol, descemos aqui de canoa no rio Araguaia e subimos lá e ficamos lá uns oito a dez dias na mata. Aí descobrimos que a terra, que as propriedade, que o Carlito botou o povo pra correr, muitos ainda havia lá os sinais, inclusive a de meu pai e outros. Aí a gente pensou: “Rapaz, vamos tomar isso de volta. Isso aqui é nosso”. O INCRA era em Araguaína, fomos no INCRA, mas o INCRA já era subordinado dos poderosos; não deram informação pra nós. Nós resolveu ir pra Brasília, aí houve uma mudança: o INCRA assumiu um período, e entrou o GETAT, grupo de terra do Araguaia do Tocantins, que a gente dizia, garantindo a terra dos tubarões, porque, na verdade, quem tinha terra ali era só os ricos; os pobres mesmo não tinha nada. Era uma instituição do governo federal, que era militar, que dava ordem. Como eu havia sido militar, na época eu conhecia muitos dos caras que davam ordem lá dentro, o que facilitou por um lado, aqui e acolá. Eu passava numa porta que muitos não passavam.

Questões, a princípio, intrigantes no processo de ocupação dos trabalhadores foram a distância e as condições geográficas da localidade, visto que era uma área de grande distâncias e florestas densas, de acesso difícil, o que poderia levar os trabalhadores a se perderem na mata e ficar vulneráveis a animais ferozes; nos rios Araguaia e Juari, onde navegavam em canoas a remo, ficavam vulneráveis a possíveis ataques de pistoleiros, dada a falta de agilidade da canoa a remo, como foi esclarecido por V. C. quando questionado sobre o porque de ocupar Juarina, e não outra fazenda, uma vez que Carlito era mais rico e influente que muitos outros latifundiários da região. Em suas palavras,

É porque as pessoas mais importantes do movimento, as raízes deles era na região da Juarina, entendeu? Era ali. Então isso é que nos deu mais suporte, nos deu mais coragem pra briga. Aí foi o tempo que mataram Simão, que estava num processo de desapropriação, que estávamos querendo. Aí a coisa inflamou mais ainda. E outra: a facilidade da Juarina era maior, era mais fácil ir porque a gente ia de barco, porque tinha o Araguaia, entendeu? Aí, cê e atravessava e saía onde você queria, né!? Porque o pessoal conhecia. Tinha o rio Juari, que a gente trafegava de canoa, porque por lá era quase impossível, porque tinha barreira lá na Juarina, sistema de segurança. Então a gente tinha que entrar pelo rio, por isso [...] o sucesso maior da Juarina, e o interesse maior era porque o rio era um canal aberto, tinha a mata, mas tinha os acessos. Então era quase impossível — digamos assim — eles botarem seguranças na beira daquele rio todo. [...] a outra entrada era estradinha que atravessava o Barreira para chegar. Era mais complicado, né? (COELHO, V., 2015, entrevista).

Na primeira viagem em que Montel e os três posseiros fizeram o reconhecimento da área onde se iniciariam as primeiras ocupações, houve visita a órgãos públicos para verificar a documentação da fazenda. Mas a consolidação das primeiras roças resultou em enfrentamento do fazendeiro e de pistoleiros, ou seja, nos despejos de posseiros pela polícia e por pistoleiros. Nesse contexto, a organização dos trabalhadores se deu em várias frentes, como disse Vitorino Coelho (2015, entrevista):

E aí houve a briga, o conflito. Mas aí a gente começava a organizar, tinha o grupo que ia pra Brasília, inclusive o Chico Montel, que era o cabeça maior dessa turma, que ia pra Brasília em função da história do pessoal que tinha saído da região. Alguns políticos começaram a criar interesse em dar apoio realmente ao pessoal né? Naquela época os políticos do Pará, porque nós, parte do pessoal se concentrava em Conceição do Araguaia, tinha o Ademir Andrade, que foi deputado por dois, três mandatos pelo PSD, primeiramente pelo PMDB.

Uma característica do movimento de reocupação da Juarina foram as estratégias da luta e atuação dos trabalhadores em várias frentes. Os pistoleiros eram um problema, mas não eram o único nem podem ser analisado isoladamente, visto que, se os latifundiários usavam um grupo ostensivo de pistoleiros agindo ao lado da polícia nas ações de despejos ou como segurança dos latifúndios, é porque havia certa conivência do Estado; e se os agentes do Estado se posicionavam em favor do latifúndio e contra os trabalhadores, é porque agiam ao arpejo da lei, da Constituição; e se essas ações aconteciam com frequência, então era necessário denunciá-las. A questão é: como denunciá-las se os veículos de comunicação local eram partes do capital instalado que cometiam as violências contra os trabalhadores? A utilização dos aparelhos ideológicos camuflou as ações do latifúndio quando disseminara nas escolas e nos meios de comunicação a ideia de que eram promotores do desenvolvimento e progresso na região.

Na extensão das áreas de florestas densas, a febre da malária assolava os moradores, sobretudo os que vinham de outras regiões. Os efeitos eram devastadores na saúde. Fora isso havia o perigo de animais selvagens como onças e cobras, assim como de tráfego nos rios nos períodos de chuvas e das cheias constantes, que aumentavam o risco de acidentes nas canoas de pouca segurança.

Diante dos obstáculos enfrentados pelos trabalhadores para adentrar a área da fazenda, e de acordo com a orientação dos apoiadores do movimento de ocupação da Juarina, foram criados grupos estratégicos organizados pelos próprios trabalhadores e assessorados pelos advogados agentes da CPT. Cada grupo ficaria responsável pela atribuição definida no grupo. Por exemplo, contra-atacar pistoleiros, organizar reuniões, denunciar abusos e violência — de pistoleiros ou policiais a serviço do latifundiário — nos órgãos públicos estaduais e federais em Araguaína, Goiânia e Brasília, chamar a atenção para seus problemas, buscar apoiadores, manter uma organização cuidadosa para evitar “infiltração” de pessoas alheias ao movimento e levar informações das discussões e estratégias do grupo para o fazendeiro e pistoleiros.

A morte do posseiro Simão, em 6 de fevereiro de 1984, ativou um sinal de alerta para os demais ocupantes. De acordo com alguns que entrevistamos e com os documentos a que tivemos acesso nos arquivos da CPT, haveria uma série de possibilidades para seu assassinato, inclusive sua relação com a fazenda Juarina, visto que era posseiro na área em litígio; aparecem sugestões de envolvimento do latifundiário com sua morte, mesmo que em aparência a causa não esteja diretamente relacionada a ações dos pistoleiros. Consideremos o relato de sua companheira, em 10 de maio de 1984:

Meu nome é Gertrudes Ferreira Lima, natural do Ceará, tenho 09 (nove) filhos. Vivia como companheira de Simão desde 1.973, quando conheci ele em Conceição do Araguaia ele já tinha sido obrigado a abandonar as terras na área da Juarina. Ele era posseiro lá. Em 1981 entramos para as terras na beira do Araguaia, onde o Simão batizou de “Sta. Bárbara.” Plantando arroz, milho, mandioca, cana etc... no dia 06/02/1984 às 8:00 da noite o Simão havia chegado de Conceição embriagado. O lavrador Manoel, que tinha plantado de meia com o Simão, eram conhecidos a dois anos, tinha chegado de Conceição na véspera e estava em nossa casa. Eu estava dentro de casa e escutei o Simão dizer ao Manoel do lado de fora: “Manoel, mas tu é covarde.” Aí derrubou ele com uma facada. “O Simão caído na ‘cocha’ falou: ‘Manoel você me matou’.” O Manoel respondeu “eu vou te matar mesmo,” porque eu não sou covarde, eu sou é homem. O Simão ainda deu conta de correr e foi cair no mandiocal. O Manoel saiu atrás dele, alumiando com a lanterna e chamou seu irmão [Antônio] e o seu cunhado [também Antônio] e falou: “ele está aqui”. Aí eu escutei os tiros. Não sei contar mais nada, porque fiquei passando mal de nervoso. (CPT, 10 maio 1984, pasta 4).

Um segundo relato sobre o assassinato de Simão vem de seu cunhado, Miguel Ferreira Lima, irmão de sua companheira, Gertrudes. O relato foi concedido em 10 de fevereiro, quatro

dias após o incidente que culminou na morte de Simão. Colocam-se em dúvida as razões que motivaram a discussão e o assassinato com base na conversa que o assassino teve com o cunhado da vítima assim que terminou o desfecho e as condições em que ficou o corpo do posseiro:

Meu nome é Miguel Ferreira Lima, sou natural do Ceará, tenho 58 anos. Sou casado e tenho 09 filhos. Entrei na Santa Bárbara junto com meu cunhado Simão, em 1981. Sou posseiro lá desde essa época. No dia 06/02/84 eu estava na minha casa, à noite, deitado na rede, quando o Manoel passou lá e falou pra mim: “Quero que o senhor vai me desculpando, senhor Miguel, porque matei o Simão agorinha, mas eu vou me entregar. Nós vamos ser vizinhos, eu vou tirar uma terra aqui encostado e eu acho bom o senhor ir lá reparar porque sua irmã está passando mal. Eu fui seguindo o rastro do sangue até que encontrei o Simão de bruços só de cuecas no mandiocal, morto em um estado horrível, tinha um tiro na fronte, o queixo quebrado, dois cortes por cima da mão esquerda, sete facadas no peito [de faca estreita] duas facadas [de facão largo] pegando a costela, uma facada no ombro que descolou o braço. Um amigo nosso o Louro participou para o Moacir Costa ele pediu através da Radio Nacional ir lá. Esperei a polícia 24 horas e nunca apareceram, aí enterrei ele lá mesmo na posse dele. Quero dizer que o Manoel aproveitou uma boa ocasião para matar Simão, quando não tinha nenhum home na casa. Ele saiu dizendo ainda, que volta lá pra nós ser vizinho. Acho isso muito esquisito. (CPT, 1984, pasta 4).

Na área desde 1983, natural de Santo Antônio de Balsas, MA, 30 anos, casado e pai de três filhos à espera de mais um, posseiro nas margens do rio Juari ao lado de outras famílias, Manoel Justino de Abreu afirma que a área não faz parte da fazenda e que o fazendeiro estava açambarcando e ampliando os limites sobre as terras ocupadas pelos posseiros através das pressões dos pistoleiros que espalham o terror. Segundo Justino, eram quase 45 famílias, mas umas 20 já tinham saído; eram os funcionários da fazenda que estavam colhendo as roças (CPT, data, pasta 04). De acordo com o relato do posseiro, em 17 de fevereiro de 1984, 11 dias após o assassinato de Simão,

Desde quando nós começamos a labutar na terra, o fazendeiro tem colocado pistoleiros “pra limpar” a área. Teve época que já teve até oito. Os mais conhecidos são Zé Lindomar e Domingão. Eles além de fazer pressão para tirar os posseiros, ficam guarnecendo os peões para colher o arroz dos lavradores que já saíram. Desde o ano passado que a fazenda vinha jurando de “acabar” comigo e o finado Simão que foi morto em 6 de fevereiro de 84. A morte de Simão ainda não foi esclarecida. Tem também a morte de um outro posseiro que ainda não foi confirmado. Eu já recebi várias ameaças da parte da fazenda. Uma vez, em novembro de 83, foram em casa 5 pistoleiros. Eu não estava e aí eles conversaram com minha mulher, falaram pra ela que foram lá para tocar fogo na nossa casa e pra me levar amarrado ou morto dentro do jerico. Faz tempo que eu não consigo nem dormir sossegado, devido às perseguições dos pistoleiros. O Zé Lindomar já falou para vários posseiros que empreitou por um milhão de quinhentos mil cruzeiros e 2 revólveres pra matar eu e o finado Simão. Depois das notícias dessas mortes, estou indo a Goiânia para conversar com o pessoal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura que veio aqui para nos dar apoio. (CPT, 1984, pasta 04).

Em 4 de agosto de 1984, Manoel Justino, cunhado do posseiro Simão, denuncia novamente a violência cometida pelos pistoleiros contra os posseiros: queimaram roças e ameaçaram de assassinatos, fizeram violência psicológica contra mulheres e crianças, reforçando que Simão foi assassinado a mando da fazenda. Nas palavras de Justino,

Em julho passado os pistoleiros da fazenda foram em 40 barracos, eram 4 pistoleiros e todos armados de “Lourdinha” (metralhadora de 40 tiros), aproveitaram que só estavam mulheres com as crianças. Gritaram com as mulheres prá que saíssem, as mulheres tiraram um pouco de coisas dos barracos e os pistoleiros botaram fogo e disseram asmulheres que se tivesse m encontrado com nós a gente ia ficar de couro fofo de tanto tiro que iam dar. Quase todos os posseiros tomamos muito prejuízo eu tinha meio alqueiro de roça e perdi, eles botaram fogo em chiqueiro queimando porco vivo. No dia 04 de agosto fomos um grupo de posseiros junto com o presidente do Sindicato de outo Magalhães e um dos diretores da FETAGRI, na delegacia de policia de Couto para fazer queixa ao. O delegado disse que não podia fazer nada. (CPT, 1984, pasta 04).

Após três dias da denúncia dos posseiros e após o diretor da FETAEG na delegacia ouvir do delegado local que não podia fazer nada, encaminharam a denúncia para a sede da federação, em Goiânia. Representante desta procurou a imprensa para falar das condições dos posseiros e do risco de um desfecho intenso e violento. É o que se lê em nota do jornal *Correio Brasiliense* — sucursal de Goiânia — com o título de “Jagunços podem matar posseiros no norte goiano”:

Duzentas famílias de posseiros da fazenda Juarina no município de Couto Magalhães norte do Estado de Goiás, estão ameaçadas de morte por 20 jagunços bem armados a mando do grileiro Carlito Memberg que se diz proprietários dos 30.200 hectares, cerca de 6 mil alqueires da fazenda. A denúncia é do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) Amparo Sesil do Carmo. De acordo com as informações prestadas por alguns posseiros dessa fazenda que estiveram na semana passada nesta capital a procura de recurso. Amparo conta que ameaçados 14 posseiros pegaram carona até a capital para denunciar que quatro jagunços haviam se instalado na área se dizendo Polícia Federal de Mato Grosso e instigando armados as 200 famílias de posseiros da fazenda. Aqui eles procuraram apoio do secretário de Segurança Pública de Goiás, deputado Federal José dos Santos Freire que se comprometeu a visitar a área e procurar uma solução. Até agora, segundo Amparo, isso não aconteceu e quando os posseiros voltaram haviam mais 15 jagunços instalados na fazenda com armas de grosso calibre violentando as famílias tocando fogo nos ranchos e fazendo muitas ameaças. A situação na fazenda, na barra do rio Juari, área do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins) poderá piorar se as autoridades não forem para área encontrar uma solução. O alerta é de Amparo Sesil. (CORREIO BRAZILIENSE, 7 ago. 1984, p. 8, pasta 4).

A violência física e psicológica sofrida cotidianamente pelos trabalhadores e o assassinato do posseiro Simão desencadearam um sistema de alerta interno no grupo, que

passou a estar atento às discussões e estratégias a ser tomadas. Segundo o depoimento de um líder, ao ser questionado sobre a rigidez do grupo, disse que foram traídos diversas vezes por pessoas que participavam do processo da luta, citando o caso do assassinato do posseiro Simão como possível intervenção do fazendeiro e dos pistoleiros, seja pelas circunstâncias ou pelo grau de violência desferido pelo algoz em sua vítima.

Sobre a rigidez quanto à participação e seleção de novos participante, A. G. F., que era trabalhador de Colmeia e quis entrar para o grupo, conta como foi difícil sua inserção e a de outros trabalhadores devido aos cuidados tomados internamente em relação às tomadas de decisão. Segundo esse assentado, a relação entre os trabalhadores rurais de Colmeia e a equipe da CPT de Conceição do Araguaia foi possibilitada pela mediação da freira irlandesa irmã Maura. Coordenadora da CEBs nesse município ao lado de Aninha, agente pastoral, ela interveio na coordenação do movimento de ocupação da fazenda Juarina com o argumento de que era importante a participação dos trabalhadores rurais de Colmeia para fortalecer a luta; assim como o era para que se sensibilizassem quanto à necessidade dos camponeses de adquirir terra para segurança da família. Portanto, a intervenção da agente pastoral foi decisiva para estabelecer a ponte entre os dois grupos de trabalhadores rurais e criar uma relação de confiança entre eles nas estratégias de luta. Eis o relato:

Eu soube da história de Juarina. E eu [fiquei] doido pra adquirir uma área de terra quando vi dizer: “Olha lá, Juarina tão distribuindo terra, vão cortar umas terras lá é uma fazenda muito grande” e tal, “é muito perigoso, tem pistoleiro”, não sei o que, “dá muita malária”... Mas eu queria assim mesmo. Aí recém-casado, a gente soube: “Olha, em Conceição naquela semana seguinte vai haver uma grande reunião com o pessoal que tão dentro da área e com algumas lideranças que tão organizando pra poder voltar pra área que tinha havido um despejo”. Então ocorreu que a gente juntou mais uns seis companheiros, e eu fui um desses que viemos pra Conceição no intuito de, após a reunião e o reconhecimento do pessoal que tava na área que a gente pensava que era muito mais simples, a gente vai ‘travessar o rio e vamos pra dentro da área e lá nos vamos ver como é que é isso, como a gente se agasaiava dentro desse processo. Aí, resultado: nós chegamos em Conceição, esse grupo, e encontramos realmente o local da grande reunião e lá a gente entrou, e o pessoal que tava à frente da organização, os coordenador de setor ‘tavam tudo presente embora a gente não conhecesse ninguém, mas dava pra perceber o pessoal que era liderança; e fui dando os primeiros passos pra reunião. Até que chegou o momento que quem tava coordenando a fala disse: “Ó, nós vamos iniciar a reunião, e a partir de agora só fica aqui dentro quem for reconhecido pelos companheiros de área”. Eles tinha muito medo. Eles ‘tavam muito inseguro, tinha muito pistoleiro, gente disfarçado que poderia participar da reunião e levar toda informação pro adversário, o fazendeiro pistoleiro, e mesmo montar as trincheiras contra eles. Aí, eu pensei logo: ficamos de fora da reunião, apesar de ter alguns conhecidos. Mas era apenas uns conhecidos, não era pessoas que tinha amizade, uma afinidade maior. Aí eu falei: “Mas ele não conhece todo mundo. Nós vamos

ficar na reunião. Vamos ficar aqui”. Mas eles tinham as estratégias. Aí, a um certo ponto, quando já estava na hora de iniciar pra fazer os andamentos das discussão, disseram: “É o seguinte: cada coordenador do setor conhece todo seu setor, então vocês reúne eles em torno de vocês no canto tal; outros, canto tal; e os que não fizeram parte desse grupos vai ter que sair, não vão poder participar da reunião. Eu sempre fui assim, meio tranquilo e disposto a enfrentar no diálogo. Eu fui lá ra frente conversar com um cara que a gente nunca tinha visto. Diante daquela situação, expus pra ele que a gente tava em grupo, que a gente tinha ido por esse objetivo , tudo mais e que a gente queria participar; e ele disse: “Olha, infelizmente, aqui a coordenação não vai aceitar que vocês participe da reunião , não é possível , quando terminar a reunião a gente conversa. Só entre vocês a gente conversa”. Era muito ruim porque a gente ia esperar aquela reunião enorme. [Pensei:] “Mas nós viemos pra isso, vamos ficar”. Resultado: nós ficamos e quando terminou, que aquele povão foram saído, foram indo embora, agora nós vamos procurar o rapaz pra gente conversar. Aí a gente entrô lá dentro, ‘tava só o pessoal ajeitando as cadeiras dos que tinha ajeitado o local pra fazer reunião e das lideranças não tinha nem uma pessoa mais. Eles tinha umas saídas secretas. Eles foram saindo e desapareceu e não tinha ninguém pra gente conversar. Nós ficamos a ver navios e falamos: “E agora? Agora só voltar pra casa”. E nós voltamos pra casa em Colmeia. (FERNANDES, 2015, entrevista).

Para os trabalhadores, restava abrir reuniões e fortalecer-se com mais participantes ou correr o risco de abrir espaços para entrada de pessoas ligada ao latifundiário e prejudicar os rumos do movimento e a vida dos companheiros — visto que estava configurada a presença ostensiva de pistoleiros (vide o pouco esclarecido assassinato do posseiro Simão); ou ainda fechar-se para se proteger da infiltração e continuar um grupo menor, ou seja, mais vulnerável a ataques no interior da floresta ou pelo caminho do rio Araguaia.

A violência dos latifundiários contra os trabalhadores diante da organização destes não se amainou; pelo contrário, tornou se mais intensa com a possibilidade da realização da reforma agrária. Para os proprietários, a iminente desapropriação de seus imóveis através da ocupação dos trabalhadores representava bem mais que a perda da terra como meio de produção: representava a perda do status quo, do poder político. Leonildes Medeiros (1996, p. 133) sobre as dimensões políticas da violência no campo, assegura que as reivindicações dos trabalhadores colocando os como iguais nos direitos à posse da terra sugere que os latifundiários tenham que reconhecê-los como sujeitos detentores do direito à terra; logo, “[...] significa ter de reconhecer um ‘outro’, abrir espaço para a negociação e colocar em risco os privilégios e a capacidade de mando que se assentam sobre a propriedade da terra”. Talvez esta seja uma das razões mais fortes dos conflitos e da violência no campo nessa parte do território amazônico.

Entre a resistência ou o cuidado com a entrada de integrante no grupo dos trabalhadores reocupantes da fazenda Juarina e a insistência dos trabalhadores de Colmeia é

que reside o encontro de estratégias utilizadas pelos trabalhadores. Se de um lado houve resistência, de outro houve insistência. Depois do não encontro prometido, vem a pergunta, como relata Fernandes (2015, entrevista):

E agora, como ficamos? Como nós vamos entrar naquela história? Vir aqui assim, sem ter uma referencia era muito complicado, mas nós vamos pra lá, aquele lugar tem que ter um lugar pra nós. Aí, já foi, ficamos sabendo que ia acontecer uma reunião da criação da associação, que eles chamava até então de comissão, e nós, na época, tava em períodos de campanhas eleitorar, isso já foi mais adiante, alguns meses, e que nós tinha lançado o Lázaro Areia, o 1º candidato do PT a deputado nessa região, deputado estava. Aí então, não, nós vamos na Juarina, porque lá tem muitos conhecidos deles, lá, pessoal próximo. Nós vamos lá dentro fazer campanha, aí a gente se ligou, né!? Então nós vamos fazer outro trabalho, nós vamos lá dentro pra conseguir achar um jeito de penetrar lá dentro. O Tião Areia [irmão do candidato] tinha uma F.1000, camioneta nova boa, disse: “Não, nós conhece umas estradas de chão, tem um pessoal que conhece uns atalhos e a gente atravessa o rio”. Não era naquela ponte ali, tinha uma ponte lá perto do farol, ‘travessada, e estrada ruim, toda cheia de valas horríveis. A gente atolou o carro não sei quantas vezes. Isso era mês de março, se não me engano, e viemos parar lá dentro. Aí, lá, a gente começou a estabelecer alguns contatos, mas era tímido. [...] Resultado, quase não estabelecemos contato, mas o Chico Montel tava nesse dia e precisava vim embora pra Conceição. Aí ele falou: “Ceis me leva até o ponto, de lá eu pego o ônibus e vou embora. [...] Aí nós viemos conversando na estrada ate chegar lá. E ele não abriu muito não, a única coisa que ele falou foi: “Olha, é o seguinte: tem muita terra aí, tem como agasaiá algumas pessoa, mas não vai ser agora. Eu não posso adiantar e dizer pra vocês vim pra cá porque ceis vêm, não vai dar certo, vocês me aguardem a tal tempo outra parte. Primeiro foi desapropriado uma parte, depois foi do rio pra cá, foi uma outra etapa, e mesmo de lá tinha muito espaço ainda. Mas, olha, vocês aguardem”. Pegou umas referências e tal e disse “Eu comunico com vocês”. Mas essa relação construída naquela hora era muito distante, não dava para ter certeza alguma. A gente era apenas trabalhador rural naquela hora e que queria vir pra cá. Mas aí nós ficamos já com aquela identidade que nós era um grupo do Partido dos Trabalhadores. Ele também. Então essa luta se dava dentro desse meio [...] aí tudo bem, nos viemos, fomos embora, mas já ficamos sabendo: tal dia vai ter assembléia, vai ‘tá criando a associação. Aí meu pai, Antônio Gomes da Silva, e mais alguns companheiros vieram. Um sofrimento. Pegaram chuva daqui na Tancredo, tudo isso eles enfrentaram, mas foram e participaram desse momento lá. E aí também ‘tava o Chico Montel. Nós ficamos esperando e falamos: “Moço, nós vamos ficar esperando, se nós num for atrás. Aí, nesse momento, eles fizeram mais uma conversa e meu pai expôs pra ele também que a gente tinha uma relação bem próxima, bem estreita com algumas pessoas da CPT [...] e que a gente precisava muito de terra. Então esses foram alguns ingredientes muito interessante nessa hora. E como eles conheceram o Chico e, dessa vez, ele abriu um pouco mais, ele disse: “Olha, eu posso garantir pra vocês que se vocês vierem aqui pra dentro a gente vai conseguir uma terra, nem que seja uma só pra família inteira. Aí, seu Antônio, o senhor vem e, se houver possibilidade, a gente consegue mais pros outros, mas a princípio vamos pensar. O que nos estamos precisando? De companheiro pra ajudar nós colher arroz, pra fazer picada pra abrir entrada, fazer mutirão. É muita coisa. Se os companheiros tiver disposição, vêm pra cá e vamos trabalhando e vendo o que acontece”. Não pensamos duas vezes. Quando ele

chegou lá, que falou isso — não sei se era meio de semana, fim de semana —, quando foi o início da semana, pegamos a boroça e viemos pra dentro. Chegamos pra cá. Tivemos total apoio do senhor João Montel, que é falecido, pai do Chico, e outros companheiros, Dorinato, Baiano, o Francisco, Antônio Montel que é falecido também e alguns outros mais que na época apoiou a gente e a gente começou a trabalhar junto com eles e assim a gente foi até quando depois de um ano eles falaram: “Ó, tem uma área aqui que dá proceis”. Cada um conseguiu cortar e tirar seu pedaço de chão. Nós chegamos até a história de dizer entrou pra dentro e falar isso aqui é meu.

São emblemáticas do ponto de vista da luta as estratégias dos trabalhadores. A região amazônica do sudeste do Pará e norte de Goiás foi palco de intensos conflitos entre posseiros, trabalhadores assalariados e latifundiários pela posse da terra, seja nas expulsões dos posseiros ou nas ocupações dos latifúndios. Em ambos os casos, a utilização de táticas de defesa e ampliação de alianças foram determinantes ao desfecho, principalmente para os trabalhadores. Os latifundiários já contavam com apoio de pistoleiros e do Estado (justiça, polícia, cartórios e população em geral, visto que esta está subordinada aos ditames da classe burguesa elaborados por seus intelectuais com o fim da manutenção da hegemonia dominante). De acordo com Portelli (1977, p. 86), os intelectuais da classe burguesa são as “[...] células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transformam em ‘concepção de mundo’ que impregna todo o corpo social”. Para Gramsci (1978, p. 37),

Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.

A hegemonia do capital e do latifúndio na região permeou questões puramente efetivadas no campo econômico, jurídico e político. Esteve imbricada nas relações sociais da escola, da Igreja, dos meios de comunicação — que reforçaram a ideia da superioridade do modelo agropecuário implantado na região. Capitalistas latifundiários são os mesmos que controlam a política, financiando eleições de prefeitos, deputados, indicando cargos públicos e determinando o funcionamento da estrutura administrativa. De acordo com Klester Cavalcanti (2004, p. 70), que estudou a violência praticada por latifundiários, os camponeses nessa região à esquerda do rio Araguaia, de autoridades locais e regionais, vivem uma relação de subserviência ao latifúndio.

Donos das terras e patrões de todos que moravam no lugar, os fazendeiros transformavam-se em legítimos senhores de engenho, respondendo com truculência a quem contrariasse suas ordens ou atrapalhassem seus planos — do prefeito da cidade ao diretor da escola municipal, passando pelo delegado de polícia e pelo juiz da comarca nenhum cargo é ocupado sem a benção dos poderosos da região.

A violência perpetrada pelo capital contra os trabalhadores através do uso ostensivo de pistoleiros — em alguns casos com a participação direta da polícia, ora atuando junto aos pistoleiros nas ações de despejo, ora ameaçando posseiros ou negligenciando suas denúncias — foi responsável pelas iniciativas de resistência dos trabalhadores. Estes passaram a usar táticas de defesa e enfretamento para combater diretamente na área ou denunciar as violências sofridas a organismos governamentais e não governamentais locais, nacionais e internacionais. Aqui, o apoio da Igreja Católica através da CPT possibilitou a criação de espaços de formação política pedagógica aos trabalhadores e de uma assessoria em sua lida com órgãos públicos como os ministérios da Reforma Agrária (MIRAD) e da Justiça e até recorrendo diretamente ao presidente da República para solucionar o problema da violência e a desapropriação (PEREIRA, 2013).

O conflito dos trabalhadores com o proprietário da fazenda Juarina teve pressão de ambos os lados, tornando a área um palco de violência e morte, inclusive de pistoleiros. Zé Lindomar, um dos mais temidos na região, foi morto em 16 de setembro de 1984. Dos outros dois pistoleiros que estavam com ele no dia de sua morte, um saiu baleado, de acordo com documentos dos arquivos da CPT datado de 18 de setembro de 1984:

Segundo informações do dr. Pedro Monteiro, morreu no dia 16 de setembro de 1984 um pistoleiro e outro saiu ferido em confrontos com lavradores da Juarina. O ferido recebeu os tiros estando dentro do carro. Os chumbos acertaram a porta do carro, a cabeça e o queixo dele. Ainda saiu dirigindo o carro em alta velocidade acabando por cair na ponte da estrada para Conceição do Araguaia próximo da olaria. A polícia de Couto veio atrás dele e quase invadiu o hospital. O dr. Pedro extraiu de sua cabeça seis chumbos, restando ainda algumas inclusive a do queixo. (CPT, 1984, pasta 4).

Chancelando as informações do “dr. Pedro” sobre os pistoleiros mortos e baleados, um manuscrito dos trabalhadores encontrados nos arquivos da CPT traz informações fornecidas pela esposa de um posseiro de que eles estavam indo para uma fazenda vizinha da Juarina receber dinheiro de dois funcionários quando se encontraram com o gerente da referida fazenda, que os avisaram que pistoleiros da Juarina Zé Lindomar, Júlio e Hibanês estavam os procurando para matá-los. Ao receberem a informação, os posseiros se esconderam no mato. Quando os pistoleiros passaram em um carro roubado de um fazendeiro da colônia Bernardo Sayão, foram alvejados pelos posseiros em tocaia.

O assassinato do pistoleiro, assim como outros assassinatos ocorridos nos conflitos agrários, é controverso. Há quem fale em vingança, em tocaia de posseiro e em tentativa de assassinar posseiro que teve efeito contrário. Informações de outros trabalhadores entrevistados apontam que a morte de Zé Lindomar está relacionada com uma vingança pelo assassinato do agricultor Manoel Cândido da colônia Bernardo Sayão, que possuía um filho juiz de direito em governador Valadares que, após a morte do pai, esteve na região e disse que vingaria sua morte. Segundo informações de A. C, a morte de Zé Lindomar se deu por um erro de cálculo do pistoleiro quando, com os comparsas, articularam o assassinato de um empreiteiro da fazenda — Meneses — que era, também, posseiro e teria feito o disparo que causou sua morte.

Tinha medo deles, então disse: “Vamo logo matar o home, porque ele é brabão. Nós mata logo”. Aí foi quando eles chegaram lá, já vieram no carro do véi que eles tinha matado, vieram em três, quando chegaram perto eles meteram a 20, pei, pei, pei. Deram uns oito tiros ou mais, aí foram na casa do Menês e falaram: “Rapaz, tu escutou aqueles tiros ali ainda agora? Escutei. Num foi seu irmão que mataram agorinha? Eu passei lá e enxerguei ele morto. Os cara mataram ele. E aí, você num vai lá não? Num vô não, mataram meu irmão mas eu num vô lá, não! Eu num tenho arma”. Ele disse: “Não, por isso não! Arma eu te dou”. Ele pegou deu uma vinte pro cabra. E o véi pai dele tinha uma 32 daquela que regula por fora. Pegou e foi também quando chegava num corchete. Assim ele pegava e se benzia, ‘fastando de costa. E o véi de ôi nele, o véi baiano, costumado, quando chegou perto, ele bateu com o ôi assim, aí o Menês falou assim: “Zé!? Zé Lindomar!? Ôia pra mim, rapaz, que eu não atiro em homem pelas costas”, [no] que ele virou, ele meteu a 20 assim bem no zói dele que esparramou miolo pra todo lado, aí os outros correram, aí o Manelín mais o cunhado dele tava lá num corchete. Assim, quando viram os cabra vindo, disse: “É os home, vamo já matar eles”. Quando abriram o corchete, os cabra vinha que vinha quase avuano no carrim, aí eles meteram a “dozona” assim no carro e acochou: teei. Mas o cartucho era meio cansado, deu uma pia de chumbo, mas o cabra saiu assim, meio tonto, quando chegou na frente, a polícia já vinha atrás dos cabras [...] e levou o cabra baleado. (COELHO, A., 2015, entrevista).

Nos bolsos da roupa de Zé Lindomar foi encontrada uma lista com nomes de pessoas marcadas para morrer pelo pistoleiro, dentre os quais o de Manoel Cândido — que foi assassinado e teve o corpo queimado pelos pistoleiros, que ainda ficaram utilizando seu carro para circular dentro da fazenda; de Abílio; de Francisco Montel; além do de Meneses, que matou o matador após ser ameaçado pelo grupo de pistoleiros.

A morte Zé Lindomar representou um sossego para a comunidade segundo os trabalhadores entrevistados. Temido na região pelo sadismo, o pistoleiro foi responsável por muitos assassinatos na fazenda Juarina, inclusive de uma família que ele executou, com outro pistoleiro, Domingão, quando ela ia colher roça de arroz. O primeiro atirou no posseiro; a mulher, ao ver o marido assassinado, reagiu, mas foi alvejada pelo segundo, que executou também as crianças, cujos restos mortais foram encontrados enterrados com uma boneca nas dependências da sede da fazenda (FIG. 14). A roça da família foi colhida pelos pistoleiros e levada.



FIGURA 12. Casa-sede da fazenda Juarina. Após a emancipação do município, a casa serviu como sede da prefeitura.

Fonte: acervo da pesquisa.

3.4.1 Organização e ação dos trabalhadores versus ataques de pistoleiros

Em relação à organização das ações e estratégias utilizadas pelos trabalhadores, encontramos nos arquivos da CPT documentos sobre a Juarina que ratificam os relatos, concatenando os pontos nevrálgicos do movimento e discorrendo sobre o que pretendemos chamar aqui de etapas e frentes da luta. A recorrência a pistoleiros é prática que aparece nas falas dos trabalhadores e em denúncias enviadas a autoridades e jornais regionais ou de outras regiões, como se deduz dessa passagem de denúncia:

No dia 31 de julho de 1984, a fazenda realizou através de 7 pistoleiros uma operação queima de casas e roças de trinta posseiros das regiões de Cajá, loteamento Barra do Juari. Os pistoleiros Zé Lindomar, Zé de Sena, Hibanês, Júlio, Gercino e mais dois contratados em Mato Grosso, agiram ao mesmo tempo dividindo em dois grupos. Em vários lugares se apresentavam como policiais federais, andavam fortemente armados com “Lourdinha”, carabina, espingarda e revólver. Ester e Iracilda, esposas dos posseiros Manoel Justinode Abreu e Valdeci Alves da Silva, relatam que dias antes da queima das casas estiveram na sede da fazenda conversando com Carlito Memberg, para lhe dizer que poderiam até desocupar a casa depois que os maridos voltassem de uma viagem. O fazendeiro lhes disse que mandaria dois dias antes, quando fosse queimar as casas. E acrescentou “se queimar as casas não resolver, eu vou soltar bomba pra salvar minha fazenda”. (CPT, data, pasta 4).

A ação dos pistoleiros ao queimarem as casas de posseiros provocou danos irreparáveis para as famílias. Em geral, tudo que possuíam eram os barracos com os mantimentos produzidos na roça; muitos sobraram com a roupa que vestiam no dia. Móvel, mantimentos, ferramentas de trabalho, sementes para novas plantações... tudo foi destruído pelo fogo. Em alguns casos, os pistoleiros jogaram gasolina em animais e atearam fogo. As roças foram queimadas antes do tempo. Foram momentos de revolta e desolação para as famílias que tinham naquele espaço a única forma de sobrevivência. Ao serem expulsas, foram a Goiânia denunciar no IDAGO e no INCRA. Verificaram a regularização da terra e reivindicaram a realização da desapropriação.

Com efeito, em setembro de 1984 havia, na área em disputa, mais de cem famílias de posseiros, divididas em seis grupos, que estavam reivindicando a terra desde 1983, quando entrou um grupo de quatro posseiros: os primeiros a entrarem na fazenda pelo rio Araguaia e Juari. Entre os grupos das diversas áreas, existiam os que foram expulsos e os novatos que entraram depois da ocupação, como foi o caso Dorinato de Deus Godinho. De 62 anos e um dos primeiros ocupantes, ele conta que saiu da cidade de Palmeirópolis — localizada no noroeste de Goiás (atual sudeste do Tocantins), onde morava, a quase 600 quilômetros de distância da região — após receber uma carta de um cunhado que morava em Conceição do Araguaia dizendo que o governo estava distribuindo terras na região. Como nessa época trabalhava de vaqueiro, pediu as contas e foi com família: a esposa, de resguardo, e cinco filhos. Com a mudança dentro de um ônibus, foram para Conceição — diz ele — “com a cara e coragem”. Ao chegarem, o negócio era bem diferente, porque o cunhado que enviou a carta também não sabia ao certo como funcionava o processo. Não tinha noção das dimensões da ocupação. Imaginava que era só chegar, fazer a roça, ser regularizado pelo INCRA e pronto! Não era só isso. Havia o fazendeiro que começou a briga. Segundo Godinho (2015, entrevista),

Aí que a gente foi ver que tinha que enfrentar briga. Saímos uns pra vir contar as picadas, fazer algumas rocinhas. Aí começou as reunião com os companheiro, pra que ‘tavam pleiteando um pedaço de terra. Aí começou a participar do sindicato. Não sabia nada sobre o sindicato. CPT também não sabia de nada. A gente começou a se organizar, aí que a gente começou ver quem era os companheiros que tava pleiteando isso aqui, que ia lutar pela terra.

Sobre o processo entre ocupações e despejos, ameaças e resistência dos trabalhadores, assim que entraram no grupo, prepararam suas roças até serem despejados e levados de volta para Conceição do Araguaia, como relatado por Godinho:

Lá, um certo dia foi todo mundo despejado. A polícia veio e despejou todo mundo e levou para Conceição. Nós teve umas duas ou três reuniões do sindicato pra nós se organizar, pra nós todo mundo que tinha colocado roça porque se não eles queimava e jogava semente de capim. Aí nós reuniu, nós era umas 150 pessoas nesse dia, eu não me lembro direito, mas eles falou: “Olha, ou vocês entra, ou eles vai jogar semente lá na roça. Aí nós combinou, arranjou os barcos pra nós sair à meia-noite e chegar aqui no clarear do dia. Quando nós reuniu na beira do rio, nós tava em 22, quando chegou perto da barra do Juari, desentendeu uma turma com a outra, aí um bocado foi pra um ponto. Nós dividiu a turma, onze pra um lado, onze pra outro. Nós entrou pro Juari afora. Aí, quando nós chegou nos barracos, veio por dentro da mata observando pra ver se tinha alguém. Aí, quando nós tá lá, fazendo comida, nós escuta bater no rio, o rio faz uma curva, né? Aí, nós vê uma canoa de zinco com uma turma de gente e abarrotada de semente de capim. Quando eles apontou na curva do rio, que nós levantou todos, eles virou essa canoa pra trás, aí nós botou um corte e cercou eles e fez eles rasgar esses sacos tudim. Fez eles rasgar esses sacos tudim e jogar a semente no rio. Era uns 16 sacos de capim que eles iam jogar nas nossas roças, que eles já tinha queimado, nesse dia eles vieram só jogar a semente de capim, só tinha um velho, o senhor Geracino, que era funcionário da fazenda, e contrataram os outros. Eram contratados. Aí, eles ficou com nós à noite. No outro dia, nós liberou eles para ir embora.

O funcionário da fazenda a que o entrevistado se refere pelo nome de Geracino é citado em outros momentos em vários documentos como um pistoleiro da fazenda utilizado nas ameaças e na queima de casas, roças e na expulsão de posseiros. Sobre as ações de despejos e violências cometidas contra os posseiros, foram relatados em uma espécie de histórico da luta nestes termos:

Nos dias 28 e 29/09/1985, 22 posseiros entraram na área. Entre a faz. Farol e a divisa da área pretendida pela Juarina, tem uma voadeira que vigia a entrada, há 3 pistoleiros nesta voadeira. Ao todo, na área estaria mais de 12 pistoleiros. Alguns têm farda. Não se sabe se são policiais. Dia 14/10/85, o fazendeiro ameaça fazer novo despejo. Dia 03/11/85, domingo, 3 policiais com metralhadoras e 3 pistoleiros armados de revólveres prenderam 4 posseiros (Abel, Guilherme, Nêgo e Zé Grosso). Levaram os 4 para sede da Faz. Formiga (retiro da Juarina) batendo com pontapés e com armas. Tomaram as armas de caça, antes disso havia passado 2 pistoleiros para saber quantos posseiros tinha na área. O Nêgo foi liberado depois de prometer que jogaria semente nas roças. Disseram que ele receberia Cr\$ 30.000 por dia para fazer o serviço. Disseram que tinha mais policiais que iam descer para o Juari. Os pistoleiros disseram que ganham 8 milhões por cabeça. Pistoleiro falou que mesmo com a desapropriação, eles não sairiam de lá. Quando chegaram em Couto, 2 que se diziam policiais, tiraram a farda e guardaram no carro. Perguntaram qual é o padre que os mandou pra lá, Zé Grosso disse que foi o Asdrúbal e eles disseram que se ele estivesse lá ia levar um cacete. Havia um deles usando uma camisa com o símbolo do 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, armado com uma metralhadora disse que estava na reunião no STR e que ele foi convocado lá. Os posseiros foram ao GETAT e lá viram um telex de Brasília dizendo que a área está sendo desapropriada e que o GETAT de Araguaína está vindo amanhã para a área.

Depois telefonaram para o ministro Nelson Ribeiro que disse para procurarem novamente o GETAT pois ele já teria telefonado para o Asdrúbal para encaminhar a desapropriação. (CPT, 1985, pasta, 3).

As informações que os trabalhadores enviaram como denúncias são confirmadas pelas reclamações dos trabalhadores em boletins de ocorrência feitos para autoridades. Cite-se o exemplo de uma declaração de um dos trabalhadores citados em Conceição do Araguaia em 4 de novembro de 1985:

Eu Altivino Machado Pacheco (Nêgo), estava no meu barraco de manhã do dia 03/11/85, domingo quando levantei, dei com 6 homens, sendo 3 policiais e 3 pistoleiros armados de metralhadora e revólver, me puseram para fora do barraco com pontapés, batendo a espingarda nas minhas costas, me algemaram e tocaram fogo no meu barraco. Prenderam mais 3 posseiros (Abel, Guilherme e Zé Grosso) sendo que Abel foi liberado na hora que fomos levado para a fazenda Formiga (retiro da fazenda Juarina) tomaram nossas armas de caça e me fizeram uma proposta de ajudar jogar semente nas roças, que pagaria 30.000 por dia, me dariam casa que eu poderia plantar o que eu quisesse. Eu disse que queria mas tinha que deveria ir primeiro ir a Conceição para avisar minha esposa, que eles me levassem até Cruzaltina e de lá eu tomaria o ônibus para Conceição, só assim eu ficaria livre para poder avisar os outros posseiros. Lá em Cruzaltina eles me deixaram livre e eu consegui chegar em Conceição. Um dos policiais fumava cachimbo e os outros o chamaram de canjarana. Um outro se chama branco. Havia um outro pistoleiro de nome quati, que me disse que estava na reunião no sindicato quando o Asdrúbal estava presente, ele usava uma camisa com o símbolo do 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais. Queimaram também o barraco do Abel. Quando saíram disseram que iam para Guaraí arrumar o carro e que voltariam. (CPT, 1985, pasta 3).

As informações do trabalhador coincidem com outras apresentadas à CPT de que na fazenda havia 40 pistoleiros comandados por um tenente de nome Silvano que dizia ser Goiânia e outro por nome de Branco, responsável por comandar a equipe de pistoleiros que agiam no mato. Essa turma estaria dividida em dois grupos, contratados por 90 dias para não deixar entrar ninguém. Silvano e Branco seriam os responsáveis pela expulsão de quatro posseiros no início de novembro de 1985 (CPT, ano, pasta 2). Outros trabalhadores envolvidos na violência dos pistoleiros registraram ocorrências que confirmam os registros de denúncias, que foram tomando corpo à medida que iam sendo veiculados na mídia local e de outras regiões; mesmo notas pequenas foram publicizando o conflito e, de certa forma, denunciando as arbitrariedades da polícia, que insistia em cometer, no regime democrático, as mesmas práticas da ditadura militar:

Liderados por dois sargentos da Polícia Militar, conhecidos por Francisco e Silvano, 40 pistoleiros armados de fuzis e metralhadoras e revólveres cercaram ontem 34 famílias na fazenda Juarina a 45 quilômetros de Couto Magalhães no Norte de Goiás. A notícia chegou ao ministro do Desenvolvimento Agrário Nelson Ribeiro que tentou manter contato com o presidente do Getat Asdrúbal Bentes e com o governador Iris Resende, a fim de evitar um conflito de maiores proporções. A fazenda Juarina com 30.200 mil hectares, tem uma área a ser desapropriada de 11.607 mil hectares e sua propriedade é reivindicada por Carlito Memberg, um dos homens mais ricos de Barretos (S. P). (O GLOBO, 27 dez. 1985).

As ações dos pistoleiros nas ações de despejos com a Polícia Militar foi notícia no jornal *O Estado de S. Paulo* com o título “Pistoleiros cercam fazenda e o governo tenta evitar conflito”. O texto reportou que “[...] quarenta pistoleiros armados, chefiados por dois agentes da Polícia Militar de Goiás, estão cercando a Fazenda Juarina, nos município de Couto Magalhães e Colméia” (O ESTADO DE S. PAULO/OESP, 27 dez. 1985). Para defender suas propriedades, o capital instalado em forma de latifúndios se achava no direito de utilizar o braço armado do Estado e de particulares com a contratação de pistoleiros que espalhavam terror ameaçando, torturando e assassinando com crueldade para intimidar o movimento dos trabalhadores, militantes sindicalistas, advogados, religiosos e até juízes contrários aos seus desejos. A compreensão do que foi a luta em Juarina e dos desafios dos trabalhadores — enfrentar pistoleiros e a negligência dos agentes públicos sobre a desapropriação das terras, por exemplo — pode-se valer do que diz Martins (1984, p. 59), que identifica os tipos de violências praticadas:

Inicialmente, a violência física do policial, do jagunço, contra o posseiro, o peão, que foi também o primeiro passo no fornecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública. Em segundo lugar, a violência da justiça, desmoralizada pela execução de sentenças de despejo com jagunços e outros recursos particulares de grileiros e grandes empresas; uma justiça transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa. Em terceiro lugar, e como consequência dos efeitos contrários e comprometedores para a ordem pública das duas violências anteriores, a violência que é a interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial, na questão fundiária, mediante o alijamento da justiça do processo decisório, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político.

Nessa esteira é que consideramos que o capital utilizou dos aparelhos do Estado para se apropriar das terras públicas. Essa apropriação se efetivou pela cumplicidade dos juízes, dos cartórios, da polícia e dos meios de comunicação pública e privado amplamente utilizados como forma de alienação da população. A cumplicidade entre agentes estatais e o capital é

descrita por Aldighieri (1993, p. 114), que discute sua participação na repressão dos trabalhadores e militantes que apoiavam a luta pela posse da terra:

O aparelho estatal a serviço do capital, na consolidação do latifúndio, concatenou fazendeiros, pistoleiros, polícia, cartórios, juízes na repressão dos trabalhadores rurais e das organizações de defesa destes como padres e freiras, advogados e lideranças sindicais, vítimas de perseguições, torturas e ameaças de morte.

Dessa forma, a dominação política, segundo Gramsci (1978), entrelaça-se com a subserviência e obediência intelectual, produzindo um ajustamento coletivo que submete a sociedade à ordem política e econômica da classe dominante, absorvendo seus valores ideológicos e rechaçando a luta das classes subalternas por se contraporem à ordem estabelecida.

Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (GRAMSCI, 1978, p. 37).

É escudado com essa estrutura favorável ao capital que o fazendeiro Carlito Memberg se blinda contra os posseiros utilizando todas as medidas cabíveis, legal e ilegalmente. Nota veiculada no jornal *O Popular*, com o título “Desapropriação só depende de Sarney”, sugere o poder político e jurídico que possuía:

A desapropriação da fazenda Juarina em Couto Magalhães, Norte de Goiás, está dependendo da assinatura de decreto do presidente José Sarney, considerando a área de interesse social. Segundo A comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia (PA) o decreto só não foi assinado porque a pessoa que reivindica a propriedade da fazenda, Carlito Memberg — ao que sabe um dos homens mais ricos de Barretos (SP) estaria exercendo fortes pressões junto ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. (O POPULAR, 28 dez. 1985).

3.4.2 *Denúncia de violência na ação do latifundiário contra a ocupação de terra*

A utilização de pistoleiros para expulsar posseiros que já estavam na área não bastou para impedir que os expulsos no primeiro momento fossem reforçados por outros advindos de outras expulsões ou de condições de exploração a fim de lutar pela terra. Dorinato de Deus Godinho não sabe “[...] se era inocência da gente que era demais, se era coragem. Aconteceu! Foi Deus mesmo, porque o homem era perigoso demais. A organização dele muito forte [...]

como bem dessa vez mesmo que nós vei pra cá que dividiu a turma, nós viemos pronto pra morrer ou matar”.

No segundo momento, a partir do início de 1984, a pressão exercida pelos trabalhadores através das ocupações e denúncias alcançou projeção nacional. O fazendeiro teve de mudar de estratégias porque via que pistoleiro já não era capaz de expulsar os posseiros. No dia 21 de maio de 1985, entra com uma ação de manutenção de posse contra os posseiros ocupantes; alega que adquiriu a propriedade em 1967 e que desde então explorava economicamente atividade agropastoril e de extração e processamento de madeira com a utilização de uma serraria obedecendo à risca a legislação em relação à derrubada da floresta para formar invernadas, gerar trabalho e renda a centenas de trabalhadores o ano todo. De acordo com a alegação, a fazenda tinha 13 mil hectares de pastagens de capim colonião; 15 casas de alvenaria/madeira serrada cobertas de telhas para empregados, dois armazéns — que forneciam mercadorias e suprimentos para os funcionários — e duas serrarias; seis currais completos de boa qualidade e 200 quilômetros de cerca em madeira de lei e arame liso; 50 quilômetros de estradas internas com pontes sobre os rios com algumas em concreto e dois aeroportos; energia elétrica produzida por três geradores e água encanada — inclusive nos currais; maquinário agrícola e cinco mil cabeças de gado de boa linhagem. As benfeitorias foram feitas em 30,2 mil hectares, adquiridos em duas etapas: uma em 31 de agosto de 1967 — área de 24.543,78 hectares distribuídos em 67 lotes; outra em 29 de setembro de 1975 — 5.657,13 hectares, distribuídos em 19 lotes. Todos regularizados pelo GETAT, inclusive com projetos da SUDAM (CPT, 1985, pasta 3). Do ponto de vista da legalidade, o fazendeiro estava de acordo com a proposição do Estatuto da Terra, reelaborado pelos militares considerando que era uma área produtiva e titulada, inclusive registrada como empresa rural, pelos órgãos responsáveis pela regularização fundiária — no caso dessa região, o GETAT.

Criado pelo Estado na década de 1980 para promover a regularização fundiária no sul do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, o GETAT não tinha o interesse em salvaguardar as terras dos posseiros expropriadas pelos latifundiários, pois era um dos dispositivos legais na legitimação e legalização da grilagem de terra. O órgão criou medidas mitigadoras como a colonização de famílias posseiras para diminuir tensões no campo nessa região, mas o foco da sua ação na Amazônia oriental era a regularização das extensões de terras públicas para grupos privados. Exemplo disso estava na fazenda Juarina, onde foram regularizados 30,2 mil hectares distribuídos em 67 lotes em nome de *um* proprietário. Em outras palavras, o capital administrado por um dos empresários mais ricos da cidade de Barretos, SP, investe em projeto

agropecuário na Amazônia subsidiado pelo Estado, pela concessão de terras e por capitais de investimentos.

Estudos como os de Martins (1997), Ianni (1978; 1979) e Oliveira (1989) referentes à ação do grande capital nacional e internacional sobre as terras dos posseiros apontam a participação direta dos agentes do Estado em favor do capital e que a consequência foi o aumento dos conflitos envolvendo pistoleiros, posseiros, grileiros e latifundiários com a prática de violência: aquela perpetrada por pistoleiros ou jagunços a serviço dos fazendeiros — ou seja, privada — e aquela executada por polícias — isto é, estatal —, também alinhadas na lógica do latifundiário.

Outro assunto que nos chamou atenção foi a nota veiculada, após a desapropriação da área, no jornal *A Província do Pará*, quando o fazendeiro questiona a desapropriação de parte da fazenda:

O empresário Carlos Memberg, proprietário da fazenda Juarina situada no município de Couto Magalhães, que teve parte de sua área desapropriada, no último dia 07, esteve ontem com o ministro Nelson Ribeiro e com o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito para contestar o ato do presidente da República. Segundo o empresário a parte desapropriada de 11 mil e 200 hectares corresponde a 80 por cento da reserva florestal mantida de acordo com as exigências do IBDF [...] que não existe nenhum posseiro em suas terras. Ele disse que nas invasões registrada — uma em 1983 e outra no ano passado — obteve da justiça a reintegração de posse e contou com a Polícia Militar para a promoção dos despejos. Nas duas ocasiões, seguindo ele, que os invasores ocuparam no máximo uma área de 50 hectares. Tanto Carlos Memberg, quanto o presidente da CNA Flávio Brito entendem que o ato desapropriatório incidente na parte da reserva florestal é uma incoerência porque de acordo com a legislação em vigor, na região da Amazônia Legal 50 por cento da propriedade tem que ser mantido como reserva. O empresário alegou ainda que a SUDAM em 1966 aprovou um projeto para sua propriedade. Este projeto foi reformulado e ampliado em 1971 e concluído dez anos depois com o órgão lhe concedendo um certificado de que o compromisso fora cumprido. (PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 jan. 1986).

De acordo com os documentos analisados — inclusive a ação de manutenção de posse movida pelo fazendeiro contra os posseiros —, consta que a área foi “adquirida” pelo empresário em 1967; entretanto, segundo informações do jornal *A Província do Pará*, na contestação ao ministro Nelson Ribeiro, ele alega um projeto financiado pela SUDAM em 1966. Em outras palavras, se não foi um equívoco cometido pelo jornal, então o projeto agropecuário foi feito antes mesmo de o imóvel ser adquirido. Isso reforça a tese de que o capital precisava de garantias de que iam ser vantajosos seus investimentos na Amazônia.

Com efeito, Jean Hébbet (2004), ao discutir a questão da terra na Amazônia, enfatiza que a especulação de terra pelo capital sediado nas regiões Sul e Sudeste foi favorecida pela abertura de rodovias por onde chegaram os especuladores com as garantias do governo de que seus investimentos teriam lucro líquido certo. Dessa forma, investir na Amazônia se tornou muito vantajoso para o capital, visto que o governo lhes garantia antecipadamente seus investimentos na forma de deduções de impostos a ser pagos; ou seja:

[...] não paga seus impostos quem quiser aplicá-los para praticar pecuária em grande escala na Amazônia. Vê-se, então, todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados, tornaram-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahiba e tantos outros. (HÉBETTE, 2004, p. 38).

Para a concretização do projeto, o governo dos militares não só reprimiu e permitiu que latifundiários, também, reprimissem os trabalhadores através do uso de pistoleiros, mas ainda utilizou uma ampla propaganda sobre as vantagens dos latifúndios como propulsor do desenvolvimento na região (MARTINS, 1997). Os latifundiários recorreram ao discurso do progresso, do desenvolvimento, da geração de emprego e de renda para a população local — assim como para os trabalhadores — a fim de contradizer as denúncias de violência cometida no interior da fazenda. Acompanhado da diretoria da sociedade goiana de pecuária e agricultura, a mais importante entidade de classe do setor agropecuarista, compareceram à redação de *O Popular*, em Goiânia, onde contestaram as informações veiculadas pelos trabalhadores sobre o uso de violência. Negaram a existência destes dentro da área, alegando que já teriam sido todos indenizados e retirados com os invasores que não possuíam direito sobre a terra.

O presidente da Entidade Sizelísio Simões Afirma que não existe mais conflito na fazenda Juarina e que os boatos espalhado sobre o conflito na área são espalhados pela Comissão Pastoral da Terra — CPT e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Couto Magalhães e Conceição do Araguaia com a finalidade de criar condições para desapropriação da Juarina, e que a SGPA vê essa possibilidade com muita preocupação. [...] nós encaramos a eventual desapropriação da fazenda Juarina como um precedente altamente perigoso pois a ANGRIMSA é uma empresa rural altamente produtiva e portanto deve estar salvo da Reforma Agrária, conforme prevê o próprio plano do Governo Federal. Não é concebível que agora, o plano regional elaborado pelo INCRA venha contradizer a política global do governo num aspecto tão fundamental. (O POPULAR, 3 jan. 1986).

Os trabalhadores enfrentaram o fazendeiro na luta pela posse da Juarina em vários campos: enfrentamento direto de pistoleiros; no campo jurídico envolvendo IDAGO, INCRA regional/federal e GETAT; no campo político, articulando mobilizações de alianças envolvendo idas e voltas até a tomada de consciência via luta.

3.4.3 *Ações, estratégias e alianças dos trabalhadores para resistir ao latifúndio*

Há duas estratégias que consideramos imprescindíveis no processo de luta dos trabalhadores nas frentes de ação contra o latifundiário: as formas de organização para se defenderem dos pistoleiros e a busca de apoio externo na CPT, nos sindicatos e em meio a políticos.

Na primeira estratégia, para adentrar uma área tão extensa como a fazenda Juarina, a distância das residências dos posseiros, as condições econômicas destes ante o poder econômico do fazendeiro e sua reputação pela prática de violências cometidas contra trabalhadores de posseiros alertavam os trabalhadores para os cuidados a serem tomados ao entrar na área. Antônio Pinto de Aguiar, 65 anos, assentado em Juarina, fez parte do primeiro grupo de trabalhadores que entraram na área. Antes de se tornar assentado, segundo ele, vivia trabalhando com motosserra, derrubando árvores de mogno no Pará para as serrarias instaladas em várias regiões do estado. Eis como ele relata as dificuldades enfrentadas:

Quando fui convidado para esse grilo aqui, eu abandonei aquilo lá e segui a turma com canoa tocada a remo. Saía de lá [Conceição do Araguaia] cedinho, vinha chegar aqui [às duas horas da tarde porque era descendo, subindo daqui pra lá a gente saía daqui cedinho e chegava lá de seis pra sete horas da noite, era tudo no remo, ninguém tinha condições de comprar um motor rabeta pra subir [...] trabaiava um dia pra mim e outro pra poder comprar rancho pra minha família [...] derrubei a primeira roça passamos uns dias aí e fomos embora, passamos uns oito dias lá e quando voltamos os pistoleiros do Carlitão já tinha botado fogo nas roças e jogaram colonião naquela roça todinha. Aí eu cheguei fui bater matraca naquela roça todinha, aonde o capim apertou não deu pra mim tirar arroz nenhum, naquela parte onde o capim nasceu menos ainda deu quarenta volumes de arroz. Puxei esse arroz daqui pra farol numa canoa tocada a remo pra lá fretei um motor doze e puxei esse arroz para Conceição quarenta sacos de arroz. (AGUIAR, 2015, entrevista).

Em relação aos pistoleiros, relatam um misto de receio e astúcia ao se defenderem escondendo na mata para não morrer. Há relatos, como o de Aguiar, sobre tocaias que faziam esperando passar para atacar:

Em um dia ainda esperei os homens, mandaram dizer que vinha, tinha aquela curva aonde os pistoleiros correram, que o Abílio ataiou ali. Ainda esperei na volta de cima. Eu na volta de cá, enxergando a volta de lá. Eu, mais o Pedro Bandeira, o outro não lembro quem era. Mas esperamos os homens pra matar, nós falamos: “Na hora que eles emparelhar aqui, nós mete fogo. Vai cair n’água. Vai morrer tudo. Nós tá no seco. Aí escutamos um zunzunzum, no remo, aí falamos: “Não vamos atirar sem saber em quem vai atirar”. Mas não era os homens, não! Era companheiros descendo da aroeira pra baixo, aí o Pedro falou: “Não é os homens, não!”.

Adalberto Barbosa, de 79 anos de idade, um dos primeiros posseiros a ocupar a Juarina, onde é assentado, relata as condições a que eram submetidos os trabalhadores nas primeiras tentativas de ocupação e resistência ante os ataques dos fazendeiros efetuados pelos pistoleiros. Morador em Conceição do Araguaia, mas que vivia mais pelo “‘Parazão’, Acre e Amapá”, quando começou as movimentações em torno das ocupações da Juarina, foi convidado e entrou junto com a turma. As condições eram as mais adversas, a exemplo das florestas densas. Ele se refere aos enfrentamentos:

Isso aqui, quando nós enfrentamos, tinha coisas terríveis, tinha pistolagem. A própria polícia vinha tirar a gente. Tinha vez que a gente escorava. Isso aconteceu uma vez só. Uma escora que eles entraram do Araguaia para o Juari, que é esse rio aí. Só que nós fizemos uma trincheira, mas tinha alguém que tinha parente na polícia, avisou. Só pra você ver: a polícia era do Pará, não era nem a polícia daqui, porque primeiramente nós foi tirado daqui com a própria polícia daqui, do Goiás. Ultimamente a polícia do Pará veio, então não deu pra ter um delito assim, um derramamento de sangue. Mas nós tava preparado. Esse Juari faz umas curvas aqui, ali já é outra, e assim vai. Nós tinha quatro trincheiras, ou era cinco, mas tudo perto. Só ia começar qualquer tipo de problema depois que eles passassem as duas trincheiras, a do meio segurava e as duas de cima chegava, porque não era pra escapar mesmo, porque conflito é conflito. (BARBOSA, 2015, entrevista).

O uso da violência praticada pelo uso ostensivo de pistoleiros nessa região demonstrou ser ineficaz para conter os trabalhadores em suas reivindicações pela posse da terra. Estando cientes do contingente de pistoleiros, ao invés de recuarem, os posseiros se organizaram e os enfrentaram, às vezes sendo atacados, às vezes atacando no interior da floresta, como afirma um dos trabalhadores que entrevistamos:

Teve uma vez de nós ir no barracão deles, nós botava mesmo porque era o jeito. Teve um dia mesmo que nós foi num barracão dos pistoleiros, eles tinham matado um punhado de porcão, eles tavam tudo armado. Nós chegou e fechou rápido. Teve peão que queria ir na 44, aí nós dizia: “Pode parar neguin, calma aí, o que vocês tão fazendo aqui?” “Não, nós tamos vigiando picada.” “Não, ninguém vigia picada com umas armas dessas, vocês estão é pistolando mesmo [...] Não, nós é amigo de vocês. Tem muita carne aí, vocês podem pegar.” Tinha uns que queria pegar, eu disse: “Não, ninguém

pega!”. Eu já vi em muitos grilos: caboclos envenenado. Tinha uns que queria porque nós tava na pior, mas eu não deixei de maneira nenhuma. Demos um [tratamento de] choque [neles], mas melhorou muito, porque eles viram que a gente não saía, não tinha pra onde, depois voltamos, mas nós visitava sempre. (BARBOSA, 2015, entrevista).

Sobre esse episódio, existem observações de alguns dos moradores mais velhos de que estes pistoleiros dessa área não retornaram aos seus lugares de origens, inclusive alguns de Conceição do Araguaia. Não se sabe ao certo o que aconteceu com eles: se ao saírem foram para outra área, ou se eles se mudaram de região. Como os pistoleiros eram, via de regra, antigos trabalhadores recrutados por agentes de pistoleiros, ou diretamente por fazendeiros, na maioria das vezes nem era comunicado às autoridades seu desaparecimento; em muito dos casos, mesmo sabendo do assassinato de um pistoleiro, a polícia nada fazia. Interrogamo-nos o que aconteceu com os pistoleiros que disseram ser vigiadores de picadas? Qual foi o destino dos pistoleiros que disseram estar vigiando as picadas? Terão retornado para suas residências? Procuraram outras áreas? Ou foram mortos na área? Para essas perguntas não tivemos respostas.

Mesmo com a resistência dos trabalhadores aos pistoleiros, as condições da luta eram desiguais. O fazendeiro agia em outras tentativas de desarticulação do movimento; por exemplo, via burocracia estatal. A ação dos agentes públicos, às vezes de forma tendenciosa, quase sempre favorecia o latifundiário. Exemplo disso está na definição do estudo da área para fins da execução da desapropriação até ocupação dos GETAT em Marabá, PA. Como a CPT esteve sempre ao lado dos trabalhadores acompanhando e orientando a luta, dando assessoria jurídica e pedagógica, diante da crise o padre Ricardo Resende escreve uma carta, no dia 3 de setembro de 1985, ao Ministro Nelson Ribeiro externando sua preocupação em relação às tensões entre trabalhadores e fazendeiros, ao aumento da violência nos despejos, à reação dos posseiros ante os pistoleiros, a arbitrariedades da polícia nos despejos, enfim, às possibilidades iminente do desencadeamento de uma violência generalizada na região onde acontecia em outras áreas a mesma tensão da fazenda Juarina.

Entre os dias 5 e 9 de setembro de 1985, aconteceram três reuniões entre posseiros, representados por Abel Arruda dos Santos, Abílio Coelho e Francisco Silva Montel, o ministro da Agricultura e Reforma Agrária Nelson Ribeiro, os representantes do INCRA Moacir Palmeira e Durval e os fazendeiros Carlos e Carlito Memberg, em Brasília. Nessas reuniões, ficou acordado que seria feita a vistoria da área pelo INCRA e GETAT, por representantes dos posseiros e da fazenda; caso os posseiros estivessem dentro da área titulada, esta seria desapropriada em favor deles; a vistoria seria realizada dentro de um prazo

de 15 dias. No dia 24 de setembro o prazo expirou; até dia 27 foram feitos telefonemas para o INCRA em Brasília, GETAT em Marabá e o deputado Ademir Andrade, para que os acordos assumidos em Brasília fossem cumpridos (CPT, 1985, pasta 3).

Ocorre que no dia 23 de setembro de 1985 o posseiro Abel Arruda, em conversa com Asdrúbal Bentes, presidente do GETAT, ouviu a declaração de que 15 dias era o prazo para que Carlito Memberg decidisse quando seria feita a vistoria e que precisaria de 3 dias para conversar com o ministro. Relatórios da CPT demonstram que o fazendeiro fez o possível para atrapalhar a atuação da comissão de vistoria da fazenda.

Após a conversa com o presidente do GETAT, e posteriormente, várias tentativas frustradas em estabelecer contato por telefone ou de resolver o problema junto ao GETAT de Conceição do Araguaia de acordo com os posseiros a conversa era sempre a mesma, não podemos fazer nada. E que o fazendeiro por duas vezes esteve na sede do GETAT em Conceição onde ameaçou de morte os posseiros caso perdesse suas terras. (CPT, 1985, pasta 4).

Entretanto, a vistoria não foi efetivada, pois precisava da presença do proprietário, Carlito, que também compunha a comissão definida na reunião na sede do MIRAD, em Brasília, entre 5 e 9 de setembro. Ficou acertado que a comissão devia ser composta pelos posseiros, pelo MIRAD, pelo INCRA, pelo GETAT e pelo fazendeiro. O *Jornal de Brasília* reportou o evento em texto esta manchete: “Luta por terra chega a gabinete em Brasília”.

Será tratada a questão da fazenda Juarina situada em Couto Magalhães, GO ocupada por 220 famílias. Em setembro o INCRA e GETAT decidiram pela desapropriação em favor dos posseiros, entretanto não foi possível realizar o trabalho uma vez que o fazendeiro Carlito Memberg que deveria integrar a comissão não foi localizado. (JORNAL DE BRASÍLIA, 25 out. 1985).

As ações dos agentes públicos — convém reiterar — tinham a finalidade de favorecer os latifundiários. Essa notícia evidencia como foi tratada a reforma agrária nessa região. Nesse caso, se Carlito Memberg participou da reunião em que ficou definida a vistoria da área nas reuniões na sede do MIRAD, em Brasília, como este não foi localizado para integrar a comissão de vistoria? Seria esta mais uma estratégia para impedir que a área fosse vistoriada? Qual a relação desse desaparecimento do fazendeiro com os ataques de pistoleiros e a desapropriação ocorridos nesse ínterim?

Diante do impasse na desapropriação e do recrudescimento da luta, os posseiros da Juarina, com trabalhadores de outras áreas em conflitos e ante as mesmas indefinições, ocuparam a sede do GETAT em Conceição do Araguaia em 10 de dezembro de 1985. No dia

seguinte, enquanto o grupo de trabalhadores estava acampado na sede, uma comissão formada pelo presidente dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia e Couto Magalhães e posseiros das áreas em litígios encaminhou um telex ao ministro do MIRAD; a mensagem esclarecia a situação em que estavam acampados 300 posseiros, dentre homens, mulheres e crianças, reivindicava a imediata desapropriação da área devido à tensão provocada pela presença ostensiva de pistoleiros e sugeria que o presidente do GETAT, Asdrúbal Bentes, estava sempre se posicionando em favor do latifúndio e tinha ameaçado expulsar os posseiros do pátio do órgão usando a força repressora da polícia. A comissão pedia que o telex fosse encaminhado, também, para a sala de imprensa do MIRAD.

Sobre a desocupação do pátio do GETAT, o jornal *Tribuna de Minas* publicou esta notícia:

A Polícia Militar sediada em Conceição do Araguaia promoveu, ontem de madrugada a desocupação da sede do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins invadido na tarde de quarta feira por 300 colonos sob o comando do Sindicato Rural daquela cidade e da Comissão Pastoral da Terra. [...] Os colonos são posseiros nas fazendas João Gomes, Três irmãos e Juarina localizadas em áreas de conflito fundiário. [...] os colonos reivindicam agilização do Plano Nacional de Reforma Agrária e um compromisso do governo de atingir o GETAT cuja imagem na região é muito ligada aos órgãos de repressão da Velha República que atuaram por muitos anos nos conflitos de terras. Nós temos todos os entendimentos possíveis, mas quando os trabalhadores estavam aceitando encaminhar as propostas as turmas do Sindicato e da CPT revertia a situação disse Raimundo José Oliveira chefe do GETAT de Conceição do Araguaia. Segundo o qual a retirada dos colonos se deu sem violência muito embora o clima fosse de grande tensão. (TRIBUNA DE MINAS, 13 dez. 1985).

O *Jornal do Brasil* apresenta outra interpretação sobre os desdobramentos da ocupação do GETAT em Conceição do Araguaia, apontando Asdrúbal Bentes como responsável pela repressão dos trabalhadores acampados atacados por 22 policiais militares que os expulsaram de forma violenta da sede do órgão. O fato gerou controvérsia sobre quem autorizou a ação policial: a União ou o estado do Pará. Isso levou o secretário do ministério da Reforma Agrária Simão Jatene a argumentar que teriam interesse em esclarecer de onde teria partido a ordem da ação policial porque as determinações do ministério eram para que não se envolvessem forças policiais, a não ser que estivesse em perigo a estabilidade com risco de confronto entre posseiros e pistoleiros (CPT, 1985).

O secretário geral do Ministério afirmou ainda que a manifestação dos posseiros era um movimento pacífico e ontem os posseiros aceitaram discutir com os representantes da fazenda Joncon o retorno à área. A fazenda

está sendo controlada por 30 pistoleiros que impedem a entrada de dos lavradores. Antes da chegada dos policiais os lavradores acampados foram convidados para uma reunião com o GETAT de Conceição do Araguaia as nove da noite de quinta-feira. Na hora marcada, o representante do Getat Oliveira não apareceu, mas houve um *blackout* deixando todo o local escuro. Nessa hora os 22 policiais que estavam escondidos frente à sede do Getat avançaram contra os lavradores expulsando os do local ameaçando usar suas armas contra os que insistissem em permanecer. (JORNAL DO BRASIL, 13 dez. 1985).

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores enfrentavam pistoleiros na área e ocupavam a sede do GETAT em Conceição do Araguaia, outro grupo ocupava o GETAT de Marabá, e uma comissão de representantes dos posseiros da Juarina, com trabalhadores de outras partes do Brasil, foram a Brasília pressionar o governo a aplicar o PNRA e a executar a desapropriação da fazenda Juarina. Iniciaram greve de fome onze líderes. Chico Montel, um dos representantes da Juarina, que foi a Brasília, relata sobre o movimento de trabalhadores de vários estados que estavam reivindicando a execução das desapropriações das áreas em litígios:

Eu fui ameaçado dentro do prédio do MIRAD. Ao descer no elevador, quando pisei no solo, embaixo tinha dois caras me esperando. Eu não conheço os caras. Dois caras bem-vestidos, de paletó, mas querendo me separar dos outros. Mas eu já tinha sido militar também, já conhecia um pouco da malícia ou da malandragem. Eu percebi que não era quem eu esperava e, simplesmente, eu não fui na onda deles. Eles queriam que eu sáísse. Nós éramos 11: era 10 homens e 1 mulher, de três estados: Goiás, Pará e Mato Grosso, nos reunimos em Brasília pra poder pressionar o governo. Nós estávamos representando mais de duas mil famílias, aquelas 11 pessoas, a mulher lá de São Geraldo chama Dona Creusa [...] ela representava 720 famílias na área dela. Ao todo dava mais de 2000 famílias juntando Pará, Goiás e Mato Grosso. Mato Grosso aqui do norte. Então ali a gente se defendeu. Nós tinha dois advogado: uma mulher da pastoral e outro rapaz eram lá de Goiânia, dois advogados ainda jovens, porém muito competentes [...] a gente ficou no alojamento da CONTAG, lá no Núcleo Bandeirantes. Ali era o ponto de apoio, num tinha dinheiro, num tinha pra onde ir, a CONTAG acolheu dando pouso e o boião. Ficamos lá 16 jovens batendo nas portas de tudo que era lugar que mandavam. A gente chegava e em todo lugar que a gente batia só escutava um não seco: “Não tem, acabou!”. Era assim.

Uma das estratégias dos trabalhadores foi buscar apoio da imprensa. Segundo eles, era uma forma de tornar públicas a luta e as condições de milhares de trabalhadores dos mais distantes rincões do país. Outra foi fazerem greve de fome em frente ao palácio do Planalto. De acordo com eles, a repercussão forçaria o governo a agilizar a desapropriação. Sobre como chegar à imprensa, Chico Montel relata:

Nós julgamos que seria interessante, aí nós juntamos a imprensa. Primeiro a imprensa marrom — como eles dizem, já falava na época, que a poderosa não fala mal do governo, infelizmente. Alguém nos ajudou graças a Deus. Nós tivemos a grande alegria de conhecer dom Luciano Mendes através do padre Ricardo [Resende]. Dom Luciano, não sei se vocês chegaram a conhecê-lo, um velhinho magrinho que era secretário-geral da CNBB, uma grande figura. Nos ajudou muito. Aí o chamaram, a imprensa lá. Nós divulgamos que entraríamos em greve de fome, tal hora de tal dia, e a greve era por tempo indeterminado e a imprensa divulgou pelo menos a nível de Brasil. Isso circulou na imprensa escrita e falada e entramos de greve. Aí, primeiro ficamos 72 horas só. Primeiro dia se manifestou. Segundo dia começou a agitação, que veio daquelas universidades, a UnB, por exemplo, grande universidade. Chegaram junto. Aí, a imprensa veio no segundo dia. Fomos convidados a desistir da greve porque ali também tava passando turista, a imprensa internacional, todo mundo. [Fomos convidados a desistir] Porque o governo tava sentindo vergonha de nós. Foi dois indivíduos do Palácio do Planalto lá — a gente não sabe quem são os caras —, a mando de alguém. Claro, o governo era o Sarney, aquela grande figura; e aí nos não desistimos, nós não aceitamos. No mesmo dia, mais tarde um pouco, uma hora depois, voltou uma senhora que era das relações públicas do Palácio do Planalto, uma mulherona grande, uma gaúcha chamada Maria Helena, com mais umas duas pessoas atrás — certamente seguranças —, tentando nos convencer que aquilo ali era um ato vergonhoso. Nós ficamos em greve de fome ali em frente do Palácio do Planalto, que aquilo ali era o cérebro do país, uma onda danada. Aí me deram oportunidade, eu disse a ela: “Melhor a gente morrer de fome ali do que morrer na bala dentro do mato. O país não tem que gostar. Isso aqui é uma casa de ninguém, vamo brigar por aqui, pelo menos a gente morre, alguém vai dizer que viu a gente morrer, lá dentro do mato num vê”.

A greve de fome dos trabalhadores foi noticiada em vários jornais de circulação nacional. No *Jornal de Brasília* do dia 10 de dezembro de 1985, o título “Lavradores entram em greve de fome amanhã” introduz estas informações:

Uma comissão integrada por onze lavradores representando os camponeses de Goiás, Pará e Mato Grosso entram em greve de fome amanhã, frente ao Palácio do Planalto, para reivindicar a desapropriação de latifúndios nesses três Estados, também protestar contra a violência no campo e o “desinteresse” do Governo em solucionar os problemas. [...] Francisco Montel, representando os lavradores da fazenda Juarina nos municípios de Colmeia e Couto Magalhães, Goiás denunciou o espancamento e prisão do lavrador Severino Linhares ocorrido na última quinta feira. Disse ele que se o processo de desapropriação não for enviado a Brasília pelo Getat Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins até amanhã, as 211 famílias que vivem na fazenda desde 1968 vão acampar na frente da sede do Getat em Conceição do Araguaia. (JORNAL DE BRASÍLIA, 10 dez. 1985).

O *Jornal do Brasil* apontou elementos sobre a greve que acenam para tentativas de desarticulação do movimento — ao invés de atender às reivindicações dos trabalhadores — como a intimidação. O texto traz em seu título uma ideia que, por mais vaga que seja, retrata

uma opinião das razões pelas quais os trabalhadores estavam em greve de fome. Com o título “Líderes rurais iniciam greve de fome contra a violência”, o texto informa que

Onze trabalhadores rurais do Pará, Goiás, Mato Grosso iniciaram um novo processo de luta pela reforma agrária. Desta vez eles se reuniram diante do Palácio do Planalto para protestar contra a violência no campo, com uma greve de fome iniciada há 48 horas. Armados apenas de água, sal, açúcar, alguns plásticos e cobertores que foram entregues por um representante do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), os grevistas já receberam várias visitas, entre as quais um deputado do PT, que lhes prometeu mandar um médico, e de um desconhecido que nada fez além de comer um sanduíche diante deles. Rui Holanda, 46 anos, lavrador em Luciara (MT), denunciou o cerco de alguns curiosos que chegaram sem se identificar, puxando conversa sobre o Governo. Mas saíram decepcionados. Aqui só tem povo sofrido que não cai em laçada fácil. (JORNAL DO BRASIL, 13 dez. 1985).

A atitude dos trabalhadores — fazer greve de fome — foi extrema segundo alguns. Era a última alternativa que tinham para sensibilizar o governo sobre a gravidade da questão da violência sofrida por milhares de camponeses espalhados pelo interior esboroadado pela gana do capital latifundista. Todas as alternativas tinham sido tentadas, e o Estado não se sensibilizou com as denúncias que recebia sobre a situação; pelo contrário, os agentes públicos invariavelmente se posicionavam ao lado dos latifúndios e contra os trabalhadores. Dessa forma, a greve de fome na Esplanada dos Ministérios era, para alguns, a última, mais drástica e mais grave atitude a ser tomada. Ao mesmo tempo, forçava o governo a receber e executar a desapropriação dos latifúndios porque o movimento expunha diretamente a imagem do país para o mundo em vista de a esplanada ser um local visitado por estrangeiros. A imprensa internacional circulando por ali podia se interessar pela luta dos trabalhadores. Era uma atitude grave.

Ao saber do plano da greve de fome, a CONTAG discordou e deixou de apoiá-los, inclusive com a hospedagem em sua sede no Núcleo Bandeirantes; e também por questões de saúde do grupo: Antônio Rabelo, de 68 anos de idade, era diabético; Rui Holanda tinha úlcera; Nilson Viana era cardíaco — tinha duas válvulas no coração; Creusa Silva tinha uma saúde frágil — fora submetida a seis cirurgias (CPT, 1985).

Da mesma forma em que os posseiros acampados em frente à sede do GETAT de Conceição do Araguaia foram expulsos pela ação repressora da polícia, houve tentativa de prisão dos trabalhadores em greve de fome na Esplanada dos Ministérios. A empresa de segurança Dinâmica, responsável pela vigilância do Ministério do Turismo, tentou prender os posseiros alegando que uma manifestação não poderia macular a imagem de Brasília. Num primeiro momento, um funcionário da empresa — Jorge — tentou convencer os trabalhadores

sair de frente do palácio e fazer o protesto em outro lugar. Como não conseguiu, foi buscar um camburão para prender os manifestantes. Mas foi impedido pela comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e pela imprensa. Segundo o *Jornal do Brasil*,

Os posseiros que desde a noite de quinta feira já haviam decidido que só sairiam da praça presos. Não aceitaram a proposta. Jorge saiu e voltou com um camburão da Polícia Militar. Nesse momento chegaram os jornalistas e o representante da OAB. Sem argumentos Jorge diante das câmeras de televisão fugiu. Um dos soldados informou então que o pessoal da Dinâmica foi nos pedir ajuda para tirar esse pessoal. Mas nós não temos ordem para isso. Aqui é um lugar público e eles podem ficar. Nós vamos só observar. (JORNAL DO BRASIL, 14 dez. 1985).

Além do episódio da tentativa de retirada dos trabalhadores pelo funcionário da empresa de vigilância, dois policiais civis tentaram retirá-los com o argumento de que era proibido acampar na praça. Contudo, recuaram com a resposta dos trabalhadores de que não estavam acampados: apenas se abrigavam na casa de chá da Praça dos Três poderes (CPT, 1985).

Depois de várias tentativas infaustas de retirada da Esplanada dos Ministérios, os trabalhadores foram recebidos pelo presidente José Sarney. Num primeiro momento, ele aceitou conversar com três trabalhadores; depois, diante da negativa do grupo quanto a apenas uma parte do grupo ser aceita, houve participação de todos na audiência com o presidente, conforme relata F. M.:

Nós fomos recebidos no terceiro dia pelo Sarney, ele se obrigou a falar com nós, mandou primeiro dois indivíduos de lá dizer que recebia três, éramos onze, só três. São áreas diferentes. Então o pessoal voltou lá e, quando foi dois mais, duas pessoas lá, uma senhora, mais um outro rapaz, dizendo pra nós subir os onze que o homem estava esperando, aí nós fomos e ficamos lá até onze da noite. Foi uma briga, sabe como é que é?! eles resistindo, que nós tinha que sair, não disse assim: “Vocês vão ter que sair de uma forma ou outra”. Mas vão ter que sair, e nós resistimos, dizendo que não sairíamos por nada, só saía dali morto, ou caso contrário com o caso solucionado. Aí ele disse: “Eu dou minha palavra de garantia”. Aí dona Creusa disse: “Nós não acreditamos em político, sua palavra para nós não vale nada, se o senhor não pôr no papel, vamos voltar lá pra debaixo da casa de chá de novo”, naquele lugar lá. Achei que ele ia prender nós naquela hora, ela foi muito dura com ele, “não acreditamos em político e sua palavras não valem nada”, na cara. Ele ficou amarelo, envermelhou, aí chamou a secretária e disse: “Pode ir que dentro de 72 horas vocês estão assentados na posse”. Foi assim que aconteceu, foi na pressão.

Enquanto os posseiros faziam greve de fome em Brasília, houve movimentação de apoio com pedidos de intervenção do governo para resolver a questão e evitar um conflito generalizado. O deputado federal Ademir Andrade, PMDB do Pará, foi um dos articuladores dos trabalhadores. No momento em que acontecia a movimentação, ele encaminha um

documento para o presidente da República, José Sarney, solicitando empenho em resolver a questão a fim de evitar uma tragédia provocada por atritos entre posseiros, fazendeiros e pistoleiros.

O deputado avalia a atitude dos agentes do ESTADO que majoritariamente tem se posicionado em favor do latifúndio, que propositalmente vem emperrando o processo de desapropriação das áreas e como conseqüências não têm deixado alternativas aos trabalhadores a não ser a radicalização da luta, como enfrentar e contra atacar pistoleiros, ocuparem os espaços dos órgãos públicos e por fim o desencadeamento da greve de fome em frente ao Palácio do Planalto. O deputado denunciou também que os agentes do GETAT estariam segurando os processos até que os latifúndios fossem transformados em empresas rurais, o que impediria a desapropriação ou no mínimo dificultaria o processo. (CPT, 1985).

Após a reunião com o presidente da República e a definição da desapropriação da área, os onze trabalhadores decidiram interromper a greve de fome na tarde de 13 de dezembro de 1985. Para um deles, o fim da greve não significaria que, se o governo descumprisse o acordo, eles retomariam os protestos. O *Jornal do Brasil* (15 dez. 1985) reproduziu a fala do posseiro: “‘Nós vamos dar um voto de confiança’, disse Otacilio, assegurando ainda que, embora o movimento tenha sido encerrado, eles poderão protestar novamente desde que a promessa não seja cumprida”. De acordo com o *Jornal de Brasília*,

Enquanto os posseiros de Brasília suspendem a greve de fome, em Conceição do Araguaia (P. A.) 400 lavradores fizeram uma passeata na tarde dessa sexta-feira também a desapropriação de Juarina, Joncon e Três Irmãos. Na passeata, os posseiros protestaram contra o GETAT que na noite de quinta-feira reprimiu o acampamento desses mesmos lavradores. (JORNAL DE BRASÍLIA, 15 dez. 1985).

Mesmo com a movimentação e garantia do presidente da República, o fazendeiro Carlito Memberg continuou a pressionar os posseiros que permaneciam na área com pistoleiros, conforme noticiou *O Popular*:

Quarenta pistoleiros armados chefiados por dois sargentos da Polícia Militar de Goiás estão cercando a fazenda Juarina nos municípios de Couto Magalhães e Colméia a qual está em fase de desapropriação, segundo informações que chegaram ontem ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Há poucos dias posseiros da região fizeram uma greve de fome em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília para exigir soluções rápidas para situação da área cuja tensão social é grande. Ao tomar conhecimento o ministro Nelson Ribeiro entrou em contato com o presidente do GETAT e com o governo do Estado de Goiás para pedir providencias capazes de evitar um conflito, pois os posseiros também estão armados. (O POPULAR, 28 dez. 1985).

Agraciado pelos governos da ditadura militar com terras, financiamentos subsidiados para investir na Amazônia, onde se instalou, e com a participação dos agentes do Estado, o latifundiário expropriou terras dos índios, ribeirinhos e posseiros instalados há décadas na região; também superexplorou a mão de obra de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão no interior da floresta. A condição de senhor de tudo e de todos perdurou durante quase todo o período em que os militares estiveram no poder. Na fazenda Juarina, embora tenha resistido sempre, só no fim dos governos da ditadura é que o movimento de reocupação toma corpo e os trabalhadores reconquistam a terra. O governo, por meio do decreto de desapropriação 92.276, publicado no *Diário Oficial da União*, em 7 de janeiro de 1986, prescreveu a desapropriação de 11.672,24 hectares em favor dos posseiros; ou seja, de uma área de 30,2 mil hectares. Menos de 50% foi desapropriado e retornado aos antigos donos e outros camponeses sem terra.¹⁵

Embora fosse um passo econômico e político importante para os trabalhadores, a desapropriação de parte da Juarina não representou o fim da luta, visto que a parte desapropriada era na área de reserva de florestas densas e sem acesso por terra para as cidades. Essa opção só seria possível passando por dentro da fazenda, e o fazendeiro bloqueou as entradas com porteiras e cadeados, vigiadas por pistoleiros que impediam os posseiros — agora assentados — de passar para suas posses, ao fundo da fazenda. Inicia-se um novo enfrentamento, que consideramos um terceiro momento. Como as entradas ficaram interditadas, o acesso às terras se dava pelo rio Araguaia. Mas este, com a expansão da área ocupada, já não era mais a melhor alternativa para muitos posseiros localizados mais distantes do curso. Assim, se os trabalhadores enfrentaram os pistoleiros da fazenda Juarina para conquistar a terra, agora teriam que enfrentá-los para entrar em seus lotes. Os trabalhadores continuaram a luta contra o fazendeiro, não mais para conquistar a posse da terra, mas para adentrar a ela. Como no momento da luta pela reconquista as famílias da maioria dos posseiros ficavam nas cidades, com a desapropriação era necessário que viessem todos para dentro do lote. O problema é que, com as poucas estradas de acesso e a área interditada por pistoleiros, as famílias ficavam impedidas de entrar para o lote.

¹⁵ O artigo 1º do decreto diz que “Ficam declaradas prioritárias, para fins de reforma agrária, as áreas situadas nos Municípios de Colmeia e Couto Magalhães, do Estado de Goiás, partes integrantes do imóvel rural denominado Fazenda Juarina, com a área de 11.672,2400 (onze mil, seiscentos e setenta e dois hectares e vinte e quatro ares), composta dos lotes nºs 42, 43, 10, 11, 29, 30, 40, 41, 44, 47, 20, 21, 22, 23, 24, todos do Loteamento Ribeirão Formiga, e 73, 62, 75, 76, 77, 78, 79, 87, 88 e 89, estes do Loteamento Barra do Juari, de propriedade de AGRIMSA – Agro Industrial Memberg S. A., e do lote nº 71, pertencente a Carlos Memberg e Roberto Nascimento”.

No dia 21 de abril de 1986, os assentados e a CPT enviaram uma carta ao ministro do MIRAD alegando que o governo assinou o decreto de desapropriação, mas até aquele momento ainda não tinha sido regularizada a situação dos trabalhadores pela emissão de posse em favor destes e que Carlito Memberg tinha cercado as entradas com porteiiras e cadeados vigiados por pistoleiros. O único acesso à área era pelo rio Araguaia, cuja correnteza forte arrastava e fazia afundar muitos barcos, o que provocava prejuízos para os assentados. Sem contar que um surto de malária teria acometido as famílias e que as condições de saúde e sobrevivência das famílias estariam comprometidas com a situação que estavam vivendo. Denunciaram o tratamento que era dispensado aos trabalhadores citando um incidente de uma médica do hospital público de Conceição do Araguaia que teria atendido com descaso uma criança do assentamento, inclusive chamando os posseiros de “sapos”. Diante dos maus-tratos, o posseiro levou a criança para um hospital particular, onde veio a óbito devido ao estágio avançado da doença (CPT, 1986, pasta 1).

Como a parte desapropriada ficava na área de reserva da fazenda — mais de 11.672 hectares de floresta densa, de difícil acesso —, após ser desapropriada, segundo os trabalhadores, houve uma parte invadida por uma fazenda vizinha. De acordo com um posseiro, a fazenda Terra Grande, um latifúndio de quase 50 mil hectares açambarcou uma área de cerca de 300 alqueires após ser emitido o decreto de desapropriação. A área foi desapropriada, mas não foi imediatamente demarcada. Eis seu relato:

Nós perdemos 300 alqueires para a Terra Grande. Eles botaram uns pistoleiros para cortar a divisa que passava ali no alto, só que a divisa era lá no rio Atalaia. Só que eles jogaram pra cá. Comeram esses 300 alqueires e ia comer mais. Aí nós reuniu uma turma de homens no Juari e voltamo pra cá e assumimos isso aqui, seguramos a peteca e tiramos os caras. (A. B).

Segundo o relato de Chico Montel, ele e quatro assentados foram, no dia 15 de maio de 1986, verificar uma derrubada que a fazenda Terra Grande vinha fazendo na divisa com o assentamento. Constataram que estavam derrubando a floresta na área do assentamento. Trabalhavam no desmatamento 120 homens roçando e 6 com motosserra, derrubando as árvores maiores. E os assentados alegavam não conhecer exatamente os limites da área desapropriada. Quando procuraram o empreiteiro responsável pelo serviço da fazenda Terra Grande, que fazia divisa com o assentamento Juarina, foram informados de que Carlito Memberg havia tomado parte da fazenda Terra Grande e que depois da desapropriação eles resolveram tomar a parte da terra de volta. Assim, como o fazendeiro Carlito depois da desapropriação ficou com parte das invernadas, ele os autorizou a entrar na área da mata

desapropriada para assentar os trabalhadores e que tinha ordens para não deixar passar nenhum posseiro. Ele, porém, não ia fazer nada caso alguém entrasse.

Ainda segundo a declaração do assentado, quase 30 dias antes da visita à derrubada nas terras do assentamento, eles estavam caçando e se encontraram com três homens fardados (farda azul-escuro, calçado tipo coturno) e armados com pistolas de calibre 6.35, carabinas 38 e espingardas. No dia 15 de maio observaram, nos barracos dos pistoleiros, as mesmas fardas e mais armas, e que a mulher do empreiteiro confirmou que a derrubada era de 600 alqueires, 250 na área do assentamento, outra parte na fazenda Terra Grande (CPT, 1986). De acordo com o assentado Pedro Pereira de Sales, um dos pistoleiros que andavam fardados esteve no barraco dele e afirmou serem eles cinco policiais que atuavam como pistoleiros vigiando picadas, que ganhavam Cr\$ 2 mil, que tinham outro comparsa — Neginho, que não era polícia, mas tinha a mesma função — e que tinham recebido ordens expressas de não deixar os posseiros ultrapassarem as picadas; caso passassem, do outro lado do rio Juari havia mais três homens. Ao todo eram nove pistoleiros contratados por uma empresa de segurança com sede em Goiânia.

O aumento da tensão pela posse da terra com a paramilitarização do campo patrocinada pela UDR desencadeou situações de violência e instabilidade que culminaram no assassinato do coordenador da CPT de Imperatriz, MA, padre Josimo Moraes Tavares, no dia 10 de maio de 1986. O incidente acirrou ainda mais os conflitos. Denúncias foram feitas em organismos internacionais de direitos humanos. Aumentou a pressão pela aplicação do PNRA. Por fim, houve a renúncia do ministro Nelson Ribeiro, em 28 de maio de 1986, quando Dante de Oliveira assumiu o cargo de ministro do MIRAD. Os assentados se reuniram em 29 de maio e enviaram uma carta denunciando os descasos e exigindo cumprimento de demandas: demarcação imediata das terras por assentado; construção de ramais de estradas que atendessem às necessidades de todos os assentados, visto que a área era relativamente extensa; construção de três escolas para atender a todos da comunidade; instalação de um posto de saúde no centro da área, de forma que atendesse toda a comunidade; e construção de um depósito para armazenamento de cereais (CPT, 1986, pasta 1).

Em 20 de junho de 1986, os assentados encaminharam um documento ao ministro Dante de Oliveira denunciando a anexação da área dos assentamentos à fazenda Terra Grande como forma de pagamento de dívida do fazendeiro Carlito Memberg, o uso de armas de porte militar por pistoleiros para expulsar posseiros e a conveniências do GETAT em toda a ação. Para resolver esse, problema exigiam imediatamente a demarcação da área (CPT, 1986, pasta, 1). Um ano após o decreto de desapropriação assinado pelo presidente da República, a área não tinha sido demarcada nem fora implantada política para os assentados, que permaneciam

sem poder entrar em suas terras porque o fazendeiro mantinha as entradas fechadas. Com isso, os posseiros tiveram de se rearticular contra uma iminente expulsão.

Após a área desapropriada ser demarcada pelo INCRA, ficou constatado que parte dos posseiros assentados ficou de fora da área desapropriada; ou seja, estavam dentro da área que ficou para o fazendeiro, e que este já tinha em mãos uma ordem de despejo. Ante o impasse, encaminharam novo documento para o ministro do MIRAD esclarecendo que, em reunião com o chefe do GETAT Ronaldo Barata, em 22 de abril de 1987, ficaram sabendo que muitos posseiros que objetivavam reocupar a área de onde já tinham sido expulsos pelo fazendeiro no fim da década de 1960 estavam na iminência de ser expulsos novamente e que, de acordo com o agente público, quase 40% dos assentados não iam permanecer na terra por motivos diversos; por exemplo, ter barraco na cidade e ter profissão (como se ter uma profissão fosse critério para desqualificar um trabalhador e ser posseiro fosse sinônimo de ser miserável). Na oportunidade, denunciaram latifúndios improdutivos na região nas mãos do grande capital financeiro e industrial (bancos Bamerindus e Bradesco, a Volkswagen e o Carlito Memberg, que possuíam latifúndios improdutivos em quatro estados) e que Ronaldo Barata teria dito que não possuía poderes para abrir cancelas porque se tratava de propriedade privada.

Os posseiros foram categóricos ao dizer que não aceitavam ser remanejados porque não iam abandonar ranchos, plantações e ir para outra área onde teriam de começar tudo de novo; além disso, os que ficaram de fora não iam se submeterem a ser tocado à força pelo GETAT para uma área que não suprisse suas necessidades. Por fim, esperavam que o governo fizesse justiça dando direito a quem de fato produzia dentro da área; que anulasse os entraves que os impedia de acessar créditos nos bancos e produzir com segurança fosse dissipado; que a área não desapropriada por vontade do governo tinha sido conquistada com coragem, sangue e suor do trabalhador. Portanto, não aceitavam a demarcação da área desapropriada enquanto não houvesse desapropriação dos lotes: 74, 1, 9, 12, 18, 19, 34, 33, 32,3 1, 28 e 72. Todos ocupados por posseiros (CPT 1987, pasta 1).

Dada a iminência de conflito armado entre assentados, fazendeiro e pistoleiros, o deputado federal Ademir Andrade enviou um telex para Guilherme Frederico de Moura Muller, secretário-geral do MIRAD, solicitando providências urgentes para o atendimento das reivindicações de 350 famílias de trabalhadores da fazenda Juarina, que foi parcialmente desapropriada. Mesmo assim, novos e sérios problemas vinham surgindo, inclusive o mais grave: o risco de despejo de cerca de 100 famílias que estavam instaladas em local não desapropriado da fazenda. O representante do GETAT chegou a alegar que não poderia mais conter a disposição do fazendeiro Carlito Memberg a fazer cumprir a ordem de despejo das famílias localizada fora da área desapropriada; o que considerava uma injustiça porque a

maioria dos posseiros dessa área eram os que haviam lutado desde o início para que fosse realizada a desapropriação dos 11.672 hectares. Como não havia possibilidade de remanejá-los para a área, visto que 100 novos posseiros já tinham sido instalados após a desapropriação e como eles não estavam dispostos a ir para outra área, seria prudente suprir as demandas dos assentados de desapropriar os lotes onde estavam ocupados e que não faziam parte da área desapropriada (CPT, 1987, pasta 1).

Mesmo após a área ser desapropriada, os trabalhadores continuaram a ser perseguidos pelo fazendeiro. Feita a demarcação da área a ser desapropriada, mais de um ano depois a tensão aumentou porque, como os trabalhadores não se dispuseram a sair da área, teria de ser feita nova desapropriação para atender às demandas destes; o que acirraria ainda mais o conflito. No dia 2 de outubro de 1987, dois líderes dos assentados, Francisco e Antônio Montel, apresentaram denúncia de que um assentado da Juarina disse ter se encontrado com um homem chamado Quintino que dizia ser advogado e filho do fazendeiro Carlito Memberg no Hotel Tarumã em Conceição do Araguaia. Disseram para eles não mais passarem pela estrada, porque o fazendeiro estava sofrendo do coração; que não se responsabilizavam pelo que pudesse acontecer; que os posseiros tinham ganhado muito espaço com o ex-ministro Marcos Freire, mas que — graças a Deus — ele tinha morrido; que o fazendeiro era muito amigo de Jader Barbalho — então ministro do MIRAD — e que daquele momento em diante os posseiros iam se verem com eles. Na hora da conversa, o filho do fazendeiro estaria portando revólver. No mesmo dia, o filho de um assentado teria se encontrado com um vendedor de produtos agroquímicos que lhe teria alertado para tomar cuidado ao passar na estrada porque o vendedor ia entregar um produto chamado Tordon para jogar na fazenda e que era altamente tóxico; ele também lhe teria dito que o homem que acompanhava o filho de Carlito era pistoleiro perigoso (CPT, 1987, pasta 1).

Após a passagem de Marcos Freire pelo MIRAD — de 4 de junho a 8 de setembro 1987, quando faleceu em decorrência de acidente aéreo no sul do Pará —, Jader Barbalho assumiu com o desafio de contornar a crise da questão agrária e conter a violência no campo. Quanto à fazenda Juarina, depois de muita luta, de ameaças e de resistência dos posseiros a não desocuparem a área, a outra parte do imóvel — 18.528,68 hectares — foi desapropriada, em 18 de maio, através da portaria 678/88. À época, o ministro do MIRAD, Jader Barbalho, assina e aprova a destinação da outra área da fazenda Juarina para fins de reforma agrária (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/INCRA-TO, processos Fazenda Juarina, pasta 15), permitindo que os trabalhadores assentados fora da primeira área ficassem em seus lotes, como foi possível assentar mais trabalhadores (hoje somam 600 famílias assentadas em 30.200 hectares).

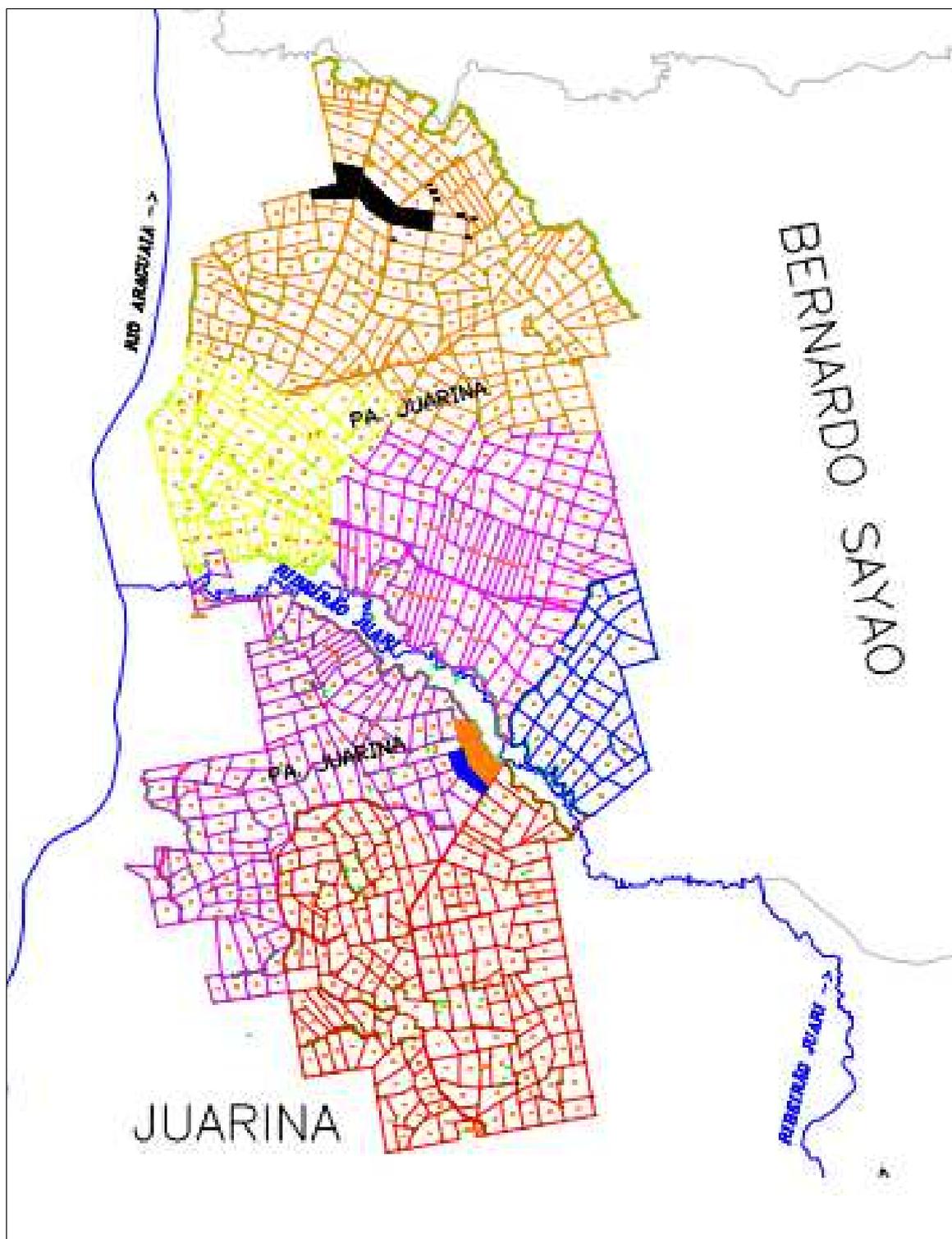


FIGURA 13. Mapa da divisão do assentamento Juarina. Toda a área da fazenda foi desapropriada à custa da luta dos trabalhadores, o que lhe atribui um status de reforma agrária para os trabalhadores realizada pelos trabalhadores. Ao governo coube homologar as decisões de trabalhadores que não aceitaram a imposição estatal nem latifundista.
 Fonte: INCRA, 2015.

Após cinco anos de luta dos trabalhadores, finalmente a fazenda Juarina — um latifúndio de 30,2 mil hectares — foi desapropriada e a terra foi democratizada, implantando o assentamento para 600 famílias que receberam lotes com média de 50 hectares. O assentamento possibilitou a essas famílias garantir a segurança e reprodução de seu modo de vida e lócus de trabalho. A desapropriação só se concretizou pela capacidade de organização e resistência dos trabalhadores, que atuando em várias frentes e com várias táticas conseguiram se sobreporem ao poder econômico e político do capital e ao Estado, cuja balança sempre pesava em favor do latifúndio.

A luta dos trabalhadores nas condições descrita neste estudo demonstrou que a capacidade organizativa do grupo e as alianças que se formaram foram decisivas nos desdobramentos da luta ao longo do processo de disputa pela terra. Foram se formando os intelectuais orgânicos do movimento; assim como se foi criando uma consciência de classe entre os trabalhadores que orientou o grupo nas estratégias de resistência e luta contra o latifundiário, que consistiu em recuar em alguns momentos e avançar em outros; ou seja, em algumas ocasiões era necessário fugir dos pistoleiros e não reagir à ação policial, mas tentar o diálogo com agentes do Estado; em outras, foi preciso ocupar órgãos públicos, como também ficar de tocaia para atacar pistoleiros e polícia, denunciar a violência nos meios de comunicação de projeção regional e nacional. Consideramos que da luta veio a consciência de classe *em si* para a de classe *para si*, visto que os trabalhadores assumiram o papel de vanguarda na região rompendo com a condição de subalternidade e enfrentando o latifúndio.

Essas ações dos trabalhadores e seus desdobramentos, podem se denominar, segundo Gramsci (1978), de *filosofia da práxis*. Entrar em luta pela defesa de direitos e interesses tornou possível um avanço intelectual para os participantes, em especial quanto à forma de se verem no movimento. “O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma.” (GRAMSCI, 1978, p. 20).

A reconquista da fazenda Juarina é emblemática por se tratar, de acordo com o INCRA/TO, do primeiro latifúndio a ser desapropriado para fins de reforma agrária na região que atualmente corresponde ao estado de Tocantins. Serviu de motivação de luta para outros trabalhadores que ocuparam outros latifúndios transformados em assentamentos rurais. A região soma 27 os assentamentos e quase 1,5 mil famílias de camponeses que vivem e desenvolvem a agricultura familiar voltada ao mercado local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ocupação e colonização da Amazônia se inter-relaciona com a de milhares de camponeses imigrantes que peregrinaram de um lugar a outro em busca de terras para sua reprodução familiar, social e cultural, longe do jugo do patrão e do coronel. Motivados por questões sociais e místicas em que a premissa era a sobrevivência nas florestas densas da Amazônia, as migrações representavam a libertação. Distantes das explorações dos fazendeiros, do arrendo e da submissão aos coronéis, camponeses de várias regiões se refizeram na floresta com a disponibilidade de matas intactas e longas extensões de terras para ser exploradas, se organizaram em comunidades rurais ao longo dos rios e trilhas por onde transitavam os imigrantes da borracha e dos garimpos, que foram se fixando em propriedades pequenas e médias

Esse trabalho permitiu-nos visualizar o processo de ocupação dessa região por grupos de trabalhadores advindos de várias regiões, mesmo que superficialmente, dada as complexidades da análise demográfica da região, em especial sua extensão e as particularidades e o contexto das ocupações em seus diferentes recortes, temporal e espacial. Contudo, através das investigações e análises bibliográficas, da consulta a arquivos e entrevistas, constatamos que essa região foi vista por trabalhadores camponeses de várias regiões, sobretudo do Nordeste, como um novo modo de vida longe da inclemência da seca, da miséria e da fome constantes. Ainda de acordo com as entrevista com alguns dos sujeitos em quem apoiamos nossa pesquisa, ao discorrerem sobre a trajetória dos imigrantes, são enfáticos ao afirmar que o período de relativa tranquilidade aconteceu até a chegada do grande capital latifundista, quando começaram as expulsões, as ameaças, as torturas e os assassinatos de posseiros que resistiam a sair de suas terras.

Nossa hipótese quanto à ocupação da região, aos conflitos agrários e à violência no campo é que não foram devidamente debatidos nas pesquisas históricas sobre a região do antigo norte goiano e, sobretudo, do atual do Tocantins, a partir de 5 de outubro de 1988, quando a então região norte se desvinculou de Goiás. Há relatos históricos que legitimam narrativas em que as ações do latifúndio e a violência cometida contra trabalhadores são preponderantes, mas muitas vezes negam a participação destes como sujeitos históricos em processos de disputas pela inserção econômica e social. Toda vez que o trabalhador se envolveu na luta contra o latifúndio pela posse da terra, suas reivindicações foram desprezadas pelos agentes do Estado autocrático e democrático da Nova República. Ambos

não levaram em consideração a existência dos grupos que já estavam instalados antes da chegada do capital e do latifúndio na região.

Trabalhadores vindos de regiões diversas como mão de obra para a derrubada da floresta e formação de pastagem, ao terminar esse serviço, migravam para as periferias das cidades, onde residiam por algum tempo, até se organizarem para ocupar o latifúndio e pressionar o Estado a realizar a reforma agrária. Entretanto, permanecem excluídos das narrativas oficiais tocantinenses sobre o processo de consolidação de Tocantins. A análise dos relatos desses trabalhadores, arquivos familiares e documentos de arquivos da CPT e do INCRA propiciou avançar no conhecimento sobre o tema, visto que, em relação às fontes orais que subsidiaram as fontes documentais, uma vez que os sujeitos selecionaram experiências construindo memórias sobre tais eventos e mesmo tendo pouca relação com o mundo da cultura escrita, guardam uma grande quantidade de documentos que podem ser prova de sua seleção da existência do conflito.

A violência e o conflito gerados pela posse da terra na região do vale do Araguaia, noroeste de Tocantins, mais especificamente na região onde se compreende o município e assentamento Juarina, bem como outra qualquer região da Amazônia tiveram suas origens nas políticas implantadas ainda na década de 1930, quando o governo de Vargas implementa o projeto de interiorização com a efetivação da “marcha para o oeste”, incentivando a migração das populações do litoral, ou das regiões do Sul, Sudeste e Nordeste para as regiões de baixas densidades populacionais do Sul, Centro-Oeste e Norte. O resultado desse projeto em Goiás teve de concreto a implantação da CANG e a interligação, via rodovias, da região ao norte do estado tendo Anápolis como entreposto comercial entre as regiões produtoras agrícolas e os mercados consumidores do Sudeste através da rede ferroviária. Após a consolidação do projeto da marcha com a implantação da CANG e da mudança da capital do estado para Goiânia, nas décadas de 1930 e 1940, o processo migratório para Goiás foi impulsionado pela mudança da capital federal para Brasília, no Planalto Central, depois pela abertura da rodovia Belém–Brasília, no governo de Juscelino Kubistchek, interligando Sul ao Norte e incorporando a região de Goiás às demais regiões pela via rodoviária. Foi por ela que chegaram levas de imigrantes no fim da década de 1960, na de 1970 e na de 1980, quando se intensificaram os conflitos entre classe trabalhadora e capitalistas pela posse da terra.

A partir da segunda metade da década de 1960, quando os governos da ditadura militar assumiram o poder, implementaram um projeto de ocupação da Amazônia intensificando a propaganda que anunciava um novo eldorado na floresta Amazônica, estimulando uma migração intensa e maciça para a região, facilitada pela rodovia Belém–Brasília, aberta pelo

governo de Juscelino Kubitschek e asfaltada pelos governos autocráticos. A política de ocupação estimulou correntes migratórias em busca das terras prometidas cravadas na floresta. A publicidade governamental intensificou a procura pelas terras amazônicas como uma onda: chegam à região trabalhadores, grileiros, pistoleiros e capitalistas, que vão formando os contornos fundiários em toda a região.

Uma nova configuração do campo foi ampliada em aspectos diferentes devido aos interesses que foram se contrapondo ao longo do tempo e do espaço. A terra utilizada como locus de trabalho e reprodução familiar pelo camponês torna-se meio de produção capitalista, mercadoria e objeto de especulação financeira, que foi se formando quando os instrumentos de intervenção e controle estatal foram incorporados em favor dos interesses do capital e das classes dominantes, local ideal para especulação financeira (PALMEIRA, 1989). À medida que o capital se apropriava rápida e maciçamente das terras, os camponeses foram são expulsos de suas posses, deixando as livres para ampliar a fronteira agropecuária com a instalação de latifúndios. Assim que se fecham os espaços para os camponeses em suas áreas de trabalho, abrem-se novos aglomerados urbanos nas margens das rodovias ou se expandem as periferias das cidades mais próximas com novos moradores: camponeses expropriados e esboroados pelas condições em que foram expulsos de seu local de produção de alimentos e reprodução familiar.

O modo pelo qual aconteceram as expropriações dos camponeses se manifesta no momento em que a expulsão passa de um episódio econômico — da apropriação de terra por alguns em detrimento da supressão de outros — para dar lugar a uma urbanização desordenada nas vilas e cidades, formadas nas bordas dos latifúndios (VELHO, 1972; GRABOIS, 1971; SILVA, 1982). O resultado da expropriação dos camponeses gerou uma profunda alteração na distribuição espacial (PALMEIRA, 1986) na região do antigo norte goiano. Onde está a região do vale do Araguaia não foi diferente. Posses instalados em suas posses havia décadas foram quase na sua totalidade expulsos pelos latifundiários que chegaram no fim da década de 1960, início dos anos 1970, com títulos falsos e apoio de donos de cartórios e funcionários públicos, que os legitimavam como donos de terras já ocupadas por camponeses.

A política governamental que privilegiou a expansão do capital estimulou a migração de trabalhadores com a propaganda do novo eldorado e fomentou a formação de novas fronteiras composta por capitalistas que implantavam seus investimentos com recursos subsidiados pelo Estado autocrático e trabalhadores oriundos de outras frentes migratórias, muitos expulsos em conflitos pela posse da terra, ou que venderam suas pequenas

propriedades e vieram na esperança de ampliar a propriedade; além de outros que vieram como mão de obra na abertura das áreas dos latifúndios.

Através deste trabalho, procuramos demonstrar que a ocupação da fronteira Amazônica não foi — como querem as narrativas oficiais — uma questão de “[...] terra sem homens para homens sem terra”; tampouco teve a intenção de “integrar para não entregar”. Houve — isso sim — um direcionamento para exploração econômica de ocupação, inclusive na reformulação da lei 4.504/64 (Estatuto da Terra), que privilegiou a estrutura latifundista dos empreendimentos agropecuários com áreas açambarcadas, muitas com extensões maiores que alguns municípios brasileiros. As ações dos agentes públicos não deixavam dúvida que se tratava de privilegiar o latifúndio e segregar os trabalhadores que vieram em diferentes momentos, como imigrantes fugindo da seca, do jugo do coronel, do arrendo do fazendeiro ou como força de trabalho. Todos os que vieram fora da lógica do capital foram alijados do projeto e do governo autocrático e democrático para a Amazônia.

Todavia, em se tratando do caso da fazenda Juarina, constatamos que o modelo de ocupação planejada pelos governos da ditadura e realizada pelo capital nacional e internacional não se efetiva como foi planejado porque os trabalhadores não se submeteram ao lugar que lhes fora reservado: fornecedores de mão de obra barata e precária. Lutaram contra a efetivação do projeto de ocupação e expropriação de suas terras. Reconquistaram-na como projeto de assentamento de reforma agrária. Enfrentaram diretamente o latifundiário, submetendo-se ao perigo iminente de tortura e morte, de ser despejados à força por policiais. Avançaram resistindo. Ocuparam a fazenda e órgãos públicos. Articularam alianças até conseguir os objetivos: a terra.

Com efeito, a ocupação da fazenda Juarina pode ser considerada como exemplo da formação da classe na luta, na tomada de consciência de *classe em si* para a de *classe para si*, consciência produzida pela incessante luta até reconquistarem todas as terras transformadas em latifúndio. Esse processo ocorreu em dois momentos, num intervalo de dois anos da desapropriação da primeira parte para a segunda da fazenda. O que era para ser, no primeiro momento, a reparação da expropriação de quase 80 famílias resultou no assentamento de 645 famílias de trabalhadores rurais que viviam em situação de vulnerabilidade e se transformaram em agricultores familiares.

A ocupação dessa região representou, para muitos imigrantes — em especial os do Nordeste —, um “eldorado” a ser conquistado; uma oportunidade ímpar de conquistar um lugar onde fosse possível se reproduzir socialmente com aquisição de terras baratas ou de graça para trabalhar com a família. Muitos vieram em busca do sonho de se tornarem

fazendeiros no norte de Goiás. Trouxeram consigo a família e tudo que possuíam e que fosse possível trazer. Para muitos dos imigrantes, a região correspondeu às expectativas de conquistar os sonhos que perseguiram.

Contudo, isso não foi a realidade de muitos imigrantes. Com base em informações que obtivemos através das entrevistas, é necessário olhar com atenção para a ocupação da Amazônia — da região aqui enfocada —, sobretudo quanto ao papel que cada grupo teve no processo e os que foram preteridos pelo projeto do governo, os que vieram como mão de obra e se negaram à condição de passividade ao assumirem o papel de protagonistas na luta para reaver seus direitos à cidadania pelas ocupações do latifúndio.

Cabe considerar que a luta pela posse da terra, em que trabalhadores organizados, de um lado, forçavam o Estado a executar o PNRA e os latifundiários de outro tentavam a qualquer custo impedir a execução da reforma agrária. Foi travada não só entre ambos, porque tanto um lado como outro estabeleceram uma rede de alianças e apoio. Evidentemente, os latifundiários tinham uma larga vantagem sobre os trabalhadores: contavam com a participação de políticos, órgãos da justiça e da opinião pública. Contudo, o apoio da Igreja — mais especificamente da CPT — garantiu apoio político e jurídico, além de formação pedagógica e políticos simpatizantes da luta dos trabalhadores que pressionou os órgãos governamentais denunciou a violência cometida contra trabalhadores nos organismos internacionais, atuando também como mediadores entre trabalhadores e autoridades até a execução da desapropriação do latifúndio para fins de reforma agrária.

A reconquista da posse da fazenda Juarina pelos antigos posseiros e outros trabalhadores expropriados de outras áreas é emblemática da questão agrária no Brasil porque representa, na essência, o problema da ocupação fundiária que se arrastou dos governos da ditadura, adentrou os governos da nova República e continua a ser um desafio aos governos atuais — qual seja: realizar a reforma agrária —, inclusive pelos governos ditos populares. Os integrantes das frentes pioneiras, ao destruíram as comunidades tradicionais e expulsaram os posseiros de suas terras para as periferias das cidades, criaram um problema que culminaria no confronto pelas terras de onde foram expulsos. O Estado criou tanto as condições favoráveis para instalar projetos agropecuários (facilidade no processo de regularização das terras pelos institutos de terras, financiamentos subsidiados) quanto aparato repressivo para retirar posseiros resistentes. Porém, não se preocupou em criar condições mínimas para acalmar esses trabalhadores expropriados nas periferias das cidades. Desempregados nas cidades, superexplorados nas fazendas, desassistidos de políticas públicas, o resultado foi se

organizar e ocupar os latifúndios, mesmo sabendo dos perigos iminentes. Enfrentar pistoleiros e ocupar o latifúndio, para muitos, foi não uma opção, mas uma necessidade extrema.

Do mesmo modo que, em outras regiões onde o conflito pela posse da terra foi intenso e violento, o episódio da fazenda Juarina demonstra que os trabalhadores organizados e unidos foram capazes de se sobreporem à violência do latifúndio, de conquistarem a terra e de visualizarem a obtenção de terras como saída da marginalidade e integração à economia local através da produção familiar. Por mais que a problemática agrária da região do Médio Araguaia — dos conflitos envolvendo trabalhadores e latifundiários — esteja relacionada com a política getulista da Marcha para o Oeste e interiorização do país, ela se intensifica após a construção da BR-153 (Belém–Brasília) e a tomada do poder político pela ditadura militar, quando implementam o projeto de exploração econômica da amazônica concedendo ao grande capital nacional e internacional a infraestrutura e os recursos financeiros necessário para consolidação do projeto. Aos trabalhadores que já estavam instalados em suas posses na região e os que vieram junto com o capital, foram reservado as condições de mão de obra barata e precária, descartada a cada término de trabalho de instalação do latifúndio.

Foram nas condições de vulnerabilidade nas periferias que os trabalhadores se organizaram e ocuparam a fazenda Juarina. Em uma luta que, entre a expulsão e reconquista, levou duas décadas. Foram 20 anos não só de luta, mas também de expulsão, medo, estratégias e persistência, até a fazenda ser toda desapropriada. O assentamento Juarina é emblemático do ponto de vista da luta dos trabalhadores pela posse da terra. O primeiro imóvel desapropriado para fins de reforma agrária no norte de Goiás foi desapropriado em duas etapas, em um processo intenso e violento em que a participação e determinação dos trabalhadores foram decisivas para conquistar a terra. Como afirma V. C., “[...] quem fez a reforma agrária na Juarina fomos nós, os trabalhadores. Foi na marra. O governo só fez homologar o que internamente nós decidimos”.

De acordo com a certidão de registro do cartório de registro de imóveis de Juarina, o assentamento possui 645 parcelas ocupadas por agricultores assentados. O projeto de assentamento Juarina é um importante produtor de leite e é um município com população total de 2.333 habitantes, de acordo com o IBGE (2000). A fazenda Juarina foi das primeiras ocupações dessa região, que soma 20 propriedades desapropriadas e transformadas em assentamentos. Nelas, vivem cerca de mil famílias praticando agricultura familiar e se integrando ao mercado regional produzindo, gerando emprego e aquecendo a economia local.

Analisar a luta pela posse da terra na Juarina permitiu-nos verificar como os governos da ditadura militar trataram da Amazônia: como a mais nova fronteira. Atuou com o capital

nacional e internacional na repressão dos trabalhadores que foram expropriados de suas terras, ou vieram como força de trabalho para suprir as demandas dos projetos agropecuários, madeireiros ou mineradores que ali se instalaram, a exemplo do capitalista e latifundiário Carlito Memberg, que chegou à região em 1968 para, com a aquiescência do Estado, expulsar em torno de 80 famílias de posseiros de suas terras. Foi possível igualmente constatar que os trabalhadores, mediante o contato com organizações como a CPT, sindicato dos trabalhadores rurais, organizarem-se como classe, o que lhes permitiu se oporem ao projeto dos capitalistas e do Estado e forçar que se aplicasse o PNRA e se desapropriasse a área de onde foram expulsos, criando assim o projeto de assentamento Juarina.

REFERÊNCIAS

- AJARA, Cesar. FIGUEREDO, Adman Hamam; BEZERRA, Vera Maria D'Ávila C. O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista brasileira de Geografia**, Rio do Janeiro, n. 53, p. 5–48, 1990.
- ALDIGHIERI Mario. **Josimo**: a terra, a vida. São Paulo: Loyola, 1993.
- ANGELI, José Mario. Gramsci, hegemonia e cultura: relações entre sociedade civil e política. **Espaço Acadêmico**, n. 122, jul. 2011.
- AQUINO, Napoleão Araújo. A construção da Belém–Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: ed. UFG; Palmas, 2002, p. 315–50.
- ARAUJO, Marco Aurélio Correia de. **Estado e planejamento**: a SUDECO e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste (1967–1990). 2012. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás.
- ARBUÉS, Margareth P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958–1988). In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: ed. UFG; Palmas, 2002, p. 395–38.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Comissão Pastoral da Terra/Vozes, 1982.
- AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Livraria José Olimpyo Editora, Rio de Janeiro 1963.
- BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BORGES, Barsanulfo G. A rodovia Belém–Brasília. **Educação e Mudança**, Anápolis, n. 9, p. 98–105, 2002.
- BORGES, Barsanulfo G. A rodovia Belém–Brasília e a integração do Norte Goiano. **Revista de História**, Franca: UNESP, v. 5, n. 2, p. 149–71, 1998
- BORGES, Barsanulfo G. **Goiás nos quadros da economia nacional — 1930–1960**. Goiânia: ed. UFG, 2000.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**; a degradação do trabalho no século XX. Rio do Janeiro: Jorge Zahar, 1980.
- BRASIL. **Lei. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htmh>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BRUNO, Regina. **Liberalismo e reforma agrária: o governo Castelo Branco**. CPDA/UFRRJ, 1985.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5, novembro 1995. <http://r1.ufrj.br>. Acesso em 20 de maio de 2015.

CAMPOS Roberto. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbook, 1994.

CAMPOS, Itami. **Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930–1964)**. 1985. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

CANUTO, Luzia de Oliveira Pereira. **Terra e natureza: assentamentos rurais de Rio Maria (1974–2004)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) — Departamento de História, Universidade Federal do Pará.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados; Niterói: ed. UFF, 2005.

CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo Brasil (1962–1985)**. Camponeses, torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://marxismo21.org/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

COSTA, Francisco de Assis . **A especificidade camponesa: um trajeto de pensamento que se projeta no futuro**. Belém, NAEA, UFPA, 2008.

DEL ROIO, Marcos. **Os idos de março de 1964 e o significado da democracia**. Disponível em: <<http://marxismo21.org/2013>>. Acesso em: 30 maio 2015.

ERTHAL, Rui. Os complexos agroindustriais no Brasil, seu papel na economia e na organização do espaço. **Geo-paisagem**, ano 5, n. 9, 2006. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/complexos>. Acessado em 10 /05/2015>. Acesso em: 2014

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**. Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Estado e agricultura em Goiás: escritórios privado de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961–1964)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social e Contemporânea) — Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio do Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- FIGUEIRA, R. R. Depoimento do Pe. Ricardo Rezende, de Conceição do Araguaia. In: PAIVA, Vanilda Paiva (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.
- FIGUEIRA, R. R. **A justiça do lobo**. Possesores e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FIGUEIRA, R. R. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**, Campinas, v. 14. n 38, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acessado em: 15 mar. 2015.
- FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: ed. UCG, 2009.
- FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/ed. UFRJ, 2010.
- GIANNOTTI, José A. Em torno da questão do estado e da burocracia. **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 20, p. 111–29, abr./mai. jun. 1977.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 3.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 5.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V. 2.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra 1968.
- HÉBETTE, Jean. **A velha questão da terra na Amazônia**: a estrutura fundiária da colônia até hoje. In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém: ed. UFPA, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORN, Geraldo B; GERMINARI, Geyson D. **O ensino de história e seu currículo** — teoria e método. Petrópolis: Vozes, 2006.
- IANNI, Otavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.
- IANNI, Otavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IANNI, Otavio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Tocantins**: Juarina. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171180&search=||info%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LIMA, Eonilson; RAMOS, Dornival Venâncio. Outros olhares sobre a história do Tocantins: a narrativa de trabalhadores rurais e as aulas de História. In: VIEIRA, Martha Victor; SILVA, Norma Lúcia da (Org.). **Ensino de história e formação continuada**. Goiânia: ed. PUC/GO, 2013, p. 105–19.

LÖWY, Michael. Cristianismo de libertação e marxismo: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Araújo (Org.). **História do marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após os anos de 1960. Campinas: ed. Unicamp, 2007, p. 412–3.

MAIA, Claudio Lopes. **Os donos da terra**: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira — a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950-1960. 2008. Tese (doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 105–65.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. Impasses Políticos dos Movimentos Sociais na Amazônia. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 131–48, 1. sem. 1989.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25–70, maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Agroescravidão**: a degradação do humano e o avanço do agronegócio no Brasil contemporâneo. Gurupi: Veloso, 2013.
- MAURO, Victor Ferri; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Violência e expropriação fundiária na chegada da frente pioneira à microrregião do Médio Tocantins — Araguaia. **Entre Lugar**, Dourados, MS, ano 1, n. 2, 2º semestre de 2010.
- MECHI, Patrícia S. **Protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972–1974). 2012. Tese (doutorado em História Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 126–41.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. **“Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba”**: migração, família e reprodução da força de trabalho. 1985. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, 1985.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: ed. UFPB, 2002.
- MORBACH, Marise Rocha. A publicidade no período Médici: Os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia. In: INTERCOM/UNAMA, Campo Grande, MS, 2001. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2015.
- NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Conhecendo o Tocantins**: história e geografia. Goiânia: Alternativa, 2006.
- NÉSPOLI, José Henrique S. **Gramsci e a interpretação da sociedade civil na política contemporânea**. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/>>. Acesso em: 24 mar. 2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflito. 2. Campinas: Papiros, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio — 1964–1985**: modernização e tradição. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. Identidade nas margens do rio Tocantins. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH, 13., Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/>>. Acesso em: 22 set. 2010.
- PÁDUA, Andréia Aparecida Silva. A sobrevivência da Marcha para o Oeste. **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623–43, jul./ago. 2007.

- PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.
- PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: ed. UFG, 1999.
- PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/>>. Acesso em: 22 set. 2010.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2. ed. São Paulo, Cortez 2001.
- SADER, Maria Regina de Cunha Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SAES, Décio. **A república do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A história da resistência dos posseiros de Porangatu (1940–1964)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, 2003.
- SANTOS, Murilo. **Bandeiras Verdes**. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. São Luís: CPT, 1981.
- SANTOS, R. C. B. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 1994.
- SILVA, Itami; VINHAL, Maria do Carmo. **À sombra da estrada: a Belém–Brasília e a fundação da cidade de Colinas — 1960/1965**. Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins, 2008.
- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981, 210 p.
- SILVA, José Santana. Comissão pastoral da terra e as lutas dos trabalhadores rurais em Goiás. In: TEMAS de sociologia rural. Pará de Minas: Virtualbooks, 2009, p. 112–51
- SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Terra “sem lei, nem rei”**: Goiás (1822–1850). 2000. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás.

- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para análise das migrações. In: DEMATINI, Z. B. F.; TRUZZI, O. (Org.) **Perspectivas metodológicas**. São Paulo: ed. UFSCar, 2005, p. 53–86.
- SILVA, Sandro Dutra e. **Os estigmatizados**: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941–1959). 2008. Tese (doutorado em História) — Departamento de História, Universidade de Brasília.
- SILVEIRA, Marcos César Borges. **Herdeiros de Sísifo**. Porto Alegre: ed. UFPEL, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- SOUZA, Sonia Maria de. Belém–Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) 1958–1975. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: ed. UFG; Palmas, 2002, p. 351–94.
- SYDENSTRICKER, J. M.; TORRES, H. G. Mobilidade de migrantes: autonomia ou subordinação na Amazônia Legal? **Revista Brasileira de Estudos Populares**, Campinas, v. 8, n. 1/2, p. 33–54, 1991.
- TALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. Trad. de Moniz Bandeira. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VIEIRA, Maria Antonieta de Costa. **À procura das Bandeiras Verdes**: viagem, missão e romaria — movimentos socio-religiosos na Amazônia oriental. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas.
- VIEIRA, Maria Antonieta de Costa. Território em movimento — comunidades camponesas da Amazônia oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do padre Cícero). **Pós-Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1333/1050sp>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- WOORTMAN, Klass. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.217–38, v. 1.

■ FONTES ORAIS

AGUIAR, Antonio Pinto. Bernardo Sayão, TO, 19 de março de 2015. Arquivo de mp3 (35 minutos). Entrevista concedida a mim na residência de Abílio Coelho, Vila Tancredo, município de Bernardo Sayão.

ALMEIDA, Joana Maria. Entrevista concedida a OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964–1985**: modernização e tradição. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

ANÍSIO. Entrevista concedida a SILVEIRA, Marcos César Borges. **Herdeiros de Sísifo**. Porto Alegre: ed. UFPEL, 2009.

BARBOSA, Adalberto. Juarina, TO, 19 de março de 2015. Arquivo de mp3 (25 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

COELHO, Abílio. Bernardo Sayão, TO, 19 de março de 2015. Arquivo de mp3 (118 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

COELHO, Vitorino. Palmas, TO, 21 de abril de 2015. Arquivo de mp3 (98 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

COSTA, João. Colinas do Tocantins, TO, 14 de agosto de 2010. Arquivo de mp3 (46 minutos). Entrevista concedida ao autor na fazenda do entrevistado

FERNANDES, Adenilson Gomes. Juarina, TO, 17 de março de 2015. Arquivo de mp3 (87 minutos). Entrevista concedida a mim na casa paroquial.

GABI, Regina. Colinas do Tocantins, TO, 8 de outubro de 2010. Arquivo de mp3 (54 minutos). Entrevista concedida ao autor na casa paroquial

GODINHO, Dorinato de Deus. Jaruna, TO, 18 de março de 2015. Arquivo de mp3 (46 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

HELENA, Maria da Silva. Goiânia, GO, 22 de abril. Arquivo de mp3 (112 minutos). Entrevista concedida a Adelma Ferreira de Souza na residência da entrevistada.

LIMA, José. Pequizeiro, TO, 12 de abril de 2014. Arquivo de mp3 (56 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

MONTEL, Francisco da Silva. Conceição do Araguaia, PA, 6 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (116 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

NEVES, Anália da Silva. Pequizeiro, TO, 15 de outubro de 2010. Arquivo de mp3 (56 minutos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

OLIVEIRA, Adebald Rufino. Colinas do Tocantins, TO, 15 de setembro de 2010. Arquivo de mp3 (75 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

RODRIGUES, José Francisco. Pequizeiro, TO, 5 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (76 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

SANTOS, Maria Rodrigues. Juarina, TO, 15 de março de 2015. Arquivo de mp3 (63 minutos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

SANTOS, Maria Soares dos. Pequizeiro, TO, 3 de outubro 2014. Arquivo de mp3 (96 minutos). Entrevista concedida a Adelma Ferreira de Souza na residência da entrevistada.

URBANO. Entrevista concedida a VIEIRA, Maria Antonieta de Costa. **Território em movimento** — comunidades camponesas da Amazônia oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do padre Cícero). Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br>>. Acesso em: 15 maio 2014.

■ ARQUIVOS CONSULTADOS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Xinguara, PA. Documentos da fazenda Jarina, pastas 2–4.

■ FONTES DOCUMENTAIS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT. **Caderno de conflitos**, 1985–6.

■ FONTES JORNALÍSTICAS

Correio Brasiliense. 7 ago. 1994. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 4.

Jornal do Brasil. 13 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Jornal do Brasil. 14 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Jornal de Brasília. 5 out. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Jornal de Brasília. 10 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Jornal de Brasília. 15 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Jornal do Tocantins. 21–4 de maio de 1994. Arquivos CPT Xinguara PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 4.

O Estado de S. Paulo. 27 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

O Globo. 27 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 4.

O Popular. 28 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Província do Pará. 11 jan. 1986. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Tribuna Operária. 23 fev.–7 mar. 1980.

Tribuna de Minas. 13 dez. 1985. Arquivos CPT Xinguara, PA. Documentos da fazenda Juarina – pasta 2.

Veja. São Paulo, SP, 2 jan. 1980.

Veja. São Paulo, SP, 13 fev. 1980.

Veja. São Paulo, SP, 11 jun, 1980.

Veja. São Paulo, SP, 13 jun. 1980.

Veja. São Paulo, SP, 5 mar. 1986.

Veja. São Paulo, SP, 19 jun. 1986.

Veja. São Paulo, SP, 18 jun. 1986.

ANEXO

Documentos levantados nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária

06 □ 21 a 24 de Maio de 1993

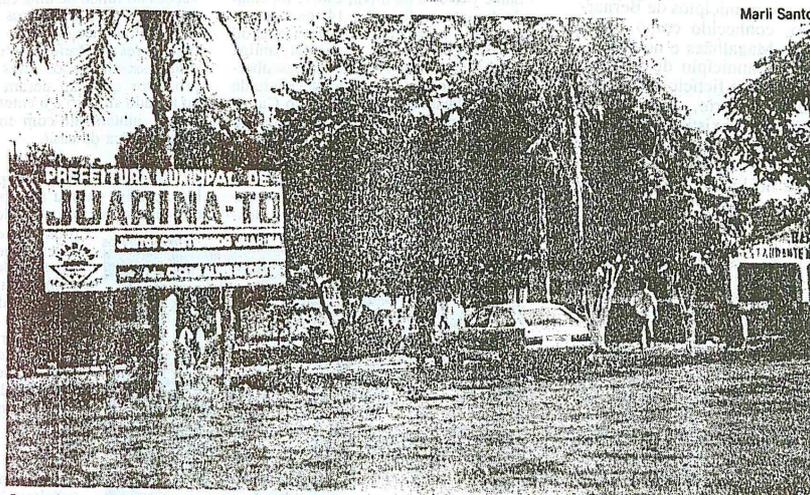
Jornal do Tocantins

Estado



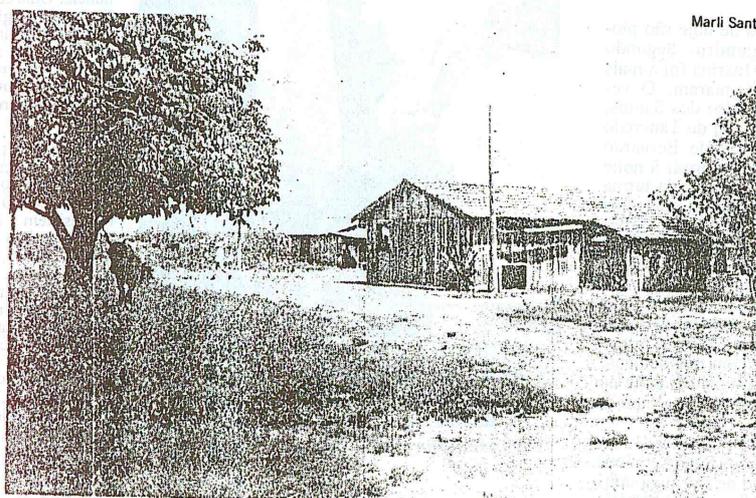
Juarina retrata a violência no campo

Histórias de condenados à morte e cemitérios clandestinos são comuns na área



Marli Santos

Local da sede da antiga fazenda Juarina, onde hoje funciona a Prefeitura Municipal



Marli Santos

Retiro Formiga, local onde algumas pessoas foram baleadas

TERRAS

18-05-73

Ofício de São Paulo

Descoberto cemitério clandestino em TO

PALMAS, Tocantins — O promotor de Justiça de Colinas (TO) conseguiu localizar entre os dias 13 e 14 duas valas onde estavam enterradas ilegalmente duas crianças no município de Juarina a 700 quilômetros de Palmas. O promotor chegou até as sepulturas a partir de denúncias de que no local existe um cemitério clandestino de posseiros da época em que a cidade era uma fazenda de sete mil alqueires. A fazenda foi invadida por 700 famílias e desapropriada pelo Inbra em 1985. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia, as ossadas das crianças, podem estar relacionadas à chacina de uma família ocorrida em 1986 por pistoleiros da fazenda.

A denúncia da existência de um cemitério clandestino em Juarina foi feita por Vi-

cente Rocha de Moraes, no dia 17 de março, ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (CNDDH). Na denúncia ele acusa a polícia local de ter conhecimento dos fatos e de nada ter feito para investigá-los. O CNDDH determinou à polícia tocantinense e ao Ministério Público a apuração do caso. Uma equipe da Delegacia Regional de Araguaína esteve no local no mês de abril e disse não ter encontrado pistas das sepulturas, provocando a visita do promotor, que já solicitou abertura de inquérito.

Os conflitos pela posse da terra no Vale do Rio Juari, datam de 1958. A Fazenda Juarina foi constituída em 1965. Em 1985, foi invadida por 420 posseiros. Pistoleiros e policiais teriam sido usados para acabar com a resistência dos posseiros.

1391+
423.1600

611391ICPA BR
611657CDEP BR

CAMARA DEPUTADOS BRASILIA DF TLX NR 10460 DE, 23/ABR/87 ((VIEGAS))

EXMO SR
DR GUILHERME FREDERICO DE MOURA MULLER
MD SECRETARIO GERAL DO MIRAD
BRASILIA - DF

TELEX URGENTE
=====

PEÇO PROVIDENCIAS DE SUA PARTE PARA ATENDIMENTO AAS REIVINDICAÇÕES DAS CERCA DE 350 FAMILIAS DE TRABALHADORES RURAIS QUE OCUPAM LOTES NA FAZENDA JUARINA, NORTE DE GOIAS, CUJA AREA FOI PARCIALMENTE DESAPROPRIADA, E QUE APESAR DISTO NOVOS E SERIOS PROBLEMAS TEEM SURGIDO.

NOSSO GABINETE RECEBEU DENUNCIA DE REPRESENTANTES DOS POSSEIROS, DANDO CONTA DE QUE ESTAH IMINENTE O DESPEJO DE CERCA DE 100 FAMILIAS QUE ESTAO INSTALADAS EM LOCAL NAO DESAPROPRIADO DAQUELA FAZENDA.

ONTEM (22/04), O DR RONALDO BARATA ESTEVE REUNIDO COM ELES E DISSE QUE NAO PODERIA MAIS CONTER A DISPOSICAO APRESENTADA PELO GRILEIRO CARLOS MEMBERGUE DE FAZER CUMPRIR UM MANDADO DE DESPEJO QUE POSSUI HA UM ANO, ENDEREÇADO AOS TRABALHADORES OCUPANTES DE LOTES QUE FICARAM DE FORA DA AREA DESAPROPRIADA.

CONSIDERAMOS ISTO UM ABSURDO, POIS A MAIORIA DOS 100 POSSEIROS QUE SERIAM PREJUDICADOS COM O DESPEJO, SAO JUSTAMENTE OS QUE FIZERAM PARTE DA ARDUA LUTA QUE CULMINOU COM A DESAPROPRIACAO DE 11.672 HECTARES, DOS 30.200 TOTALIZADORES DA FAZENDA.

NAO HA COMO REMANEJA-LOS PARA DENTRO DA AREA DESAPROPRIADA, POIS NAO HA MAIS ESPAÇOS, PRINCIPALMENTE DEPOIS DA ENTRADA DE MAIS DE CEM NOVOS POSSEIROS. ELES TAMBEM NAO ACEITAM A INDICACAO DE TRANSFERENCIA PARA OUTRA REGIAO, POIS ISTO SERIA FEITO SEM QUE A OPINIAO DELES FOSSE CONSULTADA OU LEVADA EM CONSIDERACAO.

TRANSCREVO, ABAIXO, OS ITENS DE NUMERO 5 E 6, DE UM DOCUMENTO ELABORADO PELOS REPRESENTANTES DOS POSSEIROS, ASSINADO PELA QUASE TOTALIDADE DELES, ONDE ESTAO AS SUAS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES, ALEM, EH CLARO, DA MAIS IMPORTANTE, QUE EH A SOLICITACAO QUE FAZEM DA DESAPROPRIACAO DE PELO MENOS, MAIS DOZE LOTES (NUMEROS 1,9,12,18,19,28,31,32,33,34,72 E 74), ONDE ESTAO LOCALIZADOS QUASE TODO O RESTO DOS POSSEIROS. RESSALTO QUE O LOTE 28 EH ONDE INCLUSIVE ESTAH INSTALADA A SEDE DA COLONIA DOS TRABALHADORES RURAIS, DEIXADO DE FORA DA ABRANGENCIA DO DECRETO.

AS REIVINDICAÇÕES:

ITEM 5': QUEREMOS QUE O GOVERNO FAÇA JUSTIÇA, DANDO DIREITO A QUEM DE FATO OCUPA E PRODUZ A AREA, AGILIZANDO A NOSSA REGULARIZACAO, POIS NOS ENCONTRAMOS IMPEDIDOS DE TRABALHAR COM BANCOS E SEM SEGURANÇA NO PROPRIO TRABALHO (AS AMEAÇAS CONTINUAM).

ITEM 6': NAO ACEITAMOS SER REMOVIDOS PARA OUTRAS AREAS PORQUE JAH TEMOS RANÇOS, ROÇAS, FRUTEIRAS, CRIACAO DE PORCOS, GALINHAS, ETC... ASSIM SENDO, RESTA-ME AGUARDAR UMA BREVE E ATENCIOSA MANIFESTACAO DE SUA PARTE, ESPERANDO MERECEER SEU ESPECIAL AINTERESSE NO ATENDIMENTO DAS SOLICITACOES AQUI APRESENTADAS, OBJETIVANDO SOLUCIONAMENTO DESTAS PREMENTES QUESTOES.

PELA ATENÇAO QUE DEDICAR AO ASSUNTO, ANTECIPO SINCEROS AGRADECIMENTOS, REITERANDO ESTAR AO SEU DISPOR, NO QUE FOR NECESSARIO. ATENCIOSAMENTE,

ADEMIR ANDRADE
DEPUTADO FEDERAL PMDB-PA

DENÚNCIA

Quinta-feira, 02 de outubro/1987

No hotel Tarumã - Conc. do Araguaia, Pará, um trabalhador rural da Colônia Tancredo Neves (Juarina), desapropriada em 7 de janeiro de 86, pelo Decreto Nº 92.276 e imitada na posse em 14.05 do mesmo ano. Se encontrou com um homem que se diz chamar Quintino e diz-se ser advogado da Faz. Juarina) juntamente com um dos filhos do ex fazendeiro que se chama Carlos mais conhecido (Carlão) o advogado disse ao trabalhador que não mais passasse pela a estrada e que o dono da fazenda sofrendo do coração e que eles não se responsabiliza pelo o que houver, disse também que nois tinhamos ganhado muito es paço com o ex-ministro Marcos Freire, mais graças a Deus, ele mor reu e que o fazendeiro é muito amigo de Jader Barbalho o atual mi nistro e que daqui pra frente os chefes de posseiros vão se haver com ele. E o filho do fazendeiro (Carlão) portava na hora esposta mente um revólver que não deu para ver o calibre. No mesmo dia um filho do referido trabalhador encontrou um vendedor da Agroqui ma o mesmo disse estava indo para a Fazenda Juarina, vender ou en tregar um produto químico chamado Tórdon o tal funcionário que não se identificou disse ao filho do trabalhador que tomasse cuidado para quando passar pela estrada porque o produto é altamente radio ativo assim como um dos homens que estavam com o Carlão, no hotel é pistoleiro e muito perigoso. O advogado nós supomos ser o tal pistoleiro.

Francisco da Silva Mouta
 Clifoncio da Silva Mouta

MA RAPIDEZ E SUA POSICAO
CONFIAVIDADE A SUA DISTINCAO

ZCZC CIR10026 2005 1036
CONCEICAODOARAGUAIA/PA

52/42

TELEGRAMA
MINISTRO DA JUSTICA
PAULO BROSSARD
BRASILIA/DF

COPY

DENUNCIAMOS INVASAO TERRAS DESAPROPRIADAS DA JUARINA PELA FAZENDA
TERRA GRANDE. HA ATUACAO PISTOLEIROS PROVAVELMENTE DO GRUPO SOLUC
EXIGIMOS RETIRADA PISTOLEIROS AREA DEMARCAAO IMEDIATA TERRA PARA
POSSEIROS

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE COUTO MAGALHAES GOIAS
SR. JOSEH SERGIO DA SILVA - PRESIDENTE

NNNN
421 1698
CPT- COMISSAO PASTORAL DA TERRA
AV. 14 DE NOVEMBRO, 1400
CONCEICAODOARAGUAIA/PA 421 1698
PERPETUA/NEWTON

ECT
TELEGRAMA T U I N A U U
E COMODO. TELEFONE PARA A
ECT HOJE E RAQUE DEPOIS.
ECT
ECT H

RG	PREÂMBULO	CARIMBU 2471
DESTINATARIO Ilmº Sr. RONALDO BARATA Presidente/GETAT - Agropólis do Amapá s/n Marabá - PA		
TEXTO ORIGEM/NÚMERO/DATA RG/MIRAD/SG/CCA/ Nº 27 /86 DE 04.09.86 Retransmito TLX NR 3087/3092 da Camara de Deputados Brasília de 29.08 86 para providências urgentes sentido agilizar processo desapropriação imóvel devido grave clima de tensão social instaurado na área . "...' <p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;">  Alfredo Wagner B. de Almeida <i>Alfredo Wagner Banno de Almei.</i> Secretário Geral Adjunto/MIRAD Portaria 140 de 28/07/85 </p>		
INGRA. SA	EMISSOR:	



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO		Espaço reservado a autenticação mecânica	
Será preenchida pelo expedidor			
ECT		Espaço reservado a autenticação mecânica	
HORA DA TRANSMISSÃO			
INICIAIS DO OPERADOR			
INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS			
TEXTO E ASSINATURA - ENDEREÇO	DESTINATÁRIO: <u>Ministro Nelson Ribeiro</u>		
	<u>palácio Desenvolvimento, 18º andar</u>		
	(Rua, Av., etc.)		(Bairro)
	CIDADE: <u>Brasília</u>	ESTADO: <u>DF</u>	
	(ou nome da estação móvel, no radiograma)		(ou nome da estação terrestre, no radiograma)
	<u>Comunicamos despejo iniciado dia 23 agosto 85,</u>		
	<u>área, nos municípios Couto Magalhães e Colméia,</u>		
	<u>com presença de 70 policiais. Solicitamos medi-</u>		
	<u>das urgentes para regularização fundiária em favor</u>		
	<u>das 200 famílias envolvidas. Desde 1968 existe</u>		
<u>litígio, com muita violência, da família Weinberg</u>			
<u>contra grupo de posseiros nesta área.</u>			
<u>Cirilo Gonçalves Ferreira Presidente STR</u>			
<u>Couto Magalhães e Pe. Ricardo Rezende Figueira</u>			
<u>Coordenador CPT Araguaia-Tocantins</u>			
NOME DO EXPEDIDOR		TELEFONE	
<u>Pe. Ricardo Rezende Figueira</u>		<u>tel 4211698</u>	
<u>21</u>		<u>Coordenação de Araguaia-Tocantins</u>	

611451PRDFA BR
611773CDEP BR

DE CAMARA DEPUTADOS BSE TLX NR.1407/10 DE 121285 ++JORGE/VIEGAS++

EXMO SR
PRESIDENTE DA REPUBLICA DR JOSEH SARNEY
PALACIO DO PLANALTO.
N E S T A

SOLICITO A ESPECIAL ATENÇÃO DE VOSSÊNCIA A PROBLEMAS QUE RELATO REFERENTES A QUESTÕES FUNDIARIAS, NOS QUAIS ESTÃO ENVOLVIDAS CENTENAS DE FAMILIAS DE HONESTOS TRABALHADORES QUE ANSEIAM PELA REFORMA AGRÁRIA NAS ÁREAS QUE VEM TRABALHANDO.

OS LAVRADORES QUE TRABALHARAM POR MUITOS ANOS AS ÁREAS DENOMINADAS JUARINA (NORTE DE GOIÁS/DIVISA DO PARÁ), GLEBA 10 (EM XINGUARA/PARÁ) E AINDA AS TERRAS DESAPROPRIADAS PELA ELETRONORTE, EM TUCURUI, SABEM QUE SEUS PROBLEMAS PODEM SER RESOLVIDOS DE MANEIRA FAVORÁVEL A ELES, MAS ISTO AINDA NÃO ACONTECEU.

NESTE MOMENTO, PROSEGUEM DUAS MANIFESTAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS QUE ESTÃO REIVINDICANDO O FIM DA MOROSIDADE COM A QUAL PESSOAS DO SETOR FUNDIÁRIO VEM TRATANDO PROPOSITAMENTE OS PROCESSOS DE DESAPROPRIÇÃO JÁ DETERMINADOS PARA ESTAS ÁREAS.

UMA DESTAS MANIFESTAÇÕES É A GREVE DE FOME QUE ONZE LAVRADORES REALIZAM EM FRENTE AO PALÁCIO DO PLANALTO DESDE ONTEM (11/12). OUTRAS LAVRADORES, EM NÚMERO DE 150, OCUPARAM A SEDE DO GETAT EM MARABÁ PARA EXPRIMIR SEU APOIO AOS COMPANHEIROS QUE ESTÃO EM BRASÍLIA E TAMBÉM PARA DEIXAR CLARA SUA INDIGNAÇÃO DIANTE DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS OU MELHOR DIZENDO, DA FALTA DE ANDAMENTO NOS SEUS PROCESSOS.

OS TRABALHADORES FICARAM CIENTES DE QUE O DR EDSON MUNIZ, ASSESSOR DO MIRAD, ALICU-SE AOS PROPRIETÁRIOS DA FAZENDA JUARINA, JUNTAMENTE COM A DIREÇÃO DO GETAT, FAZENDO COM QUE O PROCESSO DE DESAPROPRIÇÃO SEJA SAÍSSO DE MARABÁ PARA BRASÍLIA DEPOIS QUE A REFERIDA FAZENDA FOSSE TRANSFORMADA EM EMPRESA RURAL, O QUE IMPEDIRIA SUA DESAPROPRIÇÃO, OU NO MÍNIMO A TRANSFORMARIA NUM LONGO PROCESSO.

NESTE MOMENTO, QUERO REGISTRAR MINHA TOTAL SOLIDARIEDADE AOS LAVRADORES NÃO ATENDIDOS E APELAR PARA O SEU BOM SENSO PEDINDO-LHE PROVIDÊNCIAS URGENTES PARA O ATENDIMENTO DE TODAS AS REIVINDICAÇÕES DOS SOFRIDOS TRABALHADORES RURAIS.

SEI QUE COM SUA INTERFERÊNCIA DIRETA AS COISAS CORRERÃO DE FORMA MAIS ACELERADA E AS DESAPROPRIÇÕES QUE TANTO ESPERAM OS INTERESSADOS PODERÃO SAIR EM BREVE.

HÁ TAMBÉM A PARTE MAIS URGENTE DO PROBLEMA, QUE REFERE-SE AS MANIFESTAÇÕES DE BRASÍLIA E DE MARABÁ. NESTE ÚLTIMO CASO, SEI QUE O PRESIDENTE DO GETAT MANDOU A POLÍCIA RETIRAR A FORÇA, DA FRENTE DO PRÉDIO, TODOS OS MANIFESTANTES.

AGUARDO SUAS PROVIDÊNCIAS E AGRADEÇO SINCERAMENTE A ATENÇÃO QUE SEI MERECEER DE SUA PARTE, REAFIRMANDO ESTAR AO SEU DISPOR, NO QUE FOR NECESSÁRIO.

ATENCIOSAMENTE,
ADEMIR ANDRADE/DEPUTADO FEDERAL -PMDB/PA

//////
611451PRDFA BR
611773CDEP BR

CAMARA DOS DEPUTADOS

CAMARA DOS DEPUTADOS

CAMARA DOS DEPUTADOS

cad. da BRASILIA 1980 quinta-feira 12.02.80

protesta

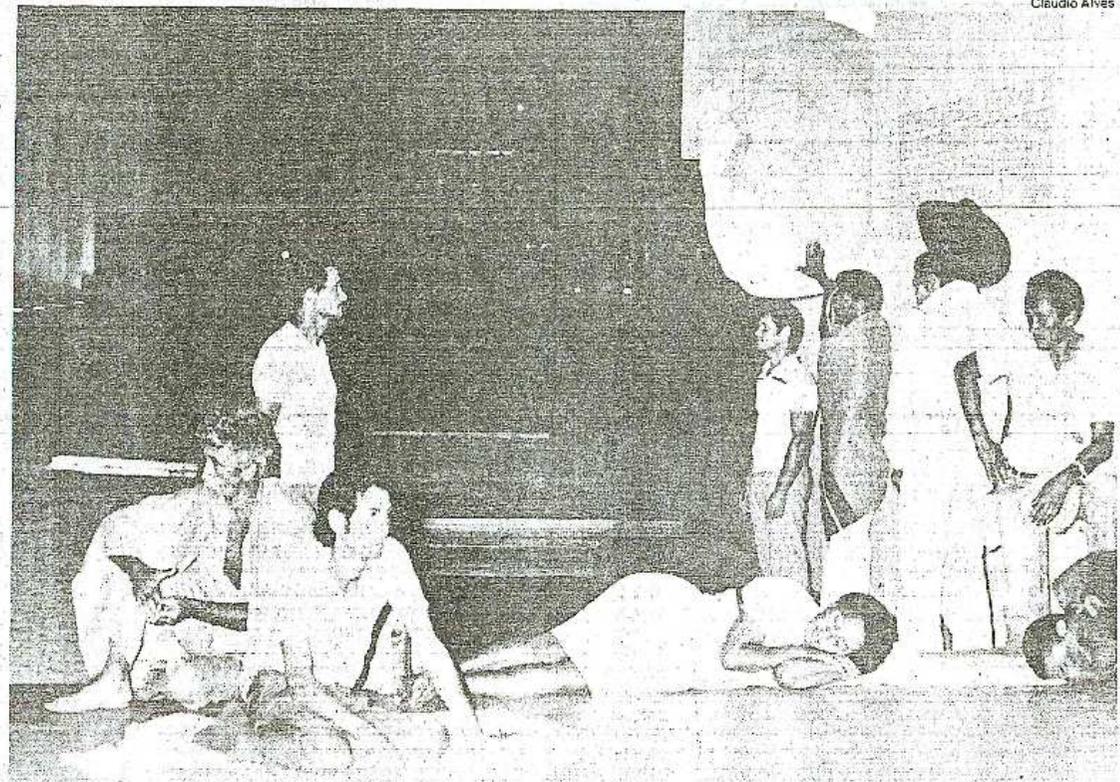
ve de fome movi-
Desta vez são onze
rais do Pará, Mato
que reivindicam o
dos posseiros atin-
létrica de Tucuruí.
desapropriação da
1, em Goiás, mais
(MT) e a apuração
res no meio rural,
ção dos autores.
deverão perma-
ilácio do Planalto.
minado e não con-
da sua entidade, a
vez, a entidade
res, apesar de con-
ento inadequado.
companheiros dos
mpados em frente
o Governo tome as
sárias para dar as
is pelos trabalha-
a 4)

loteca

al concluiu ontem
apura os respon-
a da loteca, que
iltados dos testes
lentas. Dezenove
ciadas, entre elas
1, do Tiradentes,
ilitar do Distrito

retaria

30 Notáveis que
bado a penúltima
ara reformular o
l vai propor a
retaria Especial
ministro Marco
o. Esta secretaria
a cuidar da nova
rasileira. (Página



Cibudio Alves

Loteria Federal

Resultado da extração de ontem:

1º Prêmio	32.925
2º Prêmio	74.479
3º Prêmio	69.258
4º Prêmio	57.110
5º Prêmio	66.366

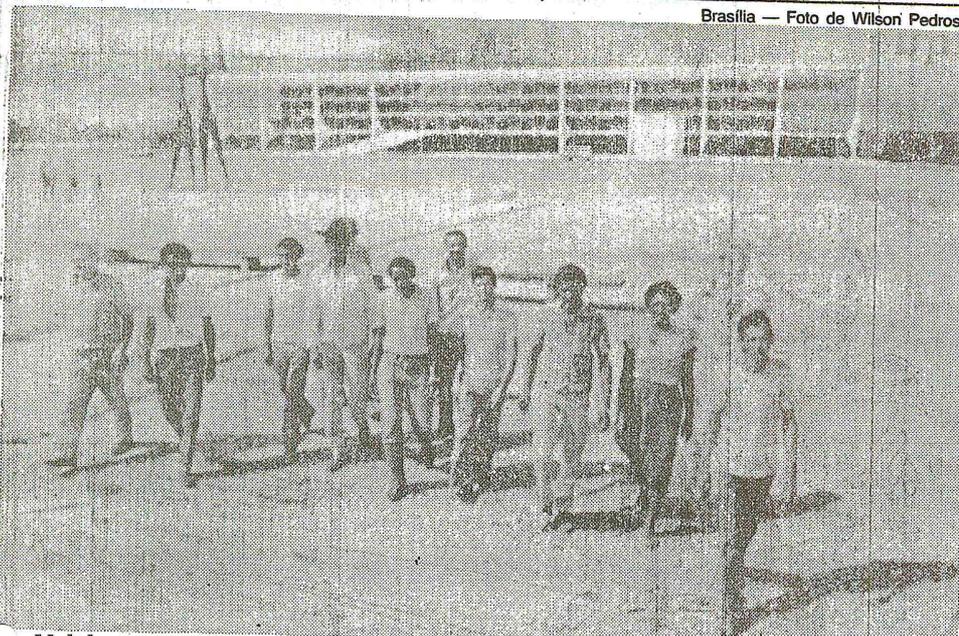
Setenta anos

Os velhos olhos azuis" — Frank Sinatra — completa hoje 70 anos exatos, com a mesma voz firme e sucesso incontestável, principalmente entre os americanos. Com o mesmo jeito de gangster bem-sucedido, Sinatra, além de tudo, desafia o tempo e os escândalos que pontilharam sua vida pessoal (Página 16)

Pais e alunos

Com... a ser estruturada primeira Associação de Pais e Alunos da rede oficial de ensino em Brasília. Uma das razões para a criação dessa entidade é a crença de que a democracia nas escolas deve ser conquistada contando com o engajamento de todos os envolvidos (Página 13)

Brasília — Foto de Wilson Pedrosa



11 líderes protestaram contra a violência no campo diante do Palácio do Planalto

Deputado jejuno admite ter proposta que pode fazê-lo voltar a comer

Brasília — Em greve de fome há quatro dias para forçar o Presidente Sarney a retirar seu veto ao projeto de criação do Estado de Tocantins, o Deputado Siqueira Campos (PDS-GO) admitiu ontem, pela primeira vez, ter recebido uma proposta capaz de demovê-lo de sua atitude. Também no quarto dia em greve de fome, outro deputado, Totó Cavalcante (PMDB-GO), encontra-se em estado que já inspira cuidados, como revelou o médico Ary Nasser, do Serviço Médico da Assembléia Legislativa.

Uma delegação de seis parlamentares pedessistas visitou Siqueira Campos ontem, no Centro Médico da Câmara, a pedido do diretório nacional do partido, assegurando que a direção nacional do PDS desafiará o Governo a rejeitar novamente um projeto para a criação do Tocantins, desta vez encampado pelo próprio presidente do partido, Senador Amaral Peixoto. Quanto a Totó Cavalcante, que está muito pálido e com a voz fraca, mantém-se irredutível até que o Presidente da República crie uma comissão para estudar a redivisão do Estado de Goiás.

Outra proposta que amoleceu a determinação de Siqueira Campos é a de que será reconduzido à vice-liderança e terá, junto com o Senador Benedito Ferreira e outros vice-líderes, carta-branca para obstruir toda e qualquer votação no Congresso em nome do partido.

A delegação, com os senadores Murilo Badaró e Benedito Ferreira e os deputados Edson Lobão, Aginaldo Timóteo, Figueiro Filho e Leorne Belém, disse ainda a Siqueira Campos que o PDS pretende endurecer nas relações com o Governo, começando pela obstrução das matérias mais caras ao Executivo.

Apesar de ter passado bem durante todo o dia de ontem, sem tonteados ou dor de cabeça, Siqueira Campos revelou no exame de urina que está entrando num processo conhecido como autocanibalismo, isto é, seu organismo já está começando a consumir as proteínas de reserva destinadas a alimentar, principalmente, o cérebro e o coração.

Líderes rurais iniciam em Brasília greve de fome contra violência

Brasília — Onze líderes de trabalhadores rurais do Pará, Goiás e Mato Grosso iniciaram um novo processo de luta pela reforma agrária. Desta vez, eles se reuniram diante do Palácio do Planalto para protestar contra a violência no campo, com uma greve de fome iniciada há 48 horas.

Armados apenas de água, sal, açúcar, alguns plásticos e cobertores que lhes foram entregues por um representante do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), os grevistas já receberam várias visitas, entre as quais a de um deputado do PT, que lhes prometeu mandar um médico, e de um desconhecido, que nada fez além de comer um sanduíche diante deles. Rui Holanda, 46 anos, lavrador em Luciara (MT), denunciou o cerco de alguns curiosos que chegaram sem se identificar, puxando conversa sobre o Governo: "Mas saíram decepcionados. Aqui só tem povo sofrido que não cai em laçada fácil."

Última refeição

A última refeição foi degustada às 18h de terça-feira passada — carne, arroz feijão, salada de verduras — após 43 dias em Brasília em busca de uma solução para as violências praticadas por policiais e jagunços a mando de fazendeiros e grileiros das regiões de Luciara (MT), Tucuruí (PA), Xinguará (PA), Couto Magalhães e Colmeia (GO). O plano de greve foi elaborado como último recurso para serem ouvidos pelas autoridades governamentais.

Nílson Viana relatou que eles estavam hospedados na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura). Na última hora, depois de terem anunciado a greve à imprensa, a direção da Contag discordou do plano, deixando de apoiá-los. "Ficamos de pernas quebradas, mas viemos porque, depois de ter anunciado, não íamos fazer feio", queixou-se Viana.

Mas a disposição de protestar através da greve de fome pode ser abalada pelo diabetes de Antônio Rabelo, 68 anos, representante dos trabalhadores de Tucuruí; da úlcera de Rui Holanda; do coração operado, com implante de duas válvulas, de Nílson Viana; e da saúde frágil de Creusa Silva, lavradora de Xinguará, que já se submeteu a seis cirurgias.

Sobrinho
João
etc

GOV. impede prisão de posseiros em greve

Funcionários da empresa de vigilância Dinâmica tentaram ontem prender os posseiros que há 45 dias estão em greve de fome na frente do Palácio do Planalto, reivindicando a desapropriação de fazendas em Goiás, Pará e Mato Grosso. O incidente foi encerrado com a chegada da imprensa e de um advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que levou os posseiros ao Palácio do Planalto.

Ontem, manifestando-se sobre a greve de fome dos lavradores, o ministro Nelson Ribeiro afirmou que é solidário com a reivindicação e que a minha solidariedade pode ser mostrada no sentido de que eles possam acreditar que nós estamos trabalhando honesta e sinceramente na causa de cada um deles.

Esses lavradores em greve representam mais de 800 famílias camponesas sem-terra dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. Eles, depois de esperar por mais de 45 dias a decisão sobre a desapropriação das fazendas Joncon (Pará), Juarina (Goiás) e mais quatro em Luciara (MT), decidiram fazer greve de fome.

Fuga

Com o argumento de que a praça em frente ao Palácio do

Planalto é um ponto turístico, onde não devem haver manifestações que possam imacular a imagem de Brasília, Jorge, funcionário da empresa Dinâmica, que serve ao Departamento de Turismo do Distrito Federal, tentou convencer os posseiros a abandonarem a praça, indo para outro lugar fazerem seu protesto.

Os posseiros, que desde a noite de quinta-feira já haviam decidido que só sairiam da praça presos, não aceitaram a proposta. Jorge saiu e voltou com um camburão da Polícia Militar. Nesse momento, chegaram os jornalistas e o representante da OAB. Sem argumentos, Jorge, diante das câmeras de televisão, fugiu.

Um dos soldados informou então que «o pessoal da Dinâmica foi nos pedir ajuda para tirar esse pessoal. Mas nós não temos ordem para isso. Aqui é um lugar público e eles podem ficar. Nós vamos só observar».

Esse não foi o primeiro incidente enfrentado pelos grevistas. Na noite de quinta-feira, dois policiais civis tentaram tirar os lavradores, dizendo que é proibido fazer acampamento na praça. Os posseiros não estão acampados, apenas se abrigam na Casa de Chá da Praça dos Três Poderes.

Getat expulsa os lavradores de Conceição

Por ordem do presidente do Getat (Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins), Asdrúbal Bentes, 22 homens da Polícia Militar do Pará, reprimiram, na noite de quinta-feira, manifestação de 400 posseiros, que desde o início da semana estavam acampados nas proximidades da sede do Getat, em Conceição do Araguaia. Os posseiros reivindicam a imediata desapropriação das fazendas Joncon e Três Irmãos, no Pará Juarina, em Goiás. A denúncia foi feita ontem pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, através de nota oficial.

Informado sobre a ação do Getat, órgão vinculado ao Ministério da Reforma Agrária, o secretário-geral do ministério, Simão Jatene, assegurou que a repressão não foi determinada pelo governador do Pará, Jader Barbalho, nem por seu secretário de segurança. "Nós vamos esclarecer essa questão — disse Jatene. Já falamos com o governador e ele nos garantiu que a ordem não saiu de Belém. Lamentavelmente, não conseguimos falar com o Presidente do Getat, em Marabá. Ora nos dizem, no telefone, que ele está na cidade (Marabá), ora nos dizem que ele está em visita à região do Getat (engloba parte de três Estados, Goiás, Maranhão e Pará). Queremos esclarecer essa questão, porque a orientação do Ministério da Reforma Agrária é não envolver força policial, a não ser que esteja em risco a estabilidade, com perigo de confronto entre posseiros e pistoleiros", disse Simão Jatene.

Pistoleiros

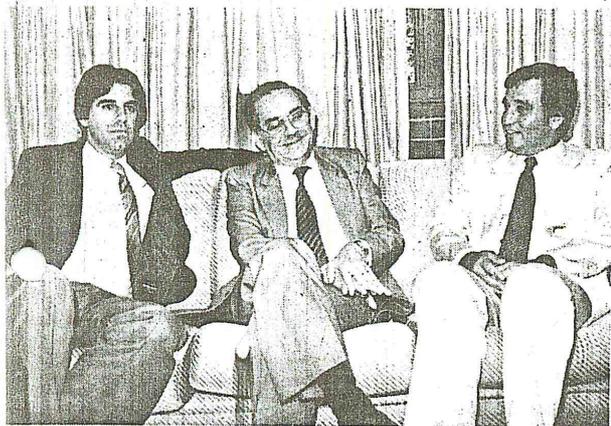
O secretário-geral do ministério afirmou ainda que a manifestação dos posseiros em Conceição do Araguaia "era um movimento pacífico, e ontem, os posseiros aceitaram discutir com representantes da fazenda Joncon o retorno à área. A fazenda está sendo controlado por 30 pistoleiros que impedem a entrada dos lavradores.

Antes da chegada dos policiais, os lavradores acampados foram convidados para uma reunião com o Getat de Conceição do Araguaia, às nove da noite de quinta-feira. Na hora marcada, o representante do Getat, Oliveira, não apareceu, mas houve um "black-out" deixando todo o local da reunião no escuro. Nessa hora, os 22 policiais, que estavam escondidos frente à sede do Getat, avançaram contra os lavradores, expulsando-os do local, ameaçando usar suas armas contra os que insistissem em permanecer — relatou o presidente do sindicato, Felipe Soares.

Disse ainda Felipe que os policiais gritavam dizendo: "Estamos aqui com ordem do governador, do secretário de Segurança e do Presidente do Getat". Tanto o Governador do Pará quanto o Secretário de Segurança negam ter dado a ordem.

O incidente poderá provocar uma crise no Ministério da Reforma Agrária, uma vez que o próprio ministro Nelson Ribeiro já havia conversado com o presidente do Getat, Asdrúbal Bentes, dizendo-lhe que não se envolvesse com a manifestação.

Visita ao JBr



O ministro Nelson Ribeiro, da Reforma Agrária, fez ontem uma visita de cortesia ao Jornal de Brasília de foi recebido pelo diretor-permanente Jorge Jardim e pelo diretor-chefe, André Gustavo Stumpf. O ministro falou de seus projetos para plantar em todo País a reforma agrária e enumerou os problemas que enfrenta em diversos pontos do território para colocar seu plano em execução. Segundo ele, neste

momento a reforma agrária vai bem, mas nada indica que não surjam novos adversários do programa. Nelson Ribeiro disse, também, que não pretende lutar para ser candidato a cargo eletivo no Pará. Se, no entanto, for chamado a concorrer por seus companheiros de partido, não deixará de comparecer. O ministro está trabalhando na implantação diferenciada da reforma agrária nas diversas áreas do País.

ML - SABADO 14-12-85 - Jonuel do Brasil

5 copias
Joncon
Três Irmãos
Joncon

Polícia Militar desocupa Getat

Belém - A Polícia Militar sediada em Conceição do Araguaia promoveu, ontem de madrugada, a desocupação da sede do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), invadida na tarde de quarta-feira por 300 colonos, sob o comando do Sindicato Rural daquela cidade e da Comissão Pastoral da Terra-CPT, segundo informou o chefe do Escritório do órgão, Raimundo José Oliveira.

Os colonos são posseiros nas fazendas "João Gomes", "Três Irmãos" e "Jarina", localizadas em áreas de conflitos fundiários. Lá o Mirad já desapropriou a Fazenda Capetinga, palco de sangrentos confrontos na lu-

ta pela posse da terra.

De acordo com Oliveira, os colonos chegaram à sede do Getat gradativamente, em vários caminhos, e ficaram acampados na estrada, impedindo os funcionários e as pessoas que tinham interesse a tratar no órgão de entrar e sair. Os colonos, ainda segundo disse o chefe do Escritório do Getat, poderiam ter chegado logo a um acordo quanto a prazos para o atendimento de suas reivindicações. Entretanto, ativistas do PT (Partido dos Trabalhadores), CPT e do Sindicato Rural, atrapalharam as negociações, sendo necessário o pedido de força policial para garantir a integridade das instalações do Getat

e dos próprios servidores.

Os colonos reivindicam a agilização do Plano Nacional de Reforma Agrária e um compromisso do Governo no sentido de atingir a Getat, cuja imagem na região é muito ligada aos órgãos de repressão da Velha República, que atuaram por muitos anos nos conflitos de terra. "Nós tentamos todos os entendimentos possíveis, mas quando os trabalhadores estavam aceitando encaminhar as propostas, a turma do sindicato e da CPT revertia a situação", disse Raimundo José Oliveira, segundo o qual a retirada dos colonos da sede do Getat se deu sem violência, muito embora o clima fosse de grande tensão.

TRIBUNA DE MÍDIAS (FPE) 11/12/85

Armada por terras

Santo André — A Central Única dos Trabalhadores — CUT, reconhece o direito de autodefesa encontrado pelos trabalhadores rurais nos conflitos de terra, e defende todas as formas de luta, inclusive as armadas, para que o camponês possa defender-se do que a CUT qualifica como violência impune dos latifundiários. Essa é uma das propostas que deverá ser aprovada hoje na plenária nacional da CUT, que está sendo realizada desde quinta-feira, em São Bernardo do Campo, com a participação de 50 dirigentes sindicais de todo o País.

A CUT vai propor uma ampla campanha contra a violência no campo, e discutirá a questão da reforma agrária visando, principalmente, à punição dos assassinos de trabalhadores rurais. Alguns dos pontos principais da campanha são a ampla divulgação do «real» quadro da violência, denunciar a responsabilidade e comprometimento do governo, descobrir formas concretas de enfrentar essa violência, além da defesa da legitimidade de todas as formas de luta.

«O que pretendemos não é a paz no campo, e sim acabar com a violência impune dos latifundiários. Os trabalhadores rurais estão cada vez mais conscientes de que a justiça para eles só virá por suas próprias mãos», diz o documento de análise sobre o assunto, elaborado pela direção nacional da CUT, discutido ontem pelos seis grupos de dirigentes sindicais nas reuniões de comissões de trabalho (fechadas à imprensa). No geral, esses documentos — que deverão ainda sofrer pequenas alterações — assemelham-se à resolução do Congresso Regional da CUT-ABC, publicada integralmente por O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, no início desta semana.

Nas discussões de hoje, a plenária nacional da CUT deverá também assumir posições sobre outros importantes temas, como a conjuntura política e econômica nacional, evitando as questões do pagamento ou não da dívida externa, participação na Constituinte, eleições diretas, já, para presidente da República, e estrutura sindical. Na questão da dívida externa, além de reiterar o posicionamento do movimento, o encontro deverá propor a estatização do sistema financeiro sobre controle dos trabalhadores. Também deverá ser aprovada a realização de um plebiscito nacional para que a população opine pelo pagamento, ou não, da dívida.

Posseiros param com greve de fome

Os dez posseiros que, desde a última terça-feira, se encontravam em greve de fome frente ao Palácio do Planalto, decidiram suspender ontem o movimento, com a promessa de que o Governo encaminhará uma solução satisfatória para suas reivindicações. A promessa foi feita pela assessora da Presidência da República, Maria Helena Torres na negociação da qual participaram os posseiros e um funcionário do Ministério da Reforma Agrária, no final da tarde de sexta-feira.

«Nós vamos dar um voto de confiança», disse Otacilio, assegurando ainda, que, embora o movimento tenha sido encerrado, eles poderão protestar novamente, desde que a promessa não seja cumprida. Otacilio e seus companheiros lutam a desapropriação de quatro fazendas em Luáraba (MT), entre elas, a Frenova, a fazenda Juarina, em Goiás e duas outras no Pará: Joncon e Três Irmãos. Com a desapropriação dos imóveis de Mato Grosso, os demais se encontram sob jurisdição do Getat (Grupo Executivo de Terras Araguaia — Tocantins) que, segundo os posseiros, estava susperrando a desapropriação.

Os processos para a desapropriação das fazendas Juarina, Joncon e Três Irmãos já se encontram em Brasília e amanhã serão despachados pelo ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro. Pela demora do envio do processo da fazenda Juarina, sob responsabilidade do Getat, o ministro Ribeiro foi obrigado a empenhar-se pessoalmente para que o presidente do órgão, Asdrúbal Bentes liberasse os documentos de Marabá (PA), sede do Getat.

Passeata

Enquanto os posseiros de Brasília suspenderam a greve de fome, em Conceição do Araguaia (PA), 400 lavradores fizeram uma passeata na tarde de sexta-feira, reivindicando também a desapropriação de Juarina, Joncon e Três Irmãos. Na passeata, os posseiros protestaram contra o Getat, que na noite de quinta-feira reprimiu o acampamento desses mesmos lavradores.

Depois da passeata, o representante do Getat em Conceição do Araguaia, Oliveira, prometeu mandar retirar os pistoleiros que se encontram na fazenda Joncon há três dias.

Lyra começa, na segu

PM retira posseiros da sede do Getat

Belém — A Polícia Militar sediada em Conceição do Araguaia promoveu ontem de madrugada a desocupação da sede do grupo executivo de terras do Araguaia-Tocantins-Getat, invadida na tarde de quarta-feira, por 300 colonos, sob o comando do Sindicato Rural daquela cidade e da Comissão Pastoral da Terra — CPT, segundo informou o chefe do escritório do órgão, Raimundo José Oliveira. Os colonos são posseiros nas fazendas «São Gomes», «Três Irmãos» e «Juarina», localizadas em áreas de conflitos fundiários. La o Mirad já desapropriou a Fazenda Capetinga, palco de sangrentos confrontos na luta pela posse da terra.

De acordo com Oliveira, os colonos chegaram à sede do Getat, gradativamente, em vários caminhões, e ficaram acampados na estrada.

Jornal de Brasília - Domingo - 15.12.85

Jornal de Brasília - Domingo - 15.12.85

500 mil reais
etc

COUTO MAGALHÃES - JUARINA

PISTOLEIROS CERCAM FAZENDA E O GOVERNO TENTA EVITAR CONFLITO

Quarenta pistoleiros armados, chefiados por dois sargentos da Polícia Militar de Goiás, estão cercando a Fazenda Juarina, nos municípios de Couto Magalhães e Colmeia, a qual está em fase de desapropriação, segundo informações que chegaram ontem ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Há poucos dias, posseiros da região fizeram uma greve de fome em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, para exigir uma solução rápida para a situação na área. Ao tomar conhecimento dessa informação, o ministro Nelson Ribeiro entrou em contato com o Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e com o governo do Estado de Goiás, para pedir providências. O pretense proprietário da área, segundo o Mirad, é Carlito Memberg, que por diversas vezes tentou desalojar as 200 famílias que vivem no local. Um dos líderes do movimento dos posseiros, Francisco Montello, que participou da greve de fome em Brasília, afirmou na ocasião que se o governo não desse uma solução para o caso, os posseiros voltariam para a fazenda e enfrentariam os pistoleiros. (ESP - 27/12/85)

Conceição de Araguaia, 17 de março de 1986.

AO EXMO. SR.
PRESIDENTE DO GETAT
Dr. Jatene

Exmo. Sr.,

Nós, trabalhadores rurais da Fazenda Juarina, município de Couto Magalhães - Go, JONCON e Três Irmãos, município de Conceição de Araguaia, vimos mais uma vez, solicitar do Exmo. Sr. a Imissão de Posse e a Demarcação das referidas áreas, tendo em vista o enorme prejuízo que nós, Lavradores estamos tendo, decorrente de demora de tais encaminhamentos por parte do GETAT.

Reafirmamos nossa situação de insegurança e a necessidade da Imissão de Posse e Demarcação das áreas, para assim, podermos trabalhar e viver na terra.

Na oportunidade reiteramos ao Exmo. Sr. nossos protestos de consideração e estima.

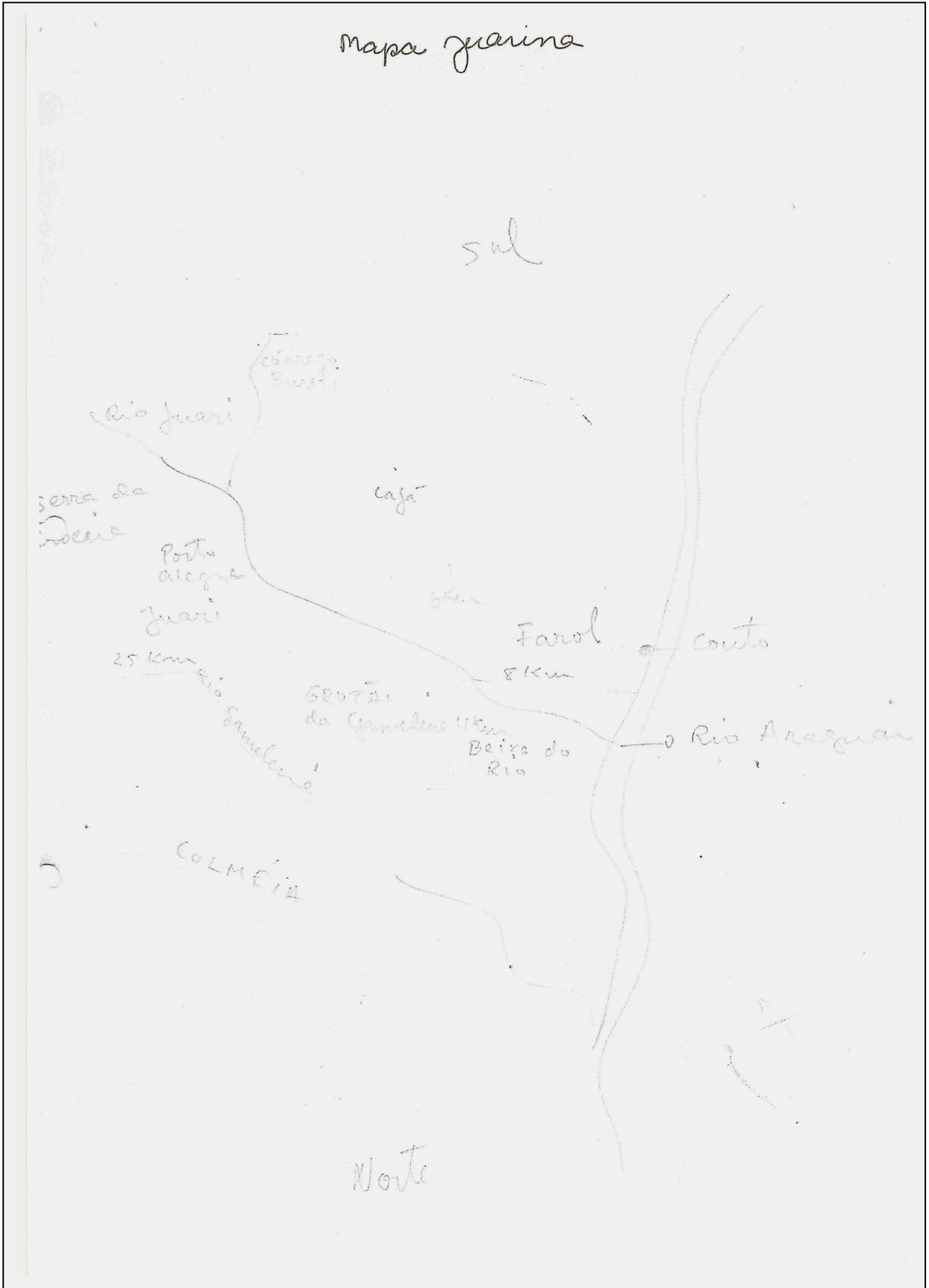
Segue anexo, Abaixo-assinado, constando 143 as sinaturas.

Atenciosamente,

Francisco da Silva Montel
Francisco da Silva Montel

Abel Arruda dos Santos
Abel Arruda dos Santos

Raimundo Rosa de Meneses
Raimundo Rosa de Meneses



Juarina

Couto

A PROVÍNCIA DO PARÁ

11-1-86

2 6/ma

Proprietário da Juarina questiona desapropriação

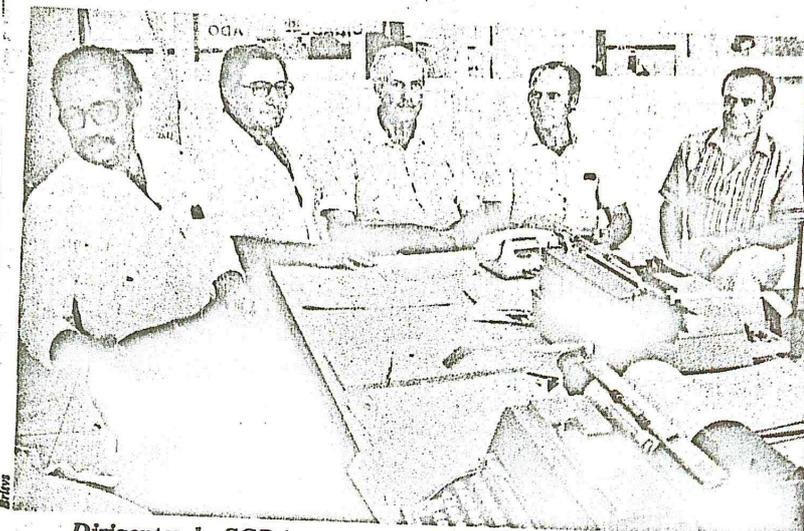
Brasília — O empresário Carlos Memberg, proprietário da Fazenda Juarina, situada no município goiano de Couto Magalhães, que teve parte de sua área desapropriada, no último dia 7, esteve ontem com o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, junto com o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, para contestar o ato do Presidente da República. Segundo o empresário, a parte desapropriada de 11 mil e 200 hectares corresponde a 80 por cento da reserva florestal mantida de acordo com as exigências do IBDF.

Embora no processo de desapropriação do latifúndio de 30 mil 400 hectares conste que a área é ocupada há vários anos por 211 famílias de colonos e se configurada conflituosa, o empresário Carlos Memberg assegurou que não existe nenhum posseiro em suas terras. Ele disse que nas invasões registradas — uma em 1983 e outra ano passado — obteve da Justiça a reintegração de posse e contou com a Polícia Militar para a promoção dos despejos. Nas duas ocasiões, afirmou ele, que os invasores ocuparam, no máximo, uma área de 50 hectares.

Tanto Carlos Memberg quanto o presidente da CNA, Flávio Brito entendem que o ato desapropriatório incidente na parte destinada à reserva florestal é uma incoerência. Isto porque, de acordo com a legislação em vigor, na região da Amazônia Legal, 50 por cento da propriedade rural tem de ser mantido como reserva.

O empresário alegou ainda que a Sudam, em 1966 aprovou um projeto para a sua propriedade. Este projeto foi reformulado e ampliado em 1971 e concluído dez anos depois, com o órgão lhe concedendo um certificado de que o compromisso fora cumprido. Na próxima semana o empresário entregará um documento ao ministro contendo todos os argumentos contestatórios da desapropriação. (ANDA)

JUARINA



Dirigentes da SGPA e da Agrinsa garantem não haver violência

SGPA nega notícia de violências em fazenda

Dirigentes da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) e diretores da Agro-Indústria Meimberg S/A (Agrinsa), estiveram na redação de O POPULAR, ontem, para contestar as informações veiculadas pela imprensa, nos últimos dias, dando conta de que a empresa estaria praticando violências contra posseiros de sua fazenda Juarina, no município de Couto Magalhães. Segundo o grupo, não existem mais posseiros nas terras da empresa, uma vez que foram todos indenizados e retirados juntamente com outros simples invasores que nenhum direito possuíam sobre as terras.

O Presidente da SGPA, Sixelzio Simões, afirma que não existem mais conflitos na fazenda Juarina e que os boatos sobre conflitos na área são espalhados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelos sindicatos de trabalhadores rurais de Couto Magalhães e Conceição do Araguaia, "com a finalidade de criar condições para a desapropriação das terras". Sixelzio diz ter conhecimento de um processo que tramita em Brasília com vistas à desapropriação da Juarina, e que a SGPA vê essa possibilidade com muita preocupação.

"Para ser claro — continua o Presidente da SGPA — nos encaramos a eventual desapropriação da fazenda Juarina como um precedente altamente perigoso, pois a Agrinsa é uma empresa rural altamente produtiva e portanto, deve estar a salvo da Reforma Agrária, conforme prevê o próprio plano do Governo Federal. Não é concebível que agora, o Plano Regional elaborado pelo Inbra venha a contradizer a política global do Governo num aspecto tão fundamental". Sixelzio Simões afirma que sua entidade vai gestionar junto ao Inbra Regional, ao Governador, ao Ministério da Reforma Agrária e até junto ao presidente Sarney, para impedir a desapropriação da Juarina.

Caso não se consiga reverter o processo

por via do entendimento — continua o dirigente da Associação — não se exclui a possibilidade de recorrer à Justiça para impedir o avanço da Reforma Agrária sobre as terras da Agrinsa". Sixelzio Simões reclama que nas conversações mantidas entre as entidades de produtores rurais e os órgãos fundiários, havia ficado acertado que o Plano Regional de Reforma Agrária daria prioridade, por ordem, às terras do Estado, União, Igreja e Latifúndio improdutivo, o que não está sendo cumprido agora.

BENEFICÍARIAS

O Diretor Presidente e co-proprietário da Agrinsa, Carlos Meimberg, lembra que segundo as notícias divulgadas, sua empresa possui 30 mil hectares titulados mais 50 mil hectares grilados. "O problema está, pois, muito fácil de ser resolvido", diz o empresário. "Nós realmente só temos 30.200 hectares. Que o Ministério da Reforma Agrária mande seus técnicos à área para que confisquem as terras que tivermos a mais sob nosso poder". Segundo Meimberg, desses 30 mil hectares só não está beneficiada a parcela que o IBDF exige que seja mantida com reserva florestal.

Já temos na fazenda Juarina — prossegue Meimberg — 15 mil hectares de pastagens naturais divididos em 70 invernadas e quatro retiros. Quatro mil vacas, 600 garrotes e 300 bois gordos. Cem éguas e 15 jumentas, uma máquina de beneficiar arroz, duas serrarias, seis máquinas agrícolas, 21 casas de moradia com energia e água encanada, além de quase 80 quilômetros de estradas e várias pontes feitas com recursos próprios. No ano passado, a safra agrícola foi de mais de 2 mil sacos de arroz e mil de milho, o que só não será repetido, ou até superado esse ano, justamente devido essas confusões promovidas pela CPT e pelos sindicatos para impedir a total implantação do nosso projeto", conclui Carlos Meimberg.

Jornal de Brasília

SÁBADO, 26/10/85

Fazendas terão vistoria

Por determinação do ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, as fazendas Três Morros, Capetinga e Joncon, em Conceição do Araguaia (PA) e Juarina, em Couto Magalhães (GO), serão vistoriadas para fins de desapropriação por interesse social. Nessas quatro fazendas vivem 792 famílias de lavradores, sob constantes ameaças de morte e espancamentos. Ontem, na Fazenda Joncon, três pistoleiros atiraram contra as famílias de posseiros, que fugiram apavoradas. Não há informações sobre mortos ou feridos.

A vistoria será feita por uma comissão integrada pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e pelo Incrá. O mesmo grupo deverá, também, fazer vistoria na Fazenda Três Irmãos, onde vivem 84 famílias de posseiros que pedem desapropriação da área. Nelson Ribeiro decidiu, antes de determinar a vistoria para fins de desapropriação, verificar qual a área efetivamente ocupada, benfeitorias e tempo de ocupação, tanto do pretensão proprietário, Carlos Gomes dos Reis, como dos posseiros.

A decisão do ministro Nelson Ribeiro em determinar vistoria para fins de desapropriação foi tomada ontem, após

reunião com um grupo de posseiros, e o presidente do Getat, Asdrúbal Bentes. Há mais de um mês, em nove de setembro passado, foi acertado, entre o presidente do Getat, e os lavradores, uma vistoria na fazenda Juarina. Asdrúbal Bentes, entretanto, não cumpriu o acordo feito com os posseiros, de acordo com denúncia feita pelos lavradores, em carta encaminhada ao ministro Nelson Ribeiro.

Desconhecimento

Na carta, os lavradores afirmam: "Em conversa com Asdrúbal (presidente do Getat), o posseiro Abel Arruda ouviu a afirmação de que o prazo de 15 dias, dado na reunião de nove de setembro, era para que o fazendeiro decidisse quando seria feita a vistoria. O presidente do Getat desconheceu o acordo feito em Brasília". Ele pediu um prazo de três dias para entrar em contato com o ministro, mas, como o posseiro disse que três dias era muito, ele (Asdrúbal) disse que ia falar no mesmo instante com o Dr. Nelson Ribeiro e marcou outro horário, no mesmo dia, para falar com Abel. O posseiro ligou várias vezes para o Getat mas o presidente não atendeu".

Os posseiros se queixam ainda, de outros funcionários do Getat, afirmando que tanto os funcionários Bezerra San-

tos, como Oliveira, que dirige o Getat em Conceição do Araguaia, sul do Pará, «sempre dizem que não podem fazer nada».

As fazendas que serão vistoriadas ocupam, no total, uma área de aproximadamente 150 mil hectares. A Joncon, com 25 mil, onde vivem 300 famílias de posseiros; Capetinga, com nove mil, onde foi assassinado o soldado Luis Vieira Carvalho e vivem 92 famílias. A Fazenda Juarina tem cerca de 90 mil hectares e as 200 famílias de posseiros vivem na área há mais de 20 anos. Eles lá chegaram em 1961 e, a partir de 1968, o fazendeiro Carlos Meinberg, de Barretos (SP), começou a tocar fogo nas roças e casas dos lavradores, iniciando-se os conflitos. Na fazenda Três Morros, vivem 20 famílias. O pretensão proprietário é Antônio Coelho, que ocupa uma área indefinida, município de Conceição do Araguaia.

Todas essas fazendas já viveram momentos de intensos conflitos ao longo dos anos 60 e 70. Na Fazenda Capetinga, pretendida por Lourival Louza, 6 lavradores foram assassinados nos últimos dez anos e, recentemente, Louza ocupou a área com 30 policiais, expulsando os posseiros que já haviam começado o trabalho de queimada das roças para plantio.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, sábado, 26 de outubro de 1985

Mirad pede reforma no Pará

O ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, determinou ao presidente do Getat, Asdrúbal Bentes, estudos imediatos para desapropriar as fazendas Capetinga, Joncon e São José dos Três Morros, no Sul do Pará, e também da fazenda Juarina, situada no Norte de Goiás. A decisão saiu após uma reunião entre o ministro, posseiros e o presidente do Getat.

Desta determinação o ministro só exclui a área da fazenda Três Irmãos, localizada no Sul do Pará. Ele solicitou um levantamento circunstanciado da área, para saber a antiguidade da ocupação, o seu nível de produtividade. Dependendo deste nível de produtividade os posseiros é que serão remanejados.

A fazenda Capetinga, cuja posse é reivindicada por Lourival Louza, tem sido palco de conflito desde 1972, apresentando um saldo de 16 mortes neste período. A área, no momento, está dominada por mais de 30 policiais militares, que, na semana passada promoveram a expulsão de 90 famílias.

A Fazenda São José dos Três Morros, em Conceição do Araguaia onde já ocorreu vários assassinatos de lavradores é ocupada por 20 famílias de posseiros. Quanto à fazenda Joncon, no mesmo município, a decisão do ministro favorece a 300 famílias, que anteriormente rejeitaram a proposta de advogados dos fazendeiros, José Claudino de confiná-las numa área de apenas 10 mil hectares.

Já a fazenda Couto Magalhães (GO) foi indicada para desapropriação, em favor de 200 famílias de trabalhadores rurais, uma vez que os pretensos proprietários se recusam a discutir a possibilidade de um acordo.

O ministro Nelson Ribeiro se confessou profundamente preocupado com a onda de invasões que os trabalhadores sem terra estão promovendo em alguns estados, como São Paulo e Ceará. Ele alertou mais uma vez que este mecanismo não precipita uma solução via reforma agrária. Ao contrário. Cria problemas para a implantação da reforma.

ADEMIR ANDRADE
DEPUTADO FEDERAL
GABINETE 476 - ANEXO III
CÂMARA DOS DEPUTADOS
BRASÍLIA - DF - CEP 70.160

O GLOBO

2

Ribeiro exige estudo imediato de áreas em conflito no Pará e Goiás

(Sábado, 26/10/85)

BRASÍLIA — O Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, determinou ontem ao Presidente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), Asdrúbal Bentes, que realize estudos imediatos para a desapropriação de quatro áreas de conflito no sul do Pará e norte de Goiás. A informação foi dada pelo dirigente da Getat, após uma reunião com representantes dos posseiros das duas áreas, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, Felipe Macedo, e diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

As principais áreas de conflito das duas regiões são a Fazenda da Capetinga, em Redenção (PA), a Fazenda São José dos Três Morros e parte da Fazenda Joncon, em Conceição do Araguaia (PA), além da Fazenda Juarina, em Couto Magalhães (GO). Na fazenda Capetinga, que está ocu-

pada por 30 policiais, já morreram dezesseis pessoas em briga pela terra.

O Ministro Nelson Ribeiro advertiu, porém, que as invasões — que atingiram recentemente áreas de São Paulo e do Ceará — atrapalham a seqüência de implantação do Plano Nacional da Reforma Agrária, "que não pode ter suas etapas queimadas".

Em Fortaleza, o Governador Gonzaga Mota decidiu resolver o problema da invasão de 624 hectares de terra pertencentes ao Estado, chamando uma comissão de colonos para negociar uma saída, em nome dos 300 agricultores que estão tentando fazer a Reforma Agrária com as próprias mãos.

A Itaipu Binacional e a Prefeitura de Santa Helena, no Oeste do Paraná, conseguiram na Justiça um mandado de reintegração de posse para desalojar 60 famílias de agricultores sem terra, que há dez dias acamparam na Prainha, uma área de lazer construída pela Itaipu e administrada pelo município, às margens do lago da Hidrelétrica.

O ESTADO DE S. PAULO

Áreas em desapropriação

(Sábado, 26/10/85)

AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney assinou, ontem, decretos tornando de interesse social para fins de desapropriação imóveis rurais nos Estados do Mato Grosso e Rio de Janeiro, num total de 13.030 hectares. Foram atingidas as glebas Providência e Papiro, nos municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste, no Mato Grosso, e, no Rio de Janeiro, município de Paracambi, a fazenda São José e o sítio anexo São José. Para os municípios matogrossenses, os decretos fixam prazo de três anos, prorrogáveis, para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) promova a desapropriação, divisão e retitulação para os beneficiários que deverão ocupar as terras. No município de Paracambi, no Rio de Janeiro, este prazo foi fixado em cinco anos, também renováveis.

As invasões de terras em alguns Estados, como a que ocorreu esta semana no horto florestal de Fortaleza, no Ceará, foram condenadas, ontem em Brasília, pelo ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. "Estas invasões preocupam profundamente o ministério — disse ele —, pois desestabilizam o programa de reforma agrária que pretendemos cumprir. O trabalho deverá ter uma seqüência e não podemos queimar etapas. Quando estas invasões precipitam ou pretendem precipitar uma solução, estão fugindo ao programa de reforma agrária", afirmou.

"O ministério — acentuou o mi-

nistro — não conta com recursos fundiários à disposição para a solução de todos os problemas que aparecem. Somos sempre obrigados a negociar e depois tomar as medidas cabíveis. Se houvesse terra à disposição seria muito mais fácil." O ministro frisou que a invasão cria para o ministério uma situação totalmente fora de uma sistemática de atuação.

Ribeiro disse, ainda, que o ministério está buscando atuar junto com o Ministério da Justiça para examinar cada caso de invasão, pois eles apresentam situações diferenciadas. Ao ministério da Reforma, segundo esclareceu, cabe a ação fundiária e ao Ministério da Justiça uma intervenção mais direta no conflito.

O ministro Nelson Ribeiro determinou, ontem, ao Getat — Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins — a realização de estudos imediatos para a desapropriação de quatro áreas no Sul do Pará, onde ocorrem conflitos pela posse da terra: a fazenda Capetinga, fazenda Joncon, São José dos Morros e fazenda Juarina. Quanto à fazenda Três Irmãos, o ministro pediu ao Getat um levantamento circunstancial para verificar a antiguidade da ocupação pelos posseiros e o grau de produtividade da fazenda para então definir pela desapropriação ou remanejamento dos posseiros.

Na fazenda Capetinga, em Redenção, o ministro mandou sustar imediatamente as negociações que estavam sendo feitas com o proprietário do imóvel, pois não foi possível se chegar a um acordo.

ADEMIR ANDRADE
DEPUTADO FEDERAL
GABINETE 476 - ANEXO III
CÂMARA DOS DEPUTADOS
BRASÍLIA - DF - CEP 70.160

GA
1692+
0926.1556

CASO JUARINA

611692ICRA BR
611657CDEP BR

CAMARA DEPUTADOS BSB DF TLX NR 4266 DE 26/SET/85 ((VIEGAS/JORGE))

EXMO SR
DR NELSON RIBEIRO
MD MINISTRO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRARIO
BRASILIA - DF

SENHOR MINISTRO,

PEDIU-ME O DEPUTADO ADEMIR ANDRADE, QUE ENCONTRA-SE EM MISSAO OFICIAL NO EXTERIOR, QUE ACOMPANHASSE ATENTAMENTE O PROBLEMA VIVIDO PELOS POSSEIROS DA GLEBA JUARINA, CUJA QUESTAO FOI MAGNIFICAMENTE ENCAMINHADA PELA DIRETORIA DE RECURSOS FUNDIARIOS DO INCRA E QUE ENCONTRA-SE ATUALMENTE SOB A ATENCAO DO GETAT.

HOJE PELA MANHA RECEBEMOS TELEFONEMA DO SR FRANCISCO MONTEL, UM DOS POSSEIROS QUE RECLAMAVA DA FALTA DE DEFINICAO QUANTO AA FORMACAO DA COMISSAO MISTA QUE IRIA FAZER UMA VISTORIA NA AREA, LOCALIZADA NO NORTE DE GOIAS. ESTA COMISSAO, CONFORME FICOU ACERTADO NAS REUNIOES REALIZADAS EM BRASILIA, SERIA COMPOSTA DE REPRESENTANTES DAS PARTES INTERESSADAS, ALEM DE REPRESENTANTES DE ORGAOS OFICIAIS QUE ESTAO AFETOS AO ASSUNTO.

SEGUNDO SABEMOS, ESTAH HAVENDO DIFICULDADE EM SE LOCALIZAR O PROPRIETARIO DA GLEBA PARA QUE ELE DESIGNE O SEU REPRESENTANTE NA REFERIDA COMISSAO, POIS DA PARTE DE TODOS OS DEMAIS, JAH HAH COMPONENTES DEFINIDOS.

DIANTE DA FALTA DE PROVIDENCIAS POSTERIORES AA LUCIDA DECISAO TOMADA EM BRASILIA, OS POSSEIROS MOSTRAM-SE DISPOSTOS A FORCAR O REINGRESSO NA AREA SEM AVALIAREM AS CONSEQUENCIAS QUE TAL ATO POSSA TRAZER.

DE NOSSA PARTE, JAH PEDIMOS AOS POSSEIROS QUE PERMANECAM INSISTINDO PELA DEFINICAO DESTA COMISSAO, PRESSIONANDO O DR ASDRUBAL E TENTANDO PRESSIONAR TAMBEM O DR CARLOS WEINBERG, O PROPRIETARIO, QUE SEGUNDO SOUBEMOS, ESTAH DESDE ONTEM CIRCULANDO NAS RUAS DE CONCEICAO DO ARAGUAIA, ONDE TAMBEM PROCUROU O GETAT LOCAL PARA ALGUM TIPO DE CONTATO. PORTANTO, TOMAMOS A LIBERDADE DE PEDIR DE V. EXA. UM DESPACHO DESTA PRESENTE DENUNCIA, ENCAMINHANDO-A AO SETOR COMPETENTE PARA AS DEVIDAS AGILIZACOES, POIS O MOMENTO EH DE TENSAO, COM TENDENCIAS A AGRAVAMENTOS, CONFORME NOS CONFESSOU O FRANCISCO MONTEL.

REITERANDO ESTAR AO VOSSO INTEIRO DISPOR, AGRADECEMOS ANTECIPADAMENTE EM NOSSO NOME E NO NOME DO DEPUTADO ADEMIR ANDRADE.

ATENCIOSAMENTE,
ALFREDO FIGUEIREDO JUNIOR
CHEFE DE GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ADEMIR ANDRADE (PMDB-PA)

NNNN+
611692ICRA BR
611657CDEP BR

C.P.T. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - ARAGUAIA/TOCANTINS

Conceição do Araguaia, 03 de setembro 1985.

Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento- MIRAD

Excelentíssimo Senhor Ministro,
Nelson Ribeiro:

Os problemas nas terras do Araguaia têm se agravado. São inúmeros os pontos de tensão surgidos nos últimos tempos! Como é do seu conhecimento, muito nos tem preocupado a situação dos "Sem Terra" na região, assim também, como a dos posseiros em terras devolutas da União ou recentemente tituladas a particulares. Estes trabalhadores, que ora o procuram, sofrem um despejo efetuado pela polícia militar do Estado de Goiás, no município de Colinas e Couto Magalhães, em operação onde o contingente de soldados chegou, aproximadamente, a 70 homens.

Os posseiros não receberam qualquer cópia de mandado Judicial; não existe quaisquer indicações de o poder Judiciário ter se pronunciado. A situação é complexa, envolvendo quase 200 famílias de lavradores.

A família Meinberg, residente em Barretos, São-Paulo, proprietário da AGRIMSA- Agro Industrial Meinberg, além do conflito acima citado, também está envolvida em outros conflitos, em outros municípios. Por exemplo, no município de Redenção, a mesma família, também proprietária da ARRAIAPORÃ- Agro Pecuária Vale do Arraia S.A, vem ameaçando 50 famílias de lavradores.

Outro despejo se deu em Redenção esta semana. Mais de 100 soldados da Polícia Militar do Pará, se deslocaram até a área reivindicada pela Agro Pecuária Capetinga S.A e de lá expulsaram diversos lavradores. Extrapolando do mandado Judicial, realizaram diversas prisões fazendo uso, inclusive de extrema violência mesmo contra crianças. Temos razões para acreditar que possam haver desdobramentos sérios nos próximos dias, caso não se verifique uma ação eficaz por parte do poder público.

Certos de que V. Excelência não economizará esforços para levar a bom termo estes conflitos,

Subscrevemo-nos atenciosamente,

Ricardo Rezende Cigueto
Pe Ricardo Rezende Cigueto

Escritório Central: Cx. Postal, 43 - Tel. (062) 863-1006 Coordenação MIR Araguaia: 500 Pôrto Nacional-Goiás

Rua 14 de Abril, nº 1400 - Centro Social Sagrado Coração de Jesus - Cx. Postal, 2.
Tel. (091) 421-1698 - CEP 68.540 - Conceição do Araguaia-Pará -

outros dados / caso Memberg

morte de Salvador Simão

no dia 6/2/84 foi morto o posseiro Simão. Há uma versão → teria sido morto por 2 meeiros, por um motivo aparentemente banal. Foi a tribo e a feição. O corpo de Simão foi totalmente traçalhado, ficando num estado horrível.

Um dado importante: dias antes do crime, o Sr. dos Memberg e o gerente, andaram na casa de Simão e dos meeiros. Simão há alguns meses, há sendo perseguido e ameaçado através de alegações. Outros posseiros muito perseguidos também.

Qual terá sido o motivo real deste bárbaro crime de um lavrador que vinha há anos existindo na terra?

Conceição Araújo 9/2/84

DEPOIMENTO

Meu nome é MIGUEL FERREIRA LIMA, sou natural de Ceará. Tenho 58 anos. Sou casado e tenho 9 filhos.

Entrei na "Santa Bárbara" junto com o meu cunhado Simão, em 1981. Sou posseiro lá desde essa época.

No dia 06/02/84 eu estava na minha casa, à noite, deitado na rede, quando o Manoel passou e falou para mim: "Quero que o senhor vai me desculpando, sr. Miguel, porque matei o Simão agorinha, mas eu vou me entregar. Nós vamos ser vizinhos, eu vou tirar uma terra aqui em costado. E eu acho bom ir lá reparar que sua irmã está passando mal."

Eu fui seguindo o rastro de sangue, até que encontrei o Simão de bruços, só de cuecas, no mandiocal, morto, num estado horrível: tinha um tiro na frente, o queixo quebrado, dois cortes por cima da mão esquerda, sete facadas no peito (de faca estreita), duas facadas (de facão largo) pegando a costela, uma facada no ombro que descolou o braço.

Um amigo nosso, o Leão, participou para o Moacir Costa e ele pediu, através da Rádio Regional, para a Polícia ir lá. Esperei a Polícia 24 horas e nunca apareceram. E enterrei ele lá mesmo, na posse dele.

Quero dizer também que o Manoel aproveitou uma boa ocasião para matar o Simão. Quando não tinha nenhum homem na casa (nenhum filho da Gertrude, nem eu, nem meu filho rapaz).

Ele saiu dizendo ainda, que volta lá prá nós ser vizinho. Acho isso muito esquisito.

Conceição do Araguaia, 10 de fevereiro de 1984.

x
Miguel Ferreira Lima

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 07/08/184

Caderno Pág. 8

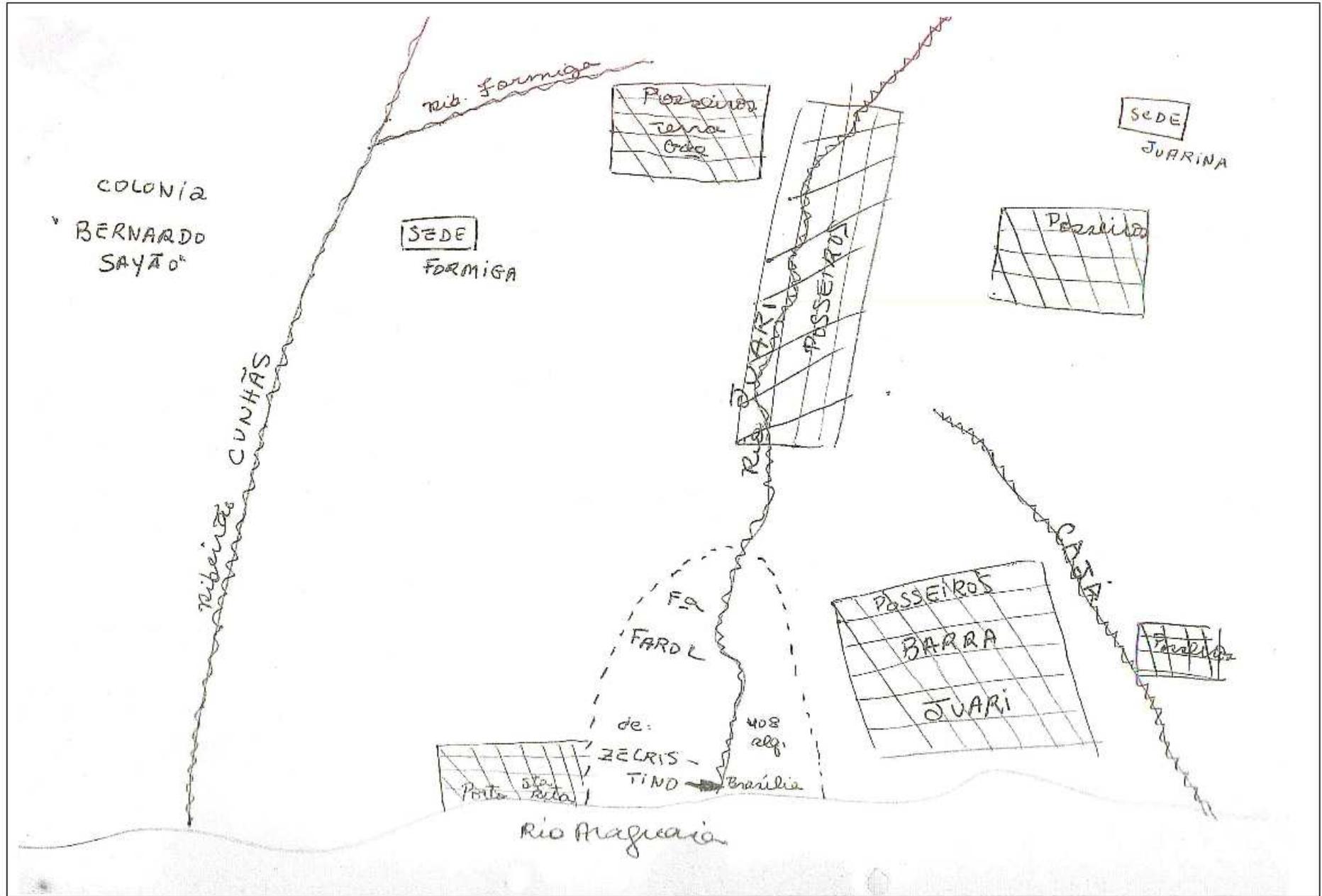
Jagunços podem matar posseiros no norte goiano

Goiânia (sucursal) — Duzentas famílias de posseiros da Fazenda Juarina, no município de Couto Magalhães, norte do Estado de Goiás, estão ameaçadas de morte por 20 jagunços bem armados, a mando do grileiro Carlito Membergue, que se diz proprietário dos 30.200 hectares, cerca de 6 mil alqueires da fazenda. A denúncia é do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), Amparo Sesil do Carmo, de acordo com informações prestadas por alguns posseiros dessa fazenda que estiveram semana passada nesta capital à procura de recurso.

Amparo conta que, ameaçados, 14 posseiros pegaram carona até a capital para denunciar que quatro jagunços haviam se instalado na área se dizendo da Polícia Federal de Mato

Grosso e instigando, armados, as 200 famílias de posseiros da fazenda. Aqui, eles procuraram o apoio do secretário de Segurança Pública de Goiás, deputado federal José dos Santos Freire, que se comprometeu em visitar a área e procurar uma solução. Até agora, segundo Amparo, isso não aconteceu, e quando os posseiros voltaram havia mais 15 jagunços instalados na fazenda com armas de grosso calibre, violentando famílias, tocando fogo nos ranchos e fazendo muitas ameaças.

A situação na Fazenda Juarina, na barra do rio Juari, área do Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins), poderá piorar se as autoridades não forem para a área a fim de encontrar uma solução. O alerta é de Amparo Sesil.



DECLARAÇÃO

Meu nome é Abel Arruda dos Santos, natural de Embagulândia, casado, 4 filhos, posseiro na Juarina. Fiz roça este ano, tenho plantado arroz, mandioca, milho.

Estava hoje tirando umas madeiras para aumentar o barraco, quando, às 10 horas, chegaram 11 policiais armados de revólver e fuzil e mais 4 paisanos armados de revólver. Disseram ser de Colinas e que tinham vindo para fazer uma reunião. Depois que reunimos os posseiros (eram 10), o capitão leu um papel que o despejo tinha sido assinado pelo juiz de Colinas, que o presidente da República e o Congresso Nacional tavam ciente, porque o Carlito Menberg tinha o título da terra. Depois que acabou de ler, ele passou uma fôlha de papel em branco onde nós fomos obrigados a assinar, os homens e as mulheres. Depois ele mandou a gente arrumar nossas coisas e viemos para Conceição num caminhão. O capitão ainda me falou: "Você vai embora agora e não é prá pisar aqui mais nunca, senão vai ser pior prá você!"

Nós somos do grupo que mora na beira do ~~rio~~ ^{quari}. Eles disseram que os posseiros ~~da beira do rio~~ também estão sendo despejados.

Conceição do Araguaia, 11 de dezembro de 1984.

Abel Arruda dos Santos

Obs.: A viúva do lavrador Simão Alves de Jesus (o nome dela é Gertrudes Ferreira Lima) e seu irmão Iniquel Ferreira Lima foram chamados para a fazenda para ser indenizados.

Ela recebeu do fazendeiro Carlito Menberg milhões de cruzeiros e ele 5 milhões.